



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 639

Segunda-feira - 20 de Dezembro de 2010

Florianópolis/SC

Municípios

Arroio Trinta.....	1
Biguaçu	2
Braço do Trombudo	2
Caçador	4
Campo Alegre	14
Canoinhas.....	15
Capinzal	71
Catanduvas.....	72
Chapadão do Lageado	79
Concórdia	81
Corupá	83
Curitibanos	84
Ermo	86
Forquilha	87
Fraiburgo.....	87
Garopaba.....	121
Gaspar	121
Herval do Oeste	121
Imbituba	123
Iomerê	123
Irineópolis	131
Itapoá	150
Joaçaba.....	152
José Boiteux	159
Lauro Muller	159
Luzerna	160
Massaranduba.....	162
Meleiro	162
Monte Carlo	163
Morro da Fumaga	163
Nova Trento	163
Paulo Lopes	164
Pinheiro Preto	168
Porto Belo.....	168
Porto União.....	168
Rio do Sul.....	170
Salto Veloso	174
São Lourenço do Oeste.....	177
São Pedro de Alcântara.....	179
Schroeder	181
Timbó	185
Tunápolis.....	197
Turvo	198
Videira.....	198

Associações

AMOSC.....	207
------------	-----

Consórcios

AGIR	207
CIGA	208

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Pregão N° 0018 2010 - Lavagens, Consertos, Reparos e Montagens Pneus - 2011

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0018/2010.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: Serviços de Lavagens e Limpeza de Veículos, Consertos, Reparos e Montagens de Pneus para Veículos do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta - SC, para o ano de 2011.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 13:45h do dia 04/01/2011.

Abertura dos Envelopes: Às 14:00h do dia 04/01/2011.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 17 de dezembro de 2010.

GLOTILDE CASALETTI SARTORI

Secretária de Saúde

Extrato Pregão N° 0020 2010 - Lavagens, Consertos, Reparos e Montagens Pneus - 2011

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0020/2010.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: Serviços de Lavagens e Limpeza de veículos, Reparos, Consertos e Montagem de Pneus, para Máquinas e Veículos da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, para o ano de 2011.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 08:45h do dia 04/01/2011.

Abertura dos Envelopes: Às 09:00h do dia 04/01/2011.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antônio Tibúrcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 17 de dezembro de 2010.
CLAUDIO SPRÍCIGO
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Revogação de Licitação PE 031 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PE 031/2010-FMAS

O Prefeito Municipal de Biguaçu Jose Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação do Processo Licitatório PE 031/2010-FMAS, que tem por objeto "aquisição de camisetas para atender os grupos da 3ª Idade em suas atividades esportivas e de lazer, para o uso do Centro de Convivência ao Idoso - CCI de Biguaçu, pois as amostras foram recusadas pela Secretaria da Assistência Social.

Biguaçu, 16 de Dezembro de 2010.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal DE BIGUAÇU

Publicação de Revogação de Licitação PP 046 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 046/2010-FMS

O Prefeito Municipal de Biguaçu Jose Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação do Processo Licitatório PP 046/2010-FMS, que tem por objeto "aquisição de películas (com instalação) para as Unidades de Saúde do Município", tendo em vista à inexistência de empresas interessadas em participar do referido certame.

Biguaçu, 16 de Dezembro de 2010.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

Publicação de Revogação de Licitação PP 056 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 056/2010- FMS

O Prefeito Municipal de Biguaçu Jose Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação do Processo Licitatório PP 056/2010-PMB, que tem por objeto "aquisição de veículo automotor para uso da Vigilância Sanitária do Município", tendo em vista à inexistência de empresas interessadas em participar do referido certame.

Biguaçu, 16 de Dezembro de 2010.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde

Publicação de Revogação de Licitação PP 277 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 277/2010-PMB

O Prefeito Municipal de Biguaçu Jose Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação do Processo Licitatório PP 277/2010-PMB, que tem por objeto "aquisição de centímetro de coluna em jornal de circulação estadual e circulação local com publicação no mínimo de 04 vezes por semana, objetivando a publicações dos avisos de licitação, bem como: convocações, contratos, decretos e portarias desta Municipalidade no ano de 2011. Conforme os fundos; FMAS; FMA; FUNREBOM; FAMABI; FIA e FMS.", por conveniência administrativa.

Biguaçu, 16 de Dezembro de 2010.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal DE BIGUAÇU

Publicação do aditivo 01 do contrato 22/2010

Publicação do aditivo 01 do contrato 22/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUAÇU
DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fica retificado, devido a erros de digitação, a publicação realizada no dia 07/12/2010 no DOM/SC nº 630, pág. 2, referente ao aditivo 01 do contrato 22/2010, onde lê-se: PP 108/2009 - FMS, leia-se PE 108/2009 FMS.

Publicação do contrato 641/2010

Publicação do contrato 641/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES CONTRATOS

Fica retificado, devido a erros de digitação, a publicação realizada no dia 07/12/2010 no DOM/SC nº 630, pág. 3, referente ao contrato 641/2010, onde lê-se: Valor: R\$ 21.740,00, leia-se: Valor: R\$ 21.740,40.

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar 088/2010

Lei Complementar nº 088/2010

Cria Cargo de Provimento Efetivo de Farmacêutico no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e dá outras providências.

Nildo Melmestet, Prefeito em Exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e baseado na Lei Complementar 08/99 de 17.11.99, etc

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Cargo de Provimento Efetivo de Farmacêutico

na Lei Complementar 08/99 de 17.11.99, cumprindo atuação efetiva na assistência farmacêutica em defesa do direito legal do usuário de medicamento, das Unidades Sanitárias de Saúde do município, com atribuições específicas no Anexo I desta Lei.

Quant	Nome do Cargo	Habilitação Necessária	Carga Horária	Vencimentos R\$
01	Farmacêutico	Ensino Superior com Registro no Conselho Regional de Farmácia (CRF)	40 h semanais	2.300,00

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 16 dezembro 2010.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

Decreto 057/2010

DECRETO 057/2010 15.12.2010

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Nildo Melmestet, Prefeito em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0637/2009 de 14.12.2009, etc

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais), destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

10.01 - Secretaria da Educação

12.365.0120.2.032 - Manutenção de Merenda Escolar - Creche

3390.00.00.00.00.00.0060 - Aplicações Diretas R\$ 120,00

12.365.0120.2.033 - Manutenção de Merenda Escolar - Pré-Escola

3390.00.00.00.00.00.0060 - Aplicações Diretas R\$ 200,00

- Total R\$ 320,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2009.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 15 de dezembro 2010.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

Portaria 146/2010

PORTARIA 146/2010

Nildo Melmestet, Prefeito em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os efeitos da Portaria 082/2010 que concedeu licença para tratamento de saúde, ao servidor Nilson Wilhelm, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - Trab. Braçal, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de 05.09.2010 a 07.11.2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 05.09.2010.

Braço do Trombudo, em 16 de dezembro de 2010.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

Portaria 147/2010

PORTARIA 147/2010

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Nildo Melmestet, Prefeito em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no Artigo 12 da Lei Complementar nº 07/98 de 17.12.98, etc

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, Sônia Maria Pessatti, para exercer o cargo de Professor Nível II, por ter sido aprovada em Concurso Público, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01.12.2010.

Art. 2º. Concede gratificação de 10% (dez por cento), regência de classe, conforme Art. 19 da Lei nº 07/98.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.12.2010.

Braço do Trombudo, em 16 de dezembro de 2010.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

Portaria 148/2010

PORTARIA 148/2010

Nildo Melmestet, Prefeito em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para Tratamento de Saúde, ao servidor Guiomar Wiedemann, ocupante do cargo de Motorista do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, nomeado pela Portaria nº 012/94 de 10.01.1994, no período de 06.11.2010 a 22.01.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 06.11.2010.

Braço do Trombudo, em 16 de dezembro de 2010.

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

Portaria 149/2010

PORTARIA 149/2010

Nildo Melmestet, Prefeito em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e

amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para Tratamento de Saúde, a servidora Rosana Baade Leonhardt, ocupante do cargo de Secretária da Saúde e Assistência Social, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de quinze dias a partir de 08.12.2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 08.12.2010.

Braço do Trombudo, em 16 de dezembro de 2010.

NILDO MELMESTET
Prefeito em Exercício

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 185

LEI COMPLEMENTAR Nº 185, de 16 de dezembro de 2010.

Altera e cria cargos na Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Ficam alterados os arts. 9º, 33 e 37 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º O Grupo Ocupacional – Serviços Gerais, congrega as carreiras de cargos de provimento efetivo cujas atribuições sejam inerentes às atividades compreendidas nas áreas de serviços gerais (limpeza, conservação, vigilância e transporte, entre outras), para cujo desempenho é exigido diploma ou certificado de conclusão do ensino médio. O cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, constante deste grupo extinguir-se-á automaticamente quando vagar, conforme Anexo IV.

Art. 33. Integram a presente Lei os seguintes anexos:

I -

V - Anexo IV, contendo o Quadro de Cargos em Extinção.

Art. 37. É facultado à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caçador conceder estágio em curso regular de ensino mantido pelo Poder Público ou pela iniciativa privada, com funcionamento autorizado ou reconhecido pelos órgãos competentes, na forma da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

§ 1º O valor mínimo pago a título de bolsa-auxílio será o Piso Salarial da Prefeitura Municipal.

§ 2º Para os estagiários matriculados em curso cujo valor da mensalidade for superior ao Piso Salarial, o bolsa-auxílio será no valor da mensalidade.

§ 3º O número máximo de estagiários será de até 10% (dez por cento) em relação ao quadro de pessoal da Câmara Municipal. Art. 2º Ficam alterados os Anexos I e I-A, do Quadro de Provimento Efetivo da Câmara Municipal, da Lei Complementar nº 113 de 2007, com a criação dos cargos de Controlador Interno e Telefonista, aumenta a carga horária do cargo de Tesoureiro de 20 (vinte) para 35 (trinta e cinco) horas semanais, elevação do número de vagas dos cargos de Assistente Legislativo de 01 (uma) para 02 (duas) e Assistente Administrativo de 01 (uma) para 05 (cinco), e extinção do cargo de Recepcionista, os quais passam a vigorar com as seguintes alterações:

ANEXO I

QUADRO DE PROVIMENTO EM EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Cargo	Nº de Cargos	Carga Horária	Nível	Vencimento	Habilitação
Advogado	01	40	CPES 1010	4.094,79	Ensino Superior com registro no órgão fiscalizador
Analista Legislativo	01	35	CPES1020	3.789,24	Ensino Superior
Contador	01	35	CPES1030	3.574,78	Ensino Superior com registro no órgão fiscalizador
Controlador Interno	01	35	CPES1040	3.517,04	Ensino Superior em Administração de Empresas, Economia, Direito ou Ciências Contábeis com registro no órgão fiscalizador
Tesoureiro	01	35	CPES1050	2.131,54	Ensino Superior
Assistente Legislativo	02	35	CPEA3020	1.765,58	Ensino Médio
Assistente Administrativo	05	35	CPEA3030	1.146,28	Ensino Médio
Telefonista	02	30	CPEA3050	966,40	Ensino Médio
Motorista	01	44	CPEA3060	931,12	Ensino Médio e Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D"

ANEXO - I-A											
SUPERIOR											
APOIO GERAL											
Clas.	Ref.	CPES1010	CPES1020	CPES1030	CPES1040	CPES1050	CPEA3020	CPEA3030	CPEA3050	CPEA3060	CPEA3010
I	A	4.094,79	3.789,24	3.574,78	3.517,04	2.131,54	1.765,58	1.146,28	966,40	931,12	693,45
	B	4.156,21	3.846,08	3.628,40	3.569,80	2.163,51	1.792,06	1.163,47	980,90	945,09	703,85
	C	4.218,55	3.903,77	3.682,82	3.623,34	2.195,97	1.818,94	1.180,93	995,61	959,26	714,41
	D	4.281,83	3.962,33	3.738,07	3.677,69	2.228,91	1.846,23	1.198,64	1.010,54	973,65	725,13
	E	4.346,06	4.021,76	3.794,14	3.732,86	2.262,34	1.873,92	1.216,62	1.025,70	988,26	736,00
II	A	4.411,25	4.082,09	3.851,05	3.788,85	2.296,27	1.902,03	1.234,87	1.041,09	1.003,08	747,04
	B	4.477,42	4.143,32	3.908,81	3.845,68	2.330,72	1.930,56	1.253,39	1.056,70	1.018,13	758,25
	C	4.544,58	4.205,47	3.967,45	3.903,37	2.365,68	1.959,52	1.272,19	1.072,55	1.033,40	769,62
	D	4.612,75	4.268,55	4.026,96	3.961,92	2.401,16	1.988,91	1.291,28	1.088,64	1.048,90	781,17
	E	4.681,94	4.332,58	4.087,36	4.021,35	2.437,18	2.018,75	1.310,65	1.104,97	1.064,63	792,88
III	A	4.752,17	4.397,57	4.148,67	4.081,67	2.473,74	2.049,03	1.330,30	1.121,55	1.080,60	804,78
	B	4.823,45	4.463,53	4.210,90	4.142,89	2.510,85	2.079,76	1.350,26	1.138,37	1.096,81	816,85
	C	4.895,80	4.530,49	4.274,07	4.205,04	2.548,51	2.110,96	1.370,51	1.155,45	1.113,26	829,10
	D	4.969,24	4.598,44	4.338,18	4.268,11	2.586,74	2.142,62	1.391,07	1.172,78	1.129,96	841,54
	E	5.043,78	4.667,42	4.403,25	4.332,13	2.625,54	2.174,76	1.411,94	1.190,37	1.146,91	854,16
IV	A	5.119,44	4.737,43	4.469,30	4.397,12	2.664,92	2.207,38	1.433,12	1.208,22	1.164,12	866,97
	B	5.196,23	4.808,49	4.536,34	4.463,07	2.704,89	2.240,50	1.454,61	1.226,35	1.181,58	879,98
	C	5.274,17	4.880,62	4.604,38	4.530,02	2.745,47	2.274,10	1.476,43	1.244,74	1.199,30	893,18
	D	5.353,28	4.953,83	4.673,45	4.597,97	2.786,65	2.308,21	1.498,58	1.263,41	1.217,29	906,58
	E	5.433,58	5.028,14	4.743,55	4.666,94	2.828,45	2.342,84	1.521,06	1.282,37	1.235,55	920,17
V	A	5.515,09	5.103,56	4.814,70	4.736,94	2.870,88	2.377,98	1.543,87	1.301,60	1.254,08	933,98
	B	5.597,81	5.180,11	4.886,92	4.808,00	2.913,94	2.413,65	1.567,03	1.321,12	1.272,89	947,99
	C	5.681,78	5.257,81	4.960,23	4.880,12	2.957,65	2.449,85	1.590,54	1.340,94	1.291,99	962,21
	D	5.767,01	5.336,68	5.034,63	4.953,32	3.002,01	2.486,60	1.614,39	1.361,06	1.311,37	976,64
	E	5.853,51	5.416,73	5.110,15	5.027,62	3.047,04	2.523,90	1.638,61	1.381,47	1.331,04	991,29
VI	A	5.941,31	5.497,98	5.186,80	5.103,03	3.092,75	2.561,76	1.663,19	1.402,19	1.351,00	1.006,16
	B	6.030,43	5.580,45	5.264,61	5.179,58	3.139,14	2.600,19	1.688,14	1.423,23	1.371,27	1.021,25
	C	6.120,89	5.664,16	5.343,58	5.257,27	3.186,23	2.639,19	1.713,46	1.444,57	1.391,84	1.036,57
	D	6.212,70	5.749,12	5.423,73	5.336,13	3.234,02	2.678,78	1.739,16	1.466,24	1.412,72	1.052,12
	E	6.305,90	5.835,36	5.505,08	5.416,17	3.282,53	2.718,96	1.765,25	1.488,24	1.433,91	1.067,90
VII	A	6.400,48	5.922,89	5.587,66	5.497,42	3.331,77	2.759,74	1.791,73	1.510,56	1.455,42	1.083,92
	B	6.496,49	6.011,73	5.671,48	5.579,88	3.381,74	2.801,14	1.818,60	1.533,22	1.477,25	1.100,18
	C	6.593,94	6.101,91	5.756,55	5.663,58	3.432,47	2.843,16	1.845,88	1.556,22	1.499,41	1.116,68
	D	6.692,85	6.193,44	5.842,90	5.748,53	3.483,96	2.885,80	1.873,57	1.579,56	1.521,90	1.133,43
	E	6.793,24	6.286,34	5.930,54	5.834,76	3.536,22	2.929,09	1.901,67	1.603,25	1.544,72	1.150,43

Art. 3º Fica alterado o Anexo II, do Quadro de Provimento em Comissão da Câmara Municipal, da Lei Complementar nº 113 de 2007, com a alteração salarial do cargo de Diretor-Geral, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

ANEXO II
QUADRO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Classe	Cargo	Nº de Cargo	Carga Horária	Nível	Habilitação
Direção	Diretor-Geral	01	35	CPCD1001	Ensino Superior
Coordenação					
Assessoramento					

QUADRO DE NÍVEIS E VENCIMENTOS

CPCD1001	R\$ 5.665,00

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento da Câmara Municipal de Caçador, abaixo relacionadas:

01.031.001.2.001 – Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais da Câmara Municipal
3.1.90.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas
3.1.90.11.00.00.00.00.0 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
3.1.90.11.01.00.00.00.0 – Vencimentos e Salários

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

CONTADOR

Habilitação Exigida

Para ingresso na carreira: Ensino Superior em Ciências Contábeis com registro no órgão fiscalizador

Atribuições do cargo:

- planejar, organizar e supervisionar os serviços quanto à concepção, planejamento e estrutura da contabilidade geral;
- emitir pareceres nos processos administrativos e de ordem financeira;
- elaborar e exercer controle da execução do orçamento da Câmara;
- elaborar demonstrativos mensais, balancetes, balanços e prestação de contas da Câmara;
- elaborar relatórios de gestão fiscal e de execução orçamentária;
- acompanhar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo Poder Legislativo;
- controlar o saldo de dotações orçamentárias;
- manter sob sua responsabilidade toda a documentação contábil e financeira;
- realizar auditoria contábil financeira;
- programar e planejar auditoria interna;
- atender e acompanhar os trabalhos de auditoria interna e externa;
- acompanhar o controle interno e externo;
- exarar pareceres sobre Balanços e Balancetes da Administração direta e indireta;
- assessorar vereadores sobre matérias orçamentárias, tributárias, financeiras e outras relacionadas à Contabilidade Pública;
- elaborar e supervisionar o Plano Plurianual de Investimentos, o Orçamento Anual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- assessorar no planejamento e elaboração de projetos sobre matérias orçamentárias e financeiras;
- elaborar planos técnicos de organização e reorganização e pesquisas operacionais;
- acompanhar contratos e convênios sujeitos ao controle contábil e financeiro;
- manter o controle de operações financeiras;
- propor abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;
- analisar indicadores de desempenho financeiro e de gestão;
- elaboração e análise de projetos, inclusive quanto à viabilidade econômica;
- avaliar acervos patrimoniais e verificação de haveres e obrigações, para quaisquer finalidades, inclusive de natureza fiscal;
- organizar, acompanhar e controlar a apuração, cálculo e registro de custos, em qualquer sistema ou concepção;
- fazer a remessa ao Poder Executivo das informações necessárias à consolidação das contas, na forma, prazo e condições estabelecidas pela legislação vigente;
- manter controle e guarda de livros contábeis e fiscais, bem como dos documentos relativos à vida patrimonial;
- organizar e manter sistema de controle patrimonial;
- executar tarefas correlatas.

Carga Horária: 35 horas semanais

CONTROLADOR INTERNO

Habilitação Exigida

Para ingresso na carreira: Ensino Superior em Direito, Ciências Contábeis, Administração de Empresas ou Economia com registro no órgão fiscalizador

Atribuições do cargo:

- coordenar as atividades do sistema de controle interno na Câmara Municipal;
- exercer os controles estabelecidos pela Central de Controle Interno;
- exercer o controle sobre o uso e guarda de bens;
- avaliar a execução dos contratos, convênios, metas e limites constitucionais legais;
- interpretar e pronunciar sobre a legislação pertinente;
- avaliar o cumprimento de metas, programas e objetivos;
- controlar sistemas de auditorias internas;
- garantir o cumprimento das normas técnicas, administrativas e legais;
- comprovar a legitimidade dos atos de gestão;
- apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- seguir e aplicar as instruções normativas estabelecidas pela Central de Controle Interno;
- Apurar atos e fatos ilegais ou irregulares, praticado por agentes públicos na utilização dos recursos públicos;
- encaminhar relatório de atividades para o chefe do poder legislativo e para a Central de Controle Interno;
- realizar o acompanhamento e o controle, cabendo-lhe, analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade os atos administrativos, operacionais e de gestão;
- controlar os bens patrimoniais da Câmara;
- controlar contas dos responsáveis por recursos financeiros;
- fiscalizar o controle de uso, abastecimento e manutenção dos veículos da Câmara Municipal e o uso de telefone fixo e móvel;
- manter controle dos atos e fatos legais do legislativo;
- assinar o Relatório de Gestão Fiscal, junto com o contador responsável e o Presidente da Câmara (art. 54 da Lei Complementar n. 101/2000);
- alertar sobre a necessidade de medidas corretivas, a instauração de tomada de contas especial e/ou de processo administrativo;
- executar as tomadas de contas especiais determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado;
- comunicar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não foram adotadas quaisquer providências pela Autoridade Administrativa;
- encaminhar ao Controle Central do Município e ao Tribunal de Contas os Relatórios em cumprimento ao estabelecido nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar n. 101/2000;
- alimentar e encaminhar dados do Sistema e-Sfinge;
- seguir a normatização, sistematização e padronização dos procedimentos operacionais dos órgãos e das unidades integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal;
- apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos, dar ciência ao controle externo e ao Órgão Central e, quando for o caso, comunicar à unidade responsável pela contabilidade, para as providências cabíveis;
- auxiliar o Órgão Central na aferição da adequação dos mecanismos de controle social sobre os programas contemplados com recursos oriundos dos orçamentos do Município
- observar às normas editadas pelo Controle Interno Central e pelo Tribunal de Contas, quanto aos procedimentos que devem ser adotados tanto em relação às atividades próprias do controle interno;
- participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;
- realizar outras atribuições afins.

Carga Horária: 35 horas semanais

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Habilitação Exigida:

Para ingresso na carreira: Ensino Médio e conhecimentos básicos em informática.

Atribuições do cargo:

- participar da elaboração ou desenvolvimento de estudos, levantamentos, planejamento e implantação de serviços e rotinas de trabalho;
- examinar a exatidão de documentos, conferindo, efetuando registros, observando prazos, datas, posições financeiras, informando sobre o andamento do assunto pendente e, quando autorizado pela chefia, adotar providências de interesse da Câmara;
- auxiliar o profissional de nível superior na realização de estudos de simplificação de tarefas administrativas, executando levantamento de dados, tabulando e desenvolvendo estudos organizacionais;
- redigir documentos legais, relatórios que exijam pesquisas específicas e correspondências que tratam de assuntos de menor complexidade;
- interpretar leis, regulamentos e instruções relativas a assuntos de administração geral, para fins de aplicação;
- executar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos;
- colaborar com o técnico da área na elaboração de manuais de serviço e outros projetos afins, coordenando as tarefas de apoio administrativo;
- instruir e executar os procedimentos de aquisição de materiais e serviços compreendendo a execução de compras pelo sistema de registro de preço e pelo pregão eletrônico, operação e manutenção do portal eletrônico de compras, execução de compras diretas, execução dos atos preparatórios para a elaboração de termos e contratos bem como executar atividades relativas a armazenagem e a distribuição dos materiais de uso de consumo da Câmara;
- elaborar requisições de compras;
- executar atividades relativas ao cadastro compreendendo atividades de registro, exclusão e alteração cadastral, com o objetivo de manter a base de dados atualizada e abrangendo as necessidades de consumo;
- efetuar serviços de rotina como redação de informações, ofícios, memorandos e digitação em geral;
- elaborar, ordenar, conferir atualizar e arquivar formulários, documentos, ofícios, fichários, arquivos e relatórios administrativos;
- classificar e preparar documentos e materiais para microfilmagem, encadernação e arquivo;
- operar equipamentos de fotocópias, fax e impressoras;
- realizar eventual entrega de documentos e recebimentos de material e malotes;
- conferir os materiais e serviços adquiridos, estocando-os e distribuindo-os de acordo com as requisições;
- auxiliar no controle dos contratos, seguros e garantias, verificando prazos de validade;
- verificar periodicamente, manter o controle e o registro de estoques de utensílios, material de consumo e de expediente, providenciando sua reposição;
- efetuar o registro patrimonial dos bens da Câmara;
- controlar a entrega e o recebimento dos equipamentos e/ou materiais aos diversos setores;
- selecionar, catalogar, classificar, e atualizar acervo bibliográfico;
- atender a solicitações interna e externa de documentos arquivados controlando sua saída e providenciando fotocópias;
- prestar serviços administrativos nos diversos setores da Câmara, para qual for designado;
- outras tarefas afins.

Carga Horária: 35 horas semanais

TELEFONISTA**Habilitação Exigida**

Para ingresso na carreira: Ensino Médio com conhecimentos básicos em informática

Atribuições do cargo:

- receber e efetuar ligações telefônicas, operando mesa/central telefônica, anotando e repassando recados, transferindo ligações para ramais, checando funcionamento dos mesmos, a fim de garantir que as comunicações telefônicas sejam eficazes;
- manter atualizada lista de ramais, correlacionando as com as unidades e seus servidores, bem como consultar lista telefônica para auxiliar na operação da mesa e cadastrar telefones, localidades, códigos DDD e DDI, tarifas e outras informações de localidades de interesse público;
- zelar pela conservação do equipamento que utiliza;
- atender ao público/comunidade em geral, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos;
- elaborar informes e relatórios, realizando pesquisas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- realizar outras atribuições compatíveis com sua atuação profissional, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

Carga Horária: 30 horas semanais

MOTORISTA**Habilitação Exigida**

Para ingresso na carreira: Ensino Médio e Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D"

- dirigir e conservar veículos automotores da Câmara Municipal, conduzindo-os em trajetos de acordo com as normas do código de trânsito, zelando pela segurança dos passageiros;
- conduzir vereadores e servidores em viagens a serviço ou de representação;
- conduzir vereadores e servidores a serviço da Câmara Municipal dentro do Município;
- transportar documentos, malotes, carga em geral da Câmara Municipal dentro do Município;
- preencher formulários e roteiros de viagem ou de trabalho;
- realizar o registro de saídas e chegadas, registrando os horários, quilometragem e percurso realizado;
- promover a manutenção do veículo, verificando as condições de funcionamento de combustível, água, bateria, pneus, óleos, etc.;
- realizar reparos de emergência, como troca de pneus, regulagens de motor, etc.;
- lavar e realizar o polimento do veículo;
- informar irregularidades ou defeitos no veículo, providenciando os reparos necessários;
- conhecer a malha viária local;
- executar outras atividades correlatas.

Carga Horária: 44 horas semanais

ANEXO IV**QUADRO DE CARGOS EM EXTINÇÃO**

Cargo	Nº de Cargos	Carga Horária	Nível	Vencimento	Habilitação
Auxiliar de Serviços Gerais	03	40	CPEA3010	693,44	Ensino Médio

Lei Nº 2.768

L E I Nº 2.768, de 16 de dezembro de 2010.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias, do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 418.000,00 (quatrocentos e dezoito mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.243.0005.2.026 - Manutenção do Programa Sentinela
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 39.000,00
08.244.0005.2.029 - Manutenção do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 14.000,00
08.244.0005.2.030 - Manutenção da Secretaria do Bem Estar Social
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 345.000,00
3.1.91.00 - Transferências Intra-Orçamentárias R\$ 20.000,00
SOMA R\$ 418.000,00
TOTAL R\$ 418.000,00
(quatrocentos e dezoito mil reais).

Art. 2º Para atender as suplementações orçamentárias realizadas nas formas dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.1.189 - Construção da Cozinha Comunitária
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
4.4.90.00.24 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
08.241.0005.2.022 - Manutenção do Programa de Assistência ao Idoso
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 81.000,00
08.244.0005.2.027 - Manutenção do Programa de Apoio à Mulher - PAM
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 197.000,00
SOMA R\$ 418.000,00
TOTAL R\$ 418.000,00
(quatrocentos e dezoito mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.769

L E I Nº 2.769, de 16 de dezembro de 2010.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias, do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.1.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
3.3.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
3.3.90.00.0023 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
3.3.90.00.0064 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
3.3.90.00.0065 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00
SOMA R\$ 860.000,00
TOTAL R\$ 860.000,00
(oitocentos e sessenta mil reais):

Art. 2º Para atender as suplementações orçamentárias realizadas nas formas dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

14.05 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Divisão de Serviços de Saneamento Básico
17.512.0012.2.040 - Ampliação e Manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 480.000,00
17.512.0013.2.041- Manutenção, Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 380.000,00
SOMA R\$ 860.000,00
TOTAL R\$ 860.000,00
(oitocentos e sessenta mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.770

L E I Nº 2.770, de 16 de dezembro de 2010.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias, do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, no valor total de R\$ 842.000,00 (oitocentos e quarenta e dois mil reais):

02.01 - SECRETARIA DO Gabinete do Prefeito
04.122.0002.2.006 - Manutenção da Assessoria Jurídica
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
SOMA R\$ 25.000,00

02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria da Administração e Fazenda
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
SOMA R\$ 100.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
15.452.0020.2.071- Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
15.452.0020.2.072 - Manutenção de Vias Urbanas
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
SOMA R\$ 300.000,00

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
06.181.0004.2.019 - Manutenção da Guarda Municipal
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
SOMA R\$ 30.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.0011.2.046 - Aplicações de Recursos do FUNDEB 60%
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
12.361.0011.2.048 - Aplicações do Salário Educação
3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 42.000,00
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

12.365.0011.2.055 - Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
12.361.0011.1.031- Construção e Reforma de Quadras de Esportes
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
SOMA R\$ 282.000,00

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO INTERIOR
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 38.000,00
SOMA R\$ 38.000,00

02.08 - Gabinete do VICE-PREFEITO
04.122.0002.2.158 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Prefeito
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
SOMA R\$ 20.000,00

02.09 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
22.661.0027.2.099-Manutenção da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 27.000,00
22.661.0027.2.101- Manutenção do Parque de Exposição
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
SOMA R\$ 47.000,00
TOTAL R\$ 842.000,00
(oitocentos e quarenta e dois mil reais).

Art. 2º Em atendimento as suplementações realizadas na forma disposta no art. 1º, serão utilizados recursos de anulação de dotações no valor total de R\$ 842.000,00 (oitocentos e quarenta e dois mil reais), conforme segue:

02.01 - SECRETARIA DO Gabinete do Prefeito
04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
04.122.0002.2.157-Manutenção da Intendência
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
04.122.0033.2.013 - Contribuições Financeiras a Entidades
3.3.90.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 50.000,00
SOMA R\$ 145.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
15.451.0017.1.039 - Acessibilidade e Mobilidade
4.4.90.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 300.000,00
SOMA R\$ 300.000,00

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
06.181.0004.2.016 - Manutenção da Segurança Pública
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
SOMA R\$ 30.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.0011.1.030 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas

Municipais

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 132.000,00
SOMA R\$ 282.000,00

02.07- SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO INTERIOR
20.606.0026.2.098 - Programa de Subsídio para Implantação de Agroindústrias
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 38.000,00
SOMA R\$ 38.000,00

02.09 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
22.661.0027.2.159 - Manutenção do Programa Ciampec
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 47.000,00
SOMA R\$ 47.000,00
TOTAL R\$ 842.000,00
(oitocentos e quarenta e dois mil reais)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.771

L E I Nº 2.771, de 16 de dezembro de 2010.
Autoriza efetuar o pagamento de aluguel de um barracão comercial como forma de incentivo à empresa Macçã Indústria e Comércio de Desidratados Ltda.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento do aluguel de um barracão comercial, localizado neste Município de Caçador, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, como forma de incentivo à instalação, em nosso Município, da empresa Macçã Indústria e Comércio de Desidratados Ltda., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 81.168.809/0001-29, na forma estabelecida abaixo:

I - do 1º (primeiro) ao 12º (décimo segundo) mês, R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);
II - do 13º (décimo terceiro) ao 24º (vigésimo quarto) mês, R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador:

02.09 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
22.661.27.2.104 - Implantação de Incubadora de Inovação Tecnológica
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro

de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.772

L E I Nº 2.772, de 16 de dezembro de 2010.

Autoriza a cessão de uso de um rolo compactador à Prefeitura Municipal de Timbó Grande.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a ceder para o uso da Prefeitura Municipal de Timbó Grande, com sede na Rua Santa Cecília, 385, Timbó Grande, Santa Catarina, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 78.497.492/0001-60, um rolo compactador pertencente a esta Prefeitura Municipal, conforme o Termo de Cessão de Uso anexo, que fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único. O rolo compactador se destina única e exclusivamente ao uso da Cessionária, para efetuar serviços de manutenção da estrada TG 219 que liga Caçador a Timbó Grande.

Art. 2º O prazo de duração desta cessão será de 20 (vinte) dias, a contar da assinatura do aludido termo, podendo a Cedente retomar o objeto desta, a qualquer momento, independentemente de notificação ou interpelação judicial.

Art. 3º A Cessionária fica responsável pelo rolo compactador e por todas as despesas decorrentes de sua utilização, bem como sua restituição em perfeitas condições de uso, não obrigando a Cedente a ressarcir qualquer despesa efetuada pela Cessionária com eventuais despesas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

TERMO DE CESSÃO DE USO

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, por seu órgão representativo, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, com sede na Rua Santa Catarina, nº 195, nesta cidade de Caçador, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. SAULO SPEROTTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Cidade de Caçador, de ora em diante denominado simplesmente CEDENTE, concede CESSÃO DE USO a PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE, inscrita no CNPJ sob o nº 78.497.492/0001-60, com sede na Rua Santa Cecília, nº 385, na cidade de Timbó Grande, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VALDIR CARDOSO DOS SANTOS, de ora em diante denominado simplesmente CESSIONÁRIA, estabelecendo as cláusulas e condições da cessão de uso na forma abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A presente cessão de uso tem como objeto 01 (um) rolo compactador.

CLÁUSULA SEGUNDA - A presente cessão de uso se dará por 20 (vinte) dias, a contar da assinatura do presente termo, podendo a

Cedente retomar o objeto desta, a qualquer momento, independente de notificação ou interpelação judicial em havendo descumprimento do pactuado.

CLÁUSULA TERCEIRA - O objeto da presente cessão, destina-se exclusivamente ao uso da Cessionária, para efetuar serviços de manutenção da estrada TG 219 que liga Caçador a Timbó Grande.

CLÁUSULA QUARTA - A Cessionária responsabiliza-se pelo objeto e por todas as despesas decorrentes de sua utilização, bem como sua restituição em perfeitas condições de uso.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente termo em três vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Caçador, 16 de dezembro de 2010.

CEDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

CESSIONÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE

VALDIR CARDOSO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

Lei Nº 2.773

L E I Nº 2.773, de 16 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre a imunidade tributária municipal ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IF-SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder imunidade tributária municipal ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IF-SC, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 11.402.887/0001-60, com sede na Avenida Fahdo Thomé, neste Município de Caçador.

Art. 2º Nas taxas municipais isentas, estão inclusas as de:

I - alvará de licença e funcionamento;

II - alvará sanitário;

III - protocolo;

IV - propaganda e publicidade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.774

L E I Nº 2.774, de 16 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre o estacionamento controlado de veículos, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes

do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Caçador autorizado a criar áreas específicas de estacionamento controlado de veículos em ruas centrais da cidade de Caçador.

Art. 2º As vias urbanas do estacionamento controlado, denominado ESTAR, serão definidas pelo Órgão Executivo de Trânsito Municipal em conjunto com o IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador, submetido à aprovação do Prefeito e regulamentado por Decreto Municipal.

Art. 3º Nas vagas estabelecidas no estacionamento rotativo ESTAR, poderão estacionar somente automóveis, motocicletas e camionetes com comprimento não superior a 5,0 metros quando em estacionamento oblíquo.

Parágrafo único. Em se tratando de estacionamento paralelo ao meio fio, qualquer veículo poderá estacionar, desde que seja permitido sua circulação e estacionamento.

Art. 4º Os locais de estacionamento rotativo serão devidamente identificados com sinalização vertical e as vagas com sinalização horizontal, e funcionarão no período compreendido de segunda a sexta-feira entre as 08h30min até 12 horas e entre as 13h:30min até 17h:30min, e aos sábados das 09 até 12 horas.

Art. 5º O Poder Executivo poderá conceder a empresa particular ou entidade beneficente, através de concorrência pública, o direito de explorar os locais destinados ao estacionamento rotativo, denominado de ESTAR.

Art. 6º Compete a Administração Pública Municipal instituir o valor da tarifa aos usuários das áreas incluídas no Sistema de Estacionamento Rotativo, tendo o valor apurado através de planilha de custos, calculado de acordo com os gastos de manutenção do Sistema e fixado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo atualizado sempre que se mostrar em desequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 7º Não estão sujeitos ao pagamento pela utilização do Estacionamento Rotativo:

I - os veículos oficiais do serviço público federal, estadual e municipal, devidamente identificados;

II - os veículos da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e as ambulâncias;

III - os veículos que permanecerem estacionados por um período de tempo não superior a 10 (dez) minutos;

IV - os veículos prestadores de serviços de utilidade pública, quando se encontrarem em efetiva operação no local de prestação dos serviços a que se destinam e devidamente identificados pelo acionamento do dispositivo luminoso;

V - os veículos de órgãos e empresas públicas municipais, estaduais e federais, quando estiverem em serviço e que possuam placas ou letreiros externos que os identifiquem.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, são considerados veículos prestadores de utilidade pública:

a) os destinados à manutenção e reparo de redes de energia elétrica, de água e esgotos, de gás combustível canalizado, de

telecomunicações e de comunicações telefônicas;

b) os que se destinam à conservação, manutenção e sinalização viária, quando a serviço de órgão executivo de trânsito;

c) os destinados ao socorro mecânico de emergência nas vias abertas à circulação pública;

d) os veículos especiais destinados ao transporte de valores;

e) os veículos destinados ao serviço de escolta, quando registrados em órgão rodoviário para tal finalidade.

Art. 8º Será permitido a utilização do espaço destinado ao estacionamento rotativo de veículos para o acondicionamento de equipamentos de depósito e recolhimento de materiais, assim como a interdição de parte do estacionamento para execução de serviços.

I - para a utilização deste espaço, conforme o que se refere este artigo será necessário o recolhimento de tarifa junto a Entidade responsável pelo estacionamento rotativo, e previa autorização especial de utilização do espaço fornecida pelo Órgão Municipal de Trânsito;

II - o valor da tarifa será calculado levando em consideração o tempo e a quantidade de vagas a serem utilizadas. Para o estacionamento perpendicular será calculado um espaço de 5 metros como referência de uma vaga. Para o estacionamento oblíquo, será considerada uma vaga delimitada pela sinalização horizontal. Para base de cálculo o valor de cada vaga será fixada por decreto municipal;

III - a autorização a ser concedida pelo Órgão de Trânsito deverá ser requerida com antecedência mínima de dois dias úteis, devendo ser protocolado o pedido na secretaria do respectivo Órgão.

Parágrafo único. Não se aplicam a este artigo a operação de Carga e Descarga nos locais e horários estabelecidos em legislação própria.

Art. 9º Será penalizado com multa e sua respectiva medida administrativa, todo o veículo que estiver estacionado irregularmente.

Art. 10. Considerar-se-á estacionamento irregular, de acordo com a legislação de trânsito em vigor, o veículo que:

I - permanecer estacionado sem portar o cartão de estacionamento;

II - estiver com o cartão preenchido de forma incorreta, incompleta ou a lápis;

III - portar o cartão já utilizado, rasurado ou suspeito de uso indevido;

IV - ultrapassar o tempo máximo permitido de estacionamento;

V - estacionar fora do espaço delimitado da vaga no estacionamento oblíquo.

Art. 11. Como forma de garantir a eficiência do Sistema, o período máximo de permanência do veículo na mesma vaga, destinada ao Estacionamento Rotativo é de 01 (uma) hora, prorrogável por mais 01 (uma) hora.

I - para haver a prorrogação que trata este artigo, será necessário o preenchimento de dois cartões, que deverão ser colocados juntos no veículo, não sendo aceito a colocação do segundo cartão posterior ao vencimento do primeiro cartão;

II - após espirado o prazo de estacionamento, o veículo somente poderá utilizar outra vaga do sistema de estacionamento rotativo na mesma rua em outra quadra.

Art. 12. Será emitido cartão de aviso de irregularidade ao veículo que cometer qualquer das infrações estabelecidas nesta lei, e estes avisos serão fiscalizados pelos agentes da autoridade de trânsito que no ato preencherão o auto de infração de trânsito.

Parágrafo único. Nas vagas devidamente sinalizadas em frente às farmácias, o estacionamento será permitido gratuitamente e por tempo determinado não superior a quinze minutos.

Art. 13. O controle dos serviços será efetuado pela Administração Pública, através da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda que fica responsável pelo controle e fiscalização financeira, e do Órgão Executivo de Trânsito que fica responsável pelo controle e fiscalização do funcionamento do estacionamento rotativo.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogadas as Lei nºs 853, de 16 de dezembro de 1994, 1.742, de 14 de maio de 2002 e 2.362, de 25 de agosto de 2006.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.775

L E I Nº 2.775, de 16 de dezembro de 2010.

Especifica as áreas de estacionamento nas vias públicas que poderão ser regulamentadas e estabelecidas como estacionamento de curta duração.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Ficam especificadas as áreas de estacionamento nas vias públicas que poderão ser regulamentadas e estabelecidas como estacionamento de curta duração, nos termos do inciso VII do art. 2º da Resolução nº 302 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Art. 2º Área de estacionamento de curta duração é a parte da via sinalizada para estacionamento gratuito, com o uso obrigatório do pisca-alerta ativado, em período de tempo determinado e regulamentado de até 30 minutos.

Art. 3º Para efeito desta Lei são definidas como áreas de estacionamento de curta duração as seguintes áreas de estacionamento:

- I - das farmácias, não podendo a área regulamentada ser superior a de sua testada;
- II - nos educandários, as vagas serão regulamentadas em frente à testada, não podendo ser superior a trinta metros, nos dias e horários determinados conforme a entrada e saída dos alunos;
- III - nos hospitais e unidades de saúde, não podendo a área regulamentada ser superior a sua testada;
- IV - nos prédios públicos, não podendo a área regulamentada ser superior a sua testada;
- V - nas empresas que dispõe de transporte de passageiros para os funcionários, em frente à sua testada, nos dias e horários

determinados conforme a entrada e saída dos funcionários.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.776

L E I Nº 2.776, de 16 de dezembro de 2010.

Autoriza realizar serviços de pavimentação asfáltica na empresa Curtume Viposa S/A Indústria e Comércio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar serviços de pavimentação asfáltica no pátio da empresa Curtume Viposa S/A Indústria e Comércio, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Dr. Moacir Sampaio, nº 532, neste Município, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.054.437/0001-35, numa extensão total de 1.762,18 m2 (um mil, setecentos e sessenta e dois metros e dezoito decímetros quadrados) de área, sendo 1.242,28m2 (um mil, duzentos e quarenta e dois metros e vinte e oito decímetros quadrados) com espessura de 6,4cm (seis vírgula quatro centímetros) na área 01 e 519,90m2 (quinhentos e dezenove metros e noventa decímetros quadrados) com espessura de 8,0cm (oito centímetros) na área 02, sendo as duas áreas situadas na parte interna sobre a superfície do paralelepípedo existente.

Art. 2º A empresa beneficiária arcará com as despesas de material pétreo e asfáltico necessários para a execução dos serviços, bem como com os demais custos com a operacionalização, conforme orçamento realizado pelo IPPUC.

§ 1º A Prefeitura Municipal somente poderá autorizar o início da execução dos serviços após comprovação do recolhimento pela beneficiária, dos valores a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º A Prefeitura Municipal encaminhará à Câmara Municipal cópia do comprovante do pagamento efetuado pela beneficiária, no prazo de até 10 dias contados do recolhimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Resumo Ata de Habilitação CV 08/2010 - FUNDEMA

RESUMO ATA DE HABILITAÇÃO CV 08/2010 - FUNDEMA
CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA, sem representante presente,
CONSTRUTORA MAYOR LTDA, sem representante presente,
CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA, sem representante presente,
Inicialmente procedeu-se a abertura dos envelopes de habilitação, após análise da documentação a Comissão verificou que as

empresas cumpriram as exigências do Edital, estando habilitadas a participarem do presente processo, desta forma, abre-se o prazo legal de 02 (dois) dias úteis para apresentação de eventuais recursos, tendo em vista que os representantes legais não encontram-se presentes, no entanto, solicita-se que, caso não haja interesse de apresentação de recursos as empresas manifestem-se por escrito visando agilizar o presente processo.

Suspensão CC 03-2009 PREFEITURA **SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO**

EDITAL: CONCORRÊNCIA nº 03/2009 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR
OBJETO: Suspende-se o presente processo para análise de recursos interpostos.

Maiores Informações no Departamento de Licitações, Situado na Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br

Caçador, 15 de dezembro de 2010.

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto Legislativo Nº 159, de 16 de dezembro de 2010.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 159, de 16 de dezembro de 2010.
Homologa o Termo de Convênio celebrado entre o Município de Caçador e a Comunidade Terapêutica Beth El.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 15 de dezembro de 2010, aprovou e ele promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio, celebrado entre o Município de Caçador e a Comunidade Terapêutica Beth El, inscrito no CNPJ sob o nº 11.291.761/0001-66, com sede na Rua Príncipe da Paz, s/n, Linha Cachoeirinha, neste Município, objetivando a prestação de serviços de assistência, destinados a recuperação de dependentes químicos e de álcool, conforme Termo de Convênio que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 2010.
DARCI RIBEIRO DOS SANTOS,
Presidente.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Vice-Presidente.

ALCEDIR FERLIN,
1º Secretário.

ITACIR JOÃO FIORESE,
2º Secretário.

Decreto Legislativo Nº 160, de 16 de dezembro de 2010.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 160, de 16 de dezembro de 2010.
Homologa o Termo de Convênio de Cooperação, celebrado entre o Município de Caçador e o Serviço Nacional de Aprendizagem

Comercial - SENAC/Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 15 de dezembro de 2010, aprovou e ele promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio de Cooperação, celebrado entre o Município de Caçador e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/Caçador, inscrito no CNPJ sob o nº 03.603.739/0001-86, com sede na Rua Sete de Setembro, 169, Centro, neste Município, objetivando o repasse de valores de verbas a servidores públicos municipais a título de concessão de bolsas de estudo, conforme Termo de Convênio que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 2010.
DARCI RIBEIRO DOS SANTOS,
Presidente.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Vice-Presidente.

ALCEDIR FERLIN,
1º Secretário.

ITACIR JOÃO FIORESE,
2º Secretário.

Resolução Nº 080, de 16 de dezembro de 2010.

RESOLUÇÃO Nº 080, de 16 de dezembro de 2010.

Institui a Cartilha dos Programas da Câmara Municipal de Caçador. A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais, etc

A P R O V A:

Art. 1º Fica instituída a Cartilha dos Programas da Câmara Municipal de Caçador, conforme segue:

- I - CMC ONLINE;
- II - VEREADORES NA REDE;
- III - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA;
- IV - TV CÂMARA ONLINE;
- V - AGENDE-SE;
- VI - PAINEL ELETRÔNICO;
- VII - FALA VEREADOR;
- VIII - ACERVO CMC;
- IX - ESPAÇO CULTURAL;
- X - A PALAVRA É SUA;
- XI - RECICLANDO IDEIAS;
- XII - INFORME LEGISLATIVO;
- XIII - CÂMARA VAI À ESCOLA:
 - a) PORTAS ABERTAS;
 - b) CAÇADORES DO BEM;
 - c) MIRINS NA ESTRADA.

- XIV - SELO SOCIAL DE CAÇADOR;
- XV - EDUCADOR NOTA DEZ;
- XVI - CIDADÃO HONORÁRIO/CIDADÃO BENEMÉRITO;
- XVII - DESBRAVADOR CAÇADORENSE;
- XVIII - GALERIA DESBRAVADOR CAÇADORENSE - 2010;
- XIX - TVAL em Caçador;
- XX - BALCÃO DA CIDADANIA.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão a conta de dotações próprias do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 2010.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS,
Presidente.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Vice-Presidente.

ALCEDIR FERLIN,
1º Secretário.

ITACIR JOÃO FIORESE,
2º Secretário.

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.655 de 16 de Dezembro de 2010

LEI Nº 3.655 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010
AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMÓVEL
PÚBLICO SITUADO NO DISTRITO INDUSTRIAL II
E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o concedido o direito de uso do Lote nº 06 do Distrito Industrial II do Município de Campo Alegre, à situado na Rod. SC-427, medindo 30.060,48m² (trinta mil, sessenta, vírgula quarenta e oito decímetros quadrados), pelo prazo de 05 (cinco anos) consecutivos, contados a partir da presente data, à Empresa: MCA TEXTIL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.470.242/0001-08, devendo a concessão observar os preceitos da Lei Municipal nº 2.230/97 e suas alterações.

§ 1º) Fica concedida a Isenção de pagamento do IPTU - Imposto Territorial Urbano pelo período de 05 (cinco anos).

§ 2º) Fica concedida a Isenção de pagamento do ISS - Imposto Sobre Serviços pelo prazo de 05 (cinco anos).

Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre, outorgar a doação do imóvel à empresa por justificado interesse público ou, prorrogar a concessão de direito de uso, conforme o caso.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos Artigos 1º e 2º desta Lei estão condicionadas ao uso para atividades industriais, devendo o bem retornar a propriedade do Município se não mais for atendida esta finalidade.

§1º. O prazo para início das atividades industriais é de 06 (seis) meses, contados da assinatura do Termo de Concessão, sob pena de revogação da concessão de que trata a presente Lei, seguida da imediata imissão de posse do Município sobre a área

concedida, sem prejuízo da adoção de medidas administrativas e judiciais para a responsabilização da empresa concessionária, no caso de eventual prejuízo à Municipalidade.

§2º. Além das vedações expressas na Lei Municipal n.º 2.230/97, fica vedado à empresa mencionada no Art. 1º à sub-locar o imóvel ora concedido, sob pena de revogação da concessão.

Art.4º) Os documentos exigidos pela Lei Municipal nº 2.230 de 27 de maio de 1997, deverão ser apresentados em até 60 (sessenta) dias pelo concessionário, sob pena de revogação da concessão, devendo ser arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 16 de Dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.656 de 16 de Dezembro de 2010

LEI Nº 3.656 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010
"AUTORIZA CESSÃO DE USO DE IMÓVEL LOCADO PELO EXECUTIVO MUNICIPAL À EMPRESA MURILO KUSZKOWSKI - ME E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o concedido o direito de uso do Imóvel Locado pelo Poder Executivo Municipal, com as seguintes características: Um terreno urbano, com 10.970,00m² (dez mil, novecentos e setenta metros quadrados), com um Galpão de alvenaria edificado, contendo 700,00m², localizado na Rua Prefeito Oldemar Duvoisin, 553 - Bairro Belo Horizonte, Município de Campo Alegre/SC, pelo prazo de 01 (um ano), contado a partir de 03 de janeiro de 2011, à Empresa: MURILO KUSZKOWSKI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.013.596/0001-06, devendo a Cessão de Direito de Uso observar os preceitos da Lei Municipal nº 2.230/97 e suas alterações.

Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre/SC, prorrogar a Cessão do Direito de Uso do imóvel à Empresa por justificado interesse público, mediante autorização Legislativa.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos Artigos 1º e 2º desta Lei estão condicionadas ao uso para atividades industriais, devendo a Cessão do Direito de Uso ser revogada caso não seja atendida esta finalidade.

§1º. O prazo para início das atividades industriais é de 02 (dois) meses, contados da assinatura do Termo de Cessão de Direito de Uso, sob pena de revogação da presente Cessão de que trata a

presente Lei.

§2º. Além das vedações expressas na Lei Municipal nº 2.230/97, fica vedado à empresa mencionada no Art. 1º à sub-locar o imóvel ora concedido, sob pena de revogação da Cessão de Direito de Uso.

Art.4º) Os documentos exigidos pela Lei Municipal nº 2.230 de 27 de maio de 1997, deverão ser apresentados em até 60 (sessenta) dias pelo cessionário, sob pena de revogação da Cessão de Direito de Uso, devendo ser arquivados na Sede do Poder Executivo - Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 15 de Dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.657 de 16 de Dezembro de 2010

LEI Nº 3.657 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010
INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC,
A SEMANA DA MULHER, E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica instituída no âmbito do Município de Campo Alegre, a Semana da Mulher, que deverá acontecer anualmente no período de 02 a 18 de março.

Art.2º) A Semana da Mulher constará no calendário oficial de eventos do Município de Campo Alegre.

Art.3º) Na Semana da Mulher, o Município promoverá ações culturais, recreativas, educativas e de prevenção de doenças, com a participação de entidades representativas, e realizará, entre outras atividades, palestras e eventos que venham contribuir com o bem estar e incentivar a mulher no seu dia a dia.

Art.4º) Caberá à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer e Saúde a responsabilidade pela organização e realização da Semana da Mulher, nos termos previstos nesta Lei.

Art.5º) Para atender às despesas decorrentes da execução das atividades previstas nesta Lei, o Poder Executivo poderá firmar convênios ou termos de cooperação com pessoas físicas e jurídicas da iniciativa privada e com entidades representativas.

Art.6º) As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de Dotações Orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art.7º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 16 de Dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Anexo III - Edital de Notificação Nº 042010.doc

LEI Nº. 4.579 DE 11/08/2010 ("INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS")

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte: LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua André Pangratz, Bairro Centro, no trecho entre as Ruas Três de Maio e José Boiteux, com extensão de 195,00 metros (Anexo I - área de influência direta).

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado (considerando a extensão da via - Anexo II) no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, correspondem à quantia de R\$ 120.699,35 (cento e vinte mil e seiscentos e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos), tendo como fontes de recursos os valores obtidos através de repasse do Orçamento Geral da União - OGU e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art.3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das

obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§1º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Canoinhas, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§2º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

- I - a situação do terreno na zona de influência;

II - sua testada e área;

III - finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em três vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

- I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal

do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10º. As três vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

III - a terceira, para o relatório do notificante.

Art. 11º. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12º. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13º. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso;

§ 1º. O contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar for de até 03 (três) salários mínimos, poderá parcelar a Contribuição de Melhoria em até 60 (sessenta) meses, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado.

§ 2º. É facultado ao contribuinte recolher, sob a forma de antecipação e com base no custo estimado para execução, o valor total ou parcial do tributo a ser lançado, antes da conclusão da obra pública de que trata esta Lei.

I - Aos contribuintes que optarem pela antecipação prevista neste parágrafo será garantida a atualização monetária, além dos juros de até 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor recolhido;

II - Na determinação do valor final da contribuição de melhoria a ser lançada, serão consideradas as antecipações efetuadas na forma das disposições deste parágrafo, sem prejuízo do direito da apuração na esfera administrativa de eventuais créditos em favor de qualquer das partes, sujeito ativo ou sujeito passivo da relação tributária havida.

§ 3º. Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento,

sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 4º. O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 14º. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005).

§ 1º. A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º. Na hipótese de reparcelamento autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a contribuição de melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15º. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo único. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema), o que será analisado pela Autoridade Administrativa de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido no caput deste artigo e, mediante requerimento administrativo, para os demais casos.

Art. 16º. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 17º. A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I - 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias;

II - 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias;

III - 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 18º. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação mensal do INPC/IBGE, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 19º. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por

cento) ao mês ou fração.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia, do mês seguinte ao do vencimento do débito.

Art. 20º. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Canoinhas é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º. Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 21º. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o titular do órgão fazendário, e em segunda, o Conselho Municipal dos Contribuintes.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 22º. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 23º. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 24º. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou, III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional. Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 25º. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que

originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 26º. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 27º. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 28º. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Conselho Municipal de Contribuintes, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 29º. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas na Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

Art. 30º. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância à normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 31º. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 32º. Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Art. 33º. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Canoinhas.

Art. 34º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 11 de agosto de 2010.
LEOBERTO WEINERT ARGOS JOSÉ BURGARDT
Prefeito Secretário Municipal de Administração e Finanças

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11/08/2010.

Anulação do Edital de Carta Convite n.º 32/2010

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 142/2010.
CARTA CONVITE N.º 32/2010
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, tona público a anulação do Processo Licitatório n.º 142/2010, na Modalidade de Carta Convite n.º 32/2010, tendo em vista que o mesmo foi lançado sem recursos orçamentário. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito a Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, Canoinhas/SC, de Segunda a Sexta-feira, no período das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Dispensa de Licitação n.º 08/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Processo Licitatório n.º 150/2010
Dispensa de Licitação n.º 08/2010

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob. n.º 83.102.384/0001-80, sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, Comunica, locações de imóveis através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, X, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Item 1 - Instalação do CEI Vinicius de Moraes - Locador: Joao Linzmeier (CPF 105.514.929-53) - Valor Mensal: R\$ 737,00 (setecentos e trinta e sete reais);

Item 2 - Instalação do Programa Espaço Crescer - Locador: Sabbagh Batschauer Imóveis Ltda (CNPJ: 06.024.570/0001-06) - Valor Mensal: R\$ 1.000,00 (um mil reais);

Item 3 - Instalação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família - Locador: Adilson Brehmer Junior (CPF 563.970.979-00) - Valor Mensal: R\$ 1.158,00 (um mil cento e cinquenta e oito reais);

Item 4 - Instalação da Casa de Passagem Santa Clara - Locador: Anacir Fernandes (CPF 480.904.259-68) - Valor Mensal: R\$ 1.096,00 (um mil e noventa e seis reais);

Item 5 - Instalação de Antena de Telefonia Rural - Locador: Selso Vitorino Pazdiora (CPF: 501.446.509-91) - Valor Mensal: R\$ 73,00 (setenta e três reais);

Item 6 - Extração de Minérios na Localidade de Salseiro - Locador: Décio Rocha & Filhos Ltda (CNPJ: 79.508.867/0001-02) - Valor Mensal: R\$ 1.053,00 (um mil e cinquenta e três reais);

Item 7 - Extração de Minérios na Localidade de Rio Bonito, Timbozinho - Locador: Miguel Drzeviecki (CPF: 123.086.099-15) - Valor Mensal: R\$ 1.020,00 (um mil e vinte reais);

Item 8 - Extração de Minérios na Localidade de Rio do Pinho - Locador: Maria Ivone Nepomuceno Pinto (CPF: 988.186.869-68) - Valor Mensal: R\$ 2.690,00 (dois mil seiscentos e noventa reais);

Item 9 - Instalação do Setor de Bloco de Notas - Locador: Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeiras de Canoinhas, Três Barras e Major Vieira (CNPJ: 79.376.430/0001-62) - Valor Mensal: R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais).

Valor Total dos Contratos: R\$ 117.684,00 (cento e dezessete mil

seiscentos e oitenta e quatro reais).
Vigência dos contratos: 01/01/2011 à 31/12/2011.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Dispensa de Licitação n.º FMAS 06/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Processo Licitatório n.º FMAS 43/2010
Dispensa de Licitação n.º FMAS 06/2010

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob. n.º 11.455.005/0001-25, sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, Comunica, locações de imóveis através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, X, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Item 1 - Instalação do Programa Sentinela - Locador: Liomar Dionis Viertel (CPF 004.710.119-91) - Valor Mensal: R\$ 1.096,00 (um mil e noventa e seis reais);

Item 2 - Instalação do Serviço de Orientação e Acompanhamento de Adolescentes - Locador: Solange Maria Sussenbach (CPF: 069.174.029-15) - Valor Mensal: R\$ 632,00 (seiscentos e trinta e dois reais).

Valor Total dos Contratos: R\$ 20.736,00 (vinte mil setecentos e trinta e seis reais).

Vigência dos contratos: 01/01/2011 à 31/12/2011.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Dispensa de Licitação n.º FMC 01/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDAÇÃO CULTURAL HELMY WENDT MAYER
Processo n.º FMC 02/2010
Dispensa de Licitação n.º FMC 01/2010

A Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer, inscrita no CNPJ sob. n.º 02.216.925/0001-08, sita à rua Vidal Ramos, 632 - Centro, Comunica, locação de imóvel através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, X, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Item 1 - Instalação da Casa da Cultura - Locador: Miguel Procopiak Veículos Ltda (CNPJ 83.187.807/0001-02) - Valor Mensal: R\$ 1.975,00 (um mil novecentos e setenta e cinco reais).

Valor Total do Contrato: R\$ 23.700,00 (vinte e três mil e setecentos reais).

Vigência do contrato: 01/01/2011 à 31/12/2011.

ALFREDO EIKE BACH
Presidente da Fundação

Dispensa de Licitação n.º FMS 02/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo Licitatório n.º FMS 44/2010
Dispensa de Licitação n.º FMS 02/2010

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob. n.º 11.206.680/0001-10, sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, Comunica, locações de imóveis através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, X, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Item 1 - Instalação da Farmácia Popular do Brasil - Locador: Adriana Mayer (CPF 510.915.859-20) - Valor Mensal: R\$ 1.554,00 (um mil quinhentos e cinquenta e quatro reais);

Item 2 - Instalação do CAPS - Locador: Vili Ernesto Haag (CPF 131.624.899-20) - Valor Mensal: R\$ 1.000,00 (um mil reais);
 Item 3 - Instalação da Farmácia Básica - Locador: Lia Mercedes Tremml (CPF 498.297.429-20) - Valor Mensal: R\$ 843,00 (oitocentos e quarenta e três reais);
 Item 4 - Instalação do Serviço Social - Locador: Lia Mercedes Tremml (CPF 498.297.429-20) - Valor Mensal: R\$ 548,00 (quinhentos e quarenta e oito reais);
 Item 5 - Instalação do CEO - Locador: Orival Adolfo Witt (CPF 124.057.019-87) - Valor Mensal: R\$ 1.264,00 (um mil duzentos e sessenta e quatro reais);
 Item 6 - Instalação do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde - Locador: Maria Olinda Carvalho Bora (CPF: 765.236.409-49) - Valor Mensal: R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais).
 Valor Total dos Contratos: R\$ 75.708,00 (setenta e cinco mil setecentos e oito reais).
 Vigência dos contratos: 01/01/2011 à 31/12/2011.

LEOBERTO WEINERT
 Prefeito/Presidente do Fundo

Edital de Carta Convite n.º 35/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 149/2010
 CARTA CONVITE N.º 35/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, realizará no dia 28/12/2010, às 14:15 horas, abertura das propostas, para contratação de empresa especializada para ampliação da EBM Reinaldo Krüeger localizada no Bairro Industrial I e ampliação da EBM Menino Deus localizada no Bairro Campo da Água Verde, com o fornecimento de todo material e mão-de-obra necessários, de acordo com memoriais descritivos, croquis e orçamentos em anexo. Os interessados deverão solicitar o edital pelo e-mail licitacao@pmc.sc.gov.br, fornecendo todos os dados da empresa, tais como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e pessoa para contato. Informações (47) 3621-7705, ou diretamente no Departamento de Licitações, sito a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC.

LEOBERTO WEINERT
 Prefeito

Edital de Notificação Nº 04/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA
 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 04/2010
 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, LEOBERTO WEINERT e o Secretário Municipal da Administração e Finanças ARGOS JOSÉ BURGARDT, no exercício de suas atribuições e, CONSIDERANDO o previsto na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);
 LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
 LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);
 LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan
 LEI COMPLEMENTAR nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);
 LEI MUNICIPAL nº 4.579/2010 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de

influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 4.579, de 11/08/2010, localizados na Rua André Pangratz, Bairro Centro, no trecho entre as Ruas Três de Maio e José Boiteux, com extensão de 195,00 metros, neste município de Canoinhas que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 4.579, de 11/08/2010, corresponde à quantia de R\$ 120.699,35 (cento e vinte mil e seiscentos e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos), conforme Anexo I, que fica fazendo parte integrante deste Edital.

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com os valores obtidos através de repasse do Orçamento Geral da União - OGU e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.579/2010.

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da Rua André Pangratz, Bairro Centro, no trecho entre as Ruas Três de Maio e José Boiteux, com extensão de 195,00 metros, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº 4.579/2010):

1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 4.579/2010, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c

artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influencia;

II - sua testada e área;

III - finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as

despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 4.579/2010, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e, mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:

2.1. DO OBJETO:

2.1.1. Execução dos serviços de terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Rua André Pangratz, Bairro Centro, no trecho entre as Ruas Três de Maio e José Boiteux, com extensão de 195,00 metros.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos aprovados e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento e Orçamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA LEI MUNICIPAL nº 4.579/2010:

a) Terraplanagem: Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.

b) Pavimentação Asfáltica: Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico

líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes: Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

d) Sinalização Viária: Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

e) Obras Complementares: Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 4.579/2010).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal

junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 4.579/2010, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Vistoria e Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação Municipal.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 4.579/2010 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 15 de dezembro de 2010.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Resolução 02/Edital Nº 03/2010 DIVULGAÇÃO da
CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR**

Prefeitura Do Município De Canoinhas
Secretaria Municipal De Educação
Rua Felipe Schmidt 10 - Caixa Postal 71 - Fone (047) 3621-7700
- Fax: 3621-7712 -
E-Mail info.educ@pmc.sc.gov.br - Cnpj 83.102.384/0001-80 - Cep
89460-000 - Santa Catarina
RESOLUÇÃO 02/Edital nº 03/2010

DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

A Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, nomeada através
da Portaria 780/2010.

TORNA PÚBLICO o seguinte:

1. Atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no Edital
03/2010, segue no anexo I deste edital, a CLASSIFICAÇÃO PRE-
LIMINAR dos candidatos da prova escrita e prova de títulos, por
cargo e em ordem alfabética.

Canoinhas, 15 de Dezembro de 2010
Comissão Coordenadora do Processo Seletivo

ANEXO I
CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR CANOINHAS

NG – Nota prova Conhecimentos Gerais

PT – Número de Pontos
 NP – Nota prova Português
 NM - Nota prova matemática

NE – Nota Prova Conhecimentos Específicos

NF – Nota Final

Vermelho – ausentes na prova

01 – Matemática (Habilitado)

Nome	N.º Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Carla Valeria Dos Santos Pacheco	919	5	1,00	7	1,40	0	0,00	14	2,80	26	5,20	1,10	6,30
Mauro Edson Jungles	785	6	1,20	8	1,60	2	0,40	15	3,00	31	6,20	0,05	6,25
Cecilia Aparecida Da Silva	718	4	0,80	4	0,80	0	0,00	15	3,00	23	4,60	0,97	5,57
Lucimara Da Silveira Moreira Bueno	274	2	0,40	4	0,80	1	0,20	13	2,60	20	4,00	1,20	5,20
Hélio De Assis Werka	492	1	0,20	7	1,40	1	0,20	10	2,00	19	3,80	0,60	4,40
Joelma Zielinski	821	4	0,80	4	0,80	1	0,20	8	1,60	17	3,40	0,95	4,35
Clodoaldo Granza	300	3	0,60	1	0,20	1	0,20	9	1,80	14	2,80	1,10	3,90
Gilberto Adriano Bialeski	529	1	0,20	4	0,80	1	0,20	10	2,00	16	3,20	0,52	3,72
Silviane Kaschuk	376	3	0,60	1	0,20	1	0,20	8	1,60	13	2,60	0,70	3,30
Agnaldo Roberto Porta	528	2	0,40	1	0,20	2	0,40	5	1,00	10	2,00	0,65	2,65
Rosilda Konkel	365		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Everaldo Collodel Porta	129		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

02 – Matemática (Não-Habilitado)

Nome	N.º Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Simone Rodrigues	862	3	0,60	6	1,20	1	0,20	13	2,60	23	4,60	0,85	5,45
José Adir Da Silva	758	4	0,80	4	0,80	1	0,20	8	1,60	17	3,40	0,85	4,25
Jane Jamile Mendes Freitag	4	2	0,40	4	0,80	0	0,00	11	2,20	17	3,40	0,24	3,64
Jéssica Munhoz	242	0	0,00	5	1,00	0	0,00	12	2,40	17	3,40	0,00	3,40
Gerson Ivaniski Dos Santos (Geovana)	498	4	0,80	1	0,20	1	0,20	8	1,60	14	2,80	0,00	2,80
Antonio Fernando Porta	765	2	0,40	1	0,20	0	0,00	4	0,80	7	1,40	0,00	1,40
Joao Schroeder	860		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

03 - Ciências (Habilitado)

Nome	N.º Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Daiane Pape	372	5	1,00	2	0,40	1	0,20	13	2,60	21	4,20	0,75	4,95
Itamara Fernanda Da Silveira Loika	734	5	1,00	1	0,20	2	0,40	12	2,40	20	4,00	0,25	4,25
Kelly Kmiecik	843	3	0,60	1	0,20	2	0,40	14	2,80	20	4,00	0,15	4,15
Zelinda Schemczssen	855	4	0,80	2	0,40	1	0,20	11	2,20	18	3,60	0,47	4,07
Emmanuelle Froehner	49	2	0,40	2	0,40	2	0,40	8	1,60	14	2,80	0,10	2,90
Lucimara Da Silveira Moreira Bueno	274		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Myriam Rogeria Brasil	69		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Roberta Camila Dubiela	858		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Thiago Mokwa	773		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

04 - Ciências (Não Habilitado)

Nome	N.º Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Hélio De Assis Werka	492	3	0,60	3	0,60	3	0,60	15	3,00	24	4,80	0,60	5,40
Rosilda Konkel	365	3	0,60	5	1,00	2	0,40	8	1,60	18	3,60	1,40	5,00
Gerson Ivaniski Dos Santos (Geovana)	498	4	0,80	3	0,60	10	2,00		0,00	17	3,40	0,00	3,40
Karina Voigt	662	4	0,80	2	0,40	2	0,40	9	1,80	17	3,40	0,00	3,40
Daiane Francieli Wendt Dos Santos	348		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Eliane Aparecida Antonovicz	610		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Jaison Rodrigo Dobroshinskei	620		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

05 - Educação Especial (Segundo Professor) (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Alexandra Maria Torquato	387	6	1,20	2	0,40	3	0,60	14	2,80	25	5,00	0,20	5,20
Vivian Lachman	783	5	1,00	2	0,40	3	0,60	11	2,20	21	4,20	1,00	5,20
Marizete Darmorus Pereira	780	3	0,60	4	0,80	1	0,20	14	2,80	22	4,40	0,60	5,00
Mari Silvia De Augustinho	631	6	1,20	2	0,40	1	0,20	11	2,20	20	4,00	0,95	4,95
Mari Neide Alexandre	725	5	1,00	2	0,40	3	0,60	9	1,80	19	3,80	1,05	4,85
Regiane Paulo	495	4	0,80	3	0,60	4	0,80	10	2,00	21	4,20	0,63	4,83
Maria Zenaide Prussaki	167	4	0,80	3	0,60	3	0,60	9	1,80	19	3,80	0,90	4,70
Eloida Porta Pereira	195	3	0,60	2	0,40	4	0,80	9	1,80	18	3,60	0,88	4,48
Nair Maciel Cuja	389	5	1,00	1	0,20	1	0,20	9	1,80	16	3,20	1,15	4,35
Cíntia Graciliano De Araujo	99	2	0,40	1	0,20	4	0,80	10	2,00	17	3,40	0,90	4,30
Vanessa Giseli Tremli	673	2	0,40	2	0,40	1	0,20	9	1,80	14	2,80	1,40	4,20
Salete Alves De Oliveira Schiessl	804	4	0,80	2	0,40	1	0,20	10	2,00	17	3,40	0,75	4,15
Silvana Becker	710	3	0,60	1	0,20	1	0,20	11	2,20	16	3,20	0,89	4,09
Regiane Artner Gevieski	685	5	1,00	0	0,00	2	0,40	9	1,80	16	3,20	0,80	4,00
Sandra Maria Graf	531	2	0,40	1	0,20	3	0,60	10	2,00	16	3,20	0,80	4,00
Viviane Glinski	707	3	0,60	1	0,20	2	0,40	9	1,80	15	3,00	1,00	4,00
Elenice Muhlbauer De Oliveira	554	3	0,60	1	0,20	1	0,20	9	1,80	14	2,80	1,15	3,95
Luciane Aparecida De Souza Pinto Neudorf	672	0	0,00	1	0,20	2	0,40	11	2,20	14	2,80	1,15	3,95
Cleusa Adriana Lescovitz Da Silva	828	3	0,60	1	0,20	2	0,40	8	1,60	14	2,80	1,10	3,90
Viviane Suchara Radke Gluczkowski	783	2	0,40	1	0,20	0	0,00	11	2,20	14	2,80	1,10	3,90
Neuza Fatima Viott Braga	891	2	0,40	3	0,60	3	0,60	11	2,20	19	3,80	0,00	3,80
Marcia Bernardete Suchecke	512	2	0,40	2	0,40	1	0,20	8	1,60	13	2,60	1,15	3,75
Maria Eurlí Jungles Hudzinski	810	4	0,80	0	0,00	1	0,20	9	1,80	14	2,80	0,95	3,75
Marcia Brozoski Ulthes	243	5	1,00	1	0,20	2	0,40	5	1,00	13	2,60	1,00	3,60
Sidnea Fatima De Lima Iurkiv	291	3	0,60	0	0,00	2	0,40	8	1,60	13	2,60	0,95	3,55
Michele Cristina Wosiak	639	4	0,80	2	0,40	1	0,20	6	1,20	13	2,60	0,80	3,40
Lorena Machado	386	3	0,60	0	0,00	2	0,40	10	2,00	15	3,00	0,35	3,35
Marlene Kostulski Niezelski	749	4	0,80	3	0,60	1	0,20	4	0,80	12	2,40	0,85	3,25
Karin Santos Stange	763	4	0,80	0	0,00	1	0,20	9	1,80	14	2,80	0,40	3,20
Arriete Fernandes De Oliveira	757	5	1,00	1	0,20	1	0,20	8	1,60	15	3,00	0,00	3,00
Cristiana Romão Pereira	467	2	0,40	3	0,60	0	0,00	7	1,40	12	2,40	0,55	2,95

Jeonece Terezinha Dombrovski Kraus	645	2	0,40	1	0,20	1	0,20	7	1,40	11	2,20	0,65	2,85
Lucia Maria Wosiack	657	3	0,60	1	0,20	1	0,20	6	1,20	11	2,20	0,45	2,65
Andréia Gusmão De Nogueira	244	3	0,60	1	0,20	1	0,20	6	1,20	11	2,20	0,30	2,50
Lindamir Darmorus Teixeira	808	1	0,20	1	0,20	2	0,40	5	1,00	9	1,80	0,40	2,20
Dora Lucia Verka	504	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,75	0,75
Fernanda Isfair Da Cunha Pinto	475	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Juliana Iarocheski	479	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Mariléia Moranti	724	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Nadia Kutas	611	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Roselaine Maria Diefentheler	974	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Roseli Antunes Da Silva	326	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00

06 - Educação Especial (Segundo Professor) (Não Habilitado)

			NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
--	--	--	----	----	----	----	----	----	----	----	---------	---------	------------

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Cleide Regina Melechenco Cuja	942	5	1,00	1	0,20	3	0,60	8	1,60	17	3,40	1,35	4,75
Juliano Freitas	582	6	1,20	2	0,40	4	0,80	8	1,60	20	4,00	0,38	4,38
Maria Helena Andreick Rauen	872	4	0,80	2	0,40	1	0,20	12	2,40	19	3,80	0,50	4,30
Adriana Erhardt Zschap	962	5	1,00	0	0,00	4	0,80	5	1,00	14	2,80	1,45	4,25
Sonia Maria Soares Padilha Crestani	288	4	0,80	2	0,40	3	0,60	8	1,60	17	3,40	0,55	3,95
Dinazeli Tischler Fernandes Corrêa	333	4	0,80	0	0,00	1	0,20	12	2,40	17	3,40	0,50	3,90
Elisamar Rocha Pereira De Almeida	447	1	0,20	1	0,20	3	0,60	10	2,00	15	3,00	0,88	3,88
Sueli Steilein Alves	246	4	0,80	0	0,00	1	0,20	11	2,20	16	3,20	0,58	3,78
Elizete Aparecida De Lima	719	4	0,80	3	0,60	1	0,20	6	1,20	14	2,80	0,50	3,30
Arcilene Clarice Bigas	483	2	0,40	1	0,20	1	0,20	10	2,00	14	2,80	0,43	3,23
Elizabeth Aparecida Nogueira Figura	460	2	0,40	2	0,40	1	0,20	5	1,00	10	2,00	1,01	3,01
Giovana Da Rosa Gevieski	118	2	0,40	1	0,20	3	0,60	5	1,00	11	2,20	0,70	2,90
Adriane Jack Moissa	701	2	0,40	0	0,00	2	0,40	9	1,80	13	2,60	0,23	2,83
Deysi Maria Marques Dos Santos	299	2	0,40	2	0,40	1	0,20	7	1,40	12	2,40	0,27	2,67
Silvana Aparecida Tibes	43	2	0,40	0	0,00	2	0,40	8	1,60	12	2,40	0,10	2,50
Mabel Vesaro	290	1	0,20	1	0,20	2	0,40	6	1,20	10	2,00	0,17	2,17
Francielle Beluk	476	1	0,20	0	0,00	0	0,00	7	1,40	8	1,60	0,49	2,09
Mary Neusa Appio	640	2	0,40	0	0,00	2	0,40	3	0,60	7	1,40	0,24	1,64

Adriana Bueno De Oliveira Erhardt	976	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Andrea Alves Ferreira De Freitas Padilha	216	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Caroline Isfair	838	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Daiane Karine Wendt	867	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Edite Sobczack Da Silva	260	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Juciane Bastos Klempouz	259	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Laura Melnechenko Iendras	125	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Roberta Maria Aparecida Firakoski Gurzinski	775	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00

07 - Educação Física (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Djonathan Luiz Rothbarth	156	5	1,00	3	0,60	5	1,00	17	3,40	30	6,00	0,37	6,37
Erivelton Corrêa De Melo	1005	3	0,60	4	0,80	3	0,60	14	2,80	24	4,80	0,95	5,75
Jennifer Chagas	399	4	0,80	5	1,00	2	0,40	13	2,60	24	4,80	0,60	5,40
Daiane Dos Santos Delolmo	21	5	1,00	1	0,20	2	0,40	14	2,80	22	4,40	0,80	5,20
Daiane Peruci	359	4	0,80	2	0,40	3	0,60	14	2,80	23	4,60	0,51	5,11
Patrícia Fernandes	642	6	1,20	0	0,00	2	0,40	13	2,60	21	4,20	0,90	5,10
Eduardo Carvalho Do Prado	227	4	0,80	1	0,20	5	1,00	14	2,80	24	4,80	0,00	4,80
Marcia Raquel Schroeder	68	4	0,80	0	0,00	2	0,40	14	2,80	20	4,00	0,75	4,75
Maria Verônica Wipiewski Durau	131	3	0,60	1	0,20	2	0,40	10	2,00	16	3,20	1,50	4,70
Ana Carolina Crestani	108	4	0,80	2	0,40	3	0,60	11	2,20	20	4,00	0,65	4,65
Scheila Cristina Hopfner Laatsch	97	4	0,80	1	0,20	1	0,20	10	2,00	16	3,20	1,25	4,45
Maicon Alves Dos Santos	796	5	1,00	0	0,00	4	0,80	13	2,60	22	4,40	0,00	4,40
Gisleine Dos Santos Corrêa	1004	3	0,60	1	0,20	2	0,40	11	2,20	17	3,40	0,95	4,35
Vivian Krueger	958	4	0,80	2	0,40	1	0,20	13	2,60	20	4,00	0,34	4,34
Monica Gonçalves	269	4	0,80	2	0,40	1	0,20	8	1,60	15	3,00	1,30	4,30
Josiane Carolina Da Silva	491	4	0,80	2	0,40	2	0,40	9	1,80	17	3,40	0,80	4,20
Michely Dayani Todt	670	4	0,80	2	0,40	3	0,60	12	2,40	21	4,20	0,00	4,20
Regiton Gustavo De Melo	245	3	0,60	1	0,20	2	0,40	13	2,60	19	3,80	0,40	4,20
Francielli Straube	846	3	0,60	0	0,00	2	0,40	12	2,40	17	3,40	0,60	4,00
Isabele Luana Neizer Dos Santos	971	4	0,80	0	0,00	4	0,80	12	2,40	20	4,00	0,00	4,00
Marcia Luzia Darmorus Pereira	638	2	0,40	1	0,20	2	0,40	10	2,00	15	3,00	0,98	3,98

Gilberto De Paula Rosa	481	1	0,20	2	0,40	3	0,60	10	2,00	16	3,20	0,75	3,95
Daiane Karine Wendt	867	3	0,60	2	0,40	2	0,40	10	2,00	17	3,40	0,50	3,90
Clemerson Carlos	579	5	1,00	0	0,00	1	0,20	9	1,80	15	3,00	0,85	3,85
Dicelda Santacatarina	198	3	0,60	1	0,20	1	0,20	11	2,20	16	3,20	0,59	3,79
Ana Paula Varela De Oliveira	1007	4	0,80	0	0,00	3	0,60	10	2,00	17	3,40	0,19	3,59
Caroline Isfair	838	5	1,00	1	0,20	2	0,40	7	1,40	15	3,00	0,53	3,53
Giovane Tiedtke	201	3	0,60	1	0,20	3	0,60	10	2,00	17	3,40	0,10	3,50
Edna Almerinda Busko	134	3	0,60	2	0,40	1	0,20	8	1,60	14	2,80	0,65	3,45
Ana Cristina Dias Kozlowski	1030	2	0,40	2	0,40	1	0,20	9	1,80	14	2,80	0,63	3,43
Eli Francisco Friedrich	12	2	0,40	1	0,20	3	0,60	8	1,60	14	2,80	0,55	3,35
Paulo Cesar Isaka	948	4	0,80	3	0,60	1	0,20	8	1,60	16	3,20	0,10	3,30
Silvana De Cássia Ferreira	87	3	0,60	1	0,20	1	0,20	11	2,20	16	3,20	0,00	3,20
Eliza Apª De Souza Franco	162	2	0,40	1	0,20	2	0,40	7	1,40	12	2,40	0,79	3,19
Tatiane Soares Lourenço	613	2	0,40	1	0,20	1	0,20	8	1,60	12	2,40	0,41	2,81
Andrieli Liller	1031	0	0,00	1	0,20	1	0,20	11	2,20	13	2,60	0,08	2,68
Sara Ballestreri	6	2	0,40	1	0,20	2	0,40	8	1,60	13	2,60	0,00	2,60
Camila Pavowski Silvestre	988	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Franciele Suchara	158	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Kellin Cristiane Michahouski	1027	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Luis Paulo Muhlmann	115	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00

08 - Educação Física (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Eduardo Luiz Packer	526	5	1,00	4	0,80	5	1,00	11	2,20	25	5,00	0,16	5,16
Isabelle Cristina Neumann	169	3	0,60	2	0,40	2	0,40	16	3,20	23	4,60	0,04	4,64
Taine Pecharka Mussi	425	4	0,80	1	0,20	1	0,20	14	2,80	20	4,00	0,22	4,22
Bruna Rodrigues	870	3	0,60	2	0,40	2	0,40	13	2,60	20	4,00	0,00	4,00
Maísa Batista	735	6	1,20	0	0,00	1	0,20	12	2,40	19	3,80	0,00	3,80
Daniela Iarocheski	940	2	0,40	1	0,20	3	0,60	7	1,40	13	2,60	0,65	3,25
Eveline Gisele Steilein	755	2	0,40	3	0,60	2	0,40	9	1,80	16	3,20	0,00	3,20
Gislaine Garrett	879	2	0,40	1	0,20	1	0,20	10	2,00	14	2,80	0,20	3,00
Michele Olinek	966	1	0,20	0	0,00	2	0,40	10	2,00	13	2,60	0,27	2,87

Heleno Pacheco Sholz	671	5	1,00	2	0,40	1	0,20	2	0,40	10	2,00	0,10	2,10
Claudinei Clemente	981	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Mariliane Miranda Hass	280	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Patricia Pereira	747	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Silvia Cristina Vieira	798	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00

09 - Ensino Religioso (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Jussara Ribas Pinto	694	4	0,80	2	0,40	0	0,00	14	2,80	20	4,00	0,80	4,80
Angela Maria Elias Lavina	379	0	0,00	0	0,00	1	0,20	10	2,00	11	2,20	1,03	3,23

10 - Ensino Religioso (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Felipe Onisto	350	3	0,60	1	0,20	3	0,60	11	2,20	18	3,60	0,50	4,10
Maurenlavina Godoy	377	2	0,40	1	0,20	2	0,40	10	2,00	15	3,00	0,55	3,55
Eunice Das Dores Souza	202	3	0,60	0	0,00	0	0,00	10	2,00	13	2,60	0,93	3,53
Catia Franciele Voigt Przywitowski	336	1	0,20	1	0,20	1	0,20	12	2,40	15	3,00	0,40	3,40
Ana Paula Zamboski	204	2	0,40	3	0,60	1	0,20	10	2,00	16	3,20	0,00	3,20
Meguy Deisi Corrêa	366	2	0,40	2	0,40	1	0,20	11	2,20	16	3,20	0,00	3,20
Ediane Streit De Almeida	310	0	0,00	1	0,20	2	0,40	9	1,80	12	2,40	0,55	2,95
Ana Lucelia Pazda	702	4	0,80	3	0,60	1	0,20	4	0,80	12	2,40	0,00	2,40
Walmor Leite Filho	649	2	0,40	3	0,60	1	0,20	6	1,20	12	2,40	0,00	2,40
Rosa Aparecida Massaneiro Pereira	791	0	0,00	0	0,00	0	0,00	9	1,80	9	1,80	0,55	2,35
Roseli Aparecida Ferreira Bechel	214	0	0,00	0	0,00	1	0,20	4	0,80	5	1,00	0,00	1,00
Deborah Larissa Vieira De Oliveira	871		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Ivete Terezinha Da Silva	687		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Karla Fatima Brey	820		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Leila Do Rocio Busko	696		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Mauro Antonio Gomes Dos Santos	275		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

11 - Geografia (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Jéssica Suellen De Lima	813	5	1,00	3	0,60	2	0,40	12	2,40	22	4,40	0,60	5,00
Claudete Neiva Sandmann Cembranel	380	2	0,40	1	0,20	4	0,80	11	2,20	18	3,60	0,90	4,50
Adriana De Lourdes Szymanek	1006	4	0,80	1	0,20	3	0,60	13	2,60	21	4,20	0,15	4,35
Maria Aparecida Bueno Ferreira Kuminiki	681	3	0,60	3	0,60	3	0,60	9	1,80	18	3,60	0,70	4,30
Nerise De Fatima Da Silva	2	1	0,20	3	0,60	2	0,40	11	2,20	17	3,40	0,68	4,08
Charlene Aparecida Kautcz	499	1	0,20	1	0,20	4	0,80	9	1,80	15	3,00	0,55	3,55
Teresinha Hoeckesfeld Woitexem	170	1	0,20	3	0,60	2	0,40	9	1,80	15	3,00	0,00	3,00
Daniele Porta	764	3	0,60	2	0,40	0	0,00	6	1,20	11	2,20	0,16	2,36
Caciane Henning Meirelles	281		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Virlei Aparecida Castro	928		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

12 – Geografia (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Antonio Carlos Porto De Oliveira	675	3	0,60	2	0,40	5	1,00	10	2,00	20	4,00	0,68	4,68
Josiane Schostak	106	3	0,60	0	0,00	4	0,80	11	2,20	18	3,60	0,30	3,90
Meguy Deisi Corrêa	366	5	1,00	1	0,20	1	0,20	9	1,80	16	3,20	0,00	3,20
Alvir Marcelo Fuck	570	1	0,20	2	0,40	1	0,20	11	2,20	15	3,00	0,08	3,08
Mario Ezequiel Peixer	534	3	0,60	3	0,60	1	0,20	7	1,40	14	2,80		2,80
Daniele Cristina De Lima	268		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Geny Leffel Fontes	893		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Patricia Raquel Muchinski	913		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Rosemari Subtil Sasso Antunes	949		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

13 - Historia (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Josmar Kaschuk	714	3	0,60	2	0,40	2	0,40	14	2,80	21	4,20	1,10	5,30
Suelen Meskiu	556	3	0,60	1	0,20	1	0,20	16	3,20	21	4,20	0,95	5,15
Adiceli Rodrigues De Paula Peplow	24	0	0,00	4	0,80	4	0,80	11	2,20	19	3,80	1,23	5,03
Rosemery Aparecida De Lima Iarocheski Ribas	944	6	1,20	2	0,40	1	0,20	11	2,20	20	4,00	0,50	4,50
Daniele Cristina De Lima	268	2	0,40	1	0,20	2	0,40	13	2,60	18	3,60	0,55	4,15
Maurício Luís Tomaselli	847	4	0,80	1	0,20	1	0,20	14	2,80	20	4,00	0,00	4,00
Silvana Moreira	38	1	0,20	2	0,40	1	0,20	11	2,20	15	3,00	0,70	3,70
Alexandre Assis Tomporoski	728	4	0,80	0	0,00	3	0,60	10	2,00	17	3,40	0,20	3,60
Daniele Porta	764	1	0,20	2	0,40	2	0,40	11	2,20	16	3,20	0,16	3,36
Maria Dionete Caetano Gonçalves	382	1	0,20	1	0,20	1	0,20	12	2,40	15	3,00	0,23	3,23
Salete Aparecida Figura	750	3	0,60	0	0,00	0	0,00	7	1,40	10	2,00	0,49	2,49
Claudinei Clemente	981		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Marizete Xavier Dos Santos	895		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Rosecler Wentland	441		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Silvia Carla Safanelli	54		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

14 - Historia (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Josiane Schostak	106	3	0,60	1	0,20	2	0,40	10	2,00	16	3,20	0,30	3,50
Maria Aparecida Bueno Ferreira Kuminiki	681	2	0,40	2	0,40	0	0,00	10	2,00	14	2,80	0,70	3,50
Deborah Larissa Vieira De Oliveira	871	3	0,60	1	0,20	2	0,40	10	2,00	16	3,20	0,00	3,20
Mari De Jesus Duarte Pereira	907	2	0,40	2	0,40	0	0,00	12	2,40	16	3,20	0,00	3,20
Mirian Da Silveira	818	1	0,20	1	0,20	0	0,00	11	2,20	13	2,60	0,43	3,03
Daiane Francieli Wendt Dos Santos	348	1	0,20	3	0,60	1	0,20	8	1,60	13	2,60	0,00	2,60
Felipe Onisto	350		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Mariliane Miranda Hass	280		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Salete Aparecida Figura	750		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

15 - Inglês (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Ana Paula Gluczkovski Freire Reese	122	6	1,20	4	0,80	2	0,40	15	3,00	27	5,40	0,30	5,70
Gilda Maria Schreiner Padilha	443	5	1,00	3	0,60	2	0,40	7	1,40	17	3,40	1,43	4,83
Giselle Ludka	723	3	0,60	3	0,60	4	0,80	12	2,40	22	4,40	0,40	4,80
Rosana Conte	678	3	0,60	3	0,60	4	0,80	6	1,20	16	3,20	1,20	4,40
Oclair Badaz	90	5	1,00	2	0,40	1	0,20	11	2,20	19	3,80	0,50	4,30
Iris Rodrigues	392	6	1,20	1	0,20	1	0,20	10	2,00	18	3,60	0,60	4,20
Dalvana Bianek Chagas	650	5	1,00	2	0,40	2	0,40	9	1,80	18	3,60	0,48	4,08
Rosenilda Bossow Melechenco	587	3	0,60	3	0,60	2	0,40	8	1,60	16	3,20	0,85	4,05
Joceli Da Silveira Holzapfel	766	4	0,80	1	0,20	1	0,20	8	1,60	14	2,80	1,05	3,85
Alice Jocélia Schlem	361	5	1,00	1	0,20	1	0,20	10	2,00	17	3,40	0,43	3,83
Sandro Volnei Do Nascimento	354	4	0,80	0	0,00	1	0,20	8	1,60	13	2,60	1,18	3,78
Lidiane Bobrovicz	187	3	0,60	1	0,20	1	0,20	10	2,00	15	3,00	0,20	3,20
Arlete Soares	792	0	0,00	1	0,20	1	0,20	8	1,60	10	2,00	1,17	3,17
Leonilce De Lara Ferreira	964	5	1,00	1	0,20	1	0,20	6	1,20	13	2,60	0,00	2,60
Lucia Maria Correa Belitz	771	4	0,80	2	0,40	0	0,00	7	1,40	13	2,60	0,00	2,60
Andréia Ferreira Terres Michelin	128		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Breno Custódio Soares	564		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Carolina Fouletto Mendes Dos Santos	586		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Polyanna Orlonski	294		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

16 - Inglês (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Antonio Ovande Maciel	215	3	0,60	1	0,20	3	0,60	5	1,00	12	2,40	0,41	2,81
Antonio Carlos Porto De Oliveira	675	0	0,00	0	0,00	3	0,60	7	1,40	10	2,00	0,68	2,68
Carine Rodrigues Ferreira	932	1	0,20	1	0,20	1	0,20	5	1,00	8	1,60	0,00	1,60
Divair Da Cruz	184	0	0,00	2	0,40	0	0,00	6	1,20	8	1,60	0,00	1,60
Daiane Nieser	200		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Renata Gabriela Filipaki Scarduelli	61		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Sabrina Talita De Oliveira	250		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

17 - Língua Portuguesa (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Luciane Theodorovicz	834	6	1,20	2	0,40	4	0,80	11	2,20	23	4,60	0,74	5,34
Gilda Maria Schreiner Padilha	443	6	1,20	2	0,40	1	0,20	10	2,00	19	3,80	1,43	5,23
Iris Rodrigues	392	6	1,20	2	0,40	3	0,60	12	2,40	23	4,60	0,60	5,20
Sandro Volnei Do Nascimento	354	4	0,80	2	0,40	3	0,60	9	1,80	18	3,60	1,18	4,78
Dulceléia Silvestri Lucas	778	5	1,00	2	0,40	1	0,20	7	1,40	15	3,00	1,58	4,58
Alice Jocélia Schlem	361	5	1,00	1	0,20	2	0,40	12	2,40	20	4,00	0,43	4,43
Leonilce De Lara Ferreira	964	5	1,00	2	0,40	2	0,40	13	2,60	22	4,40	0,00	4,40
Rosenilda Bossow Melechenco	587	5	1,00	2	0,40	1	0,20	9	1,80	17	3,40	0,85	4,25
Daiane Nieser	200	6	1,20	0	0,00	2	0,40	10	2,00	18	3,60	0,63	4,23
Oclair Badaz	90	5	1,00	2	0,40	3	0,60	8	1,60	18	3,60	0,50	4,10
Joceli Da Silveira Holzapfel	766	5	1,00	2	0,40	2	0,40	6	1,20	15	3,00	1,05	4,05
Ana Paula Gluczkovski Freire Reese	122	7	1,40	1	0,20	1	0,20	9	1,80	18	3,60	0,30	3,90
Vanessa Reichardt Kraling Bachmann Da Silva	465	6	1,20	1	0,20	1	0,20	8	1,60	16	3,20	0,50	3,70
Dalvana Bianek Chagas	650	4	0,80	4	0,80	1	0,20	7	1,40	16	3,20	0,48	3,68
Rosana Conte	678	6	1,20	1	0,20	1	0,20	4	0,80	12	2,40	1,20	3,60
Lucia Maria Correa Belitz	771	3	0,60	0	0,00	0	0,00	12	2,40	15	3,00	0,00	3,00
Lidiane Bobrovicz	187	4	0,80	0	0,00	2	0,40	5	1,00	11	2,20	0,20	2,40
Carolina Fouletto Mendes Dos Santos	586		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Giselle Ludka	723		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

18 - Língua Portuguesa (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Antonio Ovande Maciel	215	5	1,00	1	0,20	1	0,20	7	1,40	14	2,80	0,41	3,21
Mauro Antonio Gomes Dos Santos	275	6	1,20	0	0,00	3	0,60	6	1,20	15	3,00	0,00	3,00
Dalva Pereira Duarte	62		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Giseli Aparecida Olinek	63		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Karla Fatima Brey	820		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

19 - Artes (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Sonia Mendes	346	4	0,80	2	0,40	3	0,60	11	2,20	20	4,00	1,40	5,40
Allan William Iancoski	276	5	1,00	2	3,00	3	0,60	11	2,20	21	4,20	0,80	5,00
Eliane Carvalho	973	4	0,80	1	0,20	3	0,60	13	2,60	21	4,20	0,76	4,96
Edite Sobczack Da Silva	260	3	0,60	1	0,20	4	0,80	11	2,20	19	3,80	0,90	4,70
Eunice Kluska	720	4	0,80	2	0,40	3	0,60	11	2,20	20	4,00	0,67	4,67
Berenice Cardoso De Carvalho Almeida	543	5	1,00	0	0,00	3	0,60	11	2,20	19	3,80	0,61	4,41
Maria Cecilia Brauhardt Da Silva	767	3	0,60	0	0,00	2	0,40	12	2,40	17	3,40	1,00	4,40
Yasushi Yamasaki	945	4	0,80	3	0,60	0	0,00	12	2,40	19	3,80	0,42	4,22
Ana Carolina Allage	887	3	0,60	0	0,00	2	0,40	11	2,20	16	3,20	0,85	4,05
Silvia Eliana Leite Scholz	514	4	0,80	1	0,20	1	0,20	10	2,00	16	3,20	0,60	3,80
Solange De Jesus Corrêa Barboza	35	1	0,20	2	0,40	3	0,60	10	2,00	16	3,20	0,60	3,80
Mariléia De Fatima Soares Ferreira	489	2	0,40	1	0,20	3	0,60	9	1,80	15	3,00	0,75	3,75
Jucelia Do Carmo Neves	680	3	0,60	4	0,80	1	0,20	10	2,00	18	3,60	0,05	3,65
Jaila Fernanda Kucarz	549	3	0,60	1	0,20	2	0,40	8	1,60	14	2,80	0,80	3,60
Joanir Rodrigo Silva	10	2	0,40	3	0,60	3	0,60	9	1,80	17	3,40	0,00	3,40
Sandra Conceição Kuchler Sabbagh	295	0	0,00	1	0,20	1	0,20	10	2,00	12	2,40	1,00	3,40
Ediane Streit De Almeida	310	1	0,20	1	0,20	2	0,40	10	2,00	14	2,80	0,55	3,35
Sandra Dos Anjos De Oliveira	711	2	0,40	1	0,20	1	0,20	8	1,60	12	2,40	0,70	3,10
Cleusa De Fatima Piechontcoski Monteiro	233	3	0,60	0	0,00	3	0,60	9	1,80	15	3,00	0,00	3,00
Ronieli Consulo	472	0	0,00	2	0,40	2	0,40	7	1,40	11	2,20	0,80	3,00
Marisa Battisti	815	3	0,60	1	0,20	2	0,40	7	1,40	13	2,60	0,37	2,97
Elizete Alves Corrêa	609	0	0,00	1	0,20	2	0,40	7	1,40	10	2,00	0,90	2,90
Silvia Cristina Vieira	798	3	0,60	1	0,20	2	0,40	7	1,40	13	2,60	0,00	2,60
Adriana Schuhmacker	487	0	0,00	1	0,20	1	0,20	3	0,60	5	1,00	0,50	1,50
Dislene Iarocheski	840		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Margarete Alegri	993		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Margareth Cornélia Pires Golanowski	1029		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Mariane Moreschi Marcinichen Padilha	779		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Mirela Gogola	59		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Oneris De Oliveira	885		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

20 - Artes (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Maurenlavina Godoy	377	2	0,40	0	0,00	2	0,40	11	2,20	15	3,00	0,55	3,55
Ivete Soek Ricardo De Jesus	661	3	0,60	0	0,00	1	0,20	10	2,00	14	2,80	0,58	3,38
Catia Franciele Voigt Przywitowski	336	1	0,20	1	0,20	3	0,60	8	1,60	13	2,60	0,40	3,00
Roseli Soares	807	4	0,80	0	0,00	1	0,20	7	1,40	12	2,40	0,50	2,90
Ana Paula Zamboski	204	3	0,60	3	0,60	1	0,20	7	1,40	14	2,80	0,00	2,80
Mari De Jesus Duarte Pereira	907	5	1,00	1	0,20	0	0,00	8	1,60	14	2,80	0,00	2,80
Carine Rodrigues Ferreira	932	5	1,00	3	0,60	2	0,40	6	1,20	6	1,20	0,00	1,20
Angela Correa Da Silva	180	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Eunice Kluska	720		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Maicon Alves Dos Santos	796		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Sabrina Talita De Oliveira	250		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Cristiane Monique Do Prado Novak	952		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Karina Mayer	910		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

21 - Series Iniciais (1º Ao 2º Ano) (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Marciane Aparecida Kanzler Padilha Komochena	799	6	1,20	2	0,40	3	0,60	13	2,60	24	4,80	1,60	6,40
Simone Damaso Da Silveira	360	2	0,40	1	0,20	3	0,60	14	2,80	20	4,00	1,25	5,25
Karina Helena Ferreira Jacobowski.	324	2	0,40	1	0,20	2	0,40	14	2,80	19	3,80	1,15	4,95
Sandra Maria Dos Santos Heiden	515	0	0,00	1	0,20	3	0,60	15	3,00	19	3,80	1,15	4,95
Claudia Simone Bechel	230	2	0,40	0	0,00	0	0,00	14	2,80	16	3,20	1,55	4,75
Bronisia'gurzynski' Zakaluzne	688	4	0,80	1	0,20	1	0,20	13	2,60	19	3,80	0,93	4,73
Marcela Olsen Rodrigues Watzko	729	4	0,80	4	0,80	1	0,20	13	2,60	22	4,40	0,30	4,70
Zeila Kohler Ribas	584	2	0,40	1	0,20	3	0,60	10	2,00	16	3,20	1,50	4,70
Lucimara Ferreira Wippich	653	2	0,40	2	0,40	0	0,00	11	2,20	15	3,00	1,60	4,60
Cleusa Adriana Lescovitz Da Silva	828	2	0,40	3	0,60	1	0,20	11	2,20	17	3,40	1,10	4,50
Zilda Novak Maciel	32	0	0,00	1	0,20	3	0,60	10	2,00	14	2,80	1,60	4,40
Marilei Alves	351	2	0,40	0	0,00	1	0,20	14	2,80	17	3,40	0,90	4,30

Clair De Fatima Falkievecz	590	2	0,40	2	0,40	1	0,20	9	1,80	14	2,80	1,45	4,25
Simone Puttkamer Carvalho	343	3	0,60	2	0,40	3	0,60	9	1,80	17	3,40	0,85	4,25
Cleide Regina Melechenco Cuja	942	2	0,40	1	0,20	2	0,40	9	1,80	14	2,80	1,35	4,15
Erli Finta	738	0	0,00	2	0,40	1	0,20	10	2,00	13	2,60	1,55	4,15
Neusi Aparecida Pauluk Kieski	746	1	0,20	0	0,00	2	0,40	10	2,00	13	2,60	1,55	4,15
Renata Cristina Fernandes Kaschuk	731	1	0,20	2	0,40	2	0,40	10	2,00	15	3,00	1,15	4,15
Maria Zenaide Prussaki	167	2	0,40	2	0,40	0	0,00	12	2,40	16	3,20	0,90	4,10
Maude Raquel Gasperin Porta	273	3	0,60	1	0,20	2	0,40	9	1,80	15	3,00	1,10	4,10
Fabiani Aparecida Hitner Ponijaleki	391	2	0,40	3	0,60	1	0,20	9	1,80	15	3,00	1,05	4,05
Rosana Grossel	138	4	0,80	1	0,20	1	0,20	12	2,40	18	3,60	0,45	4,05
Rosane Wunschi Bai	503	2	0,40	1	0,20	1	0,20	10	2,00	14	2,80	1,08	3,88
Dirceu Soares	713	2	0,40	2	0,40	2	0,40	13	2,60	19	3,80		3,80
Karin Santos Stange	763	4	0,80	1	0,20	2	0,40	10	2,00	17	3,40	0,40	3,80
Rosa Helena Dos Santos Veiga Ito	257	2	0,40	2	0,40	0	0,00	12	2,40	16	3,20	0,55	3,75
Salete Soares De Lima Kalempa	340	2	0,40	2	0,40	0	0,00	7	1,40	11	2,20	1,45	3,65
Luciana Malinoski Erhardt	375	2	0,40	1	0,20	3	0,60	7	1,40	13	2,60	1,00	3,60
Maria De Lourdes De Lima Pereira	235	0	0,00	1	0,20	1	0,20	12	2,40	14	2,80	0,80	3,60
Daniela Soares Fragoso De Souza E Silva	692	2	0,40	1	0,20	1	0,20	9	1,80	13	2,60	0,98	3,58
Marilu De Fátima Tacheski	110	0	0,00	1	0,20	1	0,20	11	2,20	13	2,60	0,95	3,55
Rita De Cassia Porta Gudas	318	0	0,00	4	0,80	2	0,40	8	1,60	14	2,80	0,72	3,52
Hilda Ulthes Heuko	538	3	0,60	0	0,00	1	0,20	9	1,80	13	2,60	0,90	3,50
Rosilene Dos Santos Collodel	321	2	0,40	3	0,60	2	0,40	8	1,60	15	3,00	0,50	3,50
Eliete Terezinha Pfleger Liscoski	402	0	0,00	0	0,00	2	0,40	10	2,00	12	2,40	1,08	3,48
Juliana Szczygiel	636	4	0,80	1	0,20	0	0,00	8	1,60	13	2,60	0,85	3,45
Marlene Kostulski Niezelski	749	2	0,40	2	0,40	1	0,20	8	1,60	13	2,60	0,85	3,45
Andressa Bollmann Brey	691	1	0,20	0	0,00	3	0,60	9	1,80	13	2,60	0,80	3,40
Elenice Muhlbauer De Oliveira	554	1	0,20	1	0,20	0	0,00	9	1,80	11	2,20	1,15	3,35
Lucimari Carlos De Maria Maciel	306	0	0,00	0	0,00	0	0,00	11	2,20	11	2,20	1,15	3,35
Maristela Miranda Greschechen	827	2	0,40	1	0,20	0	0,00	11	2,20	14	2,80	0,55	3,35
Marlene Paul Tremel	939	1	0,20	0	0,00	0	0,00	13	2,60	14	2,80	0,45	3,25
Rosemeri Lemos Lessa	471	4	0,80	2	0,40	0	0,00	9	1,80	15	3,00	0,25	3,25
Geny Leffel Fontes	893	2	0,40	1	0,20	1	0,20	8	1,60	12	2,40	0,80	3,20
Marli Terezinha Scholz Maron Fernandes	573	3	0,60	2	0,40	2	0,40	9	1,80	16	3,20	0,00	3,20
Michele Cristina Wosiak	639	2	0,40	0	0,00	1	0,20	9	1,80	12	2,40	0,80	3,20

Maria Eliane Pereira	716	2	0,40	0	0,00	0	0,00	9	1,80	11	2,20	0,95	3,15
Marli Tereza Dranka	568	2	0,40	0	0,00	0	0,00	8	1,60	10	2,00	1,15	3,15
Patricia Raquel Muchinski	913	1	0,20	2	0,40	0	0,00	10	2,00	13	2,60	0,50	3,10
Rosélis Aparecida Pacheco De Miranda Lima	593	1	0,20	3	0,60	0	0,00	4	0,80	8	1,60	1,50	3,10
Adriana Machado Campolin	197	2	0,40	2	0,40	3	0,60	6	1,20	13	2,60	0,43	3,03
Eliane Valomin	208	2	0,40	3	0,60	1	0,20	9	1,80	15	3,00	0,00	3,00
Sandra Voigt Ebling	469	1	0,20	0	0,00	0	0,00	7	1,40	8	1,60	1,40	3,00
Zelinda Mazorovicz Domingos Pinto	432	0	0,00	1	0,20	0	0,00	10	2,00	11	2,20	0,80	3,00
Simone Ramos Dos Santos Bueno De Oliveira	454	2	0,40	1	0,20	1	0,20	6	1,20	10	2,00	0,90	2,90
Cristina Ferreira Schonton	865	1	0,20	2	0,40	1	0,20	10	2,00	14	2,80	0,00	2,80
Vanessa Bianek Das Chagas	664	1	0,20	2	0,40	1	0,20	10	2,00	14	2,80	0,00	2,80
Luciane Soares Walter	726	3	0,60	1	0,20	0	0,00	6	1,20	10	2,00	0,75	2,75
Maria Da Luz De Oliveira	332	2	0,40	0	0,00	2	0,40	5	1,00	9	1,80	0,95	2,75
Maria Juliana Do Nascimento	864	1	0,20	1	0,20	1	0,20	7	1,40	10	2,00	0,75	2,75
Carla C Avalheiro	566	3	0,60	1	0,20	1	0,20	7	1,40	12	2,40	0,26	2,66
Françoise Elisabeth Gallotti Varela Castanha Dittrich	630	4	0,80	0	0,00	2	0,40	7	1,40	13	2,60	0,00	2,60
Dora Lucia Verka	504	2	0,40	1	0,20	0	0,00	6	1,20	9	1,80	0,75	2,55
Lorena Machado	386	2	0,40	0	0,00	0	0,00	9	1,80	11	2,20	0,35	2,55
Carmen Luzia Kucarz	100	1	0,20	1	0,20	3	0,60	6	1,20	11	2,20	0,28	2,48
Mirna Karpavicius	470	3	0,60	2	0,40	1	0,20	5	1,00	11	2,20	0,27	2,47
Luciane Chrisostomo Seleme	182	1	0,20	2	0,40	0	0,00	9	1,80	12	2,40	0	2,40
Teresinha Aparecida Lemos Da Maia	458	1	0,20	3	0,60	0	0,00	6	1,20	10	2,00	0,30	2,30
Marilda Busko Cordeiro	527	1	0,20	2	0,40	0	0,00	4	0,80	7	1,40	0,70	2,10
Rejane De Paula E Silva Lopes	384	1	0,20	0	0,00	0	0,00	7	1,40	8	1,60	0,00	1,60
Roberto Henning	223	0	0,00	2	0,40	1	0,20	5	1,00	8	1,60	0,00	1,60
Eliane Karvat Veiga	599		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Elizangela Haubricht	985		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Ivone Wagner	760		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Janete Krauss	868		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Kelin Rosiane Cornelsen	961		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Letícia Aparecida Trindade Olescowicz	608		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Rosemari Aparecida Dos Santos Godoy	817		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Siomara Weinfurter Sabatke	301		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

22 - Series Iniciais (1º Ao 2º Ano) - (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Sueli Steilein Alves	246	3	0,60	1	0,20	3	0,60	15	3,00	22	4,40	0,58	4,98
Dinazeli Tischler Fernandes Corrêa	333	1	0,20	2	0,40	1	0,20	13	2,60	17	3,40	0,50	3,90
Neide Maria Bubniak	144	3	0,60	3	0,60	1	0,20	9	1,80	16	3,20	0,60	3,80
Marcia Maria Conrado Jonko	373	1	0,20	2	0,40	2	0,40	9	1,80	14	2,80	0,98	3,78
Eliane Aparecida Soares Zanella	107	2	0,40	2	0,40	2	0,40	12	2,40	18	3,60	0,05	3,65
Ana Jéssica Ribeiro Baiak	1014	2	0,40	1	0,20	2	0,40	11	2,20	16	3,20	0,36	3,56
Scheila Grosskopf	113	2	0,40	3	0,60	0	0,00	10	2,00	15	3,00	0,50	3,50
Ana Paula Ferreira Dos Santos	88	4	0,80	1	0,20	3	0,60	9	1,80	17	3,40	0,00	3,40
Elisanra Mariza Da Cruz Sulim	363	3	0,60	1	2,00	2	0,40	11	2,20	17	3,40	0,00	3,40
Josiane Aparecida Artner	518	1	0,20	1	0,20	2	0,40	10	2,00	14	2,80	0,55	3,35
Silviele Aparecida Dos Santos	852	2	0,40	1	0,20	1	0,20	12	2,40	16	3,20	0,15	3,35
Josiane Artner Figura	684	2	0,40	2	0,40	0	0,00	10	2,00	14	2,80	0,50	3,30
Milton De Paula Bueno	179	2	0,40	2	0,40	0	0,00	7	1,40	11	2,20	1,10	3,30
Jéssica Ferreira Padilha	445	2	0,40	1	0,20	1	0,20	11	2,20	15	3,00	0,24	3,24
Rosane Da Silva Do Prado	121	3	0,60	2	0,40	3	0,60	8	1,60	16	3,20	0,00	3,20
Ana Paula Rocha	178	2	0,40	1	0,20	0	0,00	10	2,00	13	2,60	0,55	3,15
Arcilene Clarice Bigas	483	2	0,40	1	0,20	2	0,40	8	1,60	13	2,60	0,43	3,03
Marion Gonçalves Padilha Pereira	331	2	0,40	1	0,20	2	0,40	10	2,00	15	3,00	0,00	3,00
Katia Iana Ribeiro Martins	994	0	0,00	1	0,20	0	0,00	11	2,20	12	2,40	0,55	2,95
Gilvani Regines Schiessl	33	3	0,60	2	0,40	1	0,20	8	1,60	14	2,80	0,00	2,80
Rosilma De Jesus Thomaszecki	430	0	0,00	3	0,60	2	0,40	9	1,80	14	2,80	0,00	2,80
Janete Terezinha Machado	123	1	0,20	1	0,20	1	0,20	10	2,00	13	2,60	0,00	2,60
Josiane Gonçalves Zaleuski	395	2	0,40	2	0,40	0	0,00	8	1,60	12	2,40	0,16	2,56
Karine Aparecida Padilha De Moraes	912	2	0,40	1	0,20	0	0,00	7	1,40	10	2,00	0,48	2,48
Veridiana Lacerda De Mattos	542	1	0,20	0	0,00	3	0,60	8	1,60	12	2,40	0,00	2,40
Mabel Vesaro	290	1	0,20	1	0,20	1	0,20	8	1,60	11	2,20	0,17	2,37
Elizete Padilha	109	1	0,20	2	0,40	1	0,20	7	1,40	11	2,20	0,05	2,25

Danice Dos Santos	635	3	0,60	0	0,00	0	0,00	6	1,20	9	1,80	0,44	2,24
Adenilson De Oliveira	709	1	0,20	1	0,20	3	0,60	6	1,20	11	2,20	0,00	2,20
Jéssica Kaminski Aves Massaneiro	142	2	0,40	3	0,60	0	0,00	6	1,20	11	2,20	0,00	2,20
Juciléia Carlos	548	1	0,20	1	0,20	1	0,20	8	1,60	11	2,20	0,00	2,20
Otilia Do Prado Ludka	669	3	0,60	2	0,40	0	0,00	6	1,20	11	2,20	0,00	2,20
Susy Aparecida Gapski	841	1	0,20	2	0,40	1	0,20	7	1,40	11	2,20	0,00	2,20
Geni Corrêa Bueno Pereira	305	2	0,40	1	0,20	0	0,00	7	1,40	10	2,00	0,10	2,10
Adriana De Castro	1001	1	0,20	2	0,40	0	0,00	5	1,00	8	1,60	0,43	2,03
Sirlei Marko Micheski	736	0	0,00	1	0,20	3	0,60	6	1,20	10	2,00	0,03	2,03
Andrea Alves Ferreira De Freitas Padilha	216	1	0,20	1	0,20	0	0,00	8	1,60	10	2,00	0,00	2,00
Fabiane Collaço	388	2	0,40	1	0,20	0	0,00	7	1,40	10	2,00	0,00	2,00
Marisa Loik Dos Santos Geraldo	756	1	0,20	1	0,20	0	0,00	8	1,60	10	2,00	0,00	2,00
Sinara Alves Pereira	926	1	0,20	1	0,20	2	0,40	6	1,20	10	2,00	0,00	2,00
Suelen Aparecida Wrublevski	428	3	0,60	0	0,00	2	0,40	5	1,00	10	2,00	0,00	2,00
Valeria Bianek Das Chagas	651	1	0,20	1	0,20	2	0,40	6	1,20	10	2,00	0,00	2,00
Denilda Nunes Da Rocha	304	1	0,20	3	0,60	1	0,20	4	0,80	9	1,80	0,03	1,83
Eunice Grosskopf	322	2	0,40	1	0,20	2	0,40	4	0,80	9	1,80	0,03	1,83
Daniele De Paula Lima Zucco	464	2	0,40	1	0,20	1	0,20	5	1,00	9	1,80	0,00	1,80
Luzia Schiessl De França	292	1	0,20	1	0,20	0	0,00	7	1,40	9	1,80	0,00	1,80
Raquel Goncalves Dos Santos	429	1	0,20	2	0,40	0	0,00	5	1,00	8	1,60	0,11	1,71
Elizete Aparecida De Lima	719	0	0,00	0	0,00	2	0,40	4	0,80	6	1,20	0,50	1,70
Ana Claudia Bastos	453	0	0,00	2	0,40	1	0,20	5	1,00	8	1,60	0,00	1,60
Gizele Moreira	622	2	0,40	1	0,20	1	0,20	4	0,80	8	1,60	0,00	1,60
Viviana Fatima Costa	408	2	0,40	2	0,40	1	0,20	3	0,60	8	1,60	0,00	1,60
Elizabete Rogalski Scheuer	341	1	0,20	1	0,20	0	0,00	5	1,00	7	1,40	0,00	1,40
Lúcia De Fátima Leandro De Souza	307	1	0,20	0	0,00	1	0,20	4	0,80	6	1,20	0,00	1,20
Geise Grasielle Gritens	209		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Graziela Feger Mello	448		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Jocimara De Agostinho Drzeviecki	287		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Juciane Bastos Klempouz	259		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Karina Mayer	910		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Michele Olinek	966		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Rosane Alves De Moraes	505		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Rosane Terezinha Demski Gimenez	823		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

Roseli Soares	807	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Silvana Pereira Da Silva	255	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Suéli Cubas Müller	721	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Talita Cubas	323	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00

23 - Series Iniciais (3º Ao 5º Ano) (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Dirce Pokryviecki Hesse	267	4	0,80	2	0,40	1	0,20	14	2,80	21	4,20	1,22	5,42
Gisele Aparecida Bornatte Prust	583	3	0,60	1	0,20	3	0,60	13	2,60	20	4,00	1,10	5,10
Ciumara Corrêa Dos Santos	347	4	0,80	1	0,20	2	0,40	11	2,20	18	3,60	1,40	5,00
Adriana Erhardt Zschap	962	1	0,20	2	0,40	2	0,40	11	2,20	16	3,20	1,45	4,65
Márcia Antônia Krull Fink	337	3	0,60	2	0,40	3	0,60	12	2,40	20	4,00	0,60	4,60
Janete Nunes Steilein	602	1	0,20	3	0,60	0	0,00	13	2,60	17	3,40	1,15	4,55
Maria Eurlí Jungles Hudzinski	810	2	0,40	1	0,20	1	0,20	14	2,80	18	3,60	0,95	4,55
Viviane Suchara Radke Gluckowski	783	1	0,20	3	0,60	1	0,20	12	2,40	17	3,40	1,10	4,50
Rosane Aparecida De Souza Caldas	205	2	0,40	1	0,20	1	0,20	11	2,20	15	3,00	1,45	4,45
Fabia Chagas Antunes	697	1	0,20	2	0,40	0	0,00	14	2,80	17	3,40	1,00	4,40
Janine Ribas Riske	571	1	0,20	0	0,00	1	0,20	12	2,40	14	2,80	1,60	4,40
Regiane Artner Gevieski	685	4	0,80	3	0,60	0	0,00	11	2,20	18	3,60	0,80	4,40
Nair Maciel Cuja	389	4	0,80	0	0,00	1	0,20	11	2,20	16	3,20	1,15	4,35
Jussara Kuchler De Faria	575	1	0,20	1	0,20	1	0,20	11	2,20	14	2,80	1,50	4,30
Elisamar Rocha Pereira De Almeida	447	4	0,80	3	0,60	1	0,20	9	1,80	17	3,40	0,88	4,28
Everaldo Collodel Porta	129	4	0,80	4	0,80	0	0,00	9	1,80	17	3,40	0,85	4,25
Alessandra Helena Marko Lanke	104	2	0,40	1	0,20	2	0,40	16	3,20	21	4,20	0,00	4,20
Ivone Wagner	760	1	0,20	4	0,80	0	0,00	10	2,00	15	3,00	1,15	4,15
Larissa Del Gobo Kruger Baluta	705	2	0,40	2	0,40	1	0,20	11	2,20	16	3,20	0,95	4,15
Neuseli Aparecida Nogath Dobrychtop	643	1	0,20	1	0,20	0	0,00	12	2,40	14	2,80	1,30	4,10
Eloida Porta Pereira	195	0	0,00	1	0,20	3	0,60	12	2,40	16	3,20	0,88	4,08
Rosane Tomczyk	364	1	0,20	1	0,20	2	0,40	11	2,20	15	3,00	1,05	4,05
Ildefonso Porta	270	1	0,20	1	0,20	1	0,20	12	2,40	15	3,00	1,02	4,02
Marcia Bernardete Suchecke	512	1	0,20	3	0,60	2	0,40	8	1,60	14	2,80	1,15	3,95
Salete Alves De Oliveira Schiessl	804	2	0,40	3	0,60	1	0,20	10	2,00	16	3,20	0,75	3,95
Andrea Niedzielski	213	1	0,20	1	0,20	1	0,20	14	2,80	17	3,40	0,50	3,90

Eliane Karvat Veiga	599	1	0,20	2	0,40	0	0,00	11	2,20	14	2,80	1,10	3,90
Mariel Horsky	232	1	0,20	0	0,00	1	0,20	13	2,60	15	3,00	0,90	3,90
Cliceide Zomer Penkal	374	3	0,60	1	0,20	1	0,20	12	2,40	17	3,40	0,49	3,89
Francisca "Carlim"	311	0	0,00	1	0,20	1	0,20	10	2,00	12	2,40	1,48	3,88
Jacinta De Fatima Fuck	577	4	0,80	2	0,40	0	0,00	9	1,80	15	3,00	0,85	3,85
Dirce Batista Moreira Dos Anjos	830	2	0,40	2	0,40	1	0,20	10	2,00	15	3,00	0,81	3,81
Elizabete Aparecida Nogueira Figura	460	3	0,60	1	0,20	1	0,20	9	1,80	14	2,80	1,01	3,81
Alcione Aparecida Artner	520	2	0,40	1	0,20	1	0,20	10	2,00	14	2,80	0,95	3,75
Ivone Gonçalves De Lima Oliveira	486	2	0,40	1	0,20	1	0,20	8	1,60	12	2,40	1,35	3,75
Sidnea Fatima De Lima Iurkiv	291	0	0,00	2	0,40	1	0,20	11	2,20	14	2,80	0,95	3,75
Andréa Pinheiro Dos Santos Ferreira	298	2	0,40	1	0,20	1	0,20	12	2,40	16	3,20	0,50	3,70
Ana Ester Kepp Pscheidt	516	0	0,00	1	0,20	2	0,40	9	1,80	12	2,40	1,25	3,65
Clarisse Andreia Sucheke Figura	511	1	0,20	2	0,40	1	0,20	9	1,80	13	2,60	1,05	3,65
Alexandra Maria Torquato	387	1	0,20	1	0,20	2	0,40	13	2,60	17	3,40	0,20	3,60
Maristela Bail De Faveri	312	2	0,40	2	0,40	0	0,00	8	1,60	12	2,40	1,20	3,60
Sueli De Fatima Silva	176	2	0,40	2	0,40	0	0,00	11	2,20	15	3,00	0,60	3,60
Vanessa Giseli Tremi	673	2	0,40	2	0,40	0	0,00	7	1,40	11	2,20	1,40	3,60
Emanueli De Fátima Knoryk	982	3	0,60	2	0,40	1	0,20	10	2,00	16	3,20	0,38	3,58
Dionice De Fatima Pereira Burgardt	833	0	0,00	1	0,20	1	0,20	9	1,80	11	2,20	1,35	3,55
Michele Aparecida Leite	874	2	0,40	3	0,60	0	0,00	10	2,00	15	3,00	0,49	3,49
Mara Rubia Pereira Do Vale Selenko	413	1	0,20	1	0,20	1	0,20	11	2,20	14	2,80	0,63	3,43
Cristiana Romão Pereira	467	1	0,20	1	0,20	2	0,40	10	2,00	14	2,80	0,55	3,35
Lizéte Didek	835	0	0,00	2	0,40	1	0,20	11	2,20	14	2,80	0,55	3,35
Mari Silvia De Augustinho	631	2	0,40	1	0,20	0	0,00	9	1,80	12	2,40	0,95	3,35
Sirley Aparecida Gontarek	153	2	0,40	2	0,40	1	0,20	7	1,40	12	2,40	0,95	3,35
Idelci Kuiaski Smekatz	112	2	0,40	2	0,40	1	0,20	9	1,80	14	2,80	0,50	3,30
Marcia Aparecida Adamski Schvitzki	909	2	0,40	2	0,40	2	0,40	10	2,00	16	3,20	0,05	3,25
Elissarita Antonovicz Zorek	225	3	0,60	3	0,60	3	0,60	7	1,40	16	3,20	0,00	3,20
Kátia Regina Finta Zipperer	703	3	0,60	0	0,00	1	0,20	8	1,60	12	2,40	0,80	3,20
Lediane Priscila Mattos	480	3	0,60	2	0,40	2	0,40	8	1,60	15	3,00	0,20	3,20
Siomara Leal De Barros Plachek	788	2	0,40	2	0,40	0	0,00	8	1,60	12	2,40	0,80	3,20
Luciane Aparecida De Souza Pinto Neudorf	672	1	0,20	3	0,60	0	0,00	6	1,20	10	2,00	1,15	3,15
Maria Angelita De Lima Haensch Gonçalves Do Rosario	751	2	0,40	0	0,00	0	0,00	10	2,00	12	2,40	0,75	3,15
Rosimari Rodecz De Lima	435	1	0,20	2	0,40	0	0,00	8	1,60	11	2,20	0,95	3,15

Elisane Teixeira Piechontcoski	297	1	0,20	1	0,20	1	0,20	10	2,00	13	2,60	0,53	3,13
Cristiane Siomara Prust Mokva	708	2	0,40	1	0,20	1	0,20	7	1,40	11	2,20	0,80	3,00
Neide Cristina Vieira De Lima Bechel	74	2	0,40	1	0,20	2	0,40	10	2,00	15	3,00	0,00	3,00
Andréia Gusmão De Nogueira	244	2	0,40	0	0,00	0	0,00	11	2,20	13	2,60	0,30	2,90
Maria Roselis Komochena	339	3	0,60	1	0,20	1	0,20	9	1,80	14	2,80	0,10	2,90
Rose Mary Karpavicius	473	0	0,00	3	0,60	1	0,20	5	1,00	9	1,80	1,06	2,86
Evelin Heiden	510	0	0,00	1	0,20	2	0,40	9	1,80	12	2,40	0,43	2,83
Cristiane Landuche Guimaraes Mendes	272	3	0,60	1	0,20	1	0,20	8	1,60	13	2,60	0,20	2,80
Marcia Brozski Ulthes	243	1	0,20	0	0,00	1	0,20	7	1,40	9	1,80	1,00	2,80
Elizangela Haubricht	985	1	0,20	1	0,20	1	0,20	8	1,60	11	2,20	0,50	2,70
Veridiana Schwarz	266	0	0,00	1	0,20	2	0,40	6	1,20	9	1,80	0,85	2,65
Lucia Maria Wosiack	657	4	0,80	0	0,00	1	0,20	5	1,00	10	2,00	0,45	2,45
Verediane Franco De Oliveira	615	2	0,40	2	0,40	1	0,20	7	1,40	12	2,40	0,00	2,40
Aglaci Sabatke Iurkiv	371	1	0,20	0	0,00	0	0,00	10	2,00	11	2,20	0,00	2,20
Jeonece Terezinha Dombrovski Kraus	645	0	0,00	2	0,40	0	0,00	5	1,00	7	1,40	0,65	2,05
Arriete Fernandes De Oliveira	757		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Celina Polak Correa De Oliveira	704		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Elaine Cristina Gritens	699		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Gizele Regina Beckert	730		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Rosélis Aparecida Pacheco De Miranda Lima	593		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Siomara Weinfurter Sabatke	301		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

24 - Series Iniciais (3º Ao 5º Ano) - (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Angela Patricia Waenarrovski	754	2	0,40	4	0,80	3	0,60	13	2,60	22	4,40	0,50	4,90
Ana Ataiz Muller Stocker	532	1	0,20	2	0,40	1	0,20	11	2,20	15	3,00	1,08	4,08
Raquel Franco De Oliveira	439	2	0,40	2	0,40	0	0,00	12	2,40	16	3,20	0,50	3,70
Nadir Correia Padilha De Lima	768	3	0,60	2	0,40	1	0,20	8	1,60	14	2,80	0,85	3,65
Juliano Freitas	582	0	0,00	3	0,60	2	0,40	11	2,20	16	3,20	0,38	3,58
Cristina Aparecida Gevieski	293	2	0,40	1	0,20	0	0,00	12	2,40	15	3,00	0,55	3,55
Patrícia Fernandes	642	1	0,20	1	0,20	3	0,60	8	1,60	13	2,60	0,90	3,50
Raquely Bueno	252	1	0,20	1	0,20	1	0,20	10	2,00	13	2,60	0,48	3,08
Isabele Luana Neizer Dos Santos	971	4	0,80	2	0,40	3	0,60	6	1,20	15	3,00	0,00	3,00
Rosecléa Wagner Cavalet	965	4	0,80	1	0,20	1	0,20	9	1,80	15	3,00	0,00	3,00
Camila Correa	248	2	0,40	1	0,20	1	0,20	10	2,00	14	2,80	0,15	2,95
Giovana Da Rosa Gevieski	118	2	0,40	2	0,40	3	0,60	4	0,80	11	2,20	0,70	2,90
Veridiani Aparecida Costa	493	3	0,60	1	0,20	1	0,20	9	1,80	14	2,80	0,02	2,82
Kiara Aparecida Krauss	682	0	0,00	2	0,40	1	0,20	8	1,60	11	2,20	0,55	2,75
Deysi Maria Marques Dos Santos	299	0	0,00	3	0,60	1	0,20	8	1,60	12	2,40	0,27	2,67
Mary Neusa Appio	640	3	0,60	1	0,20	0	0,00	8	1,60	12	2,40	0,24	2,64
Sonia Maria Soares Padilha Crestani	288	1	0,20	3	0,60	0	0,00	6	1,20	10	2,00	0,55	2,55
Cleusa Antonia Neneve Bialeski	424	3	0,60	0	0,00	2	0,40	6	1,20	11	2,20	0,22	2,42
Arlete Aparecida Nunes De Figueredo	996	1	0,20	0	0,00	1	0,20	10	2,00	12	2,40	0,00	2,40
Denilda Aparecida Alves Corrêa	455	1	0,20	2	0,40	1	0,20	8	1,60	12	2,40	00	2,40
Eliane Leandro Gonçalves Jungles	381	1	0,20	2	0,40	2	0,40	7	1,40	12	2,40	0,00	2,40
Débora Regina Vaz Jenzura	119	2	0,40	1	0,20	0	0,00	8	1,60	11	2,20	0,17	2,37
Marilda Quirino De Almeida Ziemann	658	0	0,00	1	0,20	2	0,40	8	1,60	11	2,20	0,16	2,36
Adriane Jack Moissa	701	1	0,20	2	0,40	1	0,20	6	1,20	10	2,00	0,23	2,23
Giovana De Fátima Gonçalves De Lima Dos Santos	884	0	0,00	2	0,40	2	0,40	6	1,20	10	2,00	0,23	2,23
Claudia Regina De Lima Ostrovski	98	2	0,40	1	0,20	1	0,20	6	1,20	10	2,00	0,12	2,12
Karla Hauerbach	330	1	0,20	0	0,00	2	0,40	6	1,20	9	1,80	0,15	1,95
Eveline Gisele Steilein	755	0	0,00	2	0,40	1	0,20	6	1,20	9	1,80	0,00	1,80
Maria Rosângela Temcheszen Pensin	646	2	0,40	1	0,20	1	0,20	5	1,00	9	1,80	0,00	1,80
Jociane Maria Gonçalves De Lima	748	4	0,80	1	0,20	0	0,00	3	0,60	8	1,60	0,15	1,75
Debora Cristiana Rodrigues Da Silva	668	1	0,20	2	0,40	1	0,20	4	0,80	8	1,60	0,03	1,63

Priscila Vanessa Dos Santos	916	0	0,00	1	0,20	1	0,20	5	1,00	7	1,40	0,00	1,40
Fabiane Barbosa	585	1	0,20	1	0,20	0	0,00	4	0,80	6	1,20	0,00	1,20
Fernanda Cristina Volhanik	137	0	0,00	1	0,20	0	0,00	3	0,60	4	0,80	0,05	0,85
Ana Claudia Bastos	453		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Josiane Artner Figura	684		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

25 - Educação Infantil (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Claudia Simone Bechel	230	5	1,00	0	0,00	3	0,60	10	2,00	18	3,60	1,55	5,15
Francisca "Carlim"	311	3	0,60	2	0,40	3	0,60	10	2,00	18	3,60	1,48	5,08
Maria Angelica Barbosa	569	5	1,00	1	0,20	2	0,40	9	1,80	17	3,40	1,60	5,00
Erli Finta	738	5	1,00	4	0,80	1	0,20	7	1,40	17	3,40	1,55	4,95
Rosemari Aparecida Dos Santos Godoy	817	5	1,00	2	0,40	4	0,80	8	1,60	19	3,80	1,15	4,95
Maristela Cordeiro Rodrigues	854	4	0,80	3	0,60	1	0,20	12	2,40	20	4,00	0,93	4,93
Marciane Aparecida Kanzler Padilha Komochena	799	5	1,00	1	0,20	4	0,80	6	1,20	16	3,20	1,60	4,80
Bronisia'gurzynski' Zakaluzne	688	5	1,00	2	0,40	2	0,40	10	2,00	19	3,80	0,93	4,73
Andréa Pinheiro Dos Santos Ferreira	298	3	0,60	2	0,40	3	0,60	13	2,60	21	4,20	0,50	4,70
Marcela Olsen Rodrigues Watzko	729	5	1,00	1	0,20	4	0,80	12	2,40	22	4,40	0,30	4,70
Ana Ester Kepp Pscheidt	516	4	0,80	4	0,80	2	0,40	7	1,40	17	3,40	1,25	4,65
Ana Gurzynski Bail	442	2	0,40	1	0,20	2	0,40	10	2,00	15	3,00	1,60	4,60
Fabia Chagas Antunes	697	5	1,00	2	0,40	2	0,40	9	1,80	18	3,60	1,00	4,60
Kátia Regina Finta Zipperer	703	5	1,00	3	0,60	2	0,40	9	1,80	19	3,80	0,80	4,60
Saete Soares De Lima Kalempa	340	2	0,40	3	0,60	4	0,80	6	1,20	15	3,00	1,45	4,45
Luciana Malinoski Erhardt	375	5	1,00	4	0,80	1	0,20	7	1,40	17	3,40	1,00	4,40
Karina Helena Ferreira Jacobowski.	324	4	0,80	2	0,40	1	0,20	9	1,80	16	3,20	1,15	4,35
Larissa Del Gobo Kruger Baluta	705	4	0,80	2	0,40	2	0,40	9	1,80	17	3,40	0,95	4,35
Gizele Regina Beckert	730	4	0,80	3	0,60	1	0,20	9	1,80	17	3,40	0,90	4,30
Vanessa Stascovian Chmiluk	717	4	0,80	2	0,40	2	0,40	10	2,00	18	3,60	0,70	4,30
Sandra Mara Pereira Da Silva	743	2	0,40	4	0,80	1	0,20	7	1,40	14	2,80	1,45	4,25
Fabiani Aparecida Hitner Ponijaleki	391	3	0,60	2	0,40	2	0,40	8	1,60	15	3,00	1,05	4,05
Silvia Wieczorkiewicz Cavalheiro	468	4	0,80	1	0,20	3	0,60	8	1,60	16	3,20	0,85	4,05
Simone Puttkamer Carvalho	343	5	1,00	0	0,00	3	0,60	8	1,60	16	3,20	0,85	4,05

Dirce Pokrywiecki Hesse	267	3	0,60	2	0,40	1	0,20	8	1,60	14	2,80	1,22	4,02
Keli Cristina Ghoth Schelbauer De Lima	521	2	0,40	2	0,40	3	0,60	7	1,40	14	2,80	1,20	4,00
Silvana Voigt	632	2	0,40	3	0,60	2	0,40	8	1,60	15	3,00	1,00	4,00
Vania Valquiria Rodrigues Fidencio Da Costa	55	2	0,40	1	0,20	2	0,40	9	1,80	14	2,80	1,15	3,95
Rita De Cassia Porta Gudas	318	5	1,00	2	0,40	2	0,40	7	1,40	16	3,20	0,72	3,92
Gisele Aparecida Bornatte Prust	583	3	0,60	0	0,00	2	0,40	9	1,80	14	2,80	1,10	3,90
Rosane Tomczyk	364	4	0,80	2	0,40	1	0,20	7	1,40	14	2,80	1,05	3,85
Simone Damaso Da Silveira	360	4	0,80	1	0,20	2	0,40	6	1,20	13	2,60	1,25	3,85
Letícia Aparecida Trindade Olescowicz	608	3	0,60	1	0,20	3	0,60	11	2,20	18	3,60	0,20	3,80
Simone Aparecida Brey Kuchnir	715	3	0,60	1	0,20	2	0,40	5	1,00	11	2,20	1,60	3,80
Marilu De Fátima Tacheski	110	4	0,80	0	0,00	1	0,20	9	1,80	14	2,80	0,95	3,75
Marli Tereza Dranka	568	2	0,40	0	0,00	2	0,40	9	1,80	13	2,60	1,15	3,75
Juliane Grosskopf Soares	589	2	0,40	2	0,40	1	0,20	11	2,20	16	3,20	0,50	3,70
Zeila Kohler Ribas	584	2	0,40	1	0,20	1	0,20	7	1,40	11	2,20	1,50	3,70
Eliane Margareh Kruger	580	3	0,60	0	0,00	3	0,60	6	1,20	12	2,40	1,25	3,65
Marlene Paul Tremel	939	2	0,40	1	0,20	5	1,00	8	1,60	16	3,20	0,45	3,65
Alessandra Helena Marko Lanke	104	4	0,80	2	0,40	3	0,60	9	1,80	18	3,60	0,00	3,60
Lediane Priscila Mattos	480	5	1,00	0	0,00	2	0,40	10	2,00	17	3,40	0,20	3,60
Maristela Bail De Faveri	312	4	0,80	1	0,20	2	0,40	5	1,00	12	2,40	1,20	3,60
Elaine Cristina Gritens	699	3	0,60	2	0,40	2	0,40	8	1,60	15	3,00	0,55	3,55
Janete Nunes Steilein	602	2	0,40	0	0,00	3	0,60	7	1,40	12	2,40	1,15	3,55
Eunice Das Dores Souza	202	4	0,80	1	0,20	2	0,40	6	1,20	13	2,60	0,93	3,53
Andrea Niedzielski	213	3	0,60	1	0,20	3	0,60	8	1,60	15	3,00	0,50	3,50
Saila Regina Sorg	634	4	0,80	4	0,80	2	0,40	5	1,00	15	3,00	0,50	3,50
Valdicéia Dolizetti Munhoz Noernberg	547	3	0,60	1	0,20	2	0,40	9	1,80	15	3,00	0,50	3,50
Michele Aparecida Leite	874	4	0,80	1	0,20	2	0,40	8	1,60	15	3,00	0,49	3,49
Eliete Terezinha Pfleger Liscoski	402	3	0,60	2	0,40	0	0,00	7	1,40	12	2,40	1,08	3,48
Evelin Heiden	510	5	1,00	0	0,00	1	0,20	9	1,80	15	3,00	0,43	3,43
Andressa Bollmann Brey	691	4	0,80	3	0,60	0	0,00	6	1,20	13	2,60	0,80	3,40
Cristiane Siomara Prust Mokva	708	4	0,80	2	0,40	1	0,20	6	1,20	13	2,60	0,80	3,40
Maria De Lourdes De Lima Pereira	235	3	0,60	0	0,00	1	0,20	9	1,80	13	2,60	0,80	3,40
Sandra Voigt Ebling	469	2	0,40	1	0,20	2	0,40	5	1,00	10	2,00	1,40	3,40
Daniela Soares Fragoso De Souza E Silva	692	2	0,40	3	0,60	2	0,40	5	1,00	12	2,40	0,98	3,38
Hilda Ulthes Heuko	538	2	0,40	1	0,20	0	0,00	9	1,80	12	2,40	0,90	3,30

Maria Aparecida Rodrigues Loik	648	1	0,20	5	1,00	1	0,20	4	0,80	11	2,20	1,10	3,30
Maria Bileski Guimarães	477	1	0,20	0	0,00	2	0,40	7	1,40	10	2,00	1,30	3,30
Teresinha Aparecida Lemos Da Maia	458	3	0,60	0	0,00	3	0,60	9	1,80	15	3,00	0,30	3,30
Cliceide Zomer Penkal	374	5	1,00	0	0,00	3	0,60	6	1,20	14	2,80	0,49	3,29
Carmen Luzia Kucarz	100	3	0,60	3	0,60	1	0,20	8	1,60	15	3,00	0,28	3,28
Rosana Grossel	138	1	0,20	1	0,20	1	0,20	11	2,20	14	2,80	0,45	3,25
Romilda Lima	164	3	0,60	1	0,20	2	0,40	6	1,20	12	2,40	0,83	3,23
Ana Rita Beckert Medeiros	525	2	0,40	2	0,40	3	0,60	5	1,00	12	2,40	0,80	3,20
Rosa Helena Dos Santos Veiga Ito	257	4	0,80	1	0,20	0	0,00	8	1,60	13	2,60	0,55	3,15
Sandra Maria Dos Santos Heiden	515	3	0,60	0	0,00	3	0,60	4	0,80	10	2,00	1,15	3,15
Marilda Busko Cordeiro	527	3	0,60	2	0,40	2	0,40	5	1,00	12	2,40	0,70	3,10
Rosane Terezinha Demski Gimenez	823	4	0,80	0	0,00	2	0,40	7	1,40	13	2,60	0,50	3,10
Veridiana Schwarz	266	3	0,60	2	0,40	2	0,40	4	0,80	11	2,20	0,85	3,05
Aglaci Sabatke Iurkiv	371	4	0,80	3	0,60	1	0,20	7	1,40	15	3,00	0,00	3,00
Cristiana Aparecida Pereira	806	2	0,40	2	0,40	0	0,00	6	1,20	10	2,00	1,00	3,00
Marli Terezinha Scholz Maron Fernandes	573	3	0,60	2	0,40	2	0,40	8	1,60	15	3,00	0,00	3,00
Zelinda Mazorovicz Domingos Pinto	432	1	0,20	1	0,20	2	0,40	7	1,40	11	2,20	0,80	3,00
Maria Eliane Pereira	716	3	0,60	1	0,20	0	0,00	6	1,20	10	2,00	0,95	2,95
Maristela Miranda Greschechen	827	3	0,60	0	0,00	3	0,60	6	1,20	12	2,40	0,55	2,95
Sirley Aparecida Gontarek	153	1	0,20	2	0,40	2	0,40	5	1,00	10	2,00	0,95	2,95
Mariel Horsky	232	2	0,40	1	0,20	1	0,20	6	1,20	10	2,00	0,90	2,90
Ana Cristina Da Silveira Paulo	856	3	0,60	1	0,20	2	0,40	5	1,00	11	2,20	0,65	2,85
Jacinta De Fatima Fuck	577	2	0,40	0	0,00	1	0,20	7	1,40	10	2,00	0,85	2,85
Maria Da Luz De Oliveira	332	3	0,60	1	0,20	1	0,20	4	0,80	9	1,80	0,95	2,75
Rosa Aparecida Massaneiro Pereira	791	3	0,60	1	0,20	1	0,20	6	1,20	11	2,20	0,55	2,75
Idelci Kuiaski Smekatz	112	3	0,60	1	0,20	2	0,40	5	1,00	11	2,20	0,50	2,70
Celina Polak Correa De Oliveira	704	3	0,60	1	0,20	1	0,20	5	1,00	10	2,00	0,55	2,55
Maria Roselis Komochena	339	1	0,20	2	0,40	2	0,40	7	1,40	12	2,40	0,10	2,50
Carla C Avalheiro	566	1	0,20	0	0,00	3	0,60	7	1,40	11	2,20	0,26	2,46
Rosemeri Lemos Lessa	471	2	0,40	0	0,00	1	0,20	8	1,60	11	2,20	0,25	2,45
Rejane De Paula E Silva Lopes	384	2	0,40	1	0,20	1	0,20	8	1,60	12	2,40	0,00	2,40
Verediane Franco De Oliveira	615	5	1,00	0	0,00	1	0,20	6	1,20	12	2,40	0,00	2,40
Adriana Garcia Da Silva Drocza	334	2	0,40	1	0,20	1	0,20	4	0,80	8	1,60	0,79	2,39
Roselaine Maria Diefenther	974	1	0,20	1	0,20	1	0,20	8	1,60	11	2,20	0,00	2,20

Rozeli Terezinha Cornelsem	165	2	0,40	1	0,20	2	0,40	6	1,20	11	2,20	0,00	2,20
Viviane Ramthum	742	3	0,60	0	0,00	0	0,00	8	1,60	11	2,20	0,00	2,20
Adriana Machado Campolin	197	2	0,40	0	0,00	1	0,20	5	1,00	8	1,60	0,43	2,03
Eliane Valomin	208	1	0,20	1	0,20	2	0,40	5	1,00	9	1,80	0,00	1,80
Mirna Karpavicius	470	1	0,20	1	0,20	1	0,20	4	0,80	7	1,40	0,27	1,67
Luciane Soares Walter	726	0	0,00	0	0,00	1	0,20	3	0,60	4	0,80	0,75	1,55
Iolanda Terezinha Muller	826	2	0,40	1	0,20	1	0,20	3	0,60	7	1,40	0,00	1,40
Roberto Henning	223	1	0,20	0	2,00	3	0,60	3	0,60	7	1,40	0,00	1,40
Zora Ionara Graneman Fernandes Kichileski	553		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	1,10	1,10
Beatriz Muller Pazda	946		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Ciumara Corrêa Dos Santos	347		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Elissarita Antonovicz Zorek	225		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Izabel Cristina Moreira	183		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Juciane Samara Pazda	769		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Kelin Rosiane Cornelsen	961		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Mara Rubia Pereira Do Vale Selenko	413		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Marcia Aparecida Adamski Schvitzki	909		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Maria Juliana Do Nascimento	864		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Mariléia Moranti	724		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Mirian Pires De Oliveira Ostrosky	160		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Simone Ramos Dos Santos Bueno De Oliveira	454		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

26 - Educação Infantil - (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Joelma Zielinski	821	5	1,00	1	0,20	3	0,60	11	2,20	20	4,00	0,95	4,95
Angela Patricia Waenarrowski	754	7	1,40	1	0,20	2	0,40	11	2,20	21	4,20	0,50	4,70
Ana Claudia Adur	262	5	1,00	0	0,00	3	0,60	11	2,20	19	3,80	0,41	4,21
Dirce Batista Moreira Dos Anjos	830	3	0,60	3	0,60	2	0,40	9	1,80	17	3,40	0,81	4,21
Ana Jéssica Ribeiro Baiak	1014	5	1,00	1	0,20	3	0,60	10	2,00	19	3,80	0,36	4,16
Camyla Knuppel	81	5	1,00	2	0,40	1	0,20	9	1,80	17	3,40	0,55	3,95
Jocimara De Agostinho Drzeviecki	287	4	0,80	2	0,40	1	0,20	10	2,00	17	3,40	0,55	3,95
Jaqueline Maria Pertile Aumondi	1000	3	0,60	2	0,40	1	0,20	13	2,60	19	3,80	0,14	3,94
Danice Dos Santos	635	2	0,40	3	0,60	2	0,40	10	2,00	17	3,40	0,44	3,84
Susy Aparecida Gapski	841	5	1,00	1	0,20	3	0,60	10	2,00	19	3,80	0,00	3,80
Ana Ataiz Muller Stocker	532	3	0,60	1	0,20	2	0,40	7	1,40	13	2,60	1,08	3,68
Fernanda De Souza	271	3	0,60	2	0,40	3	0,60	10	2,00	18	3,60	0,05	3,65
Marcia Maria Conrado Jonko	373	3	0,60	0	0,00	2	0,40	8	1,60	13	2,60	0,98	3,58
Geise Grasielle Gritens	209	3	0,60	2	0,40	1	0,20	10	2,00	16	3,20	0,30	3,50
Raquel Franco De Oliveira	439	5	1,00	1	0,20	2	0,40	7	1,40	15	3,00	0,50	3,50
Eliane Aparecida Soares Zanella	107	2	0,40	1	0,20	2	0,40	12	2,40	17	3,40	0,05	3,45
Débora Regina Vaz Jenzura	119	3	0,60	3	0,60	2	0,40	8	1,60	16	3,20	0,17	3,37
Josiane Gonçalves Zaleuski	395	3	0,60	0	0,00	2	0,40	11	2,20	16	3,20	0,16	3,36
Katia Iana Ribeiro Martins	994	5	1,00	1	0,20	0	0,00	8	1,60	14	2,80	0,55	3,35
Marilei Alves	351	4	0,80	0	0,00	0	0,00	8	1,60	12	2,40	0,90	3,30
Elizete Padilha	109	4	0,80	1	0,20	1	0,20	10	2,00	16	3,20	0,05	3,25
Juliana Szczygiel	636	3	0,60	2	0,40	1	0,20	6	1,20	12	2,40	0,85	3,25
Adriana De Castro	1001	2	0,40	1	0,20	1	0,20	10	2,00	14	2,80	0,43	3,23
Luciane Munhoz Marko Maffezoli	394	4	0,80	2	0,40	3	0,60	7	1,40	16	3,20	0,00	3,20
Rosecléa Wagner Cavalet	965	4	0,80	2	0,40	3	0,60	7	1,40	16	3,20	0,00	3,20
Andréa Romanovitch	935	2	0,40	0	0,00	2	0,40	9	1,80	13	2,60	0,58	3,18
Veridiani Aparecida Costa	493	3	0,60	0	0,00	4	0,80	8	1,60	15	3,00	0,15	3,15
Scheila Grosskopf	113	3	0,60	2	0,40	1	0,20	7	1,40	13	2,60	0,50	3,10
Daiana Ostroske	934	2	0,40	2	0,40	1	0,20	8	1,60	13	2,60	0,43	3,03
Cleusa Antonia Neneve Bialeski	424	3	0,60	1	0,20	1	0,20	9	1,80	14	2,80	0,22	3,02

Vania Castilho	565	2	0,40	1	0,20	2	0,40	7	1,40	12	2,40	0,49	2,89
Rosana Da Silva	695	4	0,80	2	0,40	2	0,40	5	1,00	13	2,60	0,27	2,87
Elisandra Mariza Da Cruz Sulim	363	1	0,20	2	0,40	1	0,20	10	2,00	14	2,80	0,00	2,80
Janete Terezinha Machado	123	3	0,60	0	0,00	3	0,60	8	1,60	14	2,80	0,00	2,80
Rosilma De Jesus Thomaszecki	430	5	1,00	3	0,60	0	0,00	6	1,20	14	2,80	0,00	2,80
Karine Aparecida Padilha De Moraes	912	3	0,60	1	0,20	1	0,20	6	1,20	11	2,20	0,48	2,68
Jéssica Ferreira Padilha	445	2	0,40	1	0,20	3	0,60	6	1,20	12	2,40	0,24	2,64
Eliane Leandro Gonçalves Jungles	381	2	0,40	2	0,40	1	0,20	8	1,60	13	2,60	0,00	2,60
Fabiane Collaço	388	4	0,80	0	0,00	1	0,20	8	1,60	13	2,60	0,00	2,60
Luzia Schiessl De França	292	3	0,60	2	0,40	1	0,20	7	1,40	13	2,60	0,00	2,60
Maria Jalete Da Silva Larsen	917	2	0,40	2	0,40	1	0,20	8	1,60	13	2,60	0,00	2,60
Patricia Martins Padilha	739	4	0,80	0	0,00	2	0,40	7	1,40	13	2,60	0,00	2,60
Priscila Vanessa Dos Santos	916	4	0,80	0	0,00	3	0,60	6	1,20	13	2,60	0,00	2,60
Josiane Dos Santos	186	2	0,40	2	0,40	1	0,20	6	1,20	11	2,20	0,29	2,49
Ana Paula Ferreira Dos Santos	88	2	0,40	0	0,00	1	0,20	9	1,80	12	2,40	0,00	2,40
Cleide De Fatima Padilha	969	1	0,20	3	0,60	2	0,40	6	1,20	12	2,40	0,00	2,40
Elizabete Rogalski Scheuer	341	1	0,20	4	0,80	2	0,40	5	1,00	12	2,40	0,00	2,40
Maria Rosângela Temcheszen Pensin	646	3	0,60	0	0,00	2	0,40	7	1,40	12	2,40	0,00	2,40
Marisa Loik Dos Santos Geraldo	756	4	0,80	1	0,20	1	0,20	6	1,20	12	2,40	0,00	2,40
Roseli Aparecida Ferreira Bechel	214	1	0,20	2	0,40	1	0,20	8	1,60	12	2,40	0,00	2,40
Sinara Alves Pereira	926	3	0,60	0	0,00	3	0,60	6	1,20	12	2,40	0,00	2,40
Terezinha Dos Santos Fagundes	641	3	0,60	1	0,20	2	0,40	6	1,20	12	2,40	0,00	2,40
Marilda Quirino De Almeida Ziemann	658	3	0,60	1	0,20	2	0,40	5	4,00	11	2,20	0,16	2,36
Luciane Medeiros Do Nascimento	342	3	0,60	1	0,20	1	0,20	4	0,80	9	1,80	0,50	2,30
Eunice Grosskopf	322	3	0,60	1	0,20	2	0,40	5	1,00	11	2,20	0,03	2,23
Marion Gonçalves Padilha Pereira	331	3	0,60	0	0,00	2	0,40	6	1,20	11	2,20	0,00	2,20
Otilia Do Prado Ludka	669	1	0,20	2	0,40	2	0,40	6	1,20	11	2,20	0,00	2,20
Rosane Da Silva Do Prado	121	2	0,40	1	0,20	2	0,40	6	1,20	11	2,20	0,00	2,20
Suelen Aparecida Wrublevski	428	2	0,40	0	0,00	1	0,20	8	1,60	11	2,20	0,00	2,20
Camila Correa	248	3	0,60	2	0,40	1	0,20	4	0,80	10	2,00	0,15	2,15
Karla Hauerbach	330	2	0,40	1	0,20	3	0,60	4	0,80	10	2,00	0,15	2,15
Kiara Aparecida Krauss	682	2	0,40	0	0,00	3	0,60	3	0,60	8	1,60	0,55	2,15
Silviele Aparecida Dos Santos	852	3	0,60	1	0,20	2	0,40	4	0,80	10	2,00	0,15	2,15
Sirlei Marko Micheski	736	3	0,60	0	0,00	0	0,00	7	1,40	10	2,00	0,03	2,03

Talita Cubas	323	1	0,20	3	0,60	1	0,20	5	1,00	10	2,00	0,02	2,02
Arlete Aparecida Nunes De Figueredo	996	3	0,60	0	0,00	2	0,40	5	1,00	10	2,00	0,00	2,00
Neide Maria Bubniak	144	4	0,80	0	0,00	0	0,00	3	0,60	7	1,40	0,60	2,00
Regina Celia Franco	667	3	0,60	1	0,20	2	0,40	4	0,80	10	2,00	0,00	2,00
Vanessa Bianek Das Chagas	664	4	0,80	0	0,00	1	0,20	5	1,00	10	2,00	0,00	2,00
Claudia Regina De Lima Ostrovski	98	0	0,00	0	0,00	2	0,40	7	1,40	9	1,80	0,12	1,92
Daniele De Paula Lima Zucco	464	2	0,40	2	0,40	1	0,20	4	0,80	9	1,80	0,00	1,80
Juciléia Carlos	548	2	0,40	1	0,20	0	0,00	6	1,20	9	1,80	0,00	1,80
Valeria Bianek Das Chagas	651	5	1,00	0	0,00	0	0,00	4	0,80	9	1,80	0,00	1,80
Debora Cristiana Rodrigues Da Silva	668	0	0,00	1	0,20	2	0,40	5	1,00	8	1,60	0,03	1,63
Gizele Moreira	622	2	0,40	2	0,40	1	0,20	3	0,60	8	1,60	0,00	1,60
Roberta Maria Aparecida Firakoski Gurzinski	775	2	0,40	0	0,00	3	0,60	3	0,60	8	1,60	0,00	1,60
Silvana Mara Marques De Lima	936	1	0,20	1	0,20	2	0,40	3	0,60	7	1,40	0,05	1,45
Lucimari Medeiros Do Nascimento	559	1	0,20	1	0,20	1	0,20	4	0,80	7	1,40	0,03	1,43
Scheila De Oliveira Izidio	588	1	0,20	1	0,20	1	0,20	4	0,80	7	1,40	0,03	1,43
Fernanda Cristina Volhanik	137	2	0,40	1	0,20	1	0,20	2	0,40	6	1,20	0,05	1,25
Vanessa Aparecida De Paula Zucco	484	0	0,00	1	0,20	1	0,20	4	0,80	6	1,20	0,00	1,20
Zora Ionara Graneman Fernandes Kichileski	553		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	1,10	1,10
Raquel Goncalves Dos Santos	429	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,11	0,11
Carla Aparecida Gomes	168		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Cristina Aparecida Gevieski	293		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Eliane Terezinha Da Silveira	918		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Graziela Feger Mello	448		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Jéssica Kaminski Aves Massaneiro	142		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Luciane Prado	663		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Maísa Batista	735		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Maria Helena Andreick Rauen	872		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Maria Viviane Ferreira Dos Santos	989		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Rosemari Subtil Sasso Antunes	949		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Suéli Cubas Müller	721		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Zita Marta Lechinkeski	741		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

27 - Educação Especial – Deficiência Mental (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Clarice De Fátima Rodrigues Siems	849	4	0,80	2	0,40	2	0,40	13	2,60	21	4,20	1,30	5,50
Cintia Aparecida Bolauf	876	3	0,60	2	0,40	2	0,40	16	3,20	23	4,60	0,85	5,45
Simone Aparecida Brey Kuchnir	715	3	0,60	0	0,00	2	0,40	14	2,80	19	3,80	1,60	5,40
Sonia Aparecida Quadros Wagner	629	4	0,80	2	0,40	0	0,00	12	2,40	18	3,60	1,60	5,20
Ana Gurzynski Bail	442	3	0,60	0	0,00	2	0,40	10	2,00	15	3,00	1,60	4,60
Silvana Becker	710	2	0,40	0	0,00	2	0,40	13	2,60	17	3,40	0,89	4,29
Sandra Mara Pereira Da Silva	743	2	0,40	1	0,20	2	0,40	9	1,80	14	2,80	1,45	4,25
Keli Cristina Ghoth Schelbauer De Lima	521	1	0,20	1	0,20	0	0,00	13	2,60	15	3,00	1,20	4,20
Lindamir Darmorus Teixeira	808	3	0,60	1	0,20	1	0,20	13	2,60	18	3,60	0,40	4,00
Cristiana Aparecida Pereira	806	2	0,40	1	0,20	0	0,00	10	2,00	13	2,60	1,00	3,60
Cíntia Graciliano De Araujo	99	1	0,20	0	0,00	1	0,20	11	2,20	13	2,60	0,90	3,50
Nadia Kutas	611	4	0,80	0	0,00	0	0,00	12	2,40	16	3,20	0,30	3,50
Neuza Fatima Viott Braga	891	1	0,20	1	0,20	0	0,00	11	2,20	13	2,60	0,00	2,60
Janete Krauss	868	1	0,20	1	0,20	1	0,20	6	1,20	9	1,80	0,50	2,30
Juliana Iarrocheski	479		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

28 - Educação Especial – Deficiência Mental (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Marizete Darmorus Pereira	780	2	0,40	3	0,60	2	0,40	16	3,20	23	4,60	0,60	5,20
Edna Almerinda Busko	134	0	0,00	2	0,40	0	0,00	12	2,40	14	2,80	0,65	3,45
Ana Carolina Allage	887		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,85	0,85
Cleusa De Fatima Piechontcoski Monteiro	233		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Dislene Iarrocheski	840		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Nelci Terezinha Cardoso Liscosky	400		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Zita Marta Lechinkeski	741		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

29 - Educação Especial – Deficiência Visual (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Vivian Lachman	497	3	0,60	2	0,40	2	0,40	16	3,20	23	4,60	1,00	5,60

30 - Educação Especial – Deficiência Visual (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Terezinha Dos Santos Fagundes	641	1	0,20	1	0,20	1	0,20	9	1,80	12	2,40	0,00	2,40

31 - Educação Especial – Professor Interprete De Libras (Habilitado)

NÃO TEVE INSCRITOS			0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00		0,00
--------------------	--	--	------	--	------	--	------	--	------	---	------	--	------

32 - Educação Especial – Professor Interprete De Libras (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Adriana Bueno De Oliveira Erhardt	976	3	0,60	2	0,40	1	0,20	12	2,40	18	3,60	0,00	3,60
Adriana Garcia Da Silva Drocak	334		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

33 - Educação De Jovens E Adultos (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Lucimara Ferreira Wippich	653	4	0,80	2	0,40	3	0,60	8	1,60	17	3,40	1,60	5,00
Gilberto Adriano Bialeski	529	3	0,60	2	0,40	5	1,00	10	2,00	20	4,00	0,52	4,52
Polyanna Orlonski	294	6	1,20	1	0,20	5	1,00	10	2,00	22	4,40	0,00	4,40
Simone Wesolovski	689	6	1,20	3	0,60	2	0,40	11	2,20	22	4,40	0,00	4,40
Rosane Wunschi Bai	503	3	0,60	1	0,20	2	0,40	10	2,00	16	3,20	1,08	4,28
Clarice De Fátima Rodrigues Siems	849	3	0,60	0	0,00	1	0,20	10	2,00	14	2,80	1,30	4,10
José Adir Da Silva	758	5	1,00	1	0,20	4	0,80	6	1,20	16	3,20	0,85	4,05
Kelly Aparecida Martins Da Costa	690	3	0,60	1	0,20	2	0,40	9	1,80	15	3,00	1,05	4,05
Sonia Aparecida Quadros Wagner	629	3	0,60	2	0,40	2	0,40	5	1,00	12	2,40	1,60	4,00
Emanueli De Fátima Knoryk	982	6	1,20	2	0,40	1	0,20	9	1,80	18	3,60	0,38	3,98

Roseli Terezinha Lisboa	795	1	0,20	2	0,40	3	0,60	5	1,00	11	2,20	1,29	3,49
Cintia Aparecida Bolauf	876	4	0,80	0	0,00	2	0,40	7	1,40	13	2,60	0,85	3,45
Janine Ribas Riske	571	2	0,40	1	0,20	2	0,40	4	0,80	9	1,80	1,60	3,40
Mirian Pires De Oliveira Ostrosky	160	3	0,60	1	0,20	3	0,60	7	1,40	14	2,80	0,57	3,37
Joseana Marcela Graf	733	1	0,20	1	0,20	2	0,40	9	1,80	13	2,60	0,00	2,60
Rosemery Aparecida De Lima Iarocheski Ribas	944	1	0,20	3	0,60	1	0,20	5	1,00	10	2,00	0,50	2,50
Cristina Ferreira Schonton	865	0	0,00	2	0,40	1	0,20	5	1,00	8	1,60	0,00	1,60
Carla Valeria Dos Santos Pacheco	919		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Eliane Carvalho	973		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Maurício Luís Tomaselli	847		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Neusi Aparecida Pauluk Kieski	746		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Oneris De Oliveira	885		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Silvana Voigt	632		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Sonia Mendes	346		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Teresinha Hoeckesfeld Woitexem	170		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Virlei Aparecida Castro	928		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Vivian Krueger	958		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

34 - Educação De Jovens E Adultos (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Simone Rodrigues	862	3	0,60	2	0,40	3	0,60	9	1,80	17	3,40	0,85	4,25
Josiane Aparecida Artner	518	4	0,80	2	0,40	2	0,40	8	1,60	16	3,20	0,55	3,75
Nadir Correia Padilha De Lima	768	1	0,20	1	0,20	3	0,60	6	1,20	11	2,20	0,85	3,05
Giovana De Fátima Gonçalves De Lima Dos Santos	884	4	0,80	1	0,20	4	0,80	4	0,80	13	2,60	0,23	2,83
Jociane Maria Gonçalves De Lima	748	2	0,40	3	0,60	1	0,20	4	0,80	10	2,00	0,15	2,15
Leila Do Rocio Busko	696		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Lucimari Medeiros Do Nascimento	559		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

35 - Professor Para Complemento Educacional (Apoio Pedagógico) (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Kelly Aparecida Martins Da Costa	690	5	1,00	1	0,20	1	0,20	9	1,80	16	3,20	1,05	4,25
Ana Paula Varela De Oliveira	1007	2	0,40	3	0,60	2	0,40	11	2,20	18	3,60	0,19	3,79
Ana Rita Beckert Medeiros	525	2	0,40	0	0,00	1	0,20	11	2,20	14	2,80	0,80	3,60
Eliane Aparecida Antonovicz	610	2	0,40	2	0,40	2	0,40	11	2,20	17	3,40	0,00	3,40
Viviane Glinski	707	2	0,40	0	0,00	0	0,00	10	2,00	12	2,40	1,00	3,40
Juliane Grosskopf Soares	589	3	0,60	2	0,40	1	0,20	7	1,40	13	2,60	0,50	3,10
Olandi Maria De Alenxandrina Bonassoli	149	2	0,40	0	0,00	1	0,20	8	1,60	11	2,20	0,64	2,84
Adriana Schuhmacker	487	0	0,00	1	0,20	1	0,20	2	0,40	4	0,80	0,50	1,30
Clair De Fatima Falkievecz	590		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Fernanda Isfair Da Cunha Pinto	475		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Joseana Marcela Graf	733		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Juciane Samara Pazda	769		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Rosane Aparecida De Souza Caldas	205		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Rose Mary Karpavicius	473		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Rosilene Dos Santos Collodel	321		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

36 - Professor Para Complemento Educacional (Apoio Pedagógico) (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Ivete Soek Ricardo De Jesus	661	2	0,40	1	0,20	1	0,20	11	2,20	15	3,00	0,58	3,58
Francielle Beluk	476	2	0,40	1	0,20	1	0,20	11	2,20	15	3,00	0,49	3,49
Luciane Munhoz Marko Maffezoli	394	1	0,20	2	0,40	2	0,40	11	2,20	16	3,20	0,00	3,20
Josiane Aparecida Prestes	660	1	0,20	1	0,20	3	0,60	6	1,20	11	2,20	0,00	2,20
Simone Mazureki Soares De Lima	45	2	0,40	1	0,20	1	0,20	6	1,20	10	2,00	0,10	2,10
Jucineia Regina Prim Wolter	513	2	0,40	1	0,20	0	0,00	6	1,20	9	1,80	0,00	1,80
Scheila De Oliveira Izidio	588	4	0,80	0	0,00	2	0,40	1	0,20	7	1,40	0,03	1,43
Ary Fernando Hacker Piotrowski	933		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Claudia Leticia Nader Da Silva	607		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Cristiane Monique Do Prado Novak	952		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Francielli Straube	846		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

37 - Professor De Arte Específico Para Música E Canto (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Alexandre Bremer	901		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

38 - Professor De Arte Específico Para Música E Canto –(Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Cleiton Jose Blanck	927	4	0,80	6	1,20	1	0,20	8	1,60	19	3,80	0,00	3,80
Felipe Michel Gogola	52	2	0,40	2	0,40	1	0,20	10	2,00	15	3,00	0,00	3,00
Ademir João Tinfel	897	3	0,60	0	0,00	1	0,20	10	2,00	14	2,80	0,18	2,98
Patricia Martins Padilha	739	2	0,40	0	0,00	1	0,20	8	1,60	11	2,20	0,00	2,20
Pedro Lourenço De Souza	903	0	0,00	0	0,00	2	0,40	6	1,20	8	1,60	0,34	1,94
Alexandre Bremer	901	2	0,40	0	0,00	0	0,00	7	1,40	9	1,80	0,00	1,80
Jean Carlo Engel	991	2	0,40	2	0,40	1	0,20	4	0,80	9	1,80	0,00	1,80
Ary Fernando Hacker Piotrowski	933	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Gustavo Roberto Kuchler (anulada)	786		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00

39 - Educador De Xadrez (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Maria Verônica Wipiewski Durau	131	0	0,00	1	0,20	2	0,40	12	2,40	15	3,00	1,50	4,50
Regiton Gustavo De Melo	245	3	0,60	1	0,20	2	0,40	11	2,20	17	3,40	0,40	3,80
Ana Carolina Crestani	108	1	0,20	1	0,20	1	0,20	11	2,20	14	2,80	0,65	3,45
Eduardo Carvalho Do Prado	227		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Kellin Cristiane Michahouski	1027		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Luis Paulo Muhlmann	115		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

40 - Educador De Xadrez - (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Roberto Fernandes Dos Santos	85	0	0,00	1	0,20	2	0,40	13	2,60	16	3,20	0,25	3,45
Jaison Rodrigo Dobroshinskei	620		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

41 - Professor De Educação Física Específico Para Tênis De Mesa (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Djonathan Luiz Rothbarth	156	3	0,60	5	1,00	5	1,00	17	3,40	30	6,00	0,37	6,37
Dicelda Santacatarina	198	1	0,20	2	0,40	1	0,20	17	3,40	21	4,20	0,59	4,79
Scheila Cristina Hopfner Laatsch	97	3	0,60	1	0,20	1	0,20	8	1,60	13	2,60	1,25	3,85
Paulo Cesar Isaka	948	2	0,40	1	0,20	1	0,20	12	2,40	16	3,20	0,10	3,30

42 - Professor De Educação Física Específico Para Tênis De Mesa -(Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Anderson Carlos De Moraes	519	2	0,40	2	0,40	3	0,60	13	2,60	20	4,00	0,11	4,11
Flaviano Zaleski	600	2	0,40	0	0,00	3	0,60	7	1,40	12	2,40	0,10	2,50

43 - Professor De Educação Física Específico Para Dança Escolar (Hip Hop, Jazz, Dança De Salão) (Habilitado) (

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Jennifer Chagas	399	5	1,00	0	0,00	2	0,40	17	3,40	24	4,80	0,60	5,40
Ana Cristina Dias Kozlowski	1030	3	0,60	5	1,00	3	0,60	11	2,20	22	4,40	0,63	5,03
Daiane Peruci	359	3	0,60	2	0,40	0	0,00	17	3,40	22	4,40	0,51	4,91
Andrieli Liller	1031	2	0,40	1	0,20	1	0,20	16	3,20	20	4,00	0,08	4,08
Eliza Apª De Souza Franco	162	1	0,20	1	0,20	2	0,40	12	2,40	16	3,20	0,79	3,99
Tatiane Soares Lourenço	613	0	0,00	4	0,80	0	0,00	11	2,20	15	3,00	0,41	3,41
Silvana De Cássia Ferreira	87	1	0,20	1	0,20	1	0,20	14	2,80	17	3,40	0,00	3,40

44 - Professor De Educação Física Específico Para Dança Escolar (Hip Hop, Jazz, Dança De Salão) (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Eduardo Luiz Packer	526	2	0,40	6	1,20	2	0,40	16	3,20	26	5,20	0,16	5,36
Isabelle Cristina Neumann	169	7	1,40	2	0,40	2	0,40	14	2,80	25	5,00	0,04	5,04
Rosana Branco	421	3	0,60	3	0,60	0	0,00	13	2,60	19	3,80	0,76	4,56
Joel Pedro Nogueira Junior	633	0	0,00	2	0,40	2	0,40	16	3,20	20	4,00	0,00	4,00
Gislaine Garrett	879	1	0,20	1	0,20	1	0,20	10	2,00	13	2,60	0,20	2,80

45 - Educador De Karatê (Habilitado)

Não Houve Inscritos

46 - Educador De Karatê - (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Gilberto De Paula Rosa	481	2	0,40	0	0,00	1	0,20	9	1,80	12	2,40	0,75	3,15

47 - Professor De Projetos Projeto Linguagem Artística (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Margarete Alegri	993	1	0,20	1	0,20	1	0,20	11	2,20	14	2,80	1,13	3,93

48 - Professor De Projetos - (Projeto Linguagem Artística) -(Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Jaqueline Bonetes	166	7	1,40	1	0,20	2	0,40	12	2,40	22	4,40	0,00	4,40
Bruno Mussolini Fernandes	544	3	0,60	2	0,40	3	0,60	4	0,80	12	2,40	0,18	2,58
Ricardo Luis Nunes De Lima	774	2	0,40	2	0,40	2	0,40	6	1,20	12	2,40	0,05	2,45
Aline Marcela Lourenço	941	2	0,40	0	0,00	1	0,20	8	1,60	11	2,20	0,08	2,28
Rosemeri De Fátima Yarschel	797	4	0,80	0	0,00	0	0,00	7	1,40	11	2,20	0,08	2,28
Jean Carlo Engel	991	4	0,80	1	0,20	0	0,00	6	1,20	11	2,20	0,00	2,20

Leandro De Oliveira Izidio	923	3	0,60	1	0,20	1	0,20	2	0,40	7	1,40	0,15	1,55
Angela Correa Da Silva	180		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Regina Soares Fragoso	614		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

49 - Professor De Projetos (Projeto Cante, Dance, Faça Sua História) (Habilitado)

Nome	N.º Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Maristela Cordeiro Rodrigues	854	4	0,80	2	0,40	1	0,20	12	2,40	19	3,80	0,93	4,73
Mari Neide Alexandre	725	3	0,60	3	0,60	0	0,00	12	2,40	18	3,60	1,05	4,65
Regiane Paulo	495	2	0,40	3	0,60	1	0,20	12	2,40	18	3,60	0,75	4,35
Eliane Margareh Kruger	580	1	0,20	1	0,20	2	0,40	11	2,20	15	3,00	1,25	4,25
Maria Angelica Barbosa	569	3	0,60	1	0,20	3	0,60	9	1,80	16	3,20	0,60	3,80
Maria Cecilia Brauhardt Da Silva	767	2	0,40	3	0,60	0	0,00	9	1,80	14	2,80	1,00	3,80
Yasushi Yamasaki	945	1	0,20	1	0,20	1	0,20	12	2,40	15	3,00	0,42	3,42
Viviane Ramthum	742	3	0,60	3	0,60	0	0,00	10	2,00	16	3,20	0,00	3,20
Saila Regina Sorg	634	0	0,00	2	0,40	0	0,00	11	2,20	13	2,60	0,50	3,10
Rozeli Terezinha Cornelsem	165	2	0,40	0	0,00	1	0,20	12	2,40	15	3,00	0,00	3,00
Iolanda Terezinha Muller	826	0	0,00	1	0,20	2	0,40	9	1,80	12	2,40	0,00	2,40
Romilda Lima	164		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

50 - Professor De Projetos (Projeto Cante, Dance, Faça Sua História) (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Ana Claudia Adur	262	5	1,00	1	0,20	1	0,20	15	3,00	22	4,40	0,41	4,81
Franciane Regina De Paula	857	2	0,40	4	0,80	1	0,20	12	2,40	19	3,80	0,48	4,28
Rosana Da Silva	695	0	0,00	1	0,20	1	0,20	12	2,40	14	2,80	0,27	3,07
Daniela Iarocheski	940	2	0,40	1	0,20	1	0,20	8	1,60	12	2,40	0,65	3,05
Pâmela Kéroline Mathias	740	0	0,00	0	0,00	0	0,00	12	2,40	12	2,40	0,29	2,69
Josiane Dos Santos	186	1	0,20	1	0,20	1	0,20	8	1,60	11	2,20	0,29	2,49
Patricia Pereira	747	3	0,60	1	0,20	2	0,40	6	1,20	12	2,40	0,03	2,43
Regina Soares Fragoso	614	1	0,20	0	0,00	2	0,40	9	1,80	12	2,40	0,00	2,40
Silvana Pereira Da Silva	255	2	0,40	0	0,00	0	0,00	9	1,80	11	2,20	0,07	2,27
Bruna Rodrigues	870	1	0,20	0	0,00	0	0,00	9	1,80	10	2,00	0,00	2,00

Jaqueline Bonetes	166	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Marizete Xavier Dos Santos	895	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Vilma Schiessl	850	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00

51 - Projeto Leia Canoinhas (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Títulos	Nota Final
Siomara Leal De Barros Plachek	788		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Vanessa Reichardt Krailing Bachmann Da Silva	465		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

52 - Projeto Leia Canoinhas - (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Raquely Bueno	252	4	0,80	1	0,20	3	0,60	9	1,80	17	3,40	0,48	3,88
Ana Paula Rocha	178	3	0,60	1	0,20	4	0,80	6	1,20	14	2,80	0,55	3,35
Pâmela Kéroliné Mathias	740	3	0,60	1	0,20	2	0,40	7	1,40	13	2,60	0,29	2,89
Diego Staviski	628	3	0,60	1	0,20	2	0,40	8	1,60	14	2,80	0,00	2,80
Anderson Carlos De Moraes	519	4	0,80	1	0,20	3	0,60	4	0,80	12	2,40	0,11	2,51
Franciane Regina De Paula	857	2	0,40	1	0,20	2	0,40	4	0,80	9	1,80	0,48	2,28
Felipe Neudorf	802	1	0,20	1	0,20	0	0,00	4	0,80	6	1,20	0,00	1,20
Alessandra Krauss Wiczorkiewicz	541		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Aline Marisa Bazzanella	997		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Vania Castilho	565		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

53 - Projeto Paca - (Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Itamara Fernanda Da Silveira Loika	734	5	1,00	2	0,40	1	0,20	15	3,00	23	4,60	0,25	4,85
Roberta Camila Dubiela	858	1	0,20	3	0,60	3	0,60	13	2,60	20	4,00	0,08	4,08
Kelly Kmiecik	843	2	0,40	3	0,60	2	0,40	12	2,40	19	3,80	0,15	3,95
Elenice Aparecida Karvat	950	3	0,60	3	0,60	12	2,40		0,00	18	3,60	0	3,60
Simone Wesolovski	689	2	0,40	0	0,00	2	0,40	11	2,20	15	3,00	0,00	3,00
Haroldo Olescovicz	605		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Maria Angelita De Lima Haensch Gonçalves Do Rosario	751		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Valdicéia Dolizetti Munhoz Noernberg	547		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

54 - Projeto Paca (Não Habilitado)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Arilda Maria Martins	412	4	0,80	1	0,20	3	0,60	13	2,60	21	4,20	0,00	4,20
Diego Staviski	628	2	0,40	1	0,20	2	0,40	14	2,80	19	3,80	0,00	3,80
Aline Marisa Bazzanella	997	5	1,00	2	0,40	2	0,40	9	1,80	18	3,60	0,00	3,60
Felipe Neudorf	802	2	0,40	0	0,00	2	0,40	12	2,40	16	3,20	0,00	3,20
Karina Voigt	662	2	0,40	1	0,20	0	0,00	13	2,60	16	3,20	0,00	3,20
Daiana Ostroske	934	1	0,20	1	0,20	0	0,00	10	2,00	12	2,40	0,43	2,83
Fabício Bialeski	954		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Izabel Cristina Moreira	183		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Zelinda Schemczssen	855		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

55 – Pedagogo

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Alcione Aparecida Artnier	520	4	0,80	2	0,40	2	0,40	8	1,60	16	3,20	0,95	4,15
Clarisse Andreia Sucheke Figura	511	3	0,60	2	0,40	2	0,40	7	1,40	14	2,80	1,05	3,85
Márcia Antônia Krull Fink	337	5	1,00	1	0,20	3	0,60	7	1,40	16	3,20	0,60	3,80
Sueli De Fatima Silva	176	1	0,20	1	0,20	1	0,20	11	2,20	14	2,80	0,60	3,40
Dirceu Soares	713	3	0,60	1	0,20	3	0,60	8	1,60	15	3,00		3,00
Lizéte Didek	835	4	0,80	1	0,20	1	0,20	6	1,20	12	2,40	0,55	2,95
Françoise Elisabeth Gallotti Varela Castanha Dittrich	630	2	0,40	1	0,20	2	0,40	8	1,60	13	2,60	0,00	2,60
Denilda Aparecida Alves Corrêa	455	3	0,60	0	0,00	2	0,40	4	0,80	9	1,80		1,80
Dircéia Maria Do Prado Marcos	995		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Loureci De Fatima Fuck	545		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Rosecler Wentland	441		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

56 - Orientador Educacional

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Neuseli Aparecida Nogath Dobrychtop	643	3	0,60	1	0,20	1	0,20	10	2,00	15	3,00	1,30	4,30
Loureci De Fatima Fuck	545	1	0,20	2	0,40	2	0,40	9	1,80	14	2,80	1,17	3,97
Rosana Branco	421	4	0,80	3	0,60	1	0,20	5	1,00	13	2,60	1,10	3,70
Dircéia Maria Do Prado Marcos	995	3	0,60	1	0,20	2	0,40	11	2,20	17	3,40	0,26	3,66
Cristiane Landuche Guimaraes Mendes	272	2	0,40	0	0,00	2	0,40	7	1,40	11	2,20	0,20	2,40
Angela Maria Elias Lavina	379		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

57 - Administrador Escolar

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Josiane Aparecida Prestes	660	3	0,60	1	0,20	2	0,40	5	1,00	11	2,20	0,00	2,20
Elenice Aparecida Karvat	950	1	0,20	2	0,40	1	0,20	6	1,20	10	2,00		2,00
Andréia Michele Enck	378		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Edinara Kovalski	398		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

58 - Servente (Masculino)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Dilson Maciel	352	3	0,60		0,00	6	1,20	8	1,60	17	3,40	0,00	3,40
Marcelo Da Silva Castro Radol	91	3	0,60		0,00	6	1,20	8	1,60	17	3,40	0,00	3,40
Jean Carlo Witt	845	2	0,40		0,00	6	1,20	8	1,60	16	3,20	0,00	3,20
Orlando Nogatz	14	1	0,20		0,00	6	1,20	6	1,20	13	2,60	0,00	2,60
Carlos Eduardo Tavares	30	1	0,20		0,00	5	1,00	6	1,20	12	2,40	0,00	2,40

59 - Servente (Feminino)

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Idair De Fátima Dos Santos	839	5	1,00		0,00	7	1,40	9	1,80	21	4,20	0,00	4,20
Rosana Terezinha Paulo Burgardt	329	4	0,80		0,00	7	1,40	9	1,80	20	4,00	0,00	4,00
Rosangela De Camargo	972	5	1,00		0,00	7	1,40	8	1,60	20	4,00	0,00	4,00
Elis Hérmani Wendt	70	4	0,80		0,00	7	1,40	8	1,60	19	3,80	0,00	3,80
Juraci De Fátima Barbosa Da Silva	393	5	1,00		0,00	6	1,20	8	1,60	19	3,80	0,00	3,80
Rosilda Wendt Gomes De Camargo	76	4	0,80		0,00	7	1,40	8	1,60	19	3,80	0,00	3,80
Alice De Fátima Alves Dos Santos	752	4	0,80		0,00	8	1,60	6	1,20	18	3,60	0,00	3,60
Ana Lucelia Pazda	702	4	0,80		0,00	6	1,20	8	1,60	18	3,60	0,00	3,60
Daniela Wittlick	536	3	0,60		0,00	7	1,40	8	1,60	18	3,60	0,00	3,60
Elenita Aparecida Fuck Alves David	277	3	0,60		0,00	8	1,60	7	1,40	18	3,60	0,00	3,60
Jociane Krzewinski	837	4	0,80		0,00	7	1,40	7	1,40	18	3,60	0,00	3,60
Jucineia Regina Prim Wolter	513	4	0,80		0,00	7	1,40	7	1,40	18	3,60	0,00	3,60
Rosane Wypyk	154	3	0,60		0,00	7	1,40	8	1,60	18	3,60	0,00	3,60
Silmara Dos Anjos	172	3	0,60		0,00	7	1,40	8	1,60	18	3,60	0,00	3,60
Silvana Aparecida Riske	193	4	0,80		0,00	7	1,40	7	1,40	18	3,60	0,00	3,60
Vilma Schiessl	850	3	0,60		0,00	7	1,40	8	1,60	18	3,60	0,00	3,60
Ana Joelma De Agostinho	28	2	0,40		0,00	7	1,40	8	1,60	17	3,40	0,00	3,40
Arilda Maria Martins	412	4	0,80		0,00	6	1,20	7	1,40	17	3,40	0,00	3,40
Carine Boreck Rodrigues	485	4	0,80		0,00	7	1,40	6	1,20	17	3,40	0,00	3,40
Daniele Piechontcoski	157	2	0,40		0,00	5	1,00	10	2,00	17	3,40	0,00	3,40
Helena Graciele Vieira.	417	4	0,80		0,00	6	1,20	7	1,40	17	3,40	0,00	3,40

Josiane Barbosa Da Silva	369	4	0,80	0,00	7	1,40	6	1,20	17	3,40	0,00	3,40
Mareli Leite	572	3	0,60	0,00	6	1,20	8	1,60	17	3,40	0,00	3,40
Maria Tereza Tomporowski Castilho	576	3	0,60	0,00	7	1,40	7	1,40	17	3,40	0,00	3,40
Marilda Aparecida De França Heuko	836	3	0,60	0,00	8	1,60	6	1,20	17	3,40	0,00	3,40
Marlene De Fátima Soares	210	2	0,40	0,00	7	1,40	8	1,60	17	3,40	0,00	3,40
Marluci Barbosa Da Silva	644	4	0,80	0,00	5	1,00	8	1,60	17	3,40	0,00	3,40
Patricia Pereira	66	2	0,40	0,00	7	1,40	8	1,60	17	3,40	0,00	3,40
Rosa Maria De Souza	192	5	1,00	0,00	5	1,00	7	1,40	17	3,40	0,00	3,40
Roseli Aparecida De Lima	355	3	0,60	0,00	6	1,20	8	1,60	17	3,40	0,00	3,40
Roseli Terezinha Kaszszuck Da Silva	637	4	0,80	0,00	7	1,40	6	1,20	17	3,40	0,00	3,40
Silvete Aparecida Ostroski Taborda	403	3	0,60	0,00	6	1,20	8	1,60	17	3,40	0,00	3,40
Williane Suchara Radke De Oliveira	431	4	0,80	0,00	6	1,20	7	1,40	17	3,40	0,00	3,40
Carina Da Silveira	71	3	0,60	0,00	6	1,20	7	1,40	16	3,20	0,00	3,20
Dunir De Aparecida Santos Brito	655	2	0,40	0,00	6	1,20	8	1,60	16	3,20	0,00	3,20
Erondina De Lima	309	2	0,40	0,00	7	1,40	7	1,40	16	3,20	0,00	3,20
Ivete Terezinha Da Silva	687	3	0,60	0,00	6	1,20	7	1,40	16	3,20	0,00	3,20
Magali De Castro Oliveira	31	3	0,60	0,00	6	1,20	7	1,40	16	3,20	0,00	3,20
Marcia Aparecida Taborda De Carvalho Ostroski	462	3	0,60	0,00	6	1,20	7	1,40	16	3,20	0,00	3,20
Margarete De Jesus Correa Herbst	449	3	0,60	0,00	7	1,40	6	1,20	16	3,20	0,00	3,20
Mari Eli Cordeiro	825	3	0,60	0,00	6	1,20	7	1,40	16	3,20	0,00	3,20
Maria Claudete Soares Lourenço	924	3	0,60	0,00	6	1,20	7	1,40	16	3,20	0,00	3,20
Patricia Aparecida Bollmann Da Silva	440	3	0,60	0,00	6	1,20	7	1,40	16	3,20	0,00	3,20
Roseli Antunes Da Silva	326	3	0,60	0,00	7	1,40	6	1,20	16	3,20	0,00	3,20
Rosilda Da Silva	931	3	0,60	0,00	4	0,80	9	1,80	16	3,20	0,00	3,20
Sandra Francisca Araujo Pedrosa	234	3	0,60	0,00	5	1,00	8	1,60	16	3,20	0,00	3,20
Sineia Ribeiro	9	2	0,40	0,00	6	1,20	8	1,60	16	3,20	0,00	3,20
Sofia Balak Teles	886	3	0,60	0,00	6	1,20	7	1,40	16	3,20	0,00	3,20
Terezinha Didick Ulliano	581	2	0,40	0,00	6	1,20	8	1,60	16	3,20	0,00	3,20
Veridiana Wagner De Barros	261	4	0,80	0,00	5	1,00	7	1,40	16	3,20	0,00	3,20
Viviana Fatima Costa	408	4	0,80	0,00	6	1,20	6	1,20	16	3,20	0,00	3,20
Angelita Posonski	151	2	0,40	0,00	6	1,20	7	1,40	15	3,00	0,00	3,00
Beatriz De Fatima Fedeszen Silva	889	3	0,60	0,00	6	1,20	6	1,20	15	3,00	0,00	3,00
Dirce Aparecida Da Veiga Dill	390	3	0,60	0,00	6	1,20	6	1,20	15	3,00	0,00	3,00
Elenice Schpanski	873	2	0,40	0,00	6	1,20	7	1,40	15	3,00	0,00	3,00

Joelma Aparecida Soares Fragoso Xavier	911	2	0,40	0,00	5	1,00	8	1,60	15	3,00	0,00	3,00
Joraci Correa De Siqueira	217	1	0,20	0,00	7	1,40	7	1,40	15	3,00	0,00	3,00
Leonir Sales Dos Santos Riske	58	2	0,40	0,00	6	1,20	8	1,60	15	3,00	0,00	3,00
Maria Aparecida Colaço Pinto	199	2	0,40	0,00	5	1,00	8	1,60	15	3,00	0,00	3,00
Rosana Aparecida Crestani	289	3	0,60	0,00	6	1,20	6	1,20	15	3,00	0,00	3,00
Rosane Maria De Souza	676	3	0,60	0,00	5	1,00	7	1,40	15	3,00	0,00	3,00
Sandra Aparecida De Castro Andrade	805	3	0,60	0,00	6	1,20	6	1,20	15	3,00	0,00	3,00
Sandra Mara Da Silva Peixer	533	3	0,60	0,00	4	0,80	8	1,60	15	3,00	0,00	3,00
Soeli Terezinha Rocha De Almeida	191	2	0,40	0,00	5	1,00	8	1,60	15	3,00	0,00	3,00
Thais Silveira Padilha	922	3	0,60	0,00	7	1,40	5	1,00	15	3,00	0,00	3,00
Elenice Ribeiro Da Silva Kloss	822	2	0,40	0,00	6	1,20	6	1,20	14	2,80	0,00	2,80
Eulalia Eni Souza	18	2	0,40	0,00	6	1,20	6	1,20	14	2,80	0,00	2,80
Eva Maria Bigas Martins	220	3	0,60	0,00	5	1,00	6	1,20	14	2,80	0,00	2,80
Josiane Machado	353	3	0,60	0,00	5	1,00	6	1,20	14	2,80	0,00	2,80
Jucelia Bento De Oliveira Ribeiro	905	2	0,40	0,00	5	1,00	7	1,40	14	2,80	0,00	2,80
Leila Consulo	240	2	0,40	0,00	4	0,80	8	1,60	14	2,80	0,00	2,80
Paulina Fernandes	915	2	0,40	0,00	5	1,00	7	1,40	14	2,80	0,00	2,80
Rosete Vieira Martins	502	2	0,40	0,00	5	1,00	7	1,40	14	2,80	0,00	2,80
Viviane Dos Santos	478	3	0,60	0,00	5	1,00	6	1,20	14	2,80	0,00	2,80
Claudete Maria De Souza	196	1	0,20	0,00	5	1,00	7	1,40	13	2,60	0,00	2,60
Joseane Maria Litz	904	2	0,40	0,00	6	1,20	5	1,00	13	2,60	0,00	2,60
Josete Pailha De Lima	914	3	0,60	0,00	4	0,80	6	1,20	13	2,60	0,00	2,60
Laura Melnechenko Iendras	125	1	0,20	0,00	5	1,00	7	1,40	13	2,60	0,00	2,60
Maria Alice Kuzyk	404	2	0,40	0,00	5	1,00	6	1,20	13	2,60	0,00	2,60
Marilene Duarte Pereira	908	2	0,40	0,00	3	0,60	8	1,60	13	2,60	0,00	2,60
Sueli De Fátima Didek	219	2	0,40	0,00	6	1,20	5	1,00	13	2,60	0,00	2,60
Fabiane Barbosa	585	1	0,20	0,00	5	1,00	6	1,20	12	2,40	0,00	2,40
Josinéia Quirino De Almeida	781	1	0,20	0,00	5	1,00	6	1,20	12	2,40	0,00	2,40
Leonilda Rodrigues	226	1	0,20	0,00	4	0,80	7	1,40	12	2,40	0,00	2,40
Nelci Terezinha Cardoso Liscosky	400	1	0,20	0,00	3	0,60	8	1,60	12	2,40	0,00	2,40
Patricia Camilo	463	1	0,20	0,00	4	0,80	7	1,40	12	2,40	0,00	2,40
Solange Alves De Lima	7	4	0,80	0,00	4	0,80	4	0,80	12	2,40	0,00	2,40
Terezinha De Jesus Schablésky	892	1	0,20	0,00	4	0,80	7	1,40	12	2,40	0,00	2,40
Zenaide Poltronieri	951	2	0,40	0,00	4	0,80	6	1,20	12	2,40	0,00	2,40

Célia Rodrigues	816	1	0,20	0,00	5	1,00	5	1,00	11	2,20	0,00	2,20
Claudete Regina Witt	861	1	0,20	0,00	3	0,60	7	1,40	11	2,20	0,00	2,20
Marilene Figura Gonçalves	829	2	0,40	0,00	3	0,60	6	1,20	11	2,20	0,00	2,20
Inês Gruczkowski	459	1	0,20	0,00	5	1,00	4	0,80	10	2,00	0,00	2,00
Romilda De Fátima Martins Moreira Koenig	987	0	0,00	0,00	5	1,00	5	1,00	10	2,00	0,00	2,00
Zenilda Trindade Poczapski	47	1	0,20	0,00	2	0,40	7	1,40	10	2,00	0,00	2,00
Eva Rosilda Schimboski Janiszewski	397	2	0,40	0,00	4	0,80	3	0,60	9	1,80	0,00	1,80
Márcia Aparecida Kowodzeichack	456	1	0,20	0,00	4	0,80	4	0,80	9	1,80	0,00	1,80
Maria Do Carmo Fuck	279	1	0,20	0,00	3	0,60	5	1,00	9	1,80	0,00	1,80
Maria Elenice Bueno De Oliveira	264	0	0,00	0,00	3	0,60	6	1,20	9	1,80	0,00	1,80
Irodine Moreira	126	1	0,20	0,00	2	0,40	5	1,00	8	1,60	0,00	1,60
Veridiana Lacerda De Mattos	542	2	0,40	6,00		0,00	6	1,20	8	1,60	0,00	1,60
Lúcia De Fátima Leandro De Souza	307	0	0,00	0,00	3	0,60	4	0,80	7	1,40	0,00	1,40
Maria Marques Dos Santos	315	2	0,40	0,00	2	0,40	3	0,60	7	1,40	0,00	1,40
Ana Maria Pereira De Oliveira	221	1	0,20	0,00	1	0,20	1	0,20	3	0,60	0,00	0,60
Andréia Michele Enck	378		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Carla Aparecida Gomes	168		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Carmem Lucia Kanzler	574		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Celia Dombrowski	832		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Cleide De Fatima Padilha	969		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Darci Guesses Gonçalves Santos	530		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Eliane Cristina Barbosa Da Silva	416		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Katia Henning	218		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Lene Basilio Piechontcoski	567		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Leoni Barbosa Vieira	603		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Luciane Prado	663		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Maria Rolmilda Peters	894		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Marilene Camargo	794		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Marlene De Lima Kochan	44		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Nerilda Vieira Do Nascimento	539		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Neuza Vanderléia Veiga	848		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Odilsa Reny Nader Santi	16		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Paulina Pereira Dos Santos	211		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00
Raquel Nunes Marinho	784		0,00	0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

Rosane Maria Gomes Da Silva	777	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Silmara Regina Safanelli Wendt	53	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Simone De Paula	249	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Tania Garcia Da Silva Torres	357	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Vanessa Aparecida De Paula Zucco	484	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00

60 - Técnico Agrícola

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Marlon De Quadros	563	4	0,80	7	1,40	3	0,60	13	2,60	27	5,40	0,00	5,40
Gelson Donizetti De Moraes	303	4	0,80	7	1,40	2	0,40	10	2,00	23	4,60	0,74	5,34
Fabiano Cesar Ossoski	979	4	0,80	7	1,40	2	0,40	13	2,60	26	5,20	0,00	5,20
Rosangela Mohr	420	4	0,80	5	1,00	3	0,60	11	2,20	23	4,60	0,40	5,00
Cleizi Giseli Karvat	1016	5	1,00	5	1,00	2	0,40	12	2,40	24	4,80	0,00	4,80
Cristiano Rocha De Paula E Silva	427	2	0,40	6	1,20	3	0,60	11	2,20	22	4,40	0,00	4,40
Joao Schroeder	860	3	0,60	6	1,20	3	0,60	10	2,00	22	4,40	0,00	4,40
Fabio Zakaluzne	844	1	0,20	4	0,80	3	0,60	12	2,40	20	4,00	0,22	4,22
Fabrcio Bialeski	954	3	0,60	6	1,20	2	0,40	10	2,00	21	4,20	0,00	4,20
Alvir Marcelo Fuck	570	2	0,40	6	1,20	1	0,20	11	2,20	20	4,00	0,13	4,13
João Lysandro Machado	606	2	0,40	3	0,60	2	0,40	12	2,40	19	3,80	0,09	3,89
Maciel Kalil Gonçalves Do Rosario	537	2	0,40	5	1,00	2	0,40	10	2,00	19	3,80	0,00	3,80
Renato Leandro	313	2	0,40	3	0,60	0	0,00	10	2,00	15	3,00	0,22	3,22
Damaris Grosskopf	433	2	0,40	2	0,40	2	0,40	10	2,00	16	3,20	0,00	3,20
Dionizio Susla	1012	1	0,20	2	0,40	2	0,40	11	2,20	16	3,20	0,00	3,20
Ederson Pazda	882	4	0,80	5	1,00	2	0,40	4	0,80	15	3,00	0,12	3,12
Alcides Iarocheski	772	2	0,40	3	0,60	3	0,60	6	1,20	14	2,80	0,00	2,80
Francisco Adriano Niezelski	900	2	0,40	5	1,00	2	0,40	5	1,00	14	2,80	0,00	2,80
Haroldo Olescovicz	605	3	0,60	3	0,60	0	0,00	8	1,60	14	2,80	0,00	2,80
Emanuel Gonçalves Dos Santos	800	2	0,40	0	0,00	2	0,40	9	1,80	13	2,60	0,03	2,63
Jackson Gaio	990	1	0,20	2	0,40	2	0,40	8	1,60	13	2,60	0,00	2,60
Delmo Luiz Bremer	1017	3	0,60	3	0,60	2	0,40	4	0,80	12	2,40	0,00	2,40
João Saulo Muller	656	1	0,20	2	0,40	3	0,60	6	1,20	12	2,40		2,40
Mario Ezequiel Peixer	534	2	0,40	3	0,60	2	0,40	4	0,80	11	2,20		2,20

Altair Da Luz Goncalves	712	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Rodrigo Kuchler	385	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00

61 – Nutricionista

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Fernanda Pavowski Franco Silvestre	727	5	1,00	5	1,00	1	0,20	11	2,20	22	4,40	0,00	4,40
Ana Keila Moreira De Lima	878	4	0,80	1	0,20	2	0,40	11	2,20	18	3,60	0,00	3,60
Ana Paula Nader Balvick	811	2	0,40	2	0,40	4	0,80	7	1,40	15	3,00	0,30	3,30
Dayane Suchara Nunes	552	4	0,80	2	0,40	0	0,00	9	1,80	15	3,00	0,00	3,00
Giórgia De Cássia Theodorovitz Dos Santos	189	3	0,60	2	0,40	0	0,00	7	1,40	12	2,40	0,45	2,85
Ely Marina Bremer	42	1	0,20	1	0,20	2	0,40	8	1,60	12	2,40	0,00	2,40
Priscila Paulina Bonette	488	2	0,40	0	0,00	1	0,20	8	1,60	11	2,20	0,00	2,20
Gislaine Turke Braun	967		0,00		0,00		0,00		0,00	0	0,00	0,00	0,00

62 – Fonoaudióloga

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Emmanuelle Sachweh Gonçalves	612	4	0,80	1	0,20	1	0,20	11	2,20	17	3,40	0,23	3,63
Claudia Leticia Nader Da Silva	607	2	0,40	2	0,40	3	0,60	10	2,00	17	3,40	0,18	3,58
Patrice "De" "Carvalho" "Massaneiro"	185	2	0,40	0	0,00	1	0,20	8	1,60	11	2,20	0,30	2,50

63 –Psicóloga

Nome	Nº Inscrição	PT	NP	PT	NM	PT	NG	PT	NE	PT	Escrita	Titulos	Nota Final
Fernando Seleme Bordin	980	3	0,60	4	0,80	1	0,20	14	2,80	22	4,40	0,65	5,05
Livia Dos Santos Paula	869	5	1,00	5	1,00	2	0,40	12	2,40	24	4,80	0,10	4,90
Antonio Osmilton Lopes Da Costa	26	0	0,00	3	0,60	1	0,20	13	2,60	17	3,40	0,42	3,82
Mara Maria Maieski Cecílio	457	3	0,60	1	0,20	1	0,20	11	2,20	16	3,20	0,59	3,79
Elisa Vieira Carvalho	560	3	0,60	1	0,20	1	0,20	10	2,00	15	3,00	0,45	3,45
Évelin Cristina Guimarães Bedretchuk	558	4	0,80	2	0,40	1	0,20	6	1,20	13	2,60	0,28	2,88
Caroline Erhardt	1011	1	0,20	2	0,40	0	0,00	11	2,20	14	2,80	0,00	2,80
Katinery Cipriano Corrêa	496	1	0,20	1	0,20	1	0,20	9	1,80	12	2,40	0,00	2,40

Edinara Kovalski	398	2	0,40	1	0,20	1	0,20	6	1,20	10	2,00	0,00	2,00
Prescila Friedrich De Almeida	150	2	0,40	1	0,20	0	0,00	1	0,20	4	0,80	0,15	0,95

Anexo I - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 04/2010

ANEXO II
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

ORÇAMENTO DETALHADO

PROJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL
 EDITAL NOTIFICAÇÃO CONTRIBUIÇÃO MELHORIA Nº 04/2010
 LOCAL: RUA ANDRÉ PANGRATZ - CENTRO - CANOINHAS/SC
 TRECHO: ENTRE RUA TRÊS DE MAIO ATÉ A RUA JOSÉ BOITEUX
 LEI MUNICIPAL: 4.579/2010
 EXTENSÃO: 195,00m

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO SERVIÇO	
1.0	SERVIÇOS INICIAIS					
1.1	Placa de obra	und	1,00	350,00	350,00	
1.2	Placas de obra e sinalização de segurança	vb	1,00	500,00	500,00	750,00
TOTAL DO ITEM (1)					850,00	1.000,00
2.0	TERRAPLENAGEM - (Pista de Rolamento)					
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria DMT < 1,00 Km	m³	780,00	7,00	5.460,00	
2.2	Escavação Carga e Transp. De Material de Jazida 1ª Cat. DMT-2,0 Km	m³	390,00	9,50	3.705,00	13,50
2.3	Fornecimento, transporte e execução de aterro - 100% PN	m³	390,00	1,75	682,50	17,50
TOTAL DO ITEM (2)					9.847,50	3,50
3.0	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - (Pista de Rolamento)					
3.1	Regularização e compactação de sub leito a 100% PN	m²	1.950,00	0,97	1.891,50	
3.2	Camada de Macadame Seco (e=20cm)	m³	405,00	33,00	13.365,00	1,22
3.3	Base de Brita Graduada (e=12cm)	m³	240,00	45,00	10.800,00	68,89
3.4	Imprimação	m²	1.950,00	3,10	6.045,00	86,40
3.5	Pintura de ligação	m²	1.950,00	1,10	2.145,00	3,96
3.6	Fornec., transp. e exec. de CAUQ faixa "C" (e=4cm)	Ton	195,00	202,00	39.390,00	1,48
TOTAL DO ITEM (3)					73.636,50	238,20
4.0	DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS DE ARTE CORRENTES					
4.1	Escavação mecânica de valas drenagem e transporte c/ DMT <=5000m	m³	355,00	7,90	2.804,50	
4.2	Fornec., transporte de reaterro apiloado em camada de 20cm	m³	186,00	6,50	1.209,00	14,10
4.3	Fornecimento, transporte e execução de rede 40cm simples	m	220,00	23,47	5.163,00	11,54
4.4	Fornecimento, transporte e execução de rede 60cm simples	m	180,00	42,50	7.650,00	41,25
4.5	Fornecimento, transporte e execução de rede 120cm armado	m	20,00	400,00	8.000,00	77,20
4.6	Confeção de boca-de-lobo em alvenaria c/ ligação a rede de drenagem	und	10,00	350,00	3.500,00	
TOTAL DO ITEM (4)					28.326,50	639,00
5.0	SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
5.1	Pintura de faixa amarela (contínua/seccionada) - tinta durabilidade 2 anos	m²	22,70	9,90	224,75	
5.2	Pintura de faixa Branca (contínua/seccionada) - tinta durabilidade 2 anos	m²	39,00	9,90	386,10	15,50
5.4	Placas de sinalização	und	6,00	190,00	1.140,00	21,00
5.5	Placa com nomenclatura das ruas	und	3,00	55,00	165,00	363,00
TOTAL DO ITEM (5)					1.915,85	132,00
6.0	OBRAS COMPLEMENTARES					
6.1	Execução de meio-fio concreto pré moldado 1,00X30X10	m	390,00	11,90	4.641,00	
6.2	Reaterro e apiloamento do passeio com argila - e=15cm	m²	780,00	1,90	1.482,00	26,50
TOTAL DO ITEM (6)					6.123,00	7,79
TOTAL GERAL (ESTIMADO) DA OBRA (R\$)					120.699,35	

Canoinhas, 11 de agosto de 2010

ENGº GILSON LUIZ GUIMARÃES
 Secretário de Planejamento e Orçamento
 CREA-SC 34.624-3

Anexo II - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 042010.xls**ANEXO II**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS				
COMISSÃO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO				
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 04/2010 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA				
OBRA/ SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RUA: ANDRÉ PANGRATZ - Lei nº: 4.579 de 11/08/2010				
LOCAL: RUA: ANDRÉ PANGRATZ, trecho entre as Ruas Três de Maio e José Boiteux - Lei Municipal nº: 4.579, de 11/08/2010				
EXTENSÃO: 195,00 ml - VALOR ESTIMADO OBRA: R\$ 120.699,35				
Nome do Contribuinte	Localização do Imóvel		Descrição do Terreno	
	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total da Área (R\$)
Trecho entre as Ruas Três de Maio e José Boiteux - Bairro Centro				
Gilda Maria Schreiner Padilha	André Pangratz	Esquerda	01.01.100.0020	65.587,50
Prefeitura Municipal (Servidão)	André Pangratz	Esquerda		62.640,00
Luis Severino Kaüva	André Pangratz	Esquerda	01.06.099.0311	91.499,76
Miguel Angelo Nascimento	André Pangratz	Esquerda	01.06.099.0272	68.446,80
Osmar Henrique Scholze	André Pangratz	Esquerda	01.06.099.0248	252.720,00
Osmar Henrique Scholze	André Pangratz	Esquerda	01.06.099.0221	156.600,00
Osmar Henrique Scholze	André Pangratz	Esquerda	01.06.099.0201	144.000,00
Ivete de Fátima Adur Oliveira	André Pangratz	Esquerda	01.06.099.0144	155.067,66
André Pangratz	André Pangratz	Direita	01.06.093.0059	149.321,70
Jones Abraão Seleme	André Pangratz	Direita	01.02.093.0144	594.000,00
Trans-Iguaçu Empresa Transportes Rodoviários Ltda	André Pangratz	Direita	01.02.093.0205	158.400,00
TOTAL				1.898.283,42

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.
Canoinhas SC, 15 de dezembro de 2.010.

Comissão de Avaliação:

Benedito Therézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Nelson de Lima
Fiscal de Obras

Simone Mery Adur
Agente Administrativa

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

Gerson José Szczygel Dumke
Agente Administrativo

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 121.2010

DECRETO Nº 121, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre crédito adicional suplementar na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2.944, de 15 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 314.199,29 (trezentos e quatorze mil, cento e noventa e nove reais e vinte e nove centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801.10.301.0150.2123 MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA FTE DR R\$ 0,00
31901100-001 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil 02 00 R\$ 20.000,00
31901300-002 Obrigações patronais 02 00 R\$ 10.000,00
33901400-004 Diárias civil 00 00 R\$ 4.000,00
33903900-008 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 02 00 R\$ 272.199,29
33903900-008 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 64 08 R\$ 8.000,00
Total R\$ 314.199,29

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º, deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no artigo 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320/64, cancelamento parcial do saldo das dotações orçamentárias nº 2001, 2003, 2004 e 1006 vinculadas ao orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, no valor de R\$ 314.199,29 (trezentos e quatorze mil, cento e noventa e nove reais e vinte e nove centavos), na forma do quadro a seguir:

0101.01.031.0001.2001 MANUT ATIVIDADES CÂMARA VEREAD FTE DR R\$ 0,00
31901100-002 Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil 00 00 R\$ 80.000,00
31901300-003 Obrigações patronais 00 00 R\$ 6.449,29
33903000-005 Material de consumo 00 00 R\$ 12.000,00
33903300-006 Passagens e despesas com locomoção 00 00 R\$ 3.000,00
33903600-007 Outros serviços de terceiros - pessoa física 00 00 R\$ 9.000,00
33903900-008 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 40.000,00
33909100-009 Sentenças judiciais 00 00 R\$ 500,00
33909300-010 Indenizações e restituições 00 00 R\$ 500,00
0101.01.031.0001.2003 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO VEREAD FTE DR R\$ 0,00
33504100-011 Contribuições 00 00 R\$ 2.750,00
0101.01.031.0001.2004 MANUTENÇÃO DA SEDE DO LEGISLATIVO FTE DR R\$ 0,00
33903000-012 Material de consumo 00 00 R\$ 60.000,00
33903900-013 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 20.000,00
0101.01.031.0001.1006 AQUIS.VEÍCULO UTILIT P/ O LEGISLATIVO FTE DR R\$ 0,00
44905200-016 Equipamentos e material permanente 00 00 R\$

80.000,00
Total R\$ 314.199,29

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 15 de dezembro de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 122.2010

DECRETO Nº 122, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre crédito adicional suplementar na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2.944, de 15 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Fundação Municipal de Esportes de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

1201.27.812.0100.2081 MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR FTE DR R\$ 0,00
31901100-001 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil 00 00 R\$ 1.000,00
33903000-004 Material de consumo 00 00 R\$ 300,00
33903900-007 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 8.300,00
Total R\$ 9.600,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º, deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no artigo 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320/64, cancelamento parcial do saldo da dotação orçamentária nº 2001 vinculada ao orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, no valor de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), na forma do quadro a seguir:

0101.01.031.0001.2001 MANUT ATIVIDADES CÂMARA VEREAD FTE DR R\$ 0,00
31901300-003 Obrigações patronais 00 00 R\$ 9.600,00
Total R\$ 9.600,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 15 de dezembro de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 149/2009 PMC

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 001/2010

CONTRATO SUPERIOR 0149/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: CPL-ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.
OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original a partir de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.
VALOR R\$: 0,00
VIGÊNCIA: 17/12/2010 A 31/12/2011

Catanduvás

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação Processo Licitatório Nº 0118/2010 Edital de Pregão Presencial Nº 0041/010

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0118/2010
EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0041/010

Objeto: O objeto da presente licitação constitui a contratação de Transporte Escolar e acadêmico para o ano letivo de 2011, visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
Abertura das Propostas às 14:00 horas do dia 30 de dezembro de 2010.

Informações: Maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvás.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás, SC, das 8:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda a Sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 227.

Catanduvás, SC, 17 de dezembro de 2010.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato FMAS Nº 003/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 003/2010

Pregão nº 0001/2010 (Processo Licitatório nº 0001/2010).
Objeto: aquisição de combustíveis e lubrificantes para desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social para o ano de 2010.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL .
Contratado (a): AUTO POSTO GEMELLI LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula XII do contrato, que trata do prazo de vigência;

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal;
PRIMEIRA - O prazo de vigência do contrato estende-se por quinze (15) dias, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2011 a 15 de janeiro de 2011.

SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 20 de dezembro de 2010.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato FMS Nº 006/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 006/2010

Pregão nº 0001/2010 (Processo Licitatório nº 0001/2010).

Objeto: aquisição de combustíveis e lubrificantes para desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Saúde para o ano de 2010.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): AUTO POSTO GEMELLI LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula XII do contrato, que trata do prazo de vigência;

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal;
PRIMEIRA - O prazo de vigência do contrato estende-se por quinze (15) dias, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2011 a 15 de janeiro de 2011.

SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 20 de dezembro de 2010.

ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária de Saúde

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 004/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2010

Pregão nº 0001/2010 (Processo Licitatório nº 0001/2010).

Objeto: aquisição de combustíveis e lubrificantes para desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto para o ano de 2010.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): AUTO POSTO GEMELLI LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula XII do contrato, que trata do prazo de vigência;

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal;
PRIMEIRA - O prazo de vigência do contrato estende-se por quinze (15) dias, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2011 a 15 de janeiro de 2011.

SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 20 de dezembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 007/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2010

Pregão nº 0001/2010 (Processo Licitatório nº 0001/2010).

Objeto: aquisição de combustíveis e lubrificantes para desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana para o ano de 2010.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): AUTO POSTO GEMELLI LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula XII do contrato, que trata do prazo de vigência;

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal;

PRIMEIRA - O prazo de vigência do contrato estende-se por quinze (15) dias, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2011 a 15 de janeiro de 2011.

SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 20 de dezembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 050/2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2010.

Carta Convite nº0019/2010 (processo licitatório nº 0036/2010)

Objeto: para Locação de impressoras com tonner e manutenção visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação Cultura e Desporto; Saúde e Desenvolvimento Social e de Administração Finanças deste município de Catanduvas.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): CONCORDIA MATERIAIS DE ESCRITORIO E INFORMATICA LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula X do contrato, que trata do prazo de vigência;

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal;

PRIMEIRA - O prazo de vigência do contrato estende-se até 28 de fevereiro de 2011.

SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993

Data e assinatura do contrato: 20 de dezembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 051/2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2010.

Carta Convite nº0019/2010 (processo licitatório nº 0036/2010)

Objeto: para Locação de impressoras com tonner e manutenção visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação Cultura e Desporto; Saúde e Desenvolvimento Social e de Administração Finanças deste município de Catanduvas.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): CONCORDIA MATERIAIS DE ESCRITORIO E INFORMATICA LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula X do contrato, que trata do prazo de vigência;

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal;

PRIMEIRA - O prazo de vigência do contrato estende-se até 28 de fevereiro de 2011.

SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993

Data e assinatura do contrato: 20 de dezembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 063/2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 063/2010.

Pregão Presencial nº 0021/2010 (processo licitatório nº 0050/2010).

Objeto: contrato de aquisição de materiais e contratação de mão-de-obra para manutenção da iluminação pública municipal visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infra-Estrutura Urbana.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): MULTI ELETRO LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

CONSIDERANDO, o aumento na demanda do atendimento da iluminação pública no município;

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula Terceira do contrato original, que prevê acréscimos no valor contratado até o limite de 25% valor inicial;

CLAUSULA PRIMEIRA - Aditiva-se em 25% o valor contratado, que após este reajuste de R\$ 5.893,75 (cinco mil oitocentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos) passa de R\$ 23.575,00 (vinte e três mil quinhentos e setenta e cinco reais) para R\$ 29.468,75 (vinte nove mil quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

CLAUSULA SEGUNDA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de dotações específicas da Prefeitura Municipal de Catanduvas- SC, com a seguinte classificação:

06 Secretaria Municipal de Infra-Estrutura

06.0601.15.452 Serviços Urbanos

06.0601.15.452.0031.2038 Limpeza e iluminação pública

06.0601.15.452.0031.2038.33900000.0100.0 153 Aplicações diretas

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula 9.6 do Edital de Licitação, que trata do prazo de vigência;

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal;

CLAUSULA TERCEIRA - O prazo de vigência do contrato estende-se até 31 de janeiro de 2011.

CLAUSULA QUARTA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 20 de dezembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

CÂMARA DE VEREADORES

Balancete Financeiro 11_2010

CPL Informática.

Pág. 001

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 11/2010

Emissão: 30/11/2010

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
		DESPESA ORÇAMENTARIA	39.385,29
		LEGISLATIVA	39.385,29
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	69.158,77	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	6.286,68
DEPOSITOS A TRANSFERIR	8.722,99	DEPOSITOS A TRANSFERIR	5.962,97
INSS	2.755,25	ASSERV	831,71
ASSERV	836,48	EMPRESTIMO CEF	2.762,03
EMPRESTIMO CEF	2.762,03	EMPRESTIMO BESC	699,98
EMPRESTIMO BESC	699,98	PENSAO ALIMENTICIA	510,00
PENSAO ALIMENTICIA	510,00	IRRF	216,54
IRRF	216,54	DESPESA CELULAR - EXCEDENTE	942,71
DESPESA CELULAR - EXCEDENTE	942,71	CONVENIOS A PAGAR	323,71
OUTROS DEPOSITOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 99	112,07	DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	323,71
CONVENIOS A PAGAR	323,71		
DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	323,71		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	60.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	39.385,29	> DESPESA PAGA	41.239,29
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	39.385,29	CREDITO LIQUIDADO	41.239,29
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	41.239,29
> SALDOS ANTERIORES	35.624,23	> SALDOS ATUAIS	57.257,03
BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BB	3.162,31	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BB	18.746,30
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	32.461,92	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	38.510,73
> TOTAL	144.168,29	> TOTAL	144.168,29

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

VALDECIR KRAVICE

TEC. CRC/SC 22.439/0-0

SIMONE V. SANTOS DE MARTINI


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Comparativo da Despesa 11_2010

CPL Informática.

Pág. 001

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	720.000,00	32.100,00	0,00	32.100,00	720.000,00	39.385,29	497.075,42	0,00	222.924,58	41.239,29	0,00
0101	CAMARA MUNICIPAL	720.000,00	32.100,00	0,00	32.100,00	720.000,00	39.385,29	497.075,42	0,00	222.924,58	41.239,29	0,00
01	LEGISLATIVA	720.000,00	32.100,00	0,00	32.100,00	720.000,00	39.385,29	497.075,42	0,00	222.924,58	41.239,29	0,00
031	AÇÃO LEGISLATIVA	720.000,00	32.100,00	0,00	32.100,00	720.000,00	39.385,29	497.075,42	0,00	222.924,58	41.239,29	0,00
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	720.000,00	32.100,00	0,00	32.100,00	720.000,00	39.385,29	497.075,42	0,00	222.924,58	41.239,29	0,00
2001	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DA CAMARA	597.000,00	32.100,00	0,00	6.100,00	623.000,00	39.385,29	496.815,42	0,00	126.184,58	41.239,29	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	597.000,00	32.100,00	0,00	6.100,00	623.000,00	39.385,29	496.815,42	0,00	126.184,58	41.239,29	0,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	390.000,00	8.000,00	0,00	0,00	398.000,00	26.033,24	335.287,80	0,00	62.712,20	26.033,24	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	390.000,00	8.000,00	0,00	0,00	398.000,00	26.033,24	335.287,80	0,00	62.712,20	26.033,24	0,00
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.378,14	270.892,78	0,00	0,00	25.378,14	0,00
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	655,10	6.988,97	0,00	0,00	655,10	0,00
31901143	* 00 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.337,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901302	* 00 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.069,05	0,00	0,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.000,00	24.100,00	0,00	6.100,00	225.000,00	13.352,05	161.527,62	0,00	63.472,38	15.206,05	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	10.000,00	0,00	0,00	6.100,00	3.900,00	323,71	3.513,73	0,00	386,27	323,71	0,00
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323,71	3.513,73	0,00	0,00	323,71	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	197.000,00	24.100,00	0,00	0,00	221.100,00	13.028,34	158.013,89	0,00	63.086,11	14.882,34	0,00
33900000	* 00 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.980,60	81.936,32	0,00	0,00	4.980,60	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	579,03	1.642,82	0,00	0,00	579,03	0,00
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.028,59	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42,00	820,00	0,00	0,00	42,00	0,00
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	204,70	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103,41	714,36	0,00	0,00	103,41	0,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	1.332,00	0,00	0,00	400,00	0,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,27	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* 00 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903301	* 00 000000 passagens para o país	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.847,50	5.517,72	0,00	0,00	1.847,50	0,00
33903615	* 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	820,00	8.865,00	0,00	0,00	820,00	0,00
33903625	* 00 000000 serviços de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	2.630,00	0,00	0,00	300,00	0,00
33903901	* 00 000000 assinatura de períodi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	585,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903911	* 00 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	486,00	5.346,00	0,00	0,00	972,00	0,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126,00	378,00	0,00	0,00	126,00	0,00
33903922	* 00 000000 exposições, congresso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.410,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903941	* 00 000000 fornecimento de alime	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167,34	2.246,42	0,00	0,00	167,34	0,00
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,24	714,12	0,00	0,00	72,24	0,00
33903947	* 00 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	780,00	4.153,05	0,00	0,00	2.148,00	0,00
33903948	* 00 000000 serviços de seleção e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.229,22	17.161,02	0,00	0,00	2.229,22	0,00
33903959	* 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	506,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903978	* 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27,50	0,00	0,00	0,00	0,00
33903997	* 00 000000 despesas de teleproce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	1.045,00	0,00	0,00	95,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 002

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
1001 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	26.000,00	4.000,00	0,00	260,00	0,00	3.740,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	0,00	0,00	26.000,00	4.000,00	0,00	260,00	0,00	3.740,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	26.000,00	4.000,00	0,00	260,00	0,00	3.740,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	0,00	26.000,00	4.000,00	0,00	260,00	0,00	3.740,00	0,00	0,00
44905251 * 00 000000 peças não incorporáve	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1002 CONSTRUÇÃO, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DA	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	720.000,00	32.100,00	0,00	32.100,00	720.000,00	39.385,29	497.075,42	0,00	222.924,58	41.239,29	0,00

CPL Informática.

Pág. 003

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de novembro, Saldos até 30/11/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	597.000,00	32.100,00	0,00	6.100,00	623.000,00	39.385,29	496.815,42	0,00	126.184,58	41.239,29	0,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	390.000,00	8.000,00	0,00	0,00	398.000,00	26.033,24	335.287,80	0,00	62.712,20	26.033,24	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	390.000,00	8.000,00	0,00	0,00	398.000,00	26.033,24	335.287,80	0,00	62.712,20	26.033,24	0,00
31901101	* " 000000 vencimentos e salári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.378,14	270.892,78	0,00	0,00	25.378,14	0,00
31901137	* " 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	655,10	6.988,97	0,00	0,00	655,10	0,00
31901143	* " 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901145	* " 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.337,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901302	* " 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.069,05	0,00	0,00	0,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.000,00	24.100,00	0,00	6.100,00	225.000,00	13.352,05	161.527,62	0,00	63.472,38	15.206,05	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	10.000,00	0,00	0,00	6.100,00	3.900,00	323,71	3.513,73	0,00	386,27	323,71	0,00
33504199	* " 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323,71	3.513,73	0,00	0,00	323,71	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	197.000,00	24.100,00	0,00	0,00	221.100,00	13.028,34	158.013,89	0,00	63.086,11	14.882,34	0,00
33900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33901414	* " 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.980,60	81.936,32	0,00	0,00	4.980,60	0,00
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	579,03	1.642,82	0,00	0,00	579,03	0,00
33903016	* " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.028,59	0,00	0,00	0,00	0,00
33903017	* " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42,00	820,00	0,00	0,00	42,00	0,00
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	204,70	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* " 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103,41	714,36	0,00	0,00	103,41	0,00
33903024	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903025	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	1.332,00	0,00	0,00	400,00	0,00
33903026	* " 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,27	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* " 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903301	* " 000000 passagens para o paí	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.847,50	5.517,72	0,00	0,00	1.847,50	0,00
33903615	* " 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	820,00	8.865,00	0,00	0,00	820,00	0,00
33903625	* " 000000 serviços de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	2.630,00	0,00	0,00	300,00	0,00
33903901	* " 000000 assinatura de períod	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	585,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* " 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903911	* " 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	486,00	5.346,00	0,00	0,00	972,00	0,00
33903916	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126,00	378,00	0,00	0,00	126,00	0,00
33903922	* " 000000 exposições, congress	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.410,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903941	* " 000000 fornecimento de alim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* " 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167,34	2.246,42	0,00	0,00	167,34	0,00
33903944	* " 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,24	714,12	0,00	0,00	72,24	0,00
33903947	* " 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	780,00	4.153,05	0,00	0,00	2.148,00	0,00
33903948	* " 000000 serviços de seleção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.229,22	17.161,02	0,00	0,00	2.229,22	0,00
33903959	* " 000000 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	506,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903978	* " 000000 limpeza e conservaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27,50	0,00	0,00	0,00	0,00
33903997	* " 000000 despesas de teleproc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	1.045,00	0,00	0,00	95,00	0,00
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	123.000,00	0,00	0,00	26.000,00	97.000,00	0,00	260,00	0,00	96.740,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	123.000,00	0,00	0,00	26.000,00	97.000,00	0,00	260,00	0,00	96.740,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	123.000,00	0,00	0,00	26.000,00	97.000,00	0,00	260,00	0,00	96.740,00	0,00	0,00
44905251	* " 000000 peças não incorporáv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		720.000,00	32.100,00	0,00	32.100,00	720.000,00	39.385,29	497.075,42	0,00	222.924,58	41.239,29	0,00
							Estornos até o Mes	0,00		Pagos até o Mes	497.075,42	

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
VALDECIR KRAVICETEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

Comparativo da Receita 11_2010

CPL Informática.

Pág. 001

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Saldos até 30/11/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	0,00	8.835,06	89.881,96	89.881,96	
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00
30000000	RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	8.835,06	89.881,96	89.881,96	
31000000	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	8.835,06	89.881,96	89.881,96	
31001000 0000 000000	Inss	0,00	2.755,25	29.828,62	29.828,62	
31002000 0000 000000	Asserv	0,00	836,48	9.047,48	9.047,48	
31003000 0000 000000	Irrf	0,00	216,54	2.694,01	2.694,01	
31004000 0000 000000	Emprestimo Cef	0,00	2.762,03	29.725,52	29.725,52	
31007000 0000 000000	Emprestimo Besc S/a	0,00	699,98	6.787,72	6.787,72	
31008000 0000 000000	Pensao Alimenticia	0,00	510,00	5.610,00	5.610,00	
31009000 0100 000000	Despesa Celular - Excedente	0,00	942,71	5.378,21	5.378,21	
31009100 0000 000000	Rendimentos Aplicacoes Financeiras	0,00	112,07	810,40	810,40	

	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
VALDECIR KRAVICE

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 367/2010 de 16.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado

PORTARIA Nº 367/2010

CONSIDERANDO o resultado do Processo Seletivo nº. 01/2010, realizado para contratação de pessoal em caráter temporário;

CONSIDERANDO o interesse público no atendimento a população na área de saúde, que é um direito fundamental assegurado nos artigos 6º e 196 da Constituição Federal/88;

CONSIDERANDO que a promoção da saúde, o diagnóstico precoce e o acesso universal ao tratamento, constituem preceitos fundamentais, preconizados no Sistema Único de Saúde (SUS) e são de responsabilidade dos serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO a execução dos diversos programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde que necessitam de acompanhamento por parte de profissional qualificado;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o art. 2º, Inciso IX, da Lei Complementar Nº 040, de 15/05/10,

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 151/2010 de 12.03.2010 que admite em caráter temporário JANAINA CORREIA, ocupante da função do cargo de Enfermeira ACT 40 horas, da Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 18.12.2010 a 30.06.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de dezembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 368/2010 de 16.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado

P O R T A R I A Nº 368/2010

CONSIDERANDO, o resultado do Processo Seletivo nº. 01/2010, realizado para contratação de pessoal em caráter temporário;

CONSIDERANDO a grande extensão da malha viária do município que necessita de constante manutenção em função do escoamento da produção agrícola e o interesse público no atendimento dos serviços na área de transportes e obras;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o Inciso VIII, Art. 2º da Lei Complementar Nº 0040, de 15/05/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 158/2010 de 17.03.2010

que admite em caráter temporário ADRIANO NAU, ocupante da função do cargo de Operador de Equipamentos - ACT 40 horas, na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, pelo período de 18.12.2010 a 30.06.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 369/2010 de 16.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado

P O R T A R I A Nº 369/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo § 2º do art.18 da Lei Complementar nº 006 de 23.12.99, inciso VII, do art. 50 e inciso II do art. 70, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 176/2010 de 14.04.2010 que designa ISOLETE SEBOLD PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professora - 20 horas, para responder pela direção da Unidade de Educação Infantil Professor Verny Passig, 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, conforme § 2º do art. 18 da Lei Complementar 006 de 23.12.99, pelo período de 18.12.2010 a 20.12.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 370/2010 de 16.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado

P O R T A R I A Nº 370/2010

CONSIDERANDO, o resultado do Processo Seletivo nº. 01/2010, realizado para contratação de pessoal em caráter temporário;

CONSIDERANDO a grande extensão da malha viária do município que necessita de constante manutenção em função do escoamento da produção agrícola e o interesse público no atendimento dos serviços na área de transportes e obras;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o Inciso VIII, Art. 2º da Lei Complementar Nº 0040, de 15/05/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 150/2010 de 12.03.2010 que admite em caráter temporário SERGIO INACIO, ocupante da função do cargo de Operário - ACT 40 horas, na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, pelo período de 18.12.2010 a 30.06.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadao do Lageado, 16 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 371/2010 de 16.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura do Município de Chapadao do Lageado

P O R T A R I A Nº 371/2010

CONSIDERANDO, o resultado do Processo Seletivo nº. 01/2010, realizado para contratação de pessoal em caráter temporário;

CONSIDERANDO a grande extensão da malha viária do município que necessita de constante manutenção em função do escoamento da produção agrícola e o interesse público no atendimento dos serviços na área de transportes e obras;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o Inciso VIII, Art. 2º da Lei Complementar Nº 0040, de 15/05/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 147/2010 de 12.03.2010 que admite em caráter temporário ELOI MOMM, ocupante da função do cargo de Operário - ACT 40 horas, na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, pelo período de 18.12.2010 a 30.06.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadao do Lageado, 16 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 372.2010 de 16.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura do Município de Chapadao do Lageado

P O R T A R I A Nº 372/2010

CONSIDERANDO, o resultado do Processo Seletivo nº. 01/2010, realizado para contratação de pessoal em caráter temporário;

CONSIDERANDO a grande extensão da malha viária do município que necessita de constante manutenção em função do escoamento da produção agrícola e o interesse público no atendimento dos serviços na área de transportes e obras;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o Inciso VIII, Art. 2º da Lei Complementar Nº 0040, de 15/05/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 148/2010 de 12.03.2010 que admite em caráter temporário JAIR CORREIA, ocupante da função do cargo de Operário - ACT 40 horas, na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, pelo período de 18.12.2010 a 30.06.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadao do Lageado, 16 de dezembro

de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 376/2010 de 16.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 376/2010

"CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 70, Inciso II, alínea "C", da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com o preceituado no artigo 51 e seus parágrafos da Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas modificações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, para atuar durante o exercício de 2011, composta pelos seguintes membros:

Titulares:

- ALINE DA SILVEIRA
- CHARLIANE MICHELS
- MARIO DA SILVA

Suplentes:

- NEUSA FRANCISCO LUCKMANN
- ADILSON HEINZ
- EMERSON HOFMANN

Art. 2º A Comissão será presidida pelo Sr. Mario da Silva e secretariada pela Sra. Aline da Silveira.

Parágrafo único. A Comissão Permanente de Licitação citada no art. 1º, reunir-se-á, sempre que necessário, com a presença de no mínimo 03 (três) de seus membros.

Art. 3º São atribuições da Comissão de que trata o art. 1º desta Portaria, dentre outras previstas em leis ou regulamentos, a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, o processamento e julgamento das propostas dos licitantes.

Parágrafo único. No caso de concurso, o julgamento será feito por uma Comissão Especial a ser constituída por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º A licitação será processada e julgada pela Comissão Permanente de Licitação em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 5º Os membros da Comissão Permanente de Licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela referida Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 6º A abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão Permanente de Licitação.

Art. 7º Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.

Art. 8º O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão Permanente de Licitação realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

Art. 9º Os Servidores especificados nesta Portaria desempenharão as suas atribuições de MEMBROS DA COMISSÃO, concomitantemente com as de seus respectivos cargos.

Art. 10. Todos os trabalhos desta Comissão deverão ser registrados em atas, devidamente assinadas, e arquivadas no setor competente.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 12. Revoga-se a portaria nº 027/2010 de 18.01.2010, suas alterações e demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 377/2010 de 17.12.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 377/2010

“NOMEIA EQUIPE DE APOIO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições competência legal e de acordo com o que lhe confere o Artigo 70, Inciso II da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/2002 e o disposto no inciso II, art. 7º do Anexo I, do decreto 035/2008,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Equipe de Apoio da Modalidade de Licitação denominada Pregão, para o exercício de 2011, que será composta pelos seguintes membros:

TITULARES:

- Joelsio Machado
- Neusa Francisco Luckmann
- Mario da Silva

SUPLENTE:

- Charliane Michels
- Adilson Heinz
- Aline da Silveira

Art. 2º O Pregoeiro será o Senhor Joélsio Machado, que será secretariado pela Senhora Neusa Francisco Luckmann.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2011.

Art. 4º Revoga - se a Portaria nº 028/2010 de 18.01.2010 e demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de dezembro

de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES

Adendo Contratual N002/2010

ADENDO CONTRATUAL Nº002/2010

AO INSTRUMENTO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO, FIRMADO EM 04 DE MAIO DE 2009 COM BASE NA CLÁUSULA SEGUNDA.

Os contratantes, abaixo qualificados, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº02.030.843/0001-66, com sede no município de Chapadão do Lageado-SC, representada neste ato por seu Presidente, Sr. Charles Aires, brasileiro, casado, portador do CPF nº040.854.629-89, residente e domiciliado nesta cidade de Chapadão do Lageado, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a EMPRESA Rádio Ituporanga, inscrita no CNPJ sob nº83.499.541/0001-33, estabelecida na cidade de Ituporanga, representada neste ato pelo Sr. Luiz Carlos Broering, portador do CPF nº528.480.359-00 representante legal infra firmado, doravante designada CONTRATADA, resolvem de comum acordo adendar (adicionar, modificar, alterar) o presente contrato de serviços, que passará a vigor com as seguintes disposições, na cláusula especificada a seguir:

CLÁUSULA I - DO PRAZO

O prazo do contrato fica prorrogado por 01 (um) ano, a contar de 02 de janeiro de 2011, findo em 31 de dezembro de 2011, a teor da cláusula segunda do contrato primitivo, podendo posteriormente ser prorrogado se assim decidirem as partes.

CLÁUSULA II - RATIFICAÇÃO DO CONTRATO

Todas as demais cláusulas e condições fixadas no contrato permanecem inalteradas;

Estando assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo, em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, a tudo presentes.
Chapadão do Lageado, 15 de dezembro de 2010.

CHARLES AIRES

Presidente da Câmara de Vereadores
CONTRATANTE

RADIO ITUPORANGA LTDA
CONTRATADA

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 142-2010 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 142/2010- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível execução de serviços de plotagem de projetos, mapas e outros.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 13h45min do dia 18/01/2011.
Abertura: dia 18/01/2011, às 14h.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 16 de dezembro de 2010
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 143/2010 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 143/2010- PMC

Objeto: Aquisição de CAUQ, para manutenção de tapa buraco em diversas ruas do perímetro urbano.
Forma de Pregão: Presencial.
Tipo: Menor Preço.

Recebimento das propostas: até as 13h45min do dia 10/01/2011.
Abertura: dia 10/01/2011, às 14h.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 15 de dezembro de 2010
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato do Contrato N.º 005/2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 005/2010

CONTRATADO(A): SUPERLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. ME
OBJETO: Prestação de Serviços de conexão a rede de Internet.
VALOR TOTAL: R\$ 1.380,00 (um mil trezentos e oitenta reais).
FORMA DE PAGAMENTO: Mensal, em 12 (doze) parcelas.
PERÍODO DO CONTRATO: Janeiro a Dezembro de 2011.
DATA DA ASSINATURA: 8 de dezembro de 2010.
Assinam pelo CONTRATANTE - Lucilene L. Dal Prá Lazzarotti - Diretora Presidente
Assinam pela CONTRATADA(O): Carole Regina Bestetti e Mauro Cleffs de Figueiredo Superline Telecomunicações Ltda. ME

Extrato Contrato 005_2010 Superline

Extrato do Contrato N.º 006/2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 006/2010

CONTRATADO(A): I P TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA.
OBJETO: Prestação de Serviços de Assessoria em Informática.
VALOR TOTAL: R\$ 14.232,00 (quatorze mil duzentos e trinta e dois reais).
FORMA DE PAGAMENTO: Mensal, em 12 (doze) parcelas.
PERÍODO DO CONTRATO: Janeiro a Dezembro de 2011
DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2010.
Assinam pelo CONTRATANTE - Lucilene L. Dal Prá Lazzarotti

- Diretora Presidente
Assinam pela CONTRATADA(O): Gervásio Kaczala - Sócio Administrador.

Extrato Contrato 006_2010 I P Informática

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N.º 001/2010

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 001/2010
CONTRATADA: CLÍNICA GINECOLÓGICA OBSTETRÍCIA SÃO ROQUE LTDA.
OBJETO: Prorrogação de Prazo
PERÍODO DO CONTRATO: Janeiro a Dezembro de 2011.
DATA DA ASSINATURA: 25 de novembro de 2010.
Assinam pelo CONTRATANTE - Lucilene L. Dal Prá Lazzarotti - Diretora Presidente
Assinam pela CONTRATADA: Celso José Munareto - Sócio Administrativo da Clínica Ginecológica e Obstétrica São Roque Sociedade Simples S/S

Extrato Primeiro Termo Aditivo Contrato 001_2010 - Médico Perito

Extrato do SÉTIMO Termo Aditivo ao Contrato N.º 001/2008

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 001/2008
CONTRATADO(A): INVIOSAT SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: Prorrogação do Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza
PERÍODO DO CONTRATO: Janeiro a Dezembro de 2011.
DATA DA ASSINATURA: 25 de dezembro de 2010.
Assinam pelo CONTRATANTE - Lucilene L. Dal Prá Lazzarotti - Diretora Presidente
Assinam pela CONTRATADA(O): Emerson Lorenssetti - Diretor

Extrato Sétimo Termo Aditivo Inviosat - Serviços

Extrato do SEXTO Termo Aditivo ao Contrato N.º 0005/2007

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 0005/2007
CONTRATADO(A): INVIOSAT SEGURANÇA LTDA.
OBJETO: Prorrogação de prazo do Contrato n.º 0005/2007 de Prestação de Serviços Monitoramento do Sistema Eletrônico de Alarme
PERÍODO DO CONTRATO: Janeiro a dezembro 2011.
DATA DA ASSINATURA: 25 de dezembro de 2010.
Assinam pelo CONTRATANTE - Lucilene L. Dal Pra Lazzarotti - Diretora Presidente
Assinam pela CONTRATADA(O): Emerson Lorenssetti - Diretor

Extrato Sexto Termo Aditivo Contrato Inviosat Segurança

Extrato do TERCEIRO Termo Aditivo ao Contrato N.º 005/2009

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 005/2009
CONTRATADA: DATAA - CONSULTORIA E ASSESSORIA S/S LTDA.
OBJETO: Prorrogação de prazo de vigência do Contrato n.º 005/2009.

PERÍODO DO CONTRATO: Janeiro a Dezembro 2011.
DATA DA ASSINATURA: 25 de dezembro de 2010.
Assinam pelo CONTRATANTE - Lucilene L. Dal Prá Lazzarotti - Diretora Presidente
Assinam pela CONTRATADA: Dijalma Martins - Diretor DATA A

Extrato Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 005_2009 - Data A

CÂMARA DE VEREADORES

Portaria Nº 26

PORTARIA Nº 26, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.
Concede férias regulamentares ao servidor DARCI RENOSTO.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares ao servidor DARCI RENOSTO - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 3 a 22 de janeiro de 2011, referente ao Período Aquisitivo de 14 de novembro de 2009 a 13 de novembro de 2010, sendo que 10 (dez) dias foram gozados de 13 a 22 de setembro de 2010.

Concórdia, 16 de dezembro de 2010.
ALAOR ANTÔNIO CAMILLO
Presidente

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 1076/10 - CONSELHO FUNDEB

PORTARIA Nº 1076/10
NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DO FUNDEB.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1981/10 de 17 de agosto de 2010 e com base na Portaria nº 430/08 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, que fica assim constituída:

Representantes do Poder Executivo Municipal
Titular: Darci Rutsatz;
Suplente: Sirlene Maria Moraes;
Titular: Sthepanie Gisela Mendes Padilha de Lima;
Suplente: Emanuelle Françoise Blunk.

Representantes dos Professores da Educação Básica Pública
Titular: Edlaine José de Lima Hoeft;
Suplente: Carin Kruger Gessner.

Representantes dos diretores das Escolas Básicas Públicas
Titular: Rubian Haffemann Moretti;
Suplente: Jiane Elisa Winter.

Representantes dos Servidores Técnicos - Administrativos das Escolas Básicas Públicas
Titular: Vivian Kühl;
Suplente: Ana Carolina Gabriel.

Representantes dos pais de alunos da Educação Básica Pública
Titular: Margit Reich;
Suplente: Romilda Glatz;
Titular: Cleiton Dirlei Gramm;
Suplente: Elizandra do Belém Pereira Freitas.

Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública e Secundarista
Titular: Milor José Bueno de Oliveira;
Suplente: Markjory Machado;
Titular: Moisés Alves;
Suplente: Amanda Stratmann Bianchini.

Representantes do Conselho Municipal de Educação
Titular: Eliane Toni Pasold;
Suplente: Maria Rosangela Weber Tamanini.

Representantes do Conselho Tutelar
Titular: Adilce Pasqualina Pacheco;
Suplente: Janaína Paterno Gonçalves.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 992/10 de 15 de setembro de 2010.

Corupá, 18 de novembro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 090/10 (CIGA)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>
EXTRATO DO CONTRATO 090/10
Processo de licitação nº 102/10
Modalidade Dispensa nº 028/10

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Praça XV de Novembro, nº 270, Centro, Florianópolis/SC.

Objeto: Desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão Pública Municipal.

Valor do Contrato: Para a execução do objeto deste contrato, o

Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 336,00, totalizando o valor de R\$ 4.032,00.

Data da Assinatura: 17/12/2010

Data da Vigência: 31/12/2011

LUIS CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

IPESMUC Política de Investimentos - EXERCÍCIO 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS

SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO

DE CURITIBANOS - IPESMUC

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS
IPESMUC

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – EXERCÍCIO 2011

1. Objetivo

1. OBJETIVO – Estabelecer política com as diretrizes gerais para a gestão de investimentos do IPESMUC no exercício 2011.

2. ORIENTAÇÃO DA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS:

2.1. Objetivos da gestão de alocação – Garantir o equilíbrio de longo prazo entre o ativo e passivo do IPESMUC através do alcance da taxa da meta atuarial composta pela variação do INPC acrescidos de juros de 6% ao ano.

2.2. Tipo de Gestão – Gestão mista, ou seja, por carteira própria e por instituição(s) financeira(s) credenciada(s) junto ao IPESMUC.

2.3. Segmentos de Aplicação – Segmentos de aplicação utilizados:
Segmento de Renda Fixa;
Segmento de Renda Variável.

3. FAIXAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS:

Segmento	Limite Mínimo	Ponto Ótimo	Limite Superior	Limite Res. 3922/10
Renda Fixa			100%	100%
Títulos Públicos Federais			100%	100%
FI classificado renda fixa ou referenciado renda fixa			100%	100%
Operações Compromissadas			15%	15%
FI classificado renda fixa ou referenciado renda fixa			80%	80%
FI classificado renda fixa ou referenciado renda fixa			30%	30%
Poupança com RATING de baixo risco de crédito.	-	-	20%	20%
FIDC aberto com RATING baixo risco crédito.			15%	15%
FIDC fechado com RATING baixo risco crédito.			5%	5%
FI denominado como de "crédito privado"			5%	5%
Renda Variável			30%	30%

FI referenciado com indicadores IBOVESPA, IBRX e IBRX-50			30%	30%
FI de índices referenciado em ações IBOVESPA, IBRX e IBRX-50			20%	20%
FI em ações			15%	15%
FI MULTIMERCADO			5%	5%
FI em participações			5%	5%
FI imobiliário			5%	5%

3.1 – Segmento de Renda Fixa:

Os recursos financeiros do IPESMUC poderão ser aplicados no segmento de renda fixa em:

I – Até 100% (cem por cento) em:

a) títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);

b) cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos prevejam que suas respectivas carteiras sejam representadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea "a" deste inciso e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

II – Até 15% (quinze por cento): Operações Compromissadas lastreadas exclusivamente em títulos públicos federais emitidos pelo Tesouro Nacional;

III - até 80% (oitenta por cento): em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

IV - até 30% (trinta por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

V - até 20% (vinte por cento) em depósitos de poupança em instituição financeira considerada como de baixo risco de crédito pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País;

VI - até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

VII - até 5% (cinco por cento) em:
a) cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio fechado; ou

b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão "crédito privado".

3.2 – Segmentos de Aplicação – Fundos de Renda Variável:



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Os recursos financeiros do IPESMUC poderão ser aplicados no segmento de renda variável em:

I – Até 30% (trinta por cento): em cotas de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto e classificados como referenciados que identifiquem em sua denominação e em sua política de investimento indicador de desempenho vinculado ao índice Ibovespa, IBRX ou IBrX-50;

II – até 20% (vinte por cento) em cotas de fundos de índices referenciados em ações, negociadas em bolsa de valores, admitindo-se exclusivamente os índices Ibovespa, IBRX e IBrX-50

III - até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos dos fundos determinem que as cotas de fundos de índices referenciados em ações que compõem suas carteiras estejam no âmbito dos índices previstos no inciso II deste artigo;

IV - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem tratar-se de fundos sem alavancagem;

V - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundo de investimento em participações, constituídos sob a forma de condomínio fechado;

VI - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento imobiliário, com cotas negociadas em bolsa de valores.

3.2 – Segmentos de Aplicação – Fundos de Renda Variável:

Os recursos financeiros do IPESMUC poderão ser aplicados no segmento de renda variável em:

I – Até 30% (trinta por cento) em:

a) Cotas de fundos de investimentos previdenciários classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

II – Até 20% (vinte por cento) em:

a) Cotas de fundos de investimentos em índices referenciados em ações, negociadas na Bolsa de Valores, admitindo-se exclusivamente os índices IBOVESPA, IBRX e IBrX-50;

III – Até 15% (quinze por cento) em:

a) Cotas de fundos de investimentos em ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem que as cotas de fundos de índices referenciados em ações que compõem sua carteira estejam previstos no âmbito dos índices previstos no inciso anterior;

IV – Até 5% (cinco por cento) em:

a) Cotas de fundos de investimentos classificados como MULTIMERCADO, constituídos sob a forma de condomínio aberto sem alavancagem, cumulativo com o limite do inciso II;

V – Até 5% (cinco por cento) em:

a) Cotas de fundos de investimentos em participações, constituídos sob a forma de condomínio fechado, cumulativo com o limite do inciso II;

VI – Até 5% (cinco por cento) em:

a) Cotas de fundos de investimentos imobiliários, com cotas negociadas na Bolsa de Valores;

4. CENÁRIO – A definição estratégica para alocação nos segmentos

propostos foi feita com base para os próximos 12 meses.

5. DIRETRIZES PARA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS:

5.1. Seleção dos Investimentos – O IPESMUC efetuará suas aplicações através de fundos mútuos de investimentos abertos ou fechados, no segmento de renda fixa e no segmento de renda variável, objetivando superar a meta atuarial anual.

5.2. Restrições por Emissores – O IPESMUC segue os limites definidos pela legislação vigente do RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social.

5.3. Controle de Risco de Crédito – Normativos legais aplicáveis aos investimentos de RPPS e nos investimentos em poupança e nos FIDCS e FICFDCS somente naqueles fundos com “RATING” mínimo “A”, atribuídos por agência de classificação em funcionamento no país.

5.4. Seleção dos Gestores para Aplicação dos Fundos – Seleção com base nos critérios quantitativos e qualitativos indicados com respectiva apreciação Conselho de Administrativo do IPESMUC:

Críticos qualitativos

Segurança;
Rentabilidade;
Solvência;
Liquidez;
Transparência
Solidez e imagem da instituição;
Volume de recursos administrados;
Experiência na gestão de recursos;
Qualidade da equipe;
Qualidade do atendimento da área de relacionamento.

Críticos quantitativos

Desempenho dos fundos sob gestão da instituição, na modalidade desejada pelo IPESMUC, em bases de retorno ajustado por risco, por um período mínimo de 12 meses, exceto os novos produtos financeiros lançados pelo Mercado Financeiro voltados para os RPPS e na adequação de seu regulamento à Política de Investimentos em vigor e também na análise da carteira x taxa de administração cobrada.

5.5. Quantidade de instituições financeiras – O IPESMUC poderá aplicar os recursos financeiros em até 05 (cinco) instituições financeiras, não podendo, entretanto, nenhum gestor receber mais do que 20% (vinte por cento) do total dos recursos financeiros do IPESMUC à exceção da (a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL e BANCO DO BRASIL S/A, a (o) qual poderá receber um máximo de 100% do total dos recursos, por ser instituição financeira pública e sob controle direto da União.

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – Os investimentos serão avaliados mensalmente, além das medições trimestrais, semestrais e anuais definidas pelo Conselho Administrativo.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
A vigência da presente Política de Investimentos terá validade até 31 de dezembro de 2011, devendo ser revisada anualmente pelo Conselho Administrativo, cumprida a legislação em vigor, entrando em vigor a partir de janeiro de 2011.

Curitiba/SC, 30 de Novembro de 2010.
Conselho Administrativo do IPESMUC.
Priscila Goetten Sartor

Conselho Fiscal do IPESMUC.
Maristela Aparecida Souza Santos

CÂMARA DE VEREADORES**Lei Promulgada Nº 4.574/2010**

LEI PROMULGADA Nº 4.574/2010

INSTITUI A SEMANA DE APOIO À VIDA LIVRE DAS DROGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº. 20/2010. AUTORIA: VEREADOR ANGELO SCOLARO/PMDB)

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Faço saber que por falta de sanção eu promulgo na íntegra a Lei n. 4.574/2010, de 16 de dezembro de 2010:

Art. 1º Fica instituída no calendário, no âmbito do Município de Curitiba, a SEMANA DE APOIO À VIDA LIVRE DAS DROGAS, a ser realizada na quarta semana do mês de novembro de cada ano.

Art. 2º A "Campanha" aludida no artigo anterior compreenderá:

I - utilização dos meios de comunicação para divulgação;

a) dos serviços oferecidos pelo Município;

b) dos riscos do desequilíbrio;

c) das consequências do descontrole do uso das drogas;

d) dos métodos preventivos e de tratamento.

II - ações educativas de prevenção no âmbito das entidades e órgãos públicos e de atendimento ao cidadão e principalmente das escolas, enfatizando todas as opções e benefícios de uma vida livre do vício.

III - divulgação permanente do disk denúncia com a finalidade de coibir o tráfico e consumo de drogas;

IV - Fica autorizado o Município a disponibilizar às entidades e órgãos públicos e de atendimento ao cidadão condições para a realização de congressos e/ou palestras e/ou seminários relativos ao combate ao tráfico e/ou uso das drogas, no Município, a fim de capacitar os profissionais da área.

Art. 3º Cabe ao Executivo Municipal, através de regulamentação, definir e editar normas necessárias à execução da presente lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de dezembro de 2010.

ANGELO SCOLARO

Presidente

ADELSON URIOSTE

1º Secretário

Ermo**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto N.º 088, de 13 de dezembro de 2010**

DECRETO N.º 088, de 13 de dezembro de 2010.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I da Lei nº 252/09 de 15/12/2009 (Lei

Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 8.600,00(oito mil e seiscentos reais), a saber:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.361.0026.2.009 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0015.52 (50) Aplicações Diretas R\$ 5.600,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0015.49 (51) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá à conta do Excesso de arrecadação de recursos assim discriminados:

Recurso 15.49 (Salário Educação) R\$ 3.000,00

Recurso 15.52 (Transporte Escolar PNATE) R\$ 5.600,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de dezembro de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças

Decreto N.º 089, de 13 de dezembro de 2010.

DECRETO N.º 089, de 13 de dezembro de 2010.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I da Lei nº 252/09 de 15/12/2009 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 3.270,00 (três mil, duzentos e setenta reais), a saber:

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0043.63(4) Aplicações Diretas R\$ 3.270,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da Farmácia Básica do Estado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de dezembro de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças

Decreto N.º 090, de 14 de dezembro de 2010.

DECRETO N.º 090, de 14 de dezembro de 2010.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I da Lei nº 252/09 de 15/12/2009 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais), a saber:

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 (6) Aplicações Diretas R\$ 4.100,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da Fonte 80(recursos próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 14 de dezembro de 2010.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 089, de 17 de dezembro de 2010.

PORTARIA Nº 089, de 17 de dezembro de 2010.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário - ACT, que especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar os servidores abaixo relacionados admitidos em Caráter Temporário (ACT):

- Míriam Coelho Fernandes Kupinski;
- Thaise Vieira Teixeira;
- Edinéia Machado Simão;
- Jadna Clarice Ferraz Mateus Machado;
- Vânio Mateus;
- Diórgenes Simão;
- Sandra Carla Dal Pont dos Santos;
- Roseli Priebe Ferreira;
- Kátia Aparecida Pereira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 17 de dezembro de 2010.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL**Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 60/2010**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 60/2010

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 47/2006

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - TRANSPORTES COLETIVOS SÃO MARCOS LTDA
DO OBJETO A Contratada, por meio deste Instrumento, prestará o serviço de transportes de alunos com ônibus escolar próprio, com capacidade mínima de 45 (quarenta e cinco), lugares e em bom estado de uso e conservação e em perfeita segurança, para executar durante o ano letivo de 2011.

DO PRAZO - O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses com início em 03/01/2011 e término em 31/12/2011.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 08 de dezembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Termo Aditivo PMF Nº 56/2010

TERMO ADITIVO PMF Nº 56/2010

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 142/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - D&A INFORMÁTICA LTDA ME

DO OBJETO - Prestação de serviços especializados que consiste na revisão periódica e emergencial, bem como a manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica, sem o fornecimento das peças de reposição, da rede de dados e equipamentos de informática (computadores e impressoras), de diversos setores da administração municipal de Forquilha/SC.

DO PRAZO: O contrato PMF nº 142/2010 terá seu vencimento prorrogado de 31/12/2010 para 31/12/2011 .

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 08/12/2010

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL**Decreto Nº 0376/2010**

DECRETO Nº. 0376, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

HOMOLOGA RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado da classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0022, de 05 de novembro de 2010, conforme listas anexas.

Art. 2º. A homologação da classificação dos Códigos 14 e 17 deixaram de ser realizadas por não haverem inscritos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 17 de Dezembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0377/2010

DECRETO Nº 0377, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.
HOMOLOGA RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0026 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado da classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0026, de 02 de dezembro de 2010, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 17 de Dezembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Pregão Presencial Nº 0027/2010-SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0027/2010 - SF

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, conforme segue:

Objeto: contratação de empresa do ramo cuja finalidade é a recuperação da parte rodante, do comando lateral direcional e embreagem central do Trator Komatsu AD50 nº 12. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 15:30 horas do dia 06/01/2011. Abertura: Às 15:30 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 16 de dezembro de 2010.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Extrato do Edital de Seleção ACT Nº 0006/2010

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI
EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0006 DE 17 DE DEZEMBRO DE

2010.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área de águas e saneamento do Município de Fraiburgo, nas funções públicas de Operador de Máquina - Trator de Esteira junto ao Aterro Sanitário do município, para preenchimento de vagas no ano de 2011, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 20 de dezembro a 23 de dezembro de 2010, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento de Fraiburgo, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3059.

Fraiburgo, 17 de dezembro de 2010.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

ELÓI RÖNNAU
Secretário Municipal de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 1

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Educação Infantil** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **Educação Infantil**

CrITÉrios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	CrITÉrios de Desempate					
				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento				
6	5	5	1	NÃO	3/1/1965				
6	5	5	1	NÃO	10/11/1966				
6	5	5	0	NÃO	20/8/1958				
6	5	5	0	NÃO	19/11/1965				
6	5	5	0	NÃO	24/1/1967				
6	5	4	2	NÃO	24/10/1967				
6	5	4	2	NÃO	22/1/1973				
6	5	4	1	NÃO	12/4/1963				
6	5	4	1	NÃO	23/8/1973				
6	5	4	1	NÃO	10/5/1974				
6	5	4	1	NÃO	31/5/1975				
6	5	4	1	NÃO	23/4/1979				
6	5	4	0	NÃO	13/8/1962				
6	5	4	0	NÃO	16/3/1966				
6	5	4	0	NÃO	8/7/1970				
6	5	5	1	NÃO	24/8/1971				
6	5	3	2	NÃO	22/6/1966				
6	5	3	2	NÃO	17/12/1975				
6	5	3	1	NÃO	30/7/1968				
6	5	3	1	NÃO	11/1/1976				
6	5	3	1	NÃO	13/3/1977				
6	5	3	1	NÃO	9/2/1978				

23	189	LILLIAN CARINA THIBES RIBEIRO DE OLIVEIRA	16
24	218	JOECELI DE SOUZA	16
25	18	LUCIANE FABER DIDOMENICO	16
26	393	SIRLEY ANTUNES MOREIRA FANTINEL	16
27	81	ODETE DEDOMENICO SANTOS	16
28	107	ADRIANA DE CASSIA ROUSSENQ INACIO	16
29	10	MARILSE PRIGOL	16
30	341	MARLI FAQUIN	16
31	83	LILIAN SCHIRMER	16
32	111	SONIA TEREZA GADLER	16
33	186	MARGARETH CORRÊA PAULINO	16
34	321	IARA APARECIDA ANDRADE WEBER	16
35	53	ROSANGELA LUCIANO	16
36	120	ELIANE FATIMA ANDREIS	16
37	377	CIRLEI MOREIRA DE ANDRADE	16
38	156	MARIA ELIZABETE OLIVO DA SILVA	16
39	175	VERA LUCIA MOZZER DE OLIVEIRA	16
40	354	GIANE COELHO DE ALMEIDA	15
41	24	VIVIANE APARECIDA FERREIRA MOZZER	15
42	409	DENISE APARECIDA LUCIANO MATTEUCCI	15
43	87	SOLANGE DE PAULA PEREIRA	15
44	257	DENISE REGINA LOPES	15
45	136	LUCIANE APARECIDA CAMPAGNARO DEL RÉ	15
46	131	GIOVANA ALVES DE BARROS	15
47	184	MARIANA BITENCOURT DIAS	15
48	250	NEIVA CUSTÓDIA DE OLIVEIRA	15
49	317	ANDRESSA MATIAS	15
50	335	NOELI MOREIRA DA COSTA	15
51	290	SUELY TEREZINHA VOCKES	15
52	298	MARCIA EULINA LUCIANO	15
53	113	HELENA SILVA FRIGOTTO	15
54	161	ELIZABETE CANONICA RISSARDI	15
55	116	ELIZABETE MARIA FRACESCATTO	15
56	232	ROSENILDA DE FÁTIMA RIBEIRO	14
57	176	ELIZIANE ANDRADE	14
58	94	ILUIR TROMBETA	14
59	440	MICHELLY FERLIN HILDEBRANDO DOS SANTOS	14

6	5	3	1	NÃO	13/8/1979
6	5	3	1	NÃO	23/6/1982
6	5	3	1	NÃO	20/5/1983
6	5	3	0	NÃO	26/3/1962
6	5	3	0	NÃO	28/8/1963
6	5	3	0	NÃO	1/3/1969
6	5	3	0	NÃO	18/5/1970
6	5	3	0	NÃO	28/9/1979
6	5	3	0	NÃO	2/11/1984
4	5	5	1	NÃO	29/2/1964
4	5	5	1	NÃO	7/12/1967
4	5	5	1	NÃO	22/8/1969
4	5	5	1	NÃO	3/10/1973
4	5	5	1	NÃO	29/5/1974
4	5	5	0	NÃO	8/6/1960
4	5	5	0	NÃO	17/10/1963
4	5	5	0	NÃO	21/10/1964
6	5	4	1	NÃO	23/10/1973
6	5	2	3	NÃO	18/12/1977
6	5	2	2	NÃO	2/3/1971
6	5	2	1	NÃO	9/5/1967
6	5	2	1	NÃO	11/4/1973
6	5	2	1	NÃO	30/7/1981
6	5	2	1	NÃO	21/8/1981
6	5	2	1	NÃO	16/2/1983
6	5	2	0	NÃO	14/3/1963
6	5	2	0	NÃO	10/10/1984
4	5	4	2	NÃO	6/7/1977
4	5	4	1	NÃO	27/5/1964
4	5	4	1	NÃO	5/1/1970
4	5	4	1	NÃO	14/8/1972
4	5	4	1	NÃO	11/2/1974
4	5	4	0	NÃO	31/1/1971
6	5	3	1	NÃO	17/4/1978
6	5	3	1	NÃO	16/8/1978
6	5	3	0	NÃO	10/9/1961
6	3	3	1	NÃO	29/11/1980

60	508	MARIA LUCIA DAROL	14
61	59	GISLANI ANGÉLICA PESSOA DE FREITAS	14
62	435	ANGELA MARIA RIBEIRO SERAFINI	14
63	483	TATIANA REZZADORI	14
64	333	FERNANDA DE FREITAS	14
65	350	ELIZABETE SILVEIRA DIAS DE ANDRADE	14
66	366	JANE DE FATIMA FURTADO CORDOVA PEREIRA	14
67	109	MARIZETE PIRES MINEIRO MOZZER	14
68	337	ANDREA VICENTE	14
69	329	JOICI APARECIDA DE ANDRADE	14
70	4	ROSELI APARECIDA TELLES	14
71	300	MARIA SALETE ALMEIDA LIMA	14
72	85	IVETE APARECIDA GALON	14
73	171	SANDRA SOLETTI	14
74	68	VALEICA CLEIA BAHR DA SILVA	14
75	198	SIMONE PILLON DELFES	14
76	200	DANIELA PILLON DELFES	14
77	466	ELAINE ZAGGO	14
78	227	IVONE VERONA ALVES DA SILVA	14
79	57	ELIANE APARECIDA MORAES	13
80	77	ROSANGELA LIMA DA ROCHA	13
81	400	ANDRÉA RIBEIRO BORGES	13
82	319	QUEILA MARIA VIZOLLI CHAVES	13
83	46	ARLETE ALVES SANTOS GONÇALVES	13
84	60	ROSENILDA APARECIDA FERREIRA	13
85	420	IRACI PEREIRA DA CRUZ	13
86	45	ANA CLAUDIA RIBEIRO	13
87	196	TERESINHA FORTES MELLO	13
88	139	DENISIA POSANSKE MITTANCK	13
89	180	SHEILA BRIDI	13
90	512	ELENICE MELLO PHILIPPUS	13
91	347	KARINA MACHADO DE SOUZA	13
92	387	HELENA APARECIDA PEREIRA	13
93	13	MÔNICA CAMPANHARO ZANELLA	13
94	323	ADRIANA JUSTIMIANO TÓFFOLI	13
95	288	BERENICE PERETTI	13
96	276	MICHELI HILDEBRANDO DOS SANTOS	13

6	2	4	2	NÃO	9/2/1974
6	2	4	0	NÃO	16/1/1980
4	5	3	2	NÃO	19/6/1971
4	5	3	2	NÃO	15/11/1975
4	5	3	2	NÃO	5/1/1978
4	5	3	2	NÃO	5/9/1980
4	5	3	1	NÃO	15/3/1973
4	5	3	1	NÃO	8/9/1978
4	5	3	1	NÃO	2/4/1979
4	5	3	0	NÃO	21/11/1957
4	5	3	0	NÃO	2/2/1968
4	5	3	0	NÃO	31/1/1969
4	5	3	0	NÃO	9/7/1978
4	5	3	0	NÃO	18/8/1978
4	5	3	0	NÃO	27/6/1979
4	5	3	0	NÃO	28/3/1980
4	5	3	0	NÃO	25/8/1981
4	5	3	0	NÃO	5/9/1982
4	3	5	1	NÃO	12/1/1965
6	5	2	2	NÃO	18/8/1975
6	5	2	2	NÃO	19/10/1976
6	5	2	2	NÃO	15/8/1979
6	5	2	2	NÃO	5/8/1981
6	5	2	1	NÃO	18/8/1965
6	5	2	1	NÃO	5/8/1977
6	5	2	1	NÃO	22/6/1981
6	5	2	1	NÃO	10/2/1982
6	5	2	0	NÃO	25/3/1960
6	5	2	0	NÃO	14/1/1967
6	5	2	0	NÃO	8/3/1981
6	5	2	0	NÃO	10/7/1982
6	5	2	0	NÃO	28/7/1983
6	5	2	0	NÃO	8/10/1984
6	5	2	0	NÃO	4/9/1985
4	5	2	2	NÃO	4/10/1976
4	5	2	2	NÃO	29/12/1979
4	5	2	2	NÃO	6/12/1981

97	489	ANDREA APARECIDA DE OLIVEIRA	13
98	460	JUCENI MELLO CAREGNATO	13
99	92	ADRIANA LEFFER LUCIANO CARIPUNA	13
100	128	SANDRA CEZÁRIA RONCHI ROCHA	13
101	356	ROZENI DE FATIMA GAJO	13
102	254	SIRLENE SANTOS DOMINGUES	13
103	308	ANDREIA JOMBRA	13
104	31	FRANCIELI TERESINHA COMERLATO	13
105	331	ALINE DE FREITAS	13
106	513	DAYANE GEBROSKI	13
107	431	ELAINE FATIMA DE ANDRADE MATIAS	13
108	444	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	13
109	307	ELIZABETT RIBEIRO DE MELLO ZONTA	13
110	238	SUZANCARLA GONÇALVES MERA LEHR	13
111	163	DULCE DALAGNOL	12
112	499	VIVIANE SILVA PADILHA	12
113	285	DULCE APARECIDA RIGO	12
114	495	ELIANE TERESINHA DE SOUZA ANTON	12
115	361	JACINTA PEREIRA	12
116	33	GISELE CORDEIRO	12
117	157	ALMERÍ APARECIDA KADES MORSOLETTTO	12
118	255	CARLA TATIANE MARTINS	12
119	265	ELISANGELA TEODORO	12
120	370	HENELICE DO NASCIMENTO SIMÕES	12
121	230	SULANDRA APARECIDA PEREIRA	12
122	423	MARINÊZ DA ROSA VAZ	12
123	385	JANDIRA APARECIDA DE LARA	12
124	215	ANA SCHEILA BUYNO	12
125	477	MARICLEIA PIROLA	12
126	89	NIQUELE CRISTIANE ANTUNES	12
127	503	FABIANA DE FREITAS	12
128	501	KARLA VALERIA MORSOLETTTO	12
129	391	SORAYA LUZIA PIERDONA	12
130	207	SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON	11
131	380	SERLI TERESINHA LEITE LEGNANI	11
132	505	ENIZA COSTA MOREIRA	11
133	134	SILVANA APARECIDA DOS SANTOS	11

4	5	2	2	NÃO	6/5/1982
4	5	2	1	NÃO	28/7/1970
4	5	2	1	NÃO	7/8/1975
4	5	2	1	NÃO	6/11/1977
4	5	2	0	NÃO	4/11/1968
4	5	2	0	NÃO	29/4/1980
4	5	2	0	NÃO	16/7/1980
4	5	2	0	NÃO	28/6/1981
4	5	2	0	NÃO	12/1/1983
4	5	2	0	NÃO	24/12/1984
4	4	3	2	NÃO	22/10/1972
4	3	4	2	NÃO	3/7/1977
4	3	4	0	NÃO	15/7/1960
4	2	5	1	NÃO	8/11/1976
6	5	1	1	NÃO	30/6/1982
6	5	1	1	NÃO	17/3/1983
6	5	1	0	NÃO	9/7/1967
6	5	1	0	NÃO	6/12/1973
6	5	1	0	NÃO	21/7/1983
6	5	1	0	NÃO	8/5/1987
6	4	2	0	NÃO	1/3/1967
4	5	3	2	NÃO	8/1/1978
4	5	3	2	NÃO	8/8/1981
4	5	3	0	NÃO	24/3/1962
4	5	3	0	NÃO	21/9/1974
4	5	1	3	NÃO	14/7/1975
4	5	1	0	NÃO	23/2/1975
4	5	1	0	NÃO	3/10/1983
4	5	1	0	NÃO	11/4/1984
4	4	2	2	NÃO	1/2/1980
4	4	2	1	NÃO	23/8/1980
4	2	4	2	NÃO	22/4/1979
0	5	5	0	NÃO	25/7/1964
6	5	0	2	NÃO	26/5/1974
4	5	2	3	NÃO	13/6/1964
4	5	2	2	NÃO	19/6/1982
4	5	2	1	NÃO	12/4/1964

134	260	LUCIANE DA ROSA	11
135	205	CLARISSE DE OLIVEIRA	11
136	315	ELISA DE FÁTIMA DOMINGUES	11
137	220	NANDINE DE FÁTIMA GUEDES	10
138	191	ROSA APARECIDA PIT GATTI	10
139	363	MARIA DA GLORIA PALHANO	10
140	96	ANDREIA CHAVES FERREIRA KRIEGER	10
141	9	ILUIR TIBES DOS SANTOS	10
142	148	VIVIANE DE CORDOVA RONCHI	10
143	472	ANALICE APARECIDA ANGOLERI	10
144	267	SOLANGE LEANDRO DE SOUZA ZANELLA	9
145	416	MARIA ROSELI LEITE FERNANDES	9
146	493	TEREZINHA RICHTER	9
147	263	DAVI AMARAL DE OLIVEIRA	9
148	88	SILVIA MARIA MOREIRA GATTI	9
149	402	JACY TEREZINHA PADILHA DE ALMEIDA	9
150	152	JANILDETE LEITE DOS SANTOS	9
151	456	ALESSANDRA ALEXANDRE BOAVENTURA	9
152	225	ROSEMERI SATURNINO DE MATOS	9
153	358	LUCI DOS SANTOS	9
154	62	IRIA LEONI BEAL	8
155	28	IVANA REGINA BELLINCANTA	8
156	2	VERA LUCIA DEDOMENICO PRIGOL	8
157	382	ARMINDA DO AMARAL PEREIRA	8
158	79	ELIANA RIBEIRO MACIEL RIBEIRO	7
159	352	GERUSA KRÜGER ZANON	7
160	485	JUSSARA BRIDI	7
161	209	MARCIA DE FATIMA DA CRUZ SAVIAN	7
162	15	VALÉRIA MATHIAS	6
163	515	DARLENE APARECIDA FERREIRA	6
164	418	CAROLINA DE MELLO	6
165	372	NEIVA APARECIDA CAMPAGNARO XAVIER	6
166	375	MARLI DE GOIS DO NASCIMENTO	6
167	64	LUCILDES DALAGNOLI	6
168	311	LINDAMIR TEREZINHA GAIO CORDEIRO	5
169	404	ROSALINA MUNIZ VIEIRA	5
170	498	MARLENE PEREIRA CORDEIRO	5

4	5	2	1	NÃO	17/2/1986
4	5	2	0	NÃO	4/7/1977
4	5	2	0	NÃO	23/7/1983
4	5	1	3	NÃO	19/7/1976
4	5	1	2	NÃO	20/3/1974
4	5	1	2	NÃO	17/5/1974
4	5	1	2	NÃO	9/1/1975
4	5	1	2	NÃO	9/2/1982
4	2	2	1	NÃO	29/1/1980
0	5	3	2	NÃO	24/7/1978
4	5	0	2	NÃO	26/10/1983
4	5	0	0	NÃO	25/5/1963
4	5	0	0	NÃO	8/10/1967
4	5	0	0	NÃO	11/9/1971
4	5	0	0	NÃO	17/3/1981
4	3	0	0	NÃO	26/9/1955
0	5	2	4	NÃO	15/2/1973
0	5	2	1	NÃO	6/8/1983
0	5	2	1	NÃO	14/10/1983
0	5	2	0	NÃO	9/12/1974
4	1	1	0	NÃO	6/4/1958
4	1	1	0	NÃO	21/11/1968
4	0	2	0	NÃO	9/4/1965
0	5	1	1	NÃO	21/4/1965
4	1	2	1	NÃO	30/8/1982
0	5	2	0	NÃO	15/1/1987
0	4	1	0	NÃO	31/10/1980
0	2	3	1	NÃO	24/8/1965
0	5	1	1	NÃO	22/2/1989
0	5	1	0	NÃO	24/2/1984
0	5	1	0	NÃO	3/3/1987
0	4	2	2	NÃO	1/9/1959
0	3	1	1	NÃO	23/1/1964
0	2	2	0	NÃO	16/10/1982
4	1	0	1	NÃO	23/11/1969
0	5	0	2	NÃO	31/10/1965
0	5	0	2	NÃO	21/3/1971

171	222	LÚCIA MAINARD DE OLIVEIRA	5
172	491	MARIA IRACI ANTUNES DA SILVA	5
173	8	JANICE DOS SANTOS MARCONDES	5
174	165	MAGALI DOS SANTOS	5
175	39	LENITA APARECIDA VICENTE BONETTI	5
176	262	SHEILA REGIANE STAEGE MALINOSKI ANTUNES	5
177	212	EVA SIMONE THOMAS DA SILVA	5
178	99	ROZELENE LOPES DA SILVA	5
179	75	MARINEZ DO AMARAL	5
180	154	GRAZIE TE BOGO	5
181	468	FRANCIELE FATIMA WEBER	5
182	5	MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN	4
183	476	IVANIR BENKE	3
184	246	VANESSA BRANDT	2
185	463	LUCIANA MARIA DE OLIVEIRA	2
186	437	JOCIMARI ADRIANO RIBEIRO	1
187	145	DANIELA DE BAIRROS CERON	
188	71	ADRIANA RODRIGUES DA VEIGA	
189	73	LILIAN APARECIDA RIBEIRO RAMIRO	
190	458	SUZIMAR MICHELON	

0	5	0	2	NÃO	9/9/1971
0	5	0	2	NÃO	24/7/1974
0	5	0	2	NÃO	14/2/1977
0	5	0	1	NÃO	7/2/1971
0	5	0	1	NÃO	30/6/1976
0	5	0	1	NÃO	10/12/1980
0	5	0	0	NÃO	25/8/1977
0	5	0	0	NÃO	10/7/1987
0	5	0	0	NÃO	12/5/1988
0	5	0	0	NÃO	7/11/1988
0	2	1	0	NÃO	18/6/1982
4	0	0	2	NÃO	20/8/1973
0	1	0	2	NÃO	4/4/1973
0	2	0	1	NÃO	7/5/1982
0	1	1	1	NÃO	17/3/1983
0	0	1	1	NÃO	19/1/1986
0	0	0	1	NÃO	25/1/1981
0	0	0	1	NÃO	31/3/1986
0	0	0	0	NÃO	21/6/1985
0	0	0	0	NÃO	19/7/1985



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 10

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Língua Inglesa** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **10** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Língua Inglesa**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	253	MARIA LUCY CAREGNATO	16
2	130	ELIANE DE MELLOS	11
3	37	GRAZIELE APARECIDA NOVAKOSKI DE OLIVEIRA	11
4	448	LUCIANE DOS SANTOS AMARAL	10
5	14	LUCIANA REGINA TÓFFOLI PAULI	6
6	365	ANA PAULA CORDEIRO	6

CrITÉrios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
4	5	5	1	NÃO	27/9/1952
4	5	2	2	NÃO	3/11/1976
4	5	2	0	NÃO	21/1/1982
4	5	1	0	NÃO	29/9/1981
0	5	1	1	NÃO	3/1/1973
0	5	1	0	NÃO	23/11/1988



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 11

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Educação Física** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **11** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Educação Física**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	125	DULCELENE DA COSTA	16
2	430	RODRIGO CAREGNATO	13
3	452	MAURICIO CICERI	13
4	283	NEDILSON RIBEIRO	13
5	449	MARCOS JOSÉ GOMES DE CAMPOS	13
6	91	ALEXANDRE INDALÉCIO DE ALMEIDA	13
7	228	ELISANGELA MOREIRA	11
8	451	ROSILENE MARIA SCHNEIDER	11
9	281	MÔNICA MACZEWSKI	11
10	368	IRONI RAIMUNDO ZANON	11
11	406	DARLAN RIZZOLLI	10
12	295	DULCINÉIA ROSA MELO	10
13	240	ANA CARLA DE SOUZA	10
14	292	MARCIA APARECIDA SCHWENTER MACHADO	10
15	360	LARESSA PAZIN	10
16	429	JEAN CARLOS DE ANDRADE	10
17	98	FERNANDO ANDRE MARQUES	10
18	293	MARIA CRISTINA DE ALMEIDA	10
19	269	ANA PAULA GOMES	10
20	482	AILTON ALAÉRCIO GOMES DE CAMPOS	8
21	441	JEAN SILVA	8
22	479	ROBERTO RIVELINO LEMOS	8

CrITÉrios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	3	0	NÃO	6/10/1980
6	5	2	0	NÃO	19/7/1980
4	5	4	1	NÃO	2/2/1965
4	5	2	1	NÃO	9/7/1976
4	5	2	0	NÃO	2/11/1978
4	5	2	0	NÃO	9/11/1983
4	5	2	0	NÃO	2/3/1983
4	5	2	0	NÃO	28/1/1984
4	5	2	0	NÃO	14/6/1985
4	2	3	1	NÃO	22/12/1980
4	5	1	1	NÃO	5/11/1985
4	5	1	0	NÃO	23/4/1974
4	5	1	0	NÃO	11/1/1976
4	5	1	0	NÃO	4/6/1978
4	5	1	0	NÃO	1/11/1985
4	5	1	0	NÃO	2/12/1986
4	4	2	2	NÃO	18/8/1976
4	2	2	2	NÃO	5/10/1985
0	5	3	1	NÃO	28/3/1980
4	2	2	1	NÃO	21/4/1963
4	2	2	0	NÃO	4/10/1983
0	2	4	0	NÃO	7/2/1971

23	280	VANUSA OLIVEIRA DUARTE	7
24	412	CLEBERSON DA COSTA	7
25	164	ROSELI ALVES DE SOUZA	6
26	224	JAKSON ADRIANO PONTES	6
27	21	LAURA JOCIANE DOS SANTOS	4
28	487	LUIS HUGO SILVA DE LIMA	3
29	241	FELIPE DE ALMEIDA GUTIERREZ	2
30	384	ROBERTO RODRIGUES BELLO	

0	5	2	0	NÃO	14/3/1979
0	5	2	0	NÃO	19/10/1982
0	5	1	1	NÃO	23/3/1984
0	4	2	0	NÃO	29/8/1984
0	3	1	1	NÃO	12/6/1986
0	2	1	0	NÃO	1/3/1963
0	1	1	0	NÃO	8/7/1980
0	0	0	0	NÃO	29/9/1985



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 12

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Educação Infantil** Quadro: **II - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "FAXINAL DOS CARVALHOS"**
Código: **12** Área de Atuação: **Educação Infantil**
Disciplina: **Educação Infantil**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	169	JANAINA REJANE FORMAGIO	16	6	5	3	0	NÃO	10/12/1976
2	105	ARICLER DOMINGUES PEPES	6	0	5	1	0	NÃO	15/2/1980
3	389	TÂNIA DIAS DE ALMEIDA	1	0	0	1	0	NÃO	23/11/1985



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 13

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Anos Iniciais** Quadro: **II - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "FAXINAL DOS CARVALHOS"**
Código: **13** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Anos Iniciais**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	287	ELEANE LUCIA VARELA BECHER	16
2	170	JANAINA REJANE FORMAGIO	16
3	106	ARICLER DOMINGUES PEPES	6
4	390	TÂNIA DIAS DE ALMEIDA	1

CrITÉRIOS de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	3	1	NÃO	2/9/1970
6	5	3	0	NÃO	10/12/1976
0	5	1	0	NÃO	15/2/1980
0	0	1	0	NÃO	23/11/1985



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 15

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Anos Iniciais** Quadro: **III - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "FAXINAL DOS DOMINGUES"**
Código: **15** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Anos Iniciais**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	217	EDSON RISSO	15	4	5	4	2	NÃO	27/10/1977

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 18

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Educação Infantil** Quadro: **IV - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: “DEZ DE NOVEMBRO”**
Código: **18** Área de Atuação: **Educação Infantil**
Disciplina: **Educação Infantil**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	<i>Critérios de Desempate</i>					
				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento				
0	5	0	1	NÃO	1/3/1986				

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 19

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Anos Iniciais** Quadro: **IV - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "DEZ DE NOVEMBRO"**
Código: **19** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Anos Iniciais**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	396	ROSÂNGELA ZANCAN	15
2	397	GLORETE FATIMA WROBLEWSKI SCHABERLE	14
3	23	ANA CAROLINI GOMES VANZ	5

CrITÉRIOS de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
4	5	4	0	NÃO	11/2/1976
4	5	3	0	NÃO	5/1/1965
0	5	0	1	NÃO	1/3/1986



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 2

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Anos Iniciais** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Anos Iniciais**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina:

Anos Iniciais

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	244	DENILCE CONSTANTINO	18
2	345	SALETE RODRIGUES DE CAMPOS WERNER	18
3	123	ANITA INEZ SZCZEPANSKI FELTRIN	18
4	204	INÊS SOBIERANSKI RIBEIRO	18
5	374	AYDIR FÁTIMA BALVEDI	18
6	279	ANGELA APARECIDA BECKER	18
7	297	NILVA DE FÁTIMA ZANON	17
8	127	MARISA ALVES DA CRUZ PRIGOL	17
9	304	BERNADETE APARECIDA PIERDONA SARTORI	17
10	340	MARINA ROSA ZAMBONIN GONÇALVES	17
11	243	ROSANGELA APARECIDA STRANGINSKI DIAS	17
12	328	MARIA CAROLINA PRATES ZENERE	17
13	168	MARCÉLI MARIA DISKA	17
14	310	MARA REGINA DOS SANTOS LARA	17
15	142	ELISABETE APARECIDA ANDRADE RISSON	16
16	103	NILDA APARECIDA ANTUNES DOS ANJOS DA SILVA	16
17	179	JULIANE TERESINHA CORDEIRO	16
18	195	JANE APARECIDA OZÓRIO	16
19	119	LUCIANA FRANÇA MORAES	16
20	183	DIANA FATIMA RIBEIRO DE OLIVEIRA	16
21	56	ELISÂNGELA MEIRA DOS SANTOS	16
22	190	LILLIAN CARINA THIBES RIBEIRO DE OLIVEIRA	16

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	5	2	NÃO	8/4/1968
6	5	5	1	NÃO	3/1/1965
6	5	5	1	NÃO	10/11/1966
6	5	5	0	NÃO	19/11/1965
6	5	5	0	NÃO	19/1/1966
6	5	5	0	NÃO	24/1/1967
6	5	4	2	NÃO	24/10/1967
6	5	4	2	NÃO	22/1/1973
6	5	4	1	NÃO	12/4/1963
6	5	4	1	NÃO	23/8/1973
6	5	4	1	NÃO	10/5/1974
6	5	4	1	NÃO	31/5/1975
6	5	4	1	NÃO	23/4/1979
6	5	4	0	NÃO	16/3/1966
6	5	5	1	NÃO	24/8/1971
6	5	3	2	NÃO	22/6/1966
6	5	3	2	NÃO	17/12/1975
6	5	3	1	NÃO	30/7/1968
6	5	3	1	NÃO	11/1/1976
6	5	3	1	NÃO	13/3/1977
6	5	3	1	NÃO	9/2/1978
6	5	3	1	NÃO	13/8/1979

23	219	JOECELI DE SOUZA	16
24	19	LUCIANE FABER DIDOMENICO	16
25	394	SIRLEY ANTUNES MOREIRA FANTINEL	16
26	82	ODETE DEDOMENICO SANTOS	16
27	108	ADRIANA DE CASSIA ROUSSENQ INACIO	16
28	11	MARILSE PRIGOL	16
29	342	MARLI FAQUIN	16
30	84	LILIAN SCHIRMER	16
31	112	SONIA TEREZA GADLER	16
32	150	ANA BELONI NOVICKI SOARES	16
33	187	MARGARETH CORRÊA PAULINO	16
34	322	IARA APARECIDA ANDRADE WEBER	16
35	54	ROSANGELA LUCIANO	16
36	121	ELIANE FATIMA ANDREIS	16
37	378	CIRLEI MOREIRA DE ANDRADE	16
38	314	JUCIMARA APARECIDA MARTINS VAZ	16
39	355	GIANE COELHO DE ALMEIDA	15
40	25	VIVIANE APARECIDA FERREIRA MOZZER	15
41	410	DENISE APARECIDA LUCIANO MATTEUCCI	15
42	258	DENISE REGINA LOPES	15
43	137	LUCIANE APARECIDA CAMPAGNARO DEL RÉ	15
44	132	GIOVANA ALVES DE BARROS	15
45	185	MARIANA BITENCOURT DIAS	15
46	133	CRISTIANE TEREZINHA PEREIRA GUEDES	15
47	251	NEIVA CUSTÓDIA DE OLIVEIRA	15
48	318	ANDRESSA MATIAS	15
49	336	NOELI MOREIRA DA COSTA	15
50	291	SUELY TEREZINHA VOCKES	15
51	299	MARCIA EULINA LUCIANO	15
52	114	HELENA SILVA FRIGOTTO	15
53	162	ELIZABETE CANONICA RISSARDI	15
54	117	ELIZABETE MARIA FRACESCATTO	15
55	233	ROSENILDA DE FÁTIMA RIBEIRO	14
56	177	ELIZIANE ANDRADE	14
57	95	ILUIR TROMBETA	14
58	346	ROSE DORINI RIBEIRO	14
59	509	MARIA LUCIA DAROL	14

6	5	3	1	NÃO	23/6/1982
6	5	3	1	NÃO	20/5/1983
6	5	3	0	NÃO	26/3/1962
6	5	3	0	NÃO	28/8/1963
6	5	3	0	NÃO	1/3/1969
6	5	3	0	NÃO	18/5/1970
6	5	3	0	NÃO	28/9/1979
6	5	3	0	NÃO	2/11/1984
4	5	5	1	NÃO	29/2/1964
4	5	5	1	NÃO	9/2/1965
4	5	5	1	NÃO	7/12/1967
4	5	5	1	NÃO	22/8/1969
4	5	5	1	NÃO	3/10/1973
4	5	5	1	NÃO	29/5/1974
4	5	5	0	NÃO	8/6/1960
4	5	5	0	NÃO	23/11/1965
6	5	4	1	NÃO	23/10/1973
6	5	2	3	NÃO	18/12/1977
6	5	2	2	NÃO	2/3/1971
6	5	2	1	NÃO	11/4/1973
6	5	2	1	NÃO	30/7/1981
6	5	2	1	NÃO	21/8/1981
6	5	2	1	NÃO	16/2/1983
6	5	2	1	NÃO	8/9/1983
6	5	2	0	NÃO	14/3/1963
6	5	2	0	NÃO	10/10/1984
4	5	4	2	NÃO	6/7/1977
4	5	4	1	NÃO	27/5/1964
4	5	4	1	NÃO	5/1/1970
4	5	4	1	NÃO	14/8/1972
4	5	4	1	NÃO	11/2/1974
4	5	4	0	NÃO	31/1/1971
6	5	3	1	NÃO	17/4/1978
6	5	3	1	NÃO	16/8/1978
6	5	3	0	NÃO	10/9/1961
6	3	3	2	NÃO	21/6/1975
6	2	4	2	NÃO	9/2/1974

60	436	ANGELA MARIA RIBEIRO SERAFINI	14
61	484	TATIANA REZZADORI	14
62	334	FERNANDA DE FREITAS	14
63	351	ELIZABETE SILVEIRA DIAS DE ANDRADE	14
64	367	JANE DE FATIMA FURTADO CORDOVA PEREIRA	14
65	110	MARIZETE PIRES MINEIRO MOZZER	14
66	379	LILIAN FABER	14
67	338	ANDREA VICENTE	14
68	330	JOICI APARECIDA DE ANDRADE	14
69	3	ROSELI APARECIDA TELLES	14
70	301	MARIA SALETE ALMEIDA LIMA	14
71	86	IVETE APARECIDA GALON	14
72	172	SANDRA SOLETTI	14
73	69	VALEICA CLEIA BAHR DA SILVA	14
74	199	SIMONE PILLON DELFES	14
75	201	DANIELA PILLON DELFES	14
76	467	ELAINE ZAGGO	14
77	58	ELIANE APARECIDA MORAES	13
78	78	ROSANGELA LIMA DA ROCHA	13
79	401	ANDRÉA RIBEIRO BORGES	13
80	320	QUEILA MARIA VIZOLLI CHAVES	13
81	61	ROSENILDA APARECIDA FERREIRA	13
82	421	IRACI PEREIRA DA CRUZ	13
83	44	ANA CLAUDIA RIBEIRO	13
84	197	TERESINHA FORTES MELLO	13
85	202	CLARICE APARECIDA GHELLER MACIEL	13
86	138	DENISIA POSANSKE MITTANCK	13
87	20	MARIZETE FATIMA GAIO	13
88	181	SHEILA BRIDI	13
89	348	KARINA MACHADO DE SOUZA	13
90	388	HELENA APARECIDA PEREIRA	13
91	324	ADRIANA JUSTIMIANO TÓFFOLI	13
92	289	BERENICE PERETTI	13
93	277	MICHELI HILDEBRANDO DOS SANTOS	13
94	490	ANDREA APARECIDA DE OLIVEIRA	13
95	461	JUCENI MELLO CAREGNATO	13
96	93	ADRIANA LEFFER LUCIANO CARIPUNA	13

4	5	3	2	NÃO	19/6/1971
4	5	3	2	NÃO	15/11/1975
4	5	3	2	NÃO	5/1/1978
4	5	3	2	NÃO	5/9/1980
4	5	3	1	NÃO	15/3/1973
4	5	3	1	NÃO	8/9/1978
4	5	3	1	NÃO	6/10/1978
4	5	3	1	NÃO	2/4/1979
4	5	3	0	NÃO	21/11/1957
4	5	3	0	NÃO	2/2/1968
4	5	3	0	NÃO	31/1/1969
4	5	3	0	NÃO	9/7/1978
4	5	3	0	NÃO	18/8/1978
4	5	3	0	NÃO	27/6/1979
4	5	3	0	NÃO	28/3/1980
4	5	3	0	NÃO	25/8/1981
4	5	3	0	NÃO	5/9/1982
6	5	2	2	NÃO	18/8/1975
6	5	2	2	NÃO	19/10/1976
6	5	2	2	NÃO	15/8/1979
6	5	2	2	NÃO	5/8/1981
6	5	2	1	NÃO	5/8/1977
6	5	2	1	NÃO	22/6/1981
6	5	2	1	NÃO	10/2/1982
6	5	2	0	NÃO	25/3/1960
6	5	2	0	NÃO	12/8/1961
6	5	2	0	NÃO	14/1/1967
6	5	2	0	NÃO	15/3/1975
6	5	2	0	NÃO	8/3/1981
6	5	2	0	NÃO	28/7/1983
6	5	2	0	NÃO	8/10/1984
4	5	2	2	NÃO	4/10/1976
4	5	2	2	NÃO	29/12/1979
4	5	2	2	NÃO	6/12/1981
4	5	2	2	NÃO	6/5/1982
4	5	2	1	NÃO	28/7/1970
4	5	2	1	NÃO	7/8/1975

97	357	ROZENI DE FATIMA GAIO	13
98	259	SIRLENE SANTOS DOMINGUES	13
99	332	ALINE DE FREITAS	13
100	432	ELAINE FATIMA DE ANDRADE MATIAS	13
101	445	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	13
102	239	SUZANCARLA GONÇALVES MERA LEHR	13
103	500	VIVIANE SILVA PADILHA	12
104	1	EVANILDE MARIA MONTANO CONTE	12
105	286	DULCE APARECIDA RIGO	12
106	496	ELIANE TERESINHA DE SOUZA ANTON	12
107	362	JACINTA PEREIRA	12
108	34	GISELE CORDEIRO	12
109	158	ALMERÍ APARECIDA KADES MORSOLETO	12
110	256	CARLA TATIANE MARTINS	12
111	266	ELISANGELA TEODORO	12
112	371	HENELICE DO NASCIMENTO SIMÕES	12
113	231	SULANDRA APARECIDA PEREIRA	12
114	424	MARINÊZ DA ROSA VAZ	12
115	271	ORANDÉLI DE FÁTIMA MARTINS	12
116	425	MARINETE FORESTI FIN	12
117	386	JANDIRA APARECIDA DE LARA	12
118	216	ANA SCHEILA BUYNO	12
119	478	MARICLEIA PIROLA	12
120	90	NIQUELE CRISTIANE ANTUNES	12
121	504	FABIANA DE FREITAS	12
122	459	DIRLEY TEREZINHA SCHENATO PASINI	12
123	502	KARLA VALERIA MORSOLETO	12
124	392	SORAYA LUZIA PIERDONA	12
125	208	SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON	11
126	381	SERLI TERESINHA LEITE LEGNANI	11
127	343	SILVANE CORSO	11
128	506	ENIZA COSTA MOREIRA	11
129	135	SILVANA APARECIDA DOS SANTOS	11
130	30	SALETE MARINEZ FATTORI	11
131	261	LUCIANE DA ROSA	11
132	206	CLARISSE DE OLIVEIRA	11
133	316	ELISA DE FÁTIMA DOMINGUES	11

4	5	2	0	NÃO	4/11/1968
4	5	2	0	NÃO	29/4/1980
4	5	2	0	NÃO	12/1/1983
4	4	3	2	NÃO	22/10/1972
4	3	4	2	NÃO	3/7/1977
4	2	5	1	NÃO	8/11/1976
6	5	1	1	NÃO	17/3/1983
6	5	1	0	NÃO	10/3/1965
6	5	1	0	NÃO	9/7/1967
6	5	1	0	NÃO	6/12/1973
6	5	1	0	NÃO	21/7/1983
6	5	1	0	NÃO	8/5/1987
6	4	2	0	NÃO	1/3/1967
4	5	3	2	NÃO	8/1/1978
4	5	3	2	NÃO	8/8/1981
4	5	3	0	NÃO	24/3/1962
4	5	3	0	NÃO	21/9/1974
4	5	1	3	NÃO	14/7/1975
4	5	1	1	NÃO	18/3/1976
4	5	1	0	NÃO	2/3/1958
4	5	1	0	NÃO	23/2/1975
4	5	1	0	NÃO	3/10/1983
4	5	1	0	NÃO	11/4/1984
4	4	2	2	NÃO	1/2/1980
4	4	2	1	NÃO	23/8/1980
4	3	3	2	NÃO	22/2/1966
4	2	4	2	NÃO	22/4/1979
0	5	5	0	NÃO	25/7/1964
6	5	0	2	NÃO	26/5/1974
4	5	2	3	NÃO	13/6/1964
4	5	2	2	NÃO	1/4/1980
4	5	2	2	NÃO	19/6/1982
4	5	2	1	NÃO	12/4/1964
4	5	2	1	NÃO	20/4/1965
4	5	2	1	NÃO	17/2/1986
4	5	2	0	NÃO	4/7/1977
4	5	2	0	NÃO	23/7/1983

134	221	NANDINE DE FÁTIMA GUEDES	10
135	192	ROSA APARECIDA PIT GATTI	10
136	364	MARIA DA GLORIA PALHANO	10
137	97	ANDREIA CHAVES FERREIRA KRIEGER	10
138	325	JOSIANE GHELLER	10
139	52	ANA CLAUDIA GANSALA DE ANDRADE	10
140	149	VIVIANE DE CORDOVA RONCHI	10
141	473	ANALICE APARECIDA ANGOLERI	10
142	268	SOLANGE LEANDRO DE SOUZA ZANELLA	9
143	417	MARIA ROSELI LEITE FERNANDES	9
144	494	TEREZINHA RICHTER	9
145	264	DAVI AMARAL DE OLIVEIRA	9
146	326	DÉBORA NOELI ANCHIETA CORRÊA	9
147	153	JANILDETE LEITE DOS SANTOS	9
148	457	ALESSANDRA ALEXANDRE BOAVENTURA	9
149	226	ROSEMERI SATURNINO DE MATOS	9
150	359	LUCI DOS SANTOS	9
151	415	MARILENE DUTRA DE LIMA PRATTO	8
152	63	IRIA LEONI BEAL	8
153	29	IVANA REGINA BELLINCANTA	8
154	383	ARMINDA DO AMARAL PEREIRA	8
155	80	ELIANA RIBEIRO MACIEL RIBEIRO	7
156	7	CARMEN TEREZINHA MARI	7
157	353	GERUSA KRÜGER ZANON	7
158	486	JUSSARA BRIDI	7
159	210	MARCIA DE FATIMA DA CRUZ SAVIAN	7
160	16	VALÉRIA MATHIAS	6
161	516	DARLENE APARECIDA FERREIRA	6
162	419	CAROLINA DE MELLO	6
163	373	NEIVA APARECIDA CAMPAGNARO XAVIER	6
164	376	MARLI DE GOIS DO NASCIMENTO	6
165	65	LUCILDES DALAGNOLI	6
166	312	LINDAMIR TEREZINHA GAIO CORDEIRO	5
167	405	ROSALINA MUNIZ VIEIRA	5
168	223	LÚCIA MAINARD DE OLIVEIRA	5
169	492	MARIA IRACI ANTUNES DA SILVA	5
170	40	LENITA APARECIDA VICENTE BONETTI	5

4	5	1	3	NÃO	19/7/1976
4	5	1	2	NÃO	20/3/1974
4	5	1	2	NÃO	17/5/1974
4	5	1	2	NÃO	9/1/1975
4	5	1	0	NÃO	3/3/1987
4	4	2	1	NÃO	26/4/1969
4	2	2	1	NÃO	29/1/1980
0	5	3	2	NÃO	24/7/1978
4	5	0	2	NÃO	26/10/1983
4	5	0	0	NÃO	25/5/1963
4	5	0	0	NÃO	8/10/1967
4	5	0	0	NÃO	11/9/1971
4	1	2	0	NÃO	27/6/1983
0	5	2	4	NÃO	15/2/1973
0	5	2	1	NÃO	6/8/1983
0	5	2	1	NÃO	14/10/1983
0	5	2	0	NÃO	9/12/1974
6	0	2	2	NÃO	6/5/1970
4	1	1	0	NÃO	6/4/1958
4	1	1	0	NÃO	21/11/1968
0	5	1	1	NÃO	21/4/1965
4	1	2	1	NÃO	30/8/1982
4	1	0	0	NÃO	26/6/1958
0	5	2	0	NÃO	15/1/1987
0	4	1	0	NÃO	31/10/1980
0	2	3	1	NÃO	24/8/1965
0	5	1	1	NÃO	22/2/1989
0	5	1	0	NÃO	24/2/1984
0	5	1	0	NÃO	3/3/1987
0	4	2	2	NÃO	1/9/1959
0	3	1	1	NÃO	23/1/1964
0	2	2	0	NÃO	16/10/1982
4	1	0	1	NÃO	23/11/1969
0	5	0	2	NÃO	31/10/1965
0	5	0	2	NÃO	9/9/1971
0	5	0	2	NÃO	24/7/1974
0	5	0	1	NÃO	30/6/1976

171	411	JOSIANE MUNZLINGER VICENTE	5
172	35	NEIVA DÓRIS BARTEL	5
173	213	EVA SIMONE THOMAS DA SILVA	5
174	100	ROZELENE LOPES DA SILVA	5
175	76	MARINEZ DO AMARAL	5
176	155	GRAZIELE BOGO	5
177	469	FRANCIELE FATIMA WEBER	5
178	6	MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN	4
179	518	SIRLEI MILANI MULLER	4
180	428	ROSIMAR APARECIDA SCAPINELLO PITT	3
181	247	VANESSA BRANDT	2
182	438	JOCIMARI ADRIANO RIBEIRO	1
183	146	DANIELA DE BAIROS CERON	
184	72	ADRIANA RODRIGUES DA VEIGA	
185	74	LILIAN APARECIDA RIBEIRO RAMIRO	
186	507	EDIANE BONISIO	

0	5	0	1	NÃO	27/8/1980
0	5	0	0	NÃO	23/5/1967
0	5	0	0	NÃO	25/8/1977
0	5	0	0	NÃO	10/7/1987
0	5	0	0	NÃO	12/5/1988
0	5	0	0	NÃO	7/11/1988
0	2	1	0	NÃO	18/6/1982
4	0	0	2	NÃO	20/8/1973
4	0	0	0	NÃO	2/11/1988
0	2	1	0	NÃO	30/7/1973
0	2	0	1	NÃO	7/5/1982
0	0	1	1	NÃO	19/1/1986
0	0	0	1	NÃO	25/1/1981
0	0	0	1	NÃO	31/3/1986
0	0	0	0	NÃO	21/6/1985
0	0	0	0	NÃO	1/8/1987



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 20

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Educação Infantil** Quadro: **V - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "LAU MELO"**

Código: **20** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **Educação Infantil**

Critérios de Desempate

Disciplina:		Educação Infantil								
				1º	2º	3º	4º	5º	6º	
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato		Soma de Pontos	Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	234	SILVIA BEATRIZ ZANELLA KOMINKIEWICZ		16	6	5	3	1	NÃO	4/1/1979
2	32	ELIANE REOLON DEGARRAES		15	4	5	4	1	NÃO	11/11/1976
3	403	SONIA MARA RINALDI BITENCOURT		11	4	5	2	1	NÃO	27/4/1977

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 21

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Educação Geral** Quadro: **VI - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "SÃO CRISTÓVÃO"**

Código: **21** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **Educação Geral**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	471	LUCIMERE RIBEIRO CORREA DE OLIVEIRA	14	4	5	3	1	NÃO	18/2/1974
2	474	RUBIA CORREIA	13	6	5	2	0	NÃO	21/6/1984

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 22

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Anos Iniciais** Quadro: **VI - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "SÃO CRISTÓVÃO"**
Código: **22** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Anos Iniciais**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	470	LUCIMERE RIBEIRO CORREA DE OLIVEIRA	14
2	475	RUBIA CORREIA	13

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
4	5	3	1	NÃO	18/2/1974
6	5	2	0	NÃO	21/6/1984

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 23

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Educação Infantil** Quadro: **VII - QUADRO DE INSCRIÇÃO PARA A LOCALIDADE: "POMIFRAI"**

Código: **23** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **Educação Infantil**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	369	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS	8	0	5	1	2	NÃO	30/10/1979
2	422	ROSANGELA DORNELLES	4	0	4	0	0	NÃO	26/9/1981

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 3

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Língua Portuguesa** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Língua Portuguesa**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina:

Língua Portuguesa

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	143	VERA LUCIA PEREIRA	16
2	252	MARIA LUCY CAREGNATO	16
3	413	DONIZETE APARECIDA MEIRELES	15
4	124	MONICA CRISTINA DE BARROS	15
5	454	ELISA MARIA MACIEL DE ALMEIDA	14
6	173	MIRIAN CARLA RIBEIRO BALESTRIN	14
7	174	DEAIR GONZALEZ	13
8	129	ELIANE DE MELLO	11
9	36	GRAZIELE APARECIDA NOVAKOSKI DE OLIVEIRA	11
10	446	SIMONE DE FATIMA JOMBRA CORREA	11
11	447	LUCIANE DOS SANTOS AMARAL	10
12	480	ANDREZA FUZINATO	7
13	450	JULIANA PADILHA RIBEIRO	6
14	48	ILENIR DE OLIVEIRA FADANI	6
15	12	JULVANA BRAGHIROLI	6
16	517	IVONEIDE DOS SANTOS LORENTZ	5
17	193	MARIVANI SCHMELING LENZ DILL	4
18	497	MARIA LUISA VANZ	2

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	3	0	NÃO	4/3/1981
4	5	5	1	NÃO	27/9/1952
6	5	2	3	NÃO	3/2/1973
4	5	4	0	NÃO	1/10/1977
4	5	3	1	NÃO	25/9/1980
4	5	3	0	NÃO	17/3/1977
4	5	2	0	NÃO	19/9/1952
4	5	2	2	NÃO	3/11/1976
4	5	2	0	NÃO	21/1/1982
0	5	4	3	NÃO	1/3/1976
4	5	1	0	NÃO	29/9/1981
4	1	2	1	NÃO	13/5/1980
4	0	2	2	NÃO	13/8/1977
0	5	1	0	NÃO	12/11/1962
0	5	1	0	NÃO	22/4/1982
0	5	0	2	NÃO	12/7/1978
0	0	2	3	NÃO	12/8/1979
0	0	0	1	NÃO	8/12/1967

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 4

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Matemática** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **4** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Matemática**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina: **Matemática**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	443	ALINE WEBER	13
2	313	LUCI APARECIDA GEMO	13
3	47	MARITANA LUCIMÉIA PASQUALIN GHELLER	13
4	433	FERNANDO DIRCEU MATIAS	13
5	17	JULIANA CARLA SCHENA TRIBECK	11
6	166	SAMANDA GOMES FROZZA	11
7	248	ARÃ PARAGUASSU RIBEIRO	11
8	349	RAVEL RIBEIRO	10
9	144	CLEUSA ALVES DE LIMA	5
10	407	EVERALDO DE LORENZI	5
11	151	NARCISO PRATES	3
12	453	EDUARDO ESTEVÃO DE BARROS FILHO	

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	2	1	NÃO	31/5/1984
6	5	2	0	NÃO	5/2/1986
4	5	2	1	NÃO	7/5/1975
4	5	2	0	NÃO	5/10/1983
4	5	2	0	NÃO	6/12/1983
4	5	2	0	NÃO	25/10/1985
4	4	3	1	NÃO	25/8/1977
4	5	1	1	NÃO	6/2/1984
0	5	0	1	NÃO	15/11/1983
0	5	0	0	NÃO	11/11/1988
0	2	1	0	NÃO	18/5/1985
0	0	0	3	NÃO	17/8/1962



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 5

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **História** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **5** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **História**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	26	NILFA DE FÁTIMA XAVIER DONATI	16	6	5	5	1	NÃO	17/8/1964
2	395	SIRLEY ANTUNES MOREIRA FANTINEL	16	6	5	3	0	NÃO	26/3/1962
3	273	ELIZABETH FOGASSA DE ALMEIDA	8	0	5	1	0	NÃO	27/12/1945
4	104	ELIZETE LAMP	5	4	0	1	0	NÃO	27/9/1974



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 6

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Geografia** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **6** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Geografia**

CrITÉRIOS de Desempate

Disciplina:

Geografia

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	27	NILFA DE FÁTIMA XAVIER DONATI	16
2	147	MARCIA APARECIDA CRUZ	15
3	66	SIRLEI DE FATIMA CRUZ DOS PASSOS	15
4	274	MARGARETE TEREZA TROMBETTA	13
5	42	JULIANA THIBES RIBEIRO CALAIS	13
6	414	LUIS JULIANO DE ALMEIDA	11
7	41	ANDRÉ CAMPAGNARO	11
8	245	ADRIANA APARECIDA MACHADO RIBEIRO	10
9	408	IVETE CORREA MAXIMILIANO KOENE	9
10	49	KARINE DE OLIVEIRA PRATES	5
11	426	EDGAR PITT	4
12	140	FABRICIO CASSIO TONIAL	1

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	5	1	NÃO	17/8/1964
4	5	4	0	NÃO	22/1/1973
4	5	4	0	NÃO	24/9/1974
4	5	2	1	NÃO	18/1/1977
4	5	2	0	NÃO	8/2/1983
4	5	2	1	NÃO	13/7/1979
4	5	2	0	NÃO	21/11/1982
4	5	1	2	NÃO	2/12/1973
4	5	0	3	NÃO	15/12/1970
0	5	0	0	NÃO	17/4/1986
4	0	0	0	NÃO	7/11/1965
0	1	0	0	NÃO	14/3/1983



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 7

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Ciências e Programa de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **7** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Ciências e Programa de Saúde**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	67	FABIANE PETRY	15
2	302	HELIANY GOETTEN RIBEIRO	14
3	43	TATIANE MARIA RINALDI	13
4	249	ARÃ PARAGUASSU RIBEIRO	11
5	38	MARCIA MEURER CAMPOS	11
6	305	ACIONE BOAVENTURA GOTTEN	8
7	272	DENISE CAREGNATO	6
8	514	ODETE MEIMBERG	6
9	398	DAYANA PULCENO	5
10	442	DEISE PINZ LOPES	5

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
6	5	2	0	NÃO	10/7/1975
4	5	3	3	NÃO	11/7/1978
4	5	2	0	NÃO	4/12/1981
4	4	3	1	NÃO	25/8/1977
4	3	2	1	NÃO	12/3/1981
0	4	2	0	NÃO	5/6/1954
0	4	2	1	NÃO	27/3/1980
0	0	4	1	NÃO	22/2/1978
0	5	0	0	NÃO	22/9/1983
0	3	2	0	NÃO	5/8/1972

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 8

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Artes** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **8** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Artes**

Critérios de Desempate

Disciplina:

Artes

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	488	ROSANE APARECIDA BARBOSA LUCIANO	15
2	481	CRISTIANE CARNEIRO DE PAULA ROCHA	14
3	235	FERNANDA APARECIDA MATIAS DALAGNOL	13
4	70	DULCE ZAGO	13
5	236	MARIA CRISTINA SILVA	13
6	50	ELENICE DE MELLOS	11
7	282	CLACIR STIEVEN ARALDI	11
8	284	JANETE APARECIDA DE SOUZA RIBEIRO	11
9	188	ANA PAULA PONTEL	11
10	214	MARILENE APARECIDA SUTIL VIER	10
11	434	CLAUDETE TIBES ZONTA	10
12	211	MICHELI CHRIST	10
13	294	CINTIA REGIANE BOTH	10
14	275	ALINE MORGANTI PINTO	6

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
4	5	4	1	NÃO	3/2/1976
4	5	3	0	NÃO	5/8/1978
4	5	2	2	NÃO	22/7/1980
4	5	2	1	NÃO	7/4/1967
4	5	2	1	NÃO	9/2/1972
4	5	2	2	NÃO	10/5/1978
4	5	2	1	NÃO	6/7/1966
4	5	2	0	NÃO	7/4/1967
4	5	2	0	NÃO	27/11/1987
4	5	1	2	NÃO	25/4/1967
4	5	1	1	NÃO	21/3/1973
4	5	1	0	NÃO	22/10/1984
4	5	1	0	NÃO	7/11/1987
0	5	1	0	NÃO	5/9/1985



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

Anexo Decreto nº 0376/2010 - Código 9

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0022 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Filosofia ou Teologia** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **9** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Filosofia ou Teologia**

Critérios de Desempate

Disciplina: **Filosofia ou Teologia**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º Especial. (Pós)	2º Cursos Atualiz.	3º Tempo Serviço	4º Núm. Filhos	5º Portador Defic.	6º Data Nascimento
1	229	LUCIA FABER DOS SANTOS	12	4	5	1	0	NÃO	20/5/1983
2	462	JOÃO HIPOLITO FELISBINO	5	0	5	0	0	NÃO	21/6/1986
3	51	JOELMIR KAISER	5	0	5	0	0	NÃO	13/8/1989
4	439	DILOSANI DE OURIDES PENNING	2	0	1	1	0	NÃO	29/8/1974

Anexo Decreto nº 0377/2010 - Código 1

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO –
ACT Nº 0026 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2010**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Fonoaudiólogo** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Fonoaudiólogo**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos
1	1	NATÁLIA MANGANELI BERG		13

Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	10	0	0	NÃO	4/10/1985

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 202/2010

DECRETO N.º 202, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 159.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 25.000,00
23695512.029 - Funcionamento e Manut. do Setor Turismo 25.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 25.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 120.000,00
10301252.073 - Func. e Manutenção do Setor Saúde 120.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00
3.1.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas 100.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 14.000,00
10301252.074 - Manutenção do SAMU 14.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 14.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de Dezembro de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução Nº 017 de 16 de Novembro de 2010

RESOLUÇÃO Nº 017 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010

MAURO SANTOS DO NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a seguinte Resolução na forma da Lei:

RESOLUÇÃO Nº 017/2010

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de novembro de 2010 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Garopaba, em 16 de Novembro de 2010.
MAURO SANTOS DO NASCIMENTO
Presidente
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA S. DEFREYN
Secretária
Câmara Municipal de Garopaba

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso da Concorrência Nº 132/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Aviso da Concorrência nº 132/2010

O OBJETO é a pré-qualificação, visando à seleção de empresas, isoladamente ou consórcio, para execução de obras e serviços para a construção de Ponte sobre o Rio Itajaí Açu e Sistema Viário. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 10h do dia 03/02/2011, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristilano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 03/02/2011 às 10h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 17 de dezembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 914/2010

PORTARIA Nº 914/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional de Profissional do Magistério - Progressão por Mérito - Avaliação de Desempenho, ao Servidor JULIO ROMANO HERMES, (Matr. 44) nascido aos 12/12/1966, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência

7/D, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 7/E, anexo III, a partir de 13 de dezembro de 2010, de conformidade com o artigo 25 da Lei Complementar Nº. 081 de 04 de dezembro de 1998, Inciso I.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de dezembro de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 915/2010

PORTARIA Nº 915/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao servidor SILVESTRE FALCHETTI (Matr. 160), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível/Referência - 4/2/F, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 4/2/G, 40 horas semanais, a partir de março de 2009, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 0191/2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Dezembro de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 916/2010

PORTARIA Nº 916/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao servidor ALVANEI JOSÉ FIORENTIN (Matr. 42), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 1/N, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 1/O, 40 horas semanais, a partir de março de 2009, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 0191/2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Dezembro de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 917/2010

PORTARIA Nº 917/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no

uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao servidor ANTONIO ALVES DA ROSA (Matr. 387), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Tec. de Edificações e Manutenção, Nível/Referência - 3/A, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 3/B, 40 horas semanais, a partir de junho de 2010, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 0191/2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Dezembro de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 918/2010

PORTARIA Nº 918/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional à servidora ROSELI SALETE DAHMER (Matr. 1951), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 1/A, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 1/B, 40 horas semanais, a partir de abril de 2010, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 0191/2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Dezembro de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Convocação

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Senhora Claucimeri Fátima dos Santos, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 534.746.359-72, portadora do RG nº 1.882.999, aprovada em 10º (décimo) lugar no Processo Seletivo nº 002/2010 - SMS, homologado pelo Decreto Municipal 2.834/2010 para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais.

Art 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste para apresentar a documentação necessária para a posse.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Saúde de Herval d'Oeste.

Prefeitura Municipal de Herval D' Oeste (SC) em 16 de dezembro de 2010.

ADAIR JOSÉ CERON
Secretário de Saúde

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto PMI Nº 191.2010

DECRETO PMI Nº 191, de 17 de dezembro de 2010.

Define o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM, em atendimento ao disposto no Artigo 408 da Lei Complementar nº 3.019 de 28 de dezembro 2006, que trata sobre a atualização monetária dos créditos fiscais de qualquer natureza, inclusive, dos valores da Planta de Valores Genéricos constantes na Lei Complementar nº 3.018/2006, 28 de dezembro de 2006.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Legislação em vigor, a Lei Orgânica do Município de Imbituba e a Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM em R\$ 2,11 (dois reais e onze centavos).

Parágrafo único. O valor fixado no "caput" decorre da atualização em 6,0842%, correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acumulado no período de dezembro/2009 à novembro/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 395/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 395, de 16 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na legislação em vigor;

Considerando o Processo Administrativo nº 14656, de 18 de novembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora JACIANE GERALDO DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o n.º 009.551.999-80, Assistente Social, matrícula n.º 4878, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo período de 1º de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 16 de dezembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Iomerê

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 612/2010

LEI Nº. 612 DE 15 DE DEZEMBRO 2010.

Dá nova redação à Lei nº 0388/06, de 22 de novembro de 2006 e dá outras providências

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 0388 de 22 de novembro de 2006, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a celebrar acordo nos autos nº 079.04.003629-2, da Ação de Usucapião, em que é autor o Município de Iomerê e contestantes Jair Madureira e sua esposa Irma Salete da Silva Madureira, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar acordo nos autos nº 079.04.003629-2, da Ação de Usucapião, em que é autor o Município de Iomerê e contestantes Jair Madureira e sua esposa Irma Salete da Silva Madureira e, com base em orçamento elaborado pelo arquiteto Jean Marcelo Ziero, indenizar os contestantes com a edificação de uma casa de alvenaria nos moldes descritos no projeto arquitetônico, orçada no valor de R\$ 36.092,52 (trinta e seis mil, noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos).

Art. 2º. Após a edificação que será feita no terreno dos contestantes localizado na Rua Irmã Aparecida, 830, estes deverão desmanchar a casa de madeira já existente, arcando com a integralidade do ônus, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da entrega da casa de alvenaria, devendo o Município de Iomerê providenciar o enquadramento da metragem oficial da referida rua.

Art. 3º. A celebração do presente acordo importará, ainda, na concordância dos contestantes quanto à pretensão do Município com relação à propriedade do imóvel usucapiendo.

Art. 4º. Fazem parte integrante da presente Lei o orçamento e projeto arquitetônico citados no artigo 1º.

Art. 5º. "As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria para o exercício de 2011."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 15 de dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração

Lei 613/2010

LEI Nº. 613 DE 15 DE DEZEMBRO 2010.

Institui e Regulamenta o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS no Município de Iomerê - SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e regulamentar, no Município de Iomerê, o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, também chamado de "Casa da Família", no âmbito da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

Art. 2º - O CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, trata-se de uma unidade pública Estadual localizada em áreas de maior vulnerabilidade social e que possui como objetivo prevenir o risco social, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, promovendo a inclusão das famílias e dos cidadãos nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade por meio das seguintes ações:

I - promoção do acompanhamento sócio-assistencial de famílias em um determinado território;
II - potencialização da família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade;
III - contribuição para o processo de autonomia e emancipação social das famílias, fomentando seu protagonismo;
IV - desenvolvimento de programas que envolvam diversos setores, com o objetivo de romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações e;
V - atuação de forma preventiva, evitando que as famílias integrantes do público-alvo tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco.

Art. 3º - O público-alvo do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social é composto por Famílias que, em decorrência da pobreza, estão vulneráveis, privadas de renda e do acesso a serviços públicos, com vínculos afetivos frágeis, discriminadas por gestões de gênero, etnia, deficiência, idade, entre outras.

Art. 4º - O serviço desenvolvido no CRAS instalado no Município deve funcionar por meio de uma rede básica de ações articuladas, com serviços próximos à sua localização.

§ 1º - A Unidade do CRAS contará com uma equipe técnica responsável que efetuará seu trabalho de acordo com os agendamentos, visando promover a emancipação social das famílias e a cidadania para cada um de seus membros.

§ 2º - a equipe técnica mínima do CRAS terá a seguinte composição, ressalvada a necessidade de ampliação por ato do Poder Executivo Municipal, bem como a existência de estagiários interessados:

I - 01 (um) assistente social;
II - 01 (um) Psicólogo;
III - 01 (um) Agente administrativo;
IV - 01 (um) Coordenador.

§ 3º - A carga horária bem como a necessidade de ampliação da

equipe mínima, seja pelos profissionais mencionados no parágrafo anterior ou por profissionais de áreas afins, serão objeto de regulamentação por decreto do Poder Executivo, observando o disposto no artigo 6º desta lei e à legislação em vigor.

§ 4º - O CRAS e a rede de serviços sócio-assistenciais a eles articulados receberão apoio logístico e operacional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 5º - Os procedimentos a serem efetuados pela equipe técnica de cada unidade do CRAS deverão compreender:

I - Recepção e cadastramento das famílias;
II - levantamento e identificação das necessidades das famílias cadastradas;
III - Realização do atendimento sócio-assistencial;
IV - Encaminhamento para acesso a bens e serviços comunitários;
V - Mapeamento e articulação da Rede de Serviços Locais;
VI - Acompanhamento e avaliação de resultados dos trabalhos desenvolvidos com as famílias;
VII - Monitoramento e avaliação de resultados dos trabalhos desenvolvidos com as famílias;
VIII - Registro de todos os contatos realizados com o grupo familiar.

Art. 6º - Outras regulamentações que se fizerem necessárias nesta lei sejam referentes à competência de cada equipe técnica, serviços, procedimentos ou que de alguma forma digam respeito ao CRAS, serão efetuadas pelo Poder Executivo, via Decreto.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 15 de dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1069/2010

DECRETO Nº. 1069 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, o valor de R\$ 72.257,16 (setenta e dois mil, duzentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos), na seguinte dotação orçamentária.

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2024 Transporte Escolar - Ensino Fundamental
33900000 Aplicações Diretas
161.00 Programa Nacional de Apoio Transp. Escolar PNATE
R\$ 12.696,64

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2021 Aplicação do FUNDEB

31900000 Aplicações Diretas
118.00 Transferência FUNDEB
R\$ 59.560,52

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 26 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1070/2010

DECRETO Nº. 1070 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 1.974,85 (um mil novecentos e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), na seguinte dotação orçamentária.

07.00 Fundo Municipal de Saúde
2062 Manutenção do Programa Saúde Família
31900000 Aplicações Diretas
164.00 Atenção Básica
R\$ 1.974,85

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 26 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1071/2010

DECRETO Nº. 1071 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010
Nomeia comissão para análise e aprovação de amostras

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão para Análise e Aprovação de Amostras de Materiais de Higiene e Limpeza e de Materiais de Expediente para aquisições futuras.

Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:
Dalva Candiago Baldissera
Jucemara Joana Godinho Paganini
Carla Candiago

Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:
Elizete Barichello Baldo
Jaqueline Deon

Art. 2º A Comissão será presidida por Carla Candiago.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 29 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1072/2010

DECRETO Nº. 1072 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura de Iomerê, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
2006 Manutenção da Secretaria de Administração
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 9.000,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
2015 Manutenção do Convênio Polícia Militar
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.000,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2041 Manutenção da Secretaria de Agricultura
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 26 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1073/2010

DECRETO Nº. 1073 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.
Abre Crédito Especial alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº. 610/2010 de 24 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito especial no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, o valor de R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais) na seguinte dotação orçamentária.

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Manutenção da Secretaria de Administração
2011 Despesas de Exercícios Anteriores
44900000 Aplicações Diretas
124.0 Transferências de Convênios Outros

Art. 2º - A abertura de crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do ingresso financeiro do Contrato de Apoio Financeiro nº. 8508/2008-1, celebrado entre o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e Prefeitura Municipal de Iomerê.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 30 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1074/2010

DECRETO Nº. 1074 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo

Municipal de Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

07.00 Fundo Municipal de Saúde
2073 Manutenção da Farmácia Básica
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 6.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 01 de dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1075/2010

DECRETO Nº. 1075 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010
Nomeia comissão para análise e aprovação de amostras

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão para Análise e Aprovação de Amostras de Gêneros Alimentícios para possíveis aquisições futuras.

Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:
Karine Andréa Albiero - Nutricionista
Carla Candiago

Representantes do Conselho Municipal de Alimentação Escolar
Maristela Gemelli Serighelli
Marilde Bridi

Representantes das Merendeiras
Marina Wilmsen
Helena Paganini Crestani

Art. 2º A Comissão será presidida por Karine Andréa Albiero.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 01 de dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Decreto 1076/2010

DECRETO Nº. 1076 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Iomerê, o valor de R\$ 6,91 (seis reais e noventa e um centavos), na seguinte dotação orçamentária.

08.00 Fundo Municipal de Assistência Social
2076 Manutenção do Programa Melhor Idade
33900000 Aplicações Diretas
347.00 Recursos Apoio Pessoa Idosa - API
R\$ 6.91

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2009.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 09 de dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1077/2010

DECRETO Nº. 1077 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Iomerê, o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), na seguinte dotação orçamentária.

08.00 Fundo Municipal de Assistência Social
2075 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
33900000 Aplicações Diretas
152.00 Outras Transf. de Recursos do FNAS
R\$ 900,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 09 de dezembro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1078/2010

DECRETO Nº. 1078 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 7.192,79 (sete mil cento e noventa e dois reais e setenta e nove centavos), na seguinte dotação orçamentária.

07.00 Fundo Municipal de Saúde
2062 Manutenção do Programa Saúde da Família
31900000 Aplicações Diretas
102.00 Recursos de Impostos e Transf. De Impostos Saúde
R\$ 4.360,82

07.00 Fundo Municipal de Saúde
2066 Manutenção do Programa Agentes Comunitários
31900000 Aplicações Diretas
164.00 Recursos Atenção Básica
R\$ 2.831,97

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 10 de dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1079/2010

DECRETO Nº. 1079 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da

Prefeitura Municipal de Iomerê, o valor de R\$ 34.379,73 (trinta e quatro mil trezentos e setenta e nove reais e setenta e três centavos), na seguinte dotação orçamentária.

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2020 Manutenção do Ensino Fundamental
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 29.314,98

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2036 Manutenção das Atividades Culturais
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 3.500,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2055 Manutenção da Iluminação Pública
33900000 Aplicações Diretas
117.00 Contrib. Custeio dos Serv. Iluminação Publica - COSIP
R\$ 1.564,75

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 10 de dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1080/2010

DECRETO Nº 1080 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.
Homologa inscrições para teste seletivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições para o teste seletivo simplificado nº 003/2010:

PROFESSOR – QUADRO GERAL

Nº da Inscrição	Nome	CPF
01	ROSELI APARECIDA TELLES	542.800.609-91
04	SANDRA ZAMBONI LOCATELLI	021.177.159-74
05	FABIANA CARNIEL ROGO	053.500.289-01
06	FRANCIELI ZAGO	051.124.179-86
07	FLAVIANE MARAFON BALEM	043.241.479-73
09	MAYARA MARIA ARIOTTI	058.917.329-47
12	MARCELINA FALCHETTI PERETTI	949.649.719-53
16	DRIELI FINGER MORESCO	049.580.919-55
17	LISIANE LIZ BATAGLION	010.409.659-46
18	BEATRIZ PADILHA DOS SANTOS	569.542.129-20
20	VANDA FALCHETTI	042.340.489-09
22	AVANI ELODI BREA DE OLIVEIRA	542.802.819-04
30	ARIELLY DE KASSIA DURLI FONSECA	042.360.759-62

34	VERIDIANA ZANETTI	049.232.719-06
35	EUNICE CATIA BOTTEGA	732.316.149-53

PROFESSOR – QUADRO ESPECIAL

Nº da Inscrição	Nome	CPF
03	CAROLINA SIPP ZARDO	051.839.219-89
08	RACHEL SIMONE MENEGUZZI MARENTI	006.829.979-60
11	MARIA INES FACCIN	625.703.829-49
19	ROSA CRISTINA ALVES DEMILLO RECH	776.570.719-15
26	CAMILA REGINA ROSTIROLA	079.740.669-70
31	ARIANNY DURLI FONSECA	070.535.619-17

PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA – QUADRO GERAL

Nº da Inscrição	Nome	CPF
23	MICHELI BREDIA DE OLIVEIRA	064.914.399-09

PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA – QUADRO ESPECIAL

Nº da Inscrição	Nome	CPF
13	MARINA ELENA BUSS	081.237.829-69
25	JOSIANE BISOL	010.105.119-04

FAXINEIRA – QUADRO GERAL

Nº da Inscrição	Nome	CPF
14	DÉBORA FERREIRA DE SOUZA	008.455.269-79

FAXINEIRA – QUADRO ESPECIAL

Nº da Inscrição	Nome	CPF
15	LUIZA KITOWSKI	571.657.939-68

ASSISTENTE DE CRECHE – QUADRO GERAL

Nº da Inscrição	Nome	CPF
10	FERNANDA DE OLIVERIA	004.887.849-99
33	JÉSSICA ZANOTTI CORRENT	075.522.749-21
36	DAIANA KELLEN PERETTI	065.700.429-47

ASSISTENTE DE CRECHE – QUADRO ESPECIAL

Nº da Inscrição	Nome	CPF
24	FLAVIA BREDIA DE OLIVEIRA	079.758.109-08
27	SUELEN BALBINOT	066.355.339-31
28	ZELIA MARIA SANTINI MORANDO	846.797.009-04
29	INELVE MARIA ANSILIERO	543.683.759-04
32	GESSICA APARECIDA MARQUES	074.756.909-62

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 15 de dezembro de 2010
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Decreto 1081/2010

DECRETO Nº 1081 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.
Homologa inscrições para teste seletivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições para o teste seletivo simplificado nº 002/2010:

ASSISTENTE SOCIAL

Nº da Inscrição	Nome	CPF
01	SIBELI AP. MORELATO FIORENTIN	018.135.519-10

AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - QUADRO GERAL

Nº da Inscrição	Nome	CPF
02	IVA PEROSA PELLE	867.381.949-00
03	IRENE OSS BARICHELLO	645.692.509-63
04	SIMARA CIVIDINI	061.485.399-00
05	ODETE CANDIAGO CORRENT	949.599.359-87
07	GILCEIA GUARNIERI	018.177.969-25
08	THAIS KELIN HEINECK	083.932.459-66
10	ANDRESSA A. FANTINEL ZARPELON	034.969.739-60
11	MICHELLE DEBORA NORDT TONETTA	075.309.739-75
12	EDILAINE MARIA TOIGO	049.148.459-38
13	CLEUSA DO NASCIMENTO WANDS-CHEER	647.397.750-34

AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - QUADRO ESPECIAL

Nº da Inscrição	Nome	CPF
06	ZENAIDE HOFSTATTER	746.114.709-97
09	IRACI LEISMANN CHIAPINOTTO	927.863.919-20

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 15 de dezembro de 2010
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Decreto 1082/2010

DECRETO Nº 1082 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.
Decreta ponto facultativo e dá outras providências

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, facultado pela Lei Orgânica do município de Iomerê e considerando as festividades do final de ano;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas da Administração Pública Municipal nos dias 24 e 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Em casos especiais poderá ocorrer, convocação, troca ou compensação de horários para atender os serviços essenciais a população, inexistindo em tal caso qualquer forma de pagamentos extraordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 15 de dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1559/2010

PORTARIA Nº 1559 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010.
Nomeia NELSO MUNARO para o cargo de chefe de Sessão

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Nomear NELSO MUNARO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº33.416.261-0 e CPF nº194.713.519-87, para o cargo de Chefe de Sessão, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos com carga horária de 40(quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomere, 19 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de novembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1560/2010

PORTARIA Nº 1560 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010.
Nomeia Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Nomear membros para comporem a Comissão de Acompanhamento do Teste Seletivo, Edital nº002/2010 e 003/2010.

PRESIDENTE: Inês Kumiechick Mariani
MEMBROS : Carla Candiago
Jacir Devalieri
Maura Renata Trangancin

Art. 2º Designar a Amarp - Associação dos Municípios do Alto

Vale do Rio do Peixe para elaborar, aplicar, corrigir as provas e elaborar o quadro de classificação.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 26 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 26 de novembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1561/2010

PORTARIA Nº 1561 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora MARINA LUCIA SAVARIS WILMSEN, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/06/2009 a 31/05/2010 a contar de 01/12/2010 a 30/12/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 01 de Dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 01 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1562/2010

PORTARIA Nº 1562 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora SUELI GENOVEVA ZANINI CANTU, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/10/2009 a 30/09/2010 a contar de 01/12/2010 a 30/12/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 01 de Dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 01 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1563/2010

PORTARIA Nº 1562 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora SUELI GENOVEVA ZANINI CANTU, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/10/2009 a 30/09/2010 a contar de 01/12/2010 a 30/12/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 01 de Dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 01 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1564/2010

PORTARIA Nº 1564 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora ELENOR MONIKA RODA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/11/2009 a 02/11/2010 a contar de 01/12/2010 a 30/12/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 01 de Dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 01 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1565/2010

PORTARIA Nº 1565 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor ODIR PAGNO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/10/2009 a 01/10/2010 a contar de 01/12/2010 a 30/12/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 01 de Dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 01 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1566/2010

PORTARIA Nº 1566 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora KETELIN CRISTIANE VENDAUSEN, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 12/01/2009 a 11/01/2010 a contar de 01/12/2010 a 30/12/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 01 de Dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 01 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1567/2010

PORTARIA Nº 1567 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora ELIZETE BUFFON BALBINOT, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/03/2009 A 02/03/2010 e 02/10/2009 a 01/10/2010 a contar de 01/12/2010 a 30/12/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 01 de Dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 01 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1568/2010

PORTARIA Nº 1568 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora INES KUMIECHICK MARIANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 19/02/2009 A 18/02/2010 a contar de 20/12/2010 a 18/01/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 16 de Dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1569/2010

PORTARIA Nº 1569 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor JUAREZ LIMA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2009 A 31/10/2010 a contar de 20/12/2010 a 18/01/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 16 de Dezembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Resolução Nº 001/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS
CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS
RESOLUCAO DO CONSELHO MUNICIPAL Nº 001 / 2010

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Irineópolis, com base em suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990 e Lei Municipal nº 673/93,

RESOLVE:

1 - Aprovar o relatório anual de gestão referente ao ano de 2009, aprovando-o conforme ata nº147 de 26 de outubro de 2010.

Irineópolis, 08 de Novembro de 2010.

NILDA EDITHE BANHUKI GALVÃO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução do CMS nº 001/2010, nos termos da Lei 673/93.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Resolução Nº 002/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS

RESOLUCAO DO CONSELHO MUNICIPAL Nº 002 / 2010

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º, 2º 3º TRIMESTRE DE 2010 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Irineópolis, com base em suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990 e Lei Municipal nº 673/93, e por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na 149ª Reunião do Conselho Municipal de Saúde, de 14 de Dezembro de 2010, RESOLVE APROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º, 2º e 3º TRIMESTRE DE 2010, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NILDA EDITHE BANHUKI GALVÃO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

WIANNEY G. T. DOS SANTOS

Secretária Geral do Conselho Municipal da Saúde

Homologo a Presente Resolução do CMS nº 002/2010, nos termos da Lei 673/93.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Irineópolis, 15 de Dezembro de 2010.

Resolução Nº 003/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS

RESOLUCAO DO CONSELHO MUNICIPAL Nº 003 / 2010

Plano municipal de Saúde 2010 - 2013 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Irineópolis, com base em suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990 e Lei Municipal nº 673/93, e por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na 149ª Reunião do Conselho Municipal de Saúde, de 14 de Dezembro de 2010, RESOLVE APROVAR o PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2010- 2013, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NILDA EDITHE BANHUKI GALVÃO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

WIANNEY G. T. DOS SANTOS

Secretária Geral do Conselho Municipal da Saúde

Homologo a Presente Resolução do CMS nº 003/2010, nos termos da Lei 673/93.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Material Odontológico

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL ODONTOLÓGICO

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de propostas, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 10/2010, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 07/2010, do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, o Sr. José Osnir Cardoso - Pregoeiro, Sr. Jean Carlo Voigt e Romulo Antonio Azambuja - Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 291/2010; Sr. Claudio José da Silva, representante da empresa Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda; Sr. Sergio Miguel Skrzypiec, representante da empresa Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda; Sr. Arlei Donizete Prandi, representante da empresa MF de Almeida & Cia Ltda; Sr. Peterson Luiz Batista, representante da empresa Otriala Comercio Atacadista de Produtos Médicos Hospitalares Ltda.

Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que o representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Procedeu-se a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas: : Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda; Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda, MF de Almeida & Cia Ltda, Otriala Comércio Atacadista de Produtos Médicos Hospitalares Ltda ; as quais seguem classificadas para a fase competitiva do julgamento das propostas.

O representante da empresa Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda Sr. Claudio José da Silva, pediu desclassificação do item 100 por cotar caixa com 75 e o edital pede com 100; o representante da empresa Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda Sr. Sergio Miguel Skrzypiec,, pediu desclassificação dos itens 137 a 144 das resinas por não atender as especificações do edital, ; o , representante da empresa MF de Almeida & Cia Ltda Sr. Arlei Donizete Prandi, pediu desclassificação dos item 08 por cotar errado o valor, e dos itens 137 ao 144 por não atender as especificações do edital, todos os representantes pediram a desclassificação dos itens acima referenciados por escrito. .

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

OTRIALA COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS MEDICOS LTDA EPP

Item	Unidade	Quant.	Descrição	Marca	Valor unit. R\$	Valor total R\$
05	Caixa	10	Agulha gengival extra curta com 100 unidades	INJEX	10,80	108,00

06	Caixa	20	Agulha gengival longa com 100 unidades	INJEX	10,80	216,00
09	Frasco	60	Alcool 70% 1000 ml	DA ILHA	2,70	162,00
10	Pacote	150	Algodão odontológico com 100 unidades	SSPLUS	0,80	120,00
12	Caixa	35	Anestésico injetável cloridrato de lidocaína e fenilefrina c/ 50 un 1,8 ml	NOVO-COL	21,60	756,00
14	Caixa	120	Anestésico mepivacaina com noradrelina 2% c/ 50 un 1,8 ml	MEPIVA-LEM	30,51	3.661,20
41	Unidade	60	Broca shofu chama de vela	DEDECO	4,32	259,20
42	Unidade	20	Broca shofu cilíndrica	DEDECO	4,32	86,40
43	Unidade	60	Broca shofu esférica	DEDECO	4,32	259,20
48	Frasco	02	Cariostático 10 ml	INODOM	7,02	14,04
54	Unidade	05	Cureta de dentina nº 11 ½	TRINKS	3,06	15,30
55	Unidade	05	Cureta de dentina nº 17/18	TRINKS	3,06	15,30
61	Galão	02	Desinfetante hospitalar de artigos semi críticos 5 lt	RIOQUIMICA	18,77	37,54
73	Unidade	12	Espátula para resina (inserção) dupla com ponta de titâneo	PRISMA	34,43	413,16
76	Caixa	01	Esponja de fibrina com 12 unidades	HEMOS-PON	13,50	13,50
77	Caixa	74	Fio de sutura agulhado de seda 3-0 com 24 unidades	PROCA-RE	16,05	1.187,70
80	Rolo	32	Fita adesiva para autoclave 19mmX30mt	CIEX	2,70	86,40
106	Caixa	05	Lâmina para bisturi nº 12 com 100 unidades	SOLIDOR	12,15	60,75
107	Caixa	05	Lâmina para bisturi nº 15 com 100 unidades	SOLIDOR	12,15	60,75
121	Frasco	02	Óleo para lubrificação spray de alta rotação 200 ml	MAQUI-RA	12,15	24,30
122	Frasco	02	Óleo para lubrificação spray de baixa rotação 200 ml	MAQUI-RA	12,15	24,30
126	Bobina	04	Papel grau cirúrgico 10cmX10m	ESTERICARE	35,10	140,40
133	Unidade	10	Porta agulha mayo hegor 14 cm	ABC	11,87	118,70
134	Unidade	02	Porta algodão inox 10X02X08cm	FAMI	29,70	59,40
135	Unidade	02	Porta matriz ivory	PRISMA	14,28	28,56
136	Unidade	01	Porta matriz toflimire adulto	PRISMA	14,28	14,28
137	Unidade	04	Resina composta direta micro particulada fotopolimerizável A3	CHARIS-MA	40,80	163,20
140	Unidade	09	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A3	CHARIS-MA	40,80	367,20

141	Unidade	06	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g B2	CHARIS-MA	40,80	244,80
142	Unidade	06	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g OA2	CHARIS-MA	40,80	244,80
150	Unidade	10	Sugador de metal para endodontia	GOL-GRAN	12,15	121,50
151	Pacote	250	Sugador de saliva descartável com 40 unidades	MAXCLE-AN	1,92	480,00
152	Unidade	10	Tesoura iris reta	ABC	8,64	86,40
153	Frasco	08	Ticresol formalina 10 ml	AAF	4,04	32,32
Valor global da empresa R\$ 9.682,60 (nove mil, seiscentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos)						

MF DE ALMEIDA & CIA LTDA ME

Item	Unidade	Quant.	Descrição	Marca	Valor unit. R\$	Valor total R\$
16	Unidade	16	Bandeja odontológica em aço inoxidável 22X12X01	AÇONOX	18,50	296,00
28	Unidade	30	Broca alta rotação nº 01	MICRO-DONT	4,00	120,00
29	Unidade	30	Broca alta rotação nº 02	MICRO-DONT	4,00	120,00
30	Unidade	60	Broca alta rotação nº 04	MICRO-DONT	4,00	240,00
31	Unidade	50	Broca alta rotação nº 06	MICRO-DONT	4,00	200,00
32	Unidade	30	Broca alta rotação nº 08	MICRO-DONT	4,00	120,00
63	Kit	06	Disco para polimento de resina com 100 tdv kit com mandril	TDV	27,90	167,40
132	Caixa	50	Pincel microbrush com aplicador descartável com 100 unidades	FGM	6,15	307,50
146	Kit	04	Selante de fissuras e fissuras fotopolimerizável 5 ml com 5 seringas	DFL	30,00	120,00
Valor global da empresa R\$ 1.690,90 (um mil, seiscentos e noventa reais e noventa centavos)						

SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME

Item	Unidade	Quant.	Descrição	Marca	Valor unit. R\$	Valor total R\$
01	Unidade	01	Abridor de boca de silicone	JON	2,96	2,96
02	Unidade	40	Acido gel fosfórico 37% - frasco com 2,5 ml	DENTAL-TEC	0,90	36,00
07	Unidade	06	Alavanca seldin reta adulto	COOPER-FLEX	9,63	57,78
08	Unidade	04	Alavanca seldin reta infantil	COOPER-FLEX	9,63	38,52
13	Caixa	20	Anestésico mepivacaina 3% sem vasoconstritor 1,8 ml com 50 unidades	DENTS-PLY	23,71	474,20
17	Unidade	20	Broca 2200F	FAVA	1,02	20,40
18	Unidade	55	Broca alta rotação 1011	FAVA	1,02	56,10

19	Unidade	60	Broca alta rotação 1012	FAVA	1,02	61,20
20	Unidade	50	Broca alta rotação 1013	FAVA	1,02	51,00
21	Unidade	50	Broca alta rotação 1014	FAVA	1,02	51,00
22	Unidade	30	Broca alta rotação 1090	FAVA	1,02	30,60
23	Unidade	40	Broca alta rotação 1091	FAVA	1,02	40,80
24	Unidade	50	Broca alta rotação 1092	FAVA	1,02	51,00
25	Unidade	50	Broca alta rotação 1093	FAVA	1,02	51,00
26	Unidade	35	Broca alta rotação 2200	FAVA	1,02	35,70
27	Unidade	10	Broca alta rotação 3082	FAVA	1,02	10,20
40	Unidade	20	Broca diamantada 2200FF	FAVA	1,03	20,60
44	Unidade	20	Broca zekria 23mm	JOTA	17,31	346,20
45	Unidade	05	Broca zekria 28mm	JOTA	17,31	86,55
46	Unidade	05	Broca zekria 29mm	JOTA	17,31	86,55
51	Pacote	100	Compressa de gaze hidrófila 7,5X7,5 cm com 11 fios com 500 unidades	GAZETEX	7,83	783,00
53	Pacote	10	Cunha de madeira odontológica colorida com 100	IODON-TOSUL	4,16	41,60
56	Unidade	01	Cureta de raspagem gracey nº 11/12	COOPER-FLEX	4,50	4,50
57	Unidade	02	Cureta de raspagem gracey nº 13/14	COOPER-FLEX	4,50	9,00
58	Unidade	01	Cureta mc call nº 13/14	COOPER-FLEX	4,50	4,50
59	Unidade	01	Cureta mc call nº 17/18	COOPER-FLEX	4,50	4,50
60	Pote	02	Dappen de vidro	PREVEN	1,29	2,58
64	Unidade	02	Disco soft-lex 19590 ½ polegada com mandril	3M	65,28	130,56
65	Caixa	150	Embalagem alto selante para esterilização 15cmX-25cm com 100 um	ZER-MATT	22,74	3.411,00
71	Unidade	03	Escovódromo portátil	D-EX-PRESS	1.620,00	4.860,00
72	Unidade	02	Espátula para manipulação larga	COOPER-FLEX	3,85	7,70
79	Rolo	30	Fita adesiva branca para odonto 19mmX30mt	MISSNER	1,50	45,00
82	Frasco	02	Fluoreto de sódio 0,2% líquido 1000 ml	IODON-TOSUL	5,36	10,72
101	Frasco	07	Hemostática 10 ml	TECH-NEW	9,73	68,11
102	Frasco	05	Hidróxido de cálcio pó 10 gr	IODON-TOSUL	2,93	14,65
105	Caixa	12	Irm pó e líquido – pó 38 gr e líquido 15 ml	INODON	10,67	128,04
112	Caixa	200	Luva para procedimento pequena com 100 unidades	NUGARD	10,25	2.050,00
115	Unidade	10	Mandril para contra ângulo para discos polimento de resina com rosca e parafuso	PREVEN	1,65	16,50

116	Caixa	40	Máscara cirúrgica com elástico tripla camada e filtro com 50 unidades	EMBRA-MAC	4,32	172,80
119	Pote	07	Obturador provisório branco 25 gr	DENTAL TEC	6,75	47,25
120	Unidade	06	Óculos de proteção incolor em policarbonato	SSPLUS	4,10	24,60
124	Frasco	08	Otosporin 10 ml	FQM	9,28	74,24
127	Unidade	04	Paramonocloro fenol canforado 20 ml	INODON	3,52	14,08
128	Tubo	03	Pasta maisto 10 gr	IODON-TOSUL	8,10	24,30
138	Unidade	04	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A1	KULZER	40,75	163,00
139	Unidade	08	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A2	KULZER	40,75	326,00
143	Unidade	08	Resina composta micro particulada a base de micro glass fotopolimerizável 4 g A2	KULZER	40,75	326,00
144	Unidade	06	Resina composta micro particulada a base de micro glass fotopolimerizável 4 g B2	KULZER	40,75	244,50
147	Unidade	10	Seringa carpule	MED COMP	16,52	165,20
149	Unidade	10	Sonda nº 05	COOPER-FLEX	2,85	28,50
155	Caixa	12	Tira de lixa para resina com 150 unidades	MICRO-DONT	4,46	53,52
156	Caixa	20	Tira de poliéster com 100 unidades	MAQUIRA	0,84	16,80
157	Frasco	12	Verniz com flúor 15 ml	INODON	8,42	101,04

Valor global da empresa R\$ 14.982,15 (catorze mil, novecentos e oitenta e dois reais e quinze centavos)

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA

Item	Unidade	Quant.	Descrição	Marca	Valor unit. R\$	Valor total R\$
03	Unidade	20	Adesivo monocomponente frasco com 6 ml	AMBAR	29,00	580,00
04	Caixa	40	Agulha gengival curta 0,3X21 mm com 100 unidades	INJECTA	8,70	348,00
11	Pacote	15	Algodão odontológico nº 02 com 100 unidades	CREMER	1,32	19,80
15	Pote	25	Anestésico tópico gel benzocaína com 12 gr	BENZO-TOP	3,94	98,50
33	Unidade	35	Broca baixa rotação nº ¼	QUIMI-DROL	1,45	50,75
34	Unidade	40	Broca baixa rotação nº ½	QUIMI-DROL	1,45	58,00
35	Unidade	50	Broca baixa rotação nº 1	QUIMI-DROL	1,45	72,50
36	Unidade	70	Broca baixa rotação nº 2	QUIMI-DROL	1,45	101,50
37	Unidade	60	Broca baixa rotação nº 4	QUIMI-DROL	1,45	87,00
38	Unidade	70	Broca baixa rotação nº 6	QUIMI-DROL	1,45	101,50

39	Unidade	50	Broca baixa rotação nº 8	QUIMI-DROL	1,45	72,50
47	Caixa	04	Cápsula de amálgama 01 dose com 50 um	GS 80	50,75	203,00
49	Caixa	12	Cimento de hidróxido de cálcio pasta base + catalizador 24 gr radiopaco	LINER	8,70	104,40
50	Kit	12	Cimento de ionometro de vidro R cor A2 - líquido 8 ml, pó 10 gr	MAXXIO-NR	14,50	174,00
52	Unidade	600	Crete dental 90 gr	FREE DENT	0,78	468,00
62	Frasco	05	Digluconato de clorexidina 2% 100 ml	MAQUI-RA	7,25	36,25
66	Caixa	130	Embalagem alto selante para esterilização 9cmX-26cm com 100 unidades	VEDA-MAX	13,80	1.794,00
67	Unidade	80	Escova de Robson	PREVEN	0,73	58,40
68	Caixa	50	Escova dental com cerdas macias adulto com 100 unidades	MEDFIO	31,90	1.595,00
69	Caixa	130	Escova dental com cerdas macias infantil com 100 unidades	FLOPPY	29,00	3.770,00
70	Unidade	04	Escova limpa broca	IODON-TOSUL	2,90	11,60
74	Unidade	75	Espelho bucal nº 05	PHAR-MAINOX	1,45	108,75
75	Unidade	08	Espelho de mão tamanho grande modelo molar	FANTO	21,75	174,00
78	Rolo	114	Fio dental encerado com 100 metros	MEDFIO	1,02	116,28
81	Frasco	06	Fluoreto de fosfato acidulado gel 1,23% frasco com 200 ml	DFL	2,18	13,08
83	Unidade	02	Forceps adulto nº 01	TRINKS	26,70	53,40
84	Unidade	01	Forceps adulto nº 101	TRINKS	26,83	26,83
85	Unidade	02	Forceps adulto nº 150	TRINKS	26,70	53,40
86	Unidade	01	Forceps adulto nº 151	TRINKS	26,70	26,70
87	Unidade	01	Forceps adulto nº 16	TRINKS	26,70	26,70
88	Unidade	01	Forceps adulto nº 17	TRINKS	26,70	26,70
89	Unidade	01	Forceps adulto nº 18L	TRINKS	26,70	26,70
90	Unidade	01	Forceps adulto nº 18R	TRINKS	26,70	26,70
91	Unidade	01	Forceps adulto nº 53L	TRINKS	26,70	26,70
92	Unidade	01	Forceps adulto nº 53R	TRINKS	26,70	26,70
93	Unidade	01	Forceps adulto nº 65	TRINKS	26,70	26,70
94	Unidade	01	Forceps adulto nº 68	TRINKS	26,70	26,70
95	Unidade	02	Forceps adulto nº 69	TRINKS	26,70	53,40
96	Unidade	01	Forceps infantil nº 01	TRINKS	26,70	26,70
97	Unidade	01	Forceps infantil nº 18D	TRINKS	26,70	26,70

98	Unidade	01	Forceps infantil nº 65	TRINKS	26,70	26,70
99	Pacote	12	Gorro branco descartável com 100 unidades	DESCAR-PACK	4,79	57,48
100	Caixa	80	Haste flexível de plástico com algodão tipo cotone-te com 100 unidades	COTO-NELA	1,09	87,20
103	Unidade	14	Ionomero de vidro fotopolimerizável pó 5 gr + líquido	VITRO FILL LC	72,50	1.015,00
108	Unidade	05	Lima 25mm 1ª série	INJECTA	14,50	72,50
109	Unidade	02	Lima 25mm 2ª série	INJECTA	14,50	29,00
110	Caixa	50	Luva para procedimento extra pequena com 100 unidades	SATARI	10,20	510,00
111	Caixa	50	Luva para procedimento média com 100 unidades	SATARI	10,20	510,00
113	Unidade	01	Macro modelo de arcada dentária superior e inferior em acrílico	MEDFIO	94,25	94,25
114	Unidade	01	Macro modelo de escova de dente em acrílico gigante com língua 15X13X13	MEDFIO	21,75	21,75
117	Unidade	45	Matriz Metálica 0,05X5X500mm	INJECTA	0,87	39,15
118	Unidade	43	Matriz Metálica 0,05X7X500mm	INJECTA	0,87	37,41
125	Caixa	50	Papel carbono para articulação com 12	PHAR-MAINOX	1,16	58,00
129	Tubo	14	Pasta profilática para limpeza e polimento 50 gr	HERJOS	3,34	46,76
130	Caixa	100	Pastilha para revelação de placa com 120 unidades	EVIPLAC	12,33	1.233,00
131	Unidade	48	Pinça curva para algodão nº 7	TRINKS	4,06	194,88
145	Unidade	16	Resina fotopolimerizável flow A2	OPALLIS FLOW	16,24	259,84
148	Unidade	15	Sindesmótomo	TRINKS	3,63	54,45
154	Caixa	10	Tira de lixa para amálgama com 12 unidades	INJECTA	5,05	50,50

Valor global da empresa R\$ 15.095,41 (quinze mil e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos)

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 10/2010, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 07/2010, do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, o Sr. José Osnir Cardoso - Pregoeiro, Sr. Jean Carlo Voigt e Romulo Antonio Azambuja - Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 291/2010; Sr. Claudio José da Silva, representante da empresa Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda; Sr. Sergio Miguel Skrzypiec, representante da empresa Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda; Sr. Arlei Donizete Prandi, representante da empresa MF de Almeida & Cia Ltda; Sr. Peterson Luiz Batista, representante da empresa Otriala Comercio Atacadista de Produtos Médicos Hospitalares Ltda.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas Empresas que se apresentaram para o certame: Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda; Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda, MF de Almeida & Cia Ltda, Otriala Comércio Atacadista de Produtos Médicos Hospitalares Ltda e foi constatado que as mesmas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 6 do Edital, sendo as mesmas

consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes presentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas e ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Extrato de Homologação

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRIENÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 35/2010
TOMADA DE PREÇOS Nº. 13/2010

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatorio em epigrafe e a adjudicação da empresa: Construtora Siedlowski Ltda.

Irineópolis, 20 de dezembro de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato Homologacao Processo Nº 11/2010 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2010 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2010 - FMS

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação das empresas conforme abaixo discriminado:

Ceres Comércio e Transporte de derivados de Petróleo Ltda

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	30.000 litros	Óleo Diesel Comum	Ipiranga	R\$ 1,885	R\$ 56.550,00

Auto Posto Valões Ltda

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	30.000 litros	Gasolina Comum	Potencial Petróleo	2,57	77.100,00
03	5.000 litros	Etanol Hidratado Combustível	Potencial Petróleo	2,024	10.120,00

Irineópolis (SC), 16 de dezembro de 2010.
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
Secretaria Municipal da Saúde

Homologação PROCESSO Nº 36/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IRINEÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação das empresas, conforme abaixo discriminado:

Ceres Comércio e Transporte de derivados de Petróleo Ltda

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	150.000 litros	Óleo Diesel Comum	Ipiranga	1,795	269.250,00

Anesio Buzzi & Cia Ltda

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	35.000 litros	Gasolina Comum	Ipiranga	2,569	89.915,00
03	16.000 litros	Álcool Combustível Comum	Ipiranga	2,023	32.368,00

Irineópolis - SC, 16 de dezembro de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços n.º 19/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2010

Promitente Comprador: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
Promitente Fornecedor: Otriala Comércio Atacadista de Medicamentos e Produtos Médicos Ltda EPP.

Objeto: Aquisição de materiais odontológicos para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor: R\$ 9.682,60 (Nove mil, seiscentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos)

Vigência - 09.12.2010 a 08.12.2011

Base Legal - Processo Licitatório nº. 10/2010 - Pregão Presencial Para Registro de Preços 07/2010

Lei 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 consolidada

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
Gestora do F.M.S.

Ata de Registro de Preços n.º 20/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2010

Promitente Comprador: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
Promitente Fornecedor: MF de Almeida & Cia Ltda ME.

Objeto: Aquisição de materiais odontológicos para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor: R\$ 1.690,90 (Um mil, seiscentos e noventa reais e noventa centavos)

Vigência - 09.12.2010 a 08.12.2011

Base Legal - Processo Licitatório nº. 10/2010 - Pregão Presencial Para Registro de Preços 07/2010

Lei 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 consolidada

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
Gestora do F.M.S.

Ata de Registro de Preços n.º 21/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2010

Promitente Comprador: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
Promitente Fornecedor: Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda ME.

Objeto: Aquisição de materiais odontológicos para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do

município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.
Valor: R\$ 14.982,15 (catorze mil, novecentos e oitenta e dois reais e quinze centavos)

Vigência - 09.12.2010 a 08.12.2011

Base Legal - Processo Licitatório nº. 10/2010 - Pregão Presencial Para Registro de Preços 07/2010

Lei 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 consolidada

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Gestora do F.M.S.

Ata de Registro de Preços n.º 22/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2010

Promitente Comprador: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
Promitente Fornecedor: Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda.

Objeto: Aquisição de materiais odontológicos para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nos postos de saúde do município, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Valor: R\$ 15.095,41 (Quinze mil e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos)

Vigência - 09.12.2010 a 08.12.2011

Base Legal - Processo Licitatório nº. 10/2010 - Pregão Presencial Para Registro de Preços 07/2010

Lei 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 consolidada

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Gestora do F.M.S.

Contrato Nº 78/2010 - PM

CONTRATO N.º 78/2010

Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços n.º 12/2008 que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Costa Sul Transporte Coletivo – Michael Kobilanski Neves.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 499.758 SSP DF, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Michael Kobilanski Neves – Costa Sul Transportes Coletivos, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.049.948/0001-80, com sede a rua Amazonas, n.º 207, no Município da Lapa, Estado do Paraná, representado pelo Sr. Michael Kobilanski Neves, inscrito no CPF sob o n.º 044.378.739-55, portador da cédula de identidade n.º 8.105.489-4 SSP-PR, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 28/2007 modalidade Concorrência n.º 02/2007, tem, justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Os valores definidos na Cláusula Primeira do Contrato de Prestação de Serviços n.º 12/2008 - Processo de Licitação n.º 28/2007, Concorrência n.º 02/2007, e Clausula Primeira do Segundo Termo Aditivo – Contrato nº 82/2008, Cláusula Primeira, conforme faculta a alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, consolidada, e de acordo com Parecer Contábil emitido por Cleber Binder – Contador – CRC/SC 030083/O-1 e Parecer Jurídico emitido por Dr. Fábio Roberto Kampmann

– Advogado – OAB 13.335/SC, passam a ser a partir da data da assinatura deste o valor por km rodado de 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos), conforme abaixo:

Transporte de Alunos do Ensino Fundamental, perfazendo 1.702,37 km diários, e 17.023,70 km no período de 06 a 17/12/2010, sendo o valor total reajustado de R\$ 6.809,48 (seis mil, oitocentos e nove reais e quarenta e oito centavos) – (17.023,70 km X R\$ 2,55 – valor anterior = 43.410,43 e 17.023,70 km x R\$ 2,95 – valor atual = R\$ 50.219,91, valor reajustado R\$ 50.219,91 – R\$ 43.410,43 = 6.809,48) .

Item	Descrição		
	Trajetos	Itinerários	Períodos Km/dia
01		06h00min horas - Saída em frente ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passando por Pedra Branca, Santo Antonio I, Santo Antonio II (Tancredo), Rio Branco, chegando as 07h00min. Saindo novamente até Pé da Serra e retornando ate Rio Branco, chegando as 07h45min. Retorno as 12h00min horas – Saída em frente ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passando por Pedra Branca, Santo Antonio I, Santo Antonio II, Rio Branco. Retorno às 16h45min horas – Saindo em frente ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passando por Pedra Branca, Santo Antonio I, Santo Antonio II e Rio Branco (entrada Loni).	Manhã e Tarde 93,4km
02		Saída 05h00min horas – Saída em frente ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passando por Boa Vista, Bom Sossego I e II e retornando a escola do Rio Branco. Retorno as 12h00min. Saída 09h00min – 2º. Grau ate Serra da Boa Vista (Estefano), retornando N.E. Guilherme Bossow, no Rio Branco. Retorno as 18h00min 16h45min horas - Saída em frente ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passando por Santo Antonio II, Pé da Serra e Rio Branco.	Manhã e Tarde 138,7 km
03		06h00min horas - Saída em frente ao Núcleo Educacional Guilherme Bossow, passando por Serrinha, Campina dos Pintos, Colônia Franconia, São Roque, São José do Timbózinho (entrada Chaves). São Jose do Timbozinho (Entrada dos Maia) até Rio Branco. Retorno às 12h15min pelo Rio Vermelho. Saída 10h15min do N.E. Guilherme Bossow, no Rio Branco ate Rio Vermelho. Retorno as 17h00min.	Manhã e Tarde 129 km
04		06h05min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por km 05, Serra Grande, Bom Retiro, km 07, Escola de Educação Básica Horácio Nunes. Retorno as 12h00min, retorno inverso.	Manhã 81,69 km
05		06h30min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por Campina Grande, Poço Preto, BR 280, km 05, Grupo Escolar Zélia Milles, Escola de Educação Básica Horácio Nunes. Saída 11h50min E.E.B Horacio Nunes ate o Trevo Km07. Retornando ao E.E.B Horacio Nunes. Retorno às 12h10min, desembarcando e embarcando alunos. Itinerário inverso Retorno as 17h00min – km 05, Poço Preto e Campina Grande.	Manhã 103,8 km

06	05h50min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por km 05, Serrinha, Vila Nova do Timbó, entrada dos Colli, Campo do Meio, Escola de Educação Básica Horácio Nunes. Retorno inverso as 12h00min	Manhã	103,83 km
07	05h50min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por km 07, km 18, km 20, Divisa Pinheiros, Entrada dos Bay, Aparecida dos Pardos, São Pascoal, km 07, Escola de Educação Básica Horácio Nunes. Saída 10h40min – Embarcando e desembarcando alunos da rodoviária, km 07, km 18, km 20, Pinheiros, Aparecida dos Pardos, São Pascoal. Retorno as 17h00min, sentido inverso.	Manhã e Tarde	186 km
08	05h45min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por km 07, km 13, Entrada do km 13, Serra Chata, retornando até Escola de Educação Básica Horácio Nunes, passando Serraria Senn, Aerial Hobi, Delby Machado, N.E. Presidente Adolfo Konder, até Irineópolis. Este trajeto repete-se 04 vezes ao dia.	Manhã e Tarde	232,39 km
09	06h00min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por São Pascoal, CTG, Rio Preto, Colônia Litikoski, São Pascoal, km 07, Escola de Educação Básica Horácio Nunes, este trajeto repete-se 03 vezes ao dia. Retorno as 12h00min, sentido inverso, desembarcando e embarcando. Retorno as 17h00min.	Manhã e Tarde	140 km
10	06h10min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por Serrinha, Bar da Marica, Colônia Escada, km 05, Matador do Baitaca, Escola de Educação Básica Horácio Nunes, retorno inverso as 12h00min.	Manhã	78,84 km
11	09h30min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por Rio Vermelho, Santo Antonio II, Rio Branco, São José do Timbózinho, São Roque, Campina dos Pintos, Serrinha, Escola de Educação Básica Horácio Nunes, retorno inverso as 17h00min.	Tarde	131,94 km
12	09h00min horas – Saída em frente ao Terminal Rodoviário de Irineópolis, passando por Rio Branco, Pé da Serra, Pedra Branca, Santo Antonio I, Serra Grande, km 05, Escola de Educação Básica Horácio Nunes, retorno inverso as 17h00min.	Tarde	151,15 km
13	Saída às 06h30min horas: Bairro São Francisco, Rodoviária, km 07, Serrinha, Rio Vermelho, Rio Branco, retorno inverso as 17h00min. Saída as 07h30min do Rio Branco até Pedra Branca. Retornando até Rio Branco. Retorno inverso as 16h00min. Saída 12h00min do Rio Branco, Pé da Serra, Santo Antonio II (Tancredo), Rio Branco.	Manhã e Tarde	131,63 km

OBS – As linhas acima referenciadas são as descritas no Contrato nº 96/2009 – 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 12/2008, solicitada através do ofício nº.369/2009/SME, justificando a retificação do contrato onde houve mudanças dos itinerários e horários conforme tabela abaixo, bem como redução total de 13,63km diários, passando a fazer, a partir de 01 de setembro de 2009 o total diário de 1.702,37 km.

O presente aditivo representará um acréscimo de aproximadamente R\$ 6.809,48 (seis mil, oitocentos e nove reais e quarenta e oito

centavos), nos valores originalmente contratados, tudo levando-se em consideração a vigência contratual, o número de dias letivos restantes e a quantidade aproximada de km a serem percorridos até o final da vigência contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 06 de dezembro de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINE-ÓPOLIS	COSTA SUL TRANSPORTE COLETIVO
WANDERLEI LEZAN PREFEITO MUNICIPAL	MICHAEL KOBILANSKI NEVES
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
MAURICIO JURASZEK CPF: 044.088.849-28	ROSANI RODRIGUES DA SILVA MISCHKA CPF: 664.622.159-68

Extrato de Contrato 80/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 80/2010

1º. Termo Aditivo ao Contrato nº. 15/2010, de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa W.F. Comercio e Distribuição de Gás Ltda ME. De acordo com ofício nº. 496/2010/SME, da Sra. Marlem Marques Dal Lago – Secretária Municipal da Educação, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Decima Sexta do Contrato nº. 15/2010, fica de comum acordo alterado a quantidade descrita na Clausula Primeira do Contrato nº. 15/2010. CLAUSULA SEGUNDA - Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) conforme abaixo discriminado:

Item	Qtde	Unidade	Descrição	Valor máximo por unidade	Valor total R\$
01	25	Unidades	Recarga de gás liquefeito de petróleo 13kg, marca ULTRAGAZ	40,00	1.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual. E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 17 de dezembro de 2010.

Município de Irineópolis Wanderlei Lezan Contratante	W.F. Comercio e Distribuição de Gás Ltda ME Waldir Jordão de Freitas Contratada
--	---

Extrato de contrato 81/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 81/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Construtora Siedlowski Ltda

Objeto: Construção de 01 barracão em pré-moldado de concreto armado, com área de 438,20m², para creche, coberto com telhas de fibrocimento em estrutura metálica, conforme Projeto Arquitetônico, Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentária e Memorial Descritivo, com materiais e mão de obra.

Valor: R\$ 51.470,97 (Cinquenta um mil quatrocentos setenta reais e noventa sete centavos)

Vigência - 20.12.2010 a 20.02.2011

Base Legal - Processo Licitatório nº. 35/2010 - Tomada de Preços 13/2010

Lei nº. 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 12/2010 - PM

PREGÃO PRESENCIAL 16/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2010

PROCESSO Nº 36/2010

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 6.109.615-SC, e a empresa Anésio Buzzi & Cia Ltda., estabelecida na Avenida 22 de Julho, 767 - centro, em Irineópolis, estado de Santa Catarina, sob a CNPJ nº. 85.605.061/0001-35, pelo seu representante, Sr. Gilmar Jose Candido Buzzi, sob CPF nº. 558.125.119-34 e RG nº. 18R/ 1.459.609 SSPSC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 16/2010, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 36/2010, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados, de COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOSA DA FROTA MUNICIPAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2011, COM ENTREGA PARCELADA, conforme abaixo especificado:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	35.000 litros	Gasolina Comum	Ipiranga	2,569	89.915,00
03	16.000 litros	Álcool Combustível Comum	Ipiranga	2,023	32.368,00

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de 01/01/2011 e término em 31/12/2011.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis, não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº 16/2010, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLAUSULA TERCEIRA
DO PAGAMENTO

3.1. Para os itens Gasolina Comum Etanol Hidratado Combustível poderá ser adotado o critério de emissão das Notas Fiscais diariamente, conforme cada abastecimento, sendo que o pagamento deverá ocorrer até o dia 10 (dez) do mês subsequente. Este critério não se aplica ao item Óleo Diesel Comum.

3.2. No documento fiscal deverá ser discriminando o objeto licitado, o número do processo licitatório e o número do respectivo contrato.

3.3 - Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS e CND do INSS.

3.4 - O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.5 - Nenhum pagamento será efetuado a detentora da ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.6 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

CLAUSULA QUARTA
DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Para os itens Gasolina Comum e Etanol Hidratado Combustível a entrega do objeto acontecerá na forma de abastecimento realizado diretamente em cada veículo.

4.2. Se a empresa vencedora do presente certame para os itens gasolina comum e álcool combustível comum, for sediada a uma distância superior a 05 (cinco) quilômetros da sede da Prefeitura Municipal de Irineópolis, a mesma deverá instalar bomba e tanque para armazenamento de etanol hidratado combustível e gasolina comum no Parque de Máquinas da Secretaria Municipal da Infraestrutura, no endereço Rua Rio Grande do Sul, nº 421, Centro, Irineópolis, Estado de Santa Catarina, livre de frete e descarga e de acordo com a legislação vigente, devido ao fato da Prefeitura Municipal não possuir tanque e bomba própria para abastecimento de gasolina e etanol hidratado combustível no Parque de Máquinas

da Secretaria da Infra-Estrutura.

4.3. A fiscalização na entrega e controle referente à qualidade dos combustíveis entregue e gerenciamento da Ata será de competência e responsabilidade da Secretaria Municipal da Infra-Estrutura, através dos Senhores Arno Luiz Denk - Secretário Municipal da Infra-Estrutura; Senhor José Mauricio Marcelo - Diretor do Departamento de Urbanismo, Senhor José Felix Martins - Diretor do Departamento de Transportes e Senhor Robson Roberto Binder - Almoxarife, e dos responsáveis pelas Secretarias da Agricultura, Educação, Desenvolvimento Comunitário, Administração, Fazenda e Gabinete do Prefeito, à quem caberá verificar a qualidade dos produtos e somente deverá ser aceito se for de ótima qualidade.

CLAUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município de Irineópolis:

5.1.1 - Atestar nas notas fiscais e ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

5.1.2 - Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

5.1.3 - Prestar a empresa toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

5.1.4 - Efetuar o pagamento à empresa no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

5.1.5 - Notificar, por escrito, à empresa da aplicação de qualquer sanção.

5.2 - Da empresa Vencedora:

5.2.1 - Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.2 - pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

5.2.3 - Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Ata de Registro de Preços;

5.2.5 - Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulada na proposta;

5.2.6 - Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital.

CLAUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLAUSULA SETIMA DAS PENALIDADES

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata, às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das destacam-se:

a) advertência;

b) multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso, injustificado na execução da mesma, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;

c) multa de 02%% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 5 (cinco) anos;

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado as detentoras da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLAUSULA OITAVA DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da cláusula segunda da presente Ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº. 9.069 de 29.06.1995, ao artigo 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 02.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial nº 16/2010 - CPL, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

8.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLAUSULA NONA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração, observada a legislação em vigor;

9.1.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 - por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificada pela Administração.

9.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registradas a partir da última publicação.

9.3 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 10 (dez) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DECIMA DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Licitações, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº. 16/2010 e a proposta da empresa Anesio Buzzi & Cia Ltda, classificada nos itens numerados na cláusula Primeira, do Objeto.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, Decreto Federal nº. 3.555/00 e pelo Decreto Municipal nº. 1.777/2008, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os

princípios gerais de direito.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DO FORO

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Porto União/SC, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 16 de dezembro de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

ANESIO BUZZI & CIA LTDA
GILMAR JOSÉ CANDIDO BUZZI
EMPRESA DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

Nome: Lucio Flavio Lima Nome: Jessica Luana Nicoluzzi
CPF: 024.793.129-25 CPF: 088.201.929-50

Ata de Registro de Preços Nº 13/2010 - PM

PREGÃO PRESENCIAL 16/2010
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2010
PROCESSO Nº 36/2010
VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 6.109.615-SC, e a empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na rua Francisco Fernandes Luiz, nº 685, Bairro São Joaquim, na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 78.695.996/0001-94, neste ato representada pelo senhor Jackson Favero Slongo, portador do CPF nº 770.459.639-01, e RG nº 4.641.891-3-PR,, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 16/2010, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 36/2010, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados, de COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOSA DA FROTA MUNICIPAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2011, COM ENTREGA PARCELADA, conforme abaixo especificado:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	150.000 litros	Óleo Diesel Comum	Ipiranga	1,795	269.250,00

**CLAUSULA SEGUNDA
DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de 01/01/2011 e término em 31/12/2011.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis, não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº 16/2010, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

**CLAUSULA TERCEIRA
DO PAGAMENTO**

3.1. Para o item Óleo Diesel Comum, os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir da entrega do objeto e emissão do respectivo documento fiscal.

3.2. No documento fiscal deverá ser discriminando o objeto licitado, o número do processo licitatório e o número do respectivo contrato.

3.3 - Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS e CND do INSS.

3.4 - O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.5 - Nenhum pagamento será efetuado a detentora da ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.6 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

**CLAUSULA QUARTA
DA ENTREGA E DO PRAZO**

4.1. Para o item Óleo Diesel Comum, o objeto ora licitado deverá ser entregue de acordo com solicitação feita pelo Município de Irineópolis, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, diretamente no tanque de combustíveis situado no Parque de Máquinas da Secretaria Municipal da Infra-estrutura, no endereço Rua Rio Grande do Sul, nº 421, Centro, Irineópolis, Estado de Santa Catarina, livre de frete e descarga.

4.2. A fiscalização na entrega e controle referente à qualidade dos combustíveis entregue e gerenciamento da Ata será de competência e responsabilidade da Secretaria Municipal da Infra-Estrutura, através dos Senhores Arno Luiz Denk - Secretário Municipal da Infra-Estrutura; Senhor José Mauricio Marcelo - Diretor do Departamento de Urbanismo, Senhor José Felix Martins - Diretor do Departamento de Transportes e Senhor Robson Roberto Binder - Almoxarife, e dos responsáveis pelas Secretarias da Agricultura,

Educação, Desenvolvimento Comunitário, Administração, Fazenda e Gabinete do Prefeito, à quem caberá verificar a qualidade dos produtos e somente deverá ser aceito se for de ótima qualidade.

**CLAUSULA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES**

5.1 - Do Município de Irineópolis:

5.1.1 - Atestar nas notas fiscais e ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

5.1.2 - Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

5.1.3 - Prestar a empresa toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

5.1.4 - Efetuar o pagamento à empresa no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

5.1.5 - Notificar, por escrito, à empresa da aplicação de qualquer sanção.

5.2 - Da empresa Vencedora:

5.2.1 - Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.2 - pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

5.2.3 - Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, ate o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Ata de Registro de Preços;

5.2.5 - Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulada na proposta;

5.2.6 - Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital.

**CLAUSULA SEXTA
DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

**CLAUSULA SETIMA
DAS PENALIDADES**

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução,

execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitara a detentora da Ata, às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso, injustificado na execução da mesma, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- c) multa de 02%% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 5 (cinco) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado as detentoras da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLAUSULA OITAVA DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da cláusula segunda da presente Ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº. 9.069 de 29.06.1995, ao artigo 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 02.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial nº 16/2010 - CPL, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

8.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLAUSULA NONA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração, observada a legislação em vigor;

9.1.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido

pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 - por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificada pela Administração.

9.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registradas a partir da última publicação.

9.3 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 10 (dez) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DECIMA DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Licitações, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº. 16/2010 e a proposta da empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda, classificada nos itens numerados na cláusula Primeira, do Objeto.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, Decreto Federal nº. 3.555/00 e pelo Decreto Municipal nº. 1.777/2008, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DO FORO

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Porto União/SC, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 16 de dezembro de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

CERES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
JAKSON FAVERO SLOGO
EMPRESA DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

Nome: Lucio Flavio Lima Nome: Jessica Luana Nicoluzzi
CPF: 024.793.129-25 CPF: 088.201.929-50

Ata de Registro de Preços Nº 23/2010 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL 08/2010
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2010
PROCESSO Nº 11/2010
VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Nilda Edite Banhuki Galvão, brasileira, casada, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliada a Avenida 22 de Julho, nº. 22, centro, neste município, inscrito no CPF nº 054.059.019-38, e a empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na rua Francisco Fernandes Luiz, nº 685, Bairro São Joaquim, na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 78.695.996/0001-94, neste ato representada pelo senhor Jackson Favero Slongo, portador do CPF nº 770.459.639-01, e RG nº 4.641.891-3-PR, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 08/2010, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 11/2010, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados, de COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS, PARA O EXERCÍCIO DE 2011, COM ENTREGA PARCELADA, conforme abaixo especificado:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	30.000 litros	Óleo Diesel Comum	Ipiranga	R\$ 1,885	R\$ 56.550,00

CLAUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de 01/01/2011 e término em 31/12/2011.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93,

durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº 08/2010, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLAUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

3.1. Para o item Óleo Diesel Comum, os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir da entrega do objeto e emissão do respectivo documento fiscal.

3.2. No documento fiscal deverá ser discriminando o objeto licitado, o número do processo licitatório e o número do respectivo contrato.

3.3 - Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS e CND do INSS.

3.4 - O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.5 - Nenhum pagamento será efetuado a detentora da ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.6 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

CLAUSULA QUARTA DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Para o item Óleo Diesel Comum, o objeto ora licitado deverá ser entregue de acordo com solicitação feita pelo Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, diretamente no tanque de combustíveis situado no Parque de Máquinas da Secretaria Municipal da Infra-estrutura, no endereço Rua Rio Grande do Sul, nº 421, Centro, Irineópolis, Estado de Santa Catarina, livre de frete e descarga.

4.2. A aceitação na entrega e controle referente a entrega do objeto será de competência e responsabilidade do Fundo Municipal da Saúde de Irineópolis, através do funcionário José Osnir Cardoso; Secretaria Municipal da Infra-Estrutura, através dos Senhores Marcio Rafael Dams - Secretário Municipal da Infra-Estrutura; Senhor José Mauricio Marcelo - Diretor do Departamento de Urbanismo e Obras; José Felix Martins - Diretor do Departamento de Transportes e Robson Roberto Binder - Almoxarife, à quem caberá verificar a qualidade dos produtos e somente deverá ser aceito se for de ótima qualidade.

CLAUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis:

5.1.1 - Atestar nas notas fiscais e ou faturas a efetiva entrega do

objeto desta licitação;

5.1.2 - Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

5.1.3 - Prestar a empresa toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

5.1.4 - Efetuar o pagamento à empresa no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

5.1.5 - Notificar, por escrito, à empresa da aplicação de qualquer sanção.

5.2 - Da empresa Vencedora:

5.2.1 - Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.2 - pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

5.2.3 - Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Ata de Registro de Preços;

5.2.5 - Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulada na proposta;

5.2.6 - Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital.

CLAUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLAUSULA SETIMA DAS PENALIDADES

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitara a detentora da Ata, às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das destacam-se:

a) advertência;

b) multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso, injustificado na execução da mesma, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;

c) multa de 02%% (dois por cento) sobre o valor da nota de

empenho, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la; d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 5 (cinco) anos;

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado as detentoras da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLAUSULA OITAVA DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da cláusula segunda da presente Ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº. 9.069 de 29.06.1995, ao artigo 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 02.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial nº 08/2010 - CPL, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

8.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLAUSULA NONA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração, observada a legislação em vigor;

9.1.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 - por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificada pela Administração.

9.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registradas a partir da última publicação.

9.3 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 10 (dez) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DECIMA DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Licitações, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº. 08/2010 e a proposta da empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda, classificada nos itens numerados na cláusula Primeira, do Objeto.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, Decreto Federal nº. 3.555/00 e pelo Decreto Municipal nº. 1.777/2008, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DO FORO

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Porto União/SC, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 16 de dezembro de 2010.
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
Secretaria Municipal da Saúde
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

CERES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

LTDA
JAKSON FAVERO SLONGO
EMPRESA DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

Nome: Lucio Flavio Lima Nome: Jessica Luana Nicoluzzi
CPF: 024.793.129-25 CPF: 088.201.929-50

Ata de Registro de Preços Nº 24/2010 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL 08/2010
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2010
PROCESSO Nº 11/2010
VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Nilda Edite Banhuki Galvão, brasileira, casada, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliada a Avenida 22 de Julho, nº. 22, centro, neste município, inscrito no CPF nº 054.059.019-38, e a empresa Auto Posto Valões Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 79.378.469/0001-19, com sede a rua Bahia, nº 35, Centro, na cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo senhor Toni Rosinski, portador do CPF nº 509.559.509-53, e RG nº 18ªR-1.793.935-SESP-SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 08/2010, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 11/2010, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados, de COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS, PARA O EXERCÍCIO DE 2011, COM ENTREGA PARCELADA, conforme abaixo especificado:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	30.000 litros	Gasolina Comum	Potencial Petróleo	2,57	77.100,00
03	5.000 litros	Etanol Hidratado Combustível	Potencial Petróleo	2,024	10.120,00

CLAUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de 01/01/2011 e término em 31/12/2011.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou

indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº 08/2010, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLAUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

3.1. Para os itens Gasolina Comum e etanol hidratado combustível, poderá ser adotado o critério de emissão das Notas Fiscais diariamente, conforme cada abastecimento, sendo que o pagamento deverá ocorrer até o dia 10 (dez) do mês subsequente. Este critério não se aplica ao item Óleo Diesel Comum.

3.2. No documento fiscal deverá ser discriminando o objeto licitado, o número do processo licitatório e o número do respectivo contrato.

3.3 - Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS e CND do INSS.

3.4 - O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.5 - Nenhum pagamento será efetuado a detentora da ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.6 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

CLAUSULA QUARTA DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Para os itens Gasolina Comum e etanol hidratado combustível, a entrega do objeto acontecerá na forma de abastecimento realizado diretamente em cada veículo.

4.2. Se a empresa vencedora do presente certame para os itens gasolina comum e etanol hidratado combustível, for sediada a uma distância superior a 05 (cinco) quilômetros da sede da Prefeitura Municipal de Irineópolis, a mesma deverá instalar bomba e tanque para armazenamento de etanol hidratado combustível e gasolina comum no Parque de Máquinas da Secretaria Municipal da Infra-estrutura, no endereço Rua Rio Grande do Sul, nº 421, Centro, Irineópolis, Estado de Santa Catarina, livre de frete e descarga e de acordo com a legislação vigente, devido ao fato da Prefeitura Municipal não possuir tanque e bomba própria para abastecimento de gasolina e etanol hidratado combustível, no Parque de Máquinas da Secretaria da Infra-Estrutura.

4.3. A aceitação na entrega e controle referente a entrega do objeto será de competência e responsabilidade do Fundo Municipal da Saúde de Irineópolis, através do funcionário José Osni Cardoso; Secretaria Municipal da Infra-Estrutura, através dos Senhores Marcio Rafael Dams - Secretário Municipal da Infra-Estrutura; Senhor José Mauricio Marcelo - Diretor do Departamento de Urbanismo e Obras; José Felix Martins - Diretor do Departamento de Transportes e Robson Roberto Binder - Almoxarife, à quem caberá verificar a qualidade dos produtos e somente deverá ser aceito se for de ótima qualidade.

CLAUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis:

5.1.1 - Atestar nas notas fiscais e ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

5.1.2 - Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

5.1.3 - Prestar a empresa toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

5.1.4 - Efetuar o pagamento à empresa no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

5.1.5 - Notificar, por escrito, à empresa da aplicação de qualquer sanção.

5.2 - Da empresa Vencedora:

5.2.1 - Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.2 - pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

5.2.3 - Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Ata de Registro de Preços;

5.2.5 - Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulada na proposta;

5.2.6 - Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital.

CLAUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLAUSULA SETIMA DAS PENALIDADES

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitara a detentora da Ata, às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso, injustificado na execução da mesma, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- c) multa de 02%% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 5 (cinco) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado as detentoras da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLAUSULA OITAVA DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da cláusula segunda da presente Ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº. 9.069 de 29.06.1995, ao artigo 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 02.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial nº 08/2010 - CPL, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

8.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLAUSULA NONA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração, observada a legislação em vigor;

9.1.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos

mesmos;

9.1.6 - por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificada pela Administração.

9.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registradas a partir da última publicação.

9.3 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 10 (dez) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DECIMA DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Licitações, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº. 08/2010 e a proposta da empresa Auto Posto Valões Ltda, classificada nos itens numerados na cláusula Primeira, do Objeto.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, Decreto Federal nº. 3.555/00 e pelo Decreto Municipal nº. 1.777/2008, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DO FORO

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Porto União/SC, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 16 de dezembro de 2010.
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Secretaria Municipal da Saúde
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

AUTO POSTO VALÕES LTDA
TONI ROSINSKI
EMPRESA DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

Nome: Lucio Flavio Lima Nome: Jessica Luana Nicoluzzi
CPF: 024.793.129-25 CPF: 088.201.929-50

Ata de Registro de Preços Processo Nº 11/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE IRINEÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de propostas, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 11/2010, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 08/2010, do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, o Sr. José Osnir Cardoso - Pregoeiro, Sr. Roney Randig e Romulo Antonio Azambuja - Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 291/2010; Sr. Nildo Brand, representante da empresa Auto Posto Valões Ltda; Sr. José Donizete Ruckl, representante da empresa Anesio Buzzi & Cia Ltda; Sr. Luciano Moreira, representante da empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que o representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Procedeu-se a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas: CERES - COMERCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA; ANESIO BUZZI & CIA LTDA; AUTO POSTO VALÕES LTDA; as quais seguem classificadas para a fase competitiva do julgamento das propostas.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

A presente Ata de Registro de Preços tem validade para 12 (doze) meses, conforme edital, e conforme abaixo discriminado:

Ceres Comércio e Transporte de derivados de Petróleo Ltda

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	30.000 litros	Óleo Diesel Comum	Ipiranga	R\$ 1,885	R\$ 56.550,00

Auto Posto Valões Ltda

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
------	------------	-----------	-------	--------------------	-----------------

02	30.000 litros	Gasolina Comum	Potencial Petróleo	2,57	77.100,00
03	5.000 litros	Etanol Hidratado Combustível	Potencial Petróleo	2,024	10.120,00

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 11/2010, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 08/2010, do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, o Sr. José Osnir Cardoso - Pregoeiro, Sr. Roney Randig e Romulo Antonio Azambuja - Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 291/2010; Sr. Nildo Brand, representante da empresa Auto Posto Valões Ltda; Sr. José Donizete Ruckl, representante da empresa Anesio Buzzi & Cia Ltda; Sr. Luciano Moreira, representante da empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas Empresas que se apresentaram para o certame: CERES - COMERCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA; ANESIO BUZZI & CIA LTDA; AUTO POSTO VALÕES LTDA, e foi constatado que as mesmas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 6 do Edital, sendo as mesmas consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

Os representantes das empresas proponentes presentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas e ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Irineópolis - SC, 16 de dezembro de 2010.
NILDA EDITE BANHUK GALVÃO
Secretaria Municipal da Saúde
GESTORA DO FMS

Ata de Registro de Preços Processo Nº 36/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE IRINEÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de propostas, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 36/2010, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 16/2010, a Sra. Gilson Merschner Neppel - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Mauricio Juraszek- Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 203/2010; Sr. Nildo Brand, representante da empresa Auto Posto Valões Ltda; Sr. José Donizete Ruckl, representante da empresa Anesio Buzzi & Cia Ltda; Sr. Luciano Moreira, representante da empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda; Sr. Ricardo Alcides Ancay, representante da empresa Vega Distribuidora Petróleo Ltda.

Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que o representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Procedeu-se a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas: VEJA DISTRIBUIDORA PETROLEO LTDA; CERES - COMERCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA; ANESIO BUZZI & CIA LTDA; AUTO POSTO VALÕES LTDA; as quais seguem classificadas para a fase competitiva do julgamento das propostas.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

A presente Ata de Registro de Preços tem validade para 12 (doze) meses, conforme edital, e conforme abaixo discriminado:

Ceres Comércio e Transporte de derivados de Petróleo Ltda

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	150.000 litros	Óleo Diesel Comum	Ipiranga	1,795	269.250,00

Anesio Buzzi & Cia Ltda

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	35.000 litros	Gasolina Comum	Ipiranga	2,569	89.915,00
03	16.000 litros	Alcool Combustível Comum	Ipiranga	2,023	32.368,00

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 36/2010, Pregão Presencial nº 16/2010, a Sra. Gilson Merschner Neppel - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Mauricio Juraszek- Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 203/2010; Sr. Nildo Brand, representante da empresa Auto Posto Valões Ltda; Sr. José Donizett Ruckl, representante da empresa Anesio Buzzi & Cia Ltda; Sr. Luciano Moreira, representante da empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda; Sr. Ricardo Alcides Ancay, representante da empresa Vega Distribuidora Petroleo Ltda.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas Empresas que se apresentaram para o certame: VEJA DISTRIBUIDORA PETROLEO LTDA; CERES - COMERCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA; ANESIO BUZZI & CIA LTDA; AUTO POSTO VALÕES LTDA, e foi constatado que as mesmas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 6 do Edital, sendo as mesmas consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

Os representantes das empresas proponentes presentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas e ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Irineópolis - SC, 16 de dezembro de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata de Sessão Pública - Tomada de Preço Nº 16/2010 ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DE PROPOSTA TÉCNICA

Data	16/12/2010	Horário: 08h:00m
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO	Nº 16/2010 PROC. Nº 111/2010

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PROVEDORA DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, COM SISTEMA GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS INCLUSO (SGBD), EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO E AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITOS NOS ANEXOS I E II DESTE EDITAL.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010. A fim de dar continuidade de análise e julgamento da ata de sessão pública do dia 15/12/2010 sob folhas nº 564 a 568 das exigências do item nº 9.6 do edital da Empresa IPM - INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA, CNPJ/MF: 01.258.027/0001-41, o qual foi atribuído e empresa a somatória total de 1.103 pontos (um mil cento e três) pontos com porcentagem alcançada a de 97,18% (noventa e sete, e dezoito) por cento. Iniciou-se a avaliação do que dispõe os seguintes itens do edital:

10.3 - Plano de Treinamento para os usuários (em centro de treinamento):

- (x) Acima de 151 horas = 50 pontos
- () de 121 à 150 horas = 30 pontos
- () de 81 à 120 horas = 20 pontos
- () até 80 horas = 0 pontos

10.4 - Tempo necessário à realização dos serviços de implantação (instalação, configuração e migração do sistema de informações a ser entregue), em todos os setores objeto da licitação:

- (x) até 60 (sessenta) dias = 50 pontos
- () De 61 até 75 dias = 40 pontos
- () De 76 até 90 dias = 20 pontos
- () Mais de 90 dias = 00 pontos

10.5 - Meio de comunicação para prestação de serviços de suporte operacional:

- (x) Via CHAT, com registro dos atendimentos = 30 pontos
- () Via Internet (MSN ou outro) = 15 pontos
- () Via telefone convencional = 0 pontos

10.6 - Plano de atendimento técnico local:

- (x) em até 24 horas = 30 pontos
- () em até 48 horas = 15 pontos
- () acima de 48 horas = 0 pontos

10.7 - SGBD base dos softwares:

- (x) Postgre.SQL ou outro de livre distribuição = 50 pontos
- () Oracle = 35 pontos
- () SQL Server ou Sybase = 30 pontos
- () Outros = 05 pontos

A empresa proponente obteve a pontuação de 210 (duzentos e dez) pontos, que somados a pontuação da avaliação de conformidade chegou-se a pontuação (PT) de 1.313 pontos o qual restou classificada. Registre-se que conforme pronunciamento verbal em ata da sessão pública do dia 15/12/2010 foi juntado ao processo conforme folha nº 569 o termo de renúncia da empresa licitante. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente

Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes encerrando às 09h:15m.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
Presidente da Comissão de Licitação

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
Vice- Presidente da Comissão de Licitação

FERNANDA CRISTINA ROSA
Membro

Isabela R. DUTRA POHL
MEMBRO

RODRIGO ROSA PAIXÃO
Diretor de Informática
Membro
"ad hoc"

Ata de Sessão Pública - Tomada de Preço Nº 16/2010

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇO

Data	16/12/2010	Horário: 15h:00m
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO	Nº 16/2010 PROC. Nº 111/2010

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PROVEDORA DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, COM SISTEMA GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS INCLUSO (SGBD), EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO E AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITOS NOS ANEXOS I E II DESTE EDITAL.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010. A fim de análise e julgamento da PROPOSTA DE PREÇO envelopes nº 03, conforme pronunciamento em ata de sessão pública do dia 15/12/2010 sob folhas nº 564 a 568, e classificação técnica final sob a ata de sessão pública do dia 16/12/2010, o qual tornou apta e classificada a Empresa IPM -INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA, CNPJ/MF: 01.258.027/0001-41. Em seguida a CPL e o representante da empresa IPM -INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA verificam que o envelope de proposta encontrava-se devidamente lacrado, e em sequência foi aberto o envelope analisado e feito a conferência com o edital, o qual foi achado conforme, chegando o seguinte resultado R\$ 204.284,00 (duzentos e quatro mil duzentos e oitenta e quatro reais), sendo que o edital estimativa valor Máximo de R\$ 216.400,00 (duzentos e dezesseis mil e quatrocentos reais). Continuando com o julgamento e seguindo os procedimentos previstos no edital a CPL registrou que sendo a IPM -INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA a única empresa participante do certame a mesma obteve a pontuação máxima prevista no item nº 10.8, ou seja, (PP) 1.200 pontos. Em conformidade com o item nº 10.10 a proponente obteve a seguinte pontuação:

$$MP = \{[(PT \times 7) + (PP \times 3)]/10\}$$

$$MP = \{[(1.313 \times 7) + (1.200 \times 3)]/10\}$$

$$MP = \{[9.191 + 3.600]/10\}$$

$$MP = \{12.791/10\}$$

$$MP = 1.279,1$$

Logo com a média obtida pela empresa IPM -INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA, a CPL julgou a mesma APROVADA e recomenda a HOMOLOGAÇÃO ao Prefeito Municipal. Em seguida o

representante da empresa IPM -INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA manifesta-se quanto ao prazo recursal previsto no art. 109 da Lei nº 8.666/93 que resolve desistir de apresentar recurso conforme desistência em anexo, que foi ACEITO juntado aos autos pela CPL. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes encerrando às 17h:00m.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
Presidente da Comissão de Licitação

JOSELENE G. NASCIMENTO CUNHA
Membro

FERNANDA CRISTINA ROSA
Membro

RODRIGO ROSA PAIXÃO
Diretor de Informática
Membro
"ad hoc"

LICITANTE:
TIAGO ARLINDO DA ROSA
IPM INFORMATICA LTDA

Contrato Administrativo Nº 88/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 88/2010

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: IPM-INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA, com sede à Av. Trompowsky, nº 354, 7º andar, Conj.701, Edifício Centro Executivo Ferreira Lima, Bairro: Centro, CEP: 88.015-300, na cidade de Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.258.027/0001-41, e Inscrição Estadual: 253.419.417.

Licitação: TOMADA DE PREÇO N.º 16/2010 - PROCESSO Nº 111/2010;

Objeto: Contratação de serviços de informática para cessão de licenciamento de uso de sistemas, pelo qual se obriga a prestar os serviços constantes no objeto do contrato, na forma e condições estabelecidas no edital.

Valor total: R\$ 204.284,00 (Duzentos e quatro mil e duzentos e oitenta e quatro reais).

Orçamento: órgão nº 05 - Secretaria de Administração e Finanças - Manutenção de Software - ação nº 2007- fonte nº 100 - aplicação direta reduzida nº 28 - Código reduzido do desdobramento nº 1287

Data da assinatura: 17/12/2010;

Data vigência contratual: O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado até 48 meses, em conformidade com a Legislação vigente, contados a partir da instalação do sistema no Município.

Itapoá, 17 de dezembro de 2010.

ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

Notificação - Convite Nº 35/2010

NOTIFICAÇÃO

À

Empresa: LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ/MF sob o nº. 04.187.384/0001-54

A/C. MARCELO JAVIER FERNANDEZ

O município de Itapoá, através do Setor de licitações/contratos juntamente com o presidente da comissão de licitação, vem se manifestar ao cumprimento "Clausula 6 - Dos Recursos" do edital de licitação na modalidade Convite nº 35/2010 - PROCESSO Nº122/2010, para a Aquisição de um ventilador pulmonar portátil para uso no Pronto Atendimento 24Hrs, conforme especificações do Anexo I do Edital, que na data de 16/12/2010 prot. nº 2010/12 - 004148 a Empresa: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA, vem apresentar RECURSO contra a decisão da comissão da licitação, conforme segue cópia em anexo.

No mais segue para conhecimento e posterior pronunciamento de apresentação de contra razões, observando os prazos recursais previstos na Lei 8.666/93 Art. 109 §6º e alterações posteriores, pedimos que a parte interessada se resolver desistir de apresentar contra razões favor emitir TERMO DE RENÚNCIA de interposição de recurso.

Atenciosamente,
Itapoá, 17 de dezembro de 2010.
ISABELA RAICIK DUTRA POHL
Secretaria de Administração e Finanças Licitações e Contratos

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 3.718 de 13 de Dezembro de 2010.

DECRETO Nº 3.718 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.
"MAJORA PREÇOS DE PASSAGENS DE TRANSPORTES COLETIVOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei considerando levantamento de custos efetuado pelo Departamento de Transportes e Terminais - DETER,

DECRETA:

Art. 1º Fica majorado o preço de passagem de Transporte Coletivo Urbano, a ser cobrado pela Concessionária ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, dos seguintes itinerários:

- Terminal Rodoviário Municipal, Vila Pedrini, Vila Cordazzo, Bairro Cruzeiro do Sul, SESI, Bairro Boa Vista, Posto Amigão, Santa Tereza e vice-versa = R\$ 2,60
- Terminal Rodoviário Municipal, Bairro Anzolin, Joviva, COHAB (Clara Adélia / Contestado), Bairro Jardim das Hortências, Bairro Lindóia, Bairro Vila Remor, Conj. Res. Armindo de Medeiros Haro, Distrito Industrial e vice-versa = R\$ 2,60

Art. 2º Ficam assegurados os privilégios aos estudantes, idosos e deficientes, na forma determinada pelas Leis Municipais Nº 1.199/85, Nº 1.544/89, art. 2º da Lei 1.977/93 e da Lei Nº 2.468/99.

Art. 3º Aos portadores de "vale transporte" e "passagens individuais", adquiridas em data anterior a deste Decreto, fica assegurada a utilização dos mesmos sem qualquer reajuste.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de janeiro de 2011.

Joaçaba - SC, em 13 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Lei Complementar Nº 197 de 13 de Dezembro de 2010.

LEI COMPLEMENTAR Nº 197 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I COMPLEMENTAR:

Art. 1º O item 6.4 da tabela constante do item 3 do Anexo II, da Lei Complementar nº. 31/97 passa a vigorar com a seguinte redação:

ATIVIDADES	LOCALIZAÇÃO	FISCALIZAÇÃO E FUN- CIONAMENTO
6.4 - Bilihares e quaisquer outros jogos de mesas e/ou computadores (Lan House)		
a) Até três mesas	50% sobre a U.R.	40% da U.R por mesa
b) Acima de três mesas	50% sobre a U.R.	50% da U.R por mesa
c) Até dez computadores	50% sobre a U.R.	40% da U.R por computador
d) Acima de dez computadores	50% sobre a U.R.	50% da U.R por computador

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 13 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Lei Nº 4.050 de 07 de Dezembro de 2010.

LEI Nº 4.050 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2010.
"INSTITUI RUA DO LAZER QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º O Município de Joaçaba, sob a coordenação da Fundação de Cultura e Esportes, com o apoio direto das Secretarias de Educação, Ação Social e Saúde realizará mensalmente conjunto de ações culturais, esportivas e de jogos lúdicos em ambiente aberto denominado "RUA DO LAZER".

§ 1º - A Fundação de Cultura e Esportes organizará Comissão Central Organizadora (CCO) para a organização e realização da "Rua do Lazer" composta por um representante da Fundação; um representante de cada uma das Secretarias de Educação, da Ação Social e Saúde; um representante da Câmara de Vereadores; um representante da União das Associações; um representante do Movimento Sindical; um representante da CDL; um representante da ACIOC; um representante das Igrejas que serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo através de decreto sem qualquer tipo de remuneração.

§ 2º - A CCO definirá o local e data da realização da "Rua do Lazer" devendo promover rodízio eventual na sua realização incluindo no rodízio, sempre que possível, o centro, bairros e distritos.

§ 3º - Definida a rua em que realizará o evento, a CCO promoverá amplo debate com os moradores da referida rua buscando o consenso na sua realização e evitando obstar o direito de ir e vir dos moradores do local.

§ 4º - A CCO elaborará calendário com locais e datas previamente estabelecidos e acordados com as comunidades envolvidas.

§ 5º - As despesas provenientes da realização do evento serão custeadas por doações da Sociedade Civil e no que couber pelas dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 07 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Lei Nº 4.051 de 07 de Dezembro de 2010.

LEI Nº 4.051 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2010.

“ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA INSTALAÇÃO DE GUARDA-VOLUMES NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS E CONGÊNERES INSTALADAS NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA CUJOS SISTEMAS DE SEGURANÇA UTILIZEM PORTAS COM DISPOSITIVO DE TRAVAMENTO ELETRÔNICO.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica estabelecida a obrigatoriedade da instalação de guarda-volumes nas agências bancárias e congêneres instaladas no município de Joaçaba cujos sistemas de segurança utilizem portas com dispositivo de travamento eletrônico.

§ 1º - O guarda-volumes disporá de unidades individuais com tamanhos adequados, facilmente identificados por numeração bem visível e munidos de chave de segurança que ficará sob a guarda pessoal do usuário enquanto o mesmo permanecer no interior da agência.

§ 2º - Os usuários e clientes não serão obrigados a deixar no guarda-volumes seus objetos e pertences, exceto àqueles em que o dispositivo de travamento eletrônico da porta impedir o acesso.

§ 3º - Serão disponibilizados um número significativo e suficiente de unidades individuais no guarda-volumes a fim de satisfazer necessidades dos clientes e usuários, cujo tamanho será, no mínimo, de 50x40x30 (cinquenta centímetros de profundidade por 40 centímetros de altura por 30 centímetros largura).

§ 4º - Vedado o oferecimento do serviço em pequena escala e a cobrança de qualquer taxa.

Art. 2º - No caso de descumprimento de quaisquer dos dispositivos da presente Lei, os estabelecimentos infratores incorrerão em sanção administrativa, suspensão e cassação do alvará de funcionamento.

§ 1º - A sanção administrativa referida no “caput” deste artigo será na forma de multa no valor de 500 (quinhentas) Unidades Fiscais de Referência Municipal, a ser aplicada em dobro no caso de reincidência.

§ 2º - Na segunda reincidência o estabelecimento bancário ou instituição de crédito terá a suspensão do alvará de funcionamento pelo prazo de 1 (um) ano.

§ 3º - A cassação do alvará de funcionamento ocorrerá quando o estabelecimento bancário ou instituição de crédito permanecer na inadequação dos dispositivos legais da presente Lei, após a segunda reincidência.

Art. 3º - Os estabelecimentos terão prazo de 120 (cento e vinte) dias, para instalar os equipamentos de que trata o art. 1º.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 07 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Lei Nº 4.056 de 13 de Dezembro de 2010.

LEI Nº 4.056 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.721/2007 QUE DISPÕE NORMAS REFERENTES À POLÍTICA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica alterado o artigo 6º, II, alínea “h” da Lei nº 3.721/2007 que trata da Política Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Joaçaba - SC, passando a ter a seguinte redação:

Art. 6º ()

II ()

h) estudo da viabilidade econômica do empreendimento, através de documento fornecido por empresa habilitada;

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 13 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Lei Nº 4.057 de 13 de Dezembro de 2010.

LEI Nº 4.057 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

“ALTERA LEI Nº 4.025/2010 QUE INSTITUI AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º, caput e o artigo 3º, I e inserido o artigo 3º, §§ 1º e 2º, todos da Lei nº 4.025/2010, passando os mesmos a ter a seguinte redação:

Art. 2º O auxílio alimentação será fornecido aos servidores na forma de cartão magnético através de empresa ou instituição credenciada ao Plano de Alimentação do Trabalhador - PAT, no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por dia útil, excluídos sábados, domingo, feriados e pontos facultativos trabalhados.

Art. 3º O benefício de que trata o artigo 1º desta Lei não se aplica:

I - a servidor colocado à disposição ou cedido a outros órgãos que receba qualquer tipo de auxílio alimentação do cessionário;

()

§ 1º - Não será considerada falta a ausência do servidor quando convocado pelo Poder Judiciário.

§ 2º - Nos casos de ausência do servidor com base no art. 95, incisos I, III e IV da Lei Complementar nº 76/2003 serão descontados apenas os dias faltantes.

Art. 2º Até a homologação da contratação de instituição para

serviço de gerenciamento do cartão magnético, o auxílio alimentação continuará sendo pago em pecúnia na folha de pagamento do servidor.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 13 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Lei Nº 4.058 de 15 de Dezembro de 2010.

LEI Nº 4.058 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

“FIXA VALOR DAS DIÁRIAS PARA OS VEREADORES E FUNCIONÁRIOS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
L E I :

Art. 1º - Ficam fixados os valores das diárias dos Agentes Políticos e funcionários do Legislativo Municipal, de acordo com a tabela abaixo:

Agentes Políticos:	R\$ 250,00
Funcionários:	R\$ 200,00

§ 1º - Quando do deslocamento à Capital do Estado e a outros Estados a diária normal será acrescida em 80% (oitenta por cento) e para a Capital Federal 200% (duzentos por cento);

§ 2º - Quando não houver pernoite será paga 1/3 (um terço) do valor da diária, independente das horas transcorridas, conforme art. 50, § 1º da Lei Complementar nº 76 de 11/12/2003.

Art. 2º - Fica autorizada a concessão de adiantamento para as despesas de deslocamento e combustível, sendo combustível no caso de uso de carro próprio e passagem/recibo no caso de contratação de condução diversa, mediante requerimento, com posterior prestação de contas.

Art. 3º - A solicitação será feita mediante requerimento do interessado, com descrição do roteiro previamente estabelecido, e, quando do retorno será apresentado relatório pormenorizado da viagem.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação e com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2010.

Joaçaba(SC), em 15 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Lei Nº 4.059 de 15 de Dezembro de 2010.

LEI Nº 4.059 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

“INSTITUI O TÍTULO EMPRESA MASTER, ESTABELECE OS CRITÉRIOS PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º - Institui o título EMPRESA MASTER a ser conferido, anualmente, às empresas contribuintes que estejam efetivamente em funcionamento no município de Joaçaba há mais de 10 (Dez) anos ininterruptos.

Art. 2º - O título será conferido às empresas a partir do ano de 2011, conforme tabela anexa, parte integrante da presente Lei.

Parágrafo Único - A partir de 2015 o título será concedido do mesmo ano em que completarem os 10 (Dez) anos de funcionamento ininterrupto.

Art. 3º - A entrega do título dar-se-á em solenidade oficial previamente definida.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 15 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Lei Nº 4.060 de 15 de Dezembro de 2010.

LEI Nº 4.060 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO PRÓ TÊNIS DE MESA, QUE ESPECIFICA.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º - Fica declarada Entidade de Utilidade Pública a Associação Pró Tênis de Mesa, com sede e foro no Município de Joaçaba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 15 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Lei Nº 4.061 de 15 de Dezembro de 2010.

LEI Nº 4.061 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE BOM SAMARITANO DE JOAÇABA - ABBS, QUE ESPECIFICA.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º - Fica declarada Entidade de Utilidade Pública a Associação Beneficente Bom Samaritano de Joaçaba - ABBS, com sede e foro no Município de Joaçaba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 15 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Lei Nº 4.068 de 16 de Dezembro de 2010.

LEI Nº 4.068 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional suplementar até o valor de R\$ 17.008,76 (dezessete mil, oito reais e setenta e seis centavos),

na dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Proj. Ativ. 2.051 Manutenção da Alimentação Escolar Educação Infantil e Pré-Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0060.0-47 Outras Despesas Correntes
R\$ 17.008,76

Art. 2º. Os recursos para suplementar as dotações do artigo 1º desta Lei serão oriundos da anulação da dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Proj. Ativ. 2.083 Manutenção da Alimentação Escolar Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0060.0-175 Outras Despesas Correntes
R\$ 17.008,76

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Decreto Nº 3.720 de 16 de Dezembro de 2010.

DECRETO Nº 3.720 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL Nº 3.945 DE 14/12/09 (LOA) AO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA - SC."

O Prefeito do Município de Joaçaba-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente crédito adicional suplementar na importância de R\$ 86.000,00 (Oitenta e seis mil reais) por conta do superávit financeiro do exercício anterior proveniente dos recursos próprios do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D' Oeste e Luzerna, na forma do disposto no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:

17.122.0029.2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0200.0 Pessoal e Enc. Sociais - Aplic. Diretas R\$ 44.000,00

17.272.0029.2.069 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL RPPS - SIMAE
3.1.91.00.00.00.00.00.0.3.0200.0 Pessoal e Enc. Sociais - Aplic. Diretas R\$ 42.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba- SC, em 16 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Decreto Nº 3.721 de 16 de Dezembro de 2010.

DECRETO Nº 3.721 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.068/2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional suplementar até o valor de R\$ 17.008,76 (dezesete mil, oito reais e setenta e seis centavos), na dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Proj. Ativ. 2.051 Manutenção da Alimentação Escolar Educação Infantil e Pré-Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0060.0-47 Outras Despesas Correntes
R\$ 17.008,76

Art. 2º. Os recursos para suplementar as dotações do artigo 1º desta Lei serão oriundos da anulação da dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Proj. Ativ. 2.083 Manutenção da Alimentação Escolar Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0060.0-175 Outras Despesas Correntes
R\$ 17.008,76

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba- SC, em 16 de dezembro de 2010.
RAFAEL LASKE

Edital de Notificação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
SETOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Os Fiscais de Tributos do Município de Joaçaba, abaixo identificados, no uso de suas atribuições, tendo em vista a determinação dos §§ 2º e 3º do artigo 215 da Lei Complementar nº 31/97 e suas alterações, NOTIFICA os contribuintes abaixo arrolados do lançamento da TLLF (taxa de licença para localização e fiscalização de funcionamento), com vencimento em 22/01/2011, os quais deverão comparecer ao Setor de Fiscalização Tributária, para regularizar sua situação.

Nome	CMC	Notificação nº		
Narciso Representações Comerciais Ltda.	87537	218/2010		
O Karaton Sist. De Comunicação Visual Ltda.	77950	219/2010		
Otto Luiz Keller Bonaldo ME	88667	221/2010		
Eva & Mariza Com. Varej. Beb. Prod. Alim.Ltda.	77178	248/2010		

Considera-se feita a notificação, 30 (trinta) dias a partir da data da publicação.

Joaçaba, 16 de dezembro de 2010.
TATIANE MARATEU BORGES
Fiscal de Tributos Municipais
Matrícula 7.274

ANDREIA L. ANTUNES DE SOUZA LOVATEL
Fiscal de Tributos Municipais
Matrícula 7.292

PLASS**Resolução 07/2010**

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE ACIDENTE DE TRABALHO DO PLASS."

O Conselho de Administração do PLASS, no uso de atribuições conferidas pela Lei Complementar nº. 090 de 16 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº. 2.669 de 29 de agosto de 2006,

RESOLVE:

NOMEAR a Comissão Especial de Acidente de Trabalho, em conformidade com o art. 55, §3 do Decreto 2669/06, composta pelos servidores Marcos Antonio Bordin da Rosa, Cleonir Carlos Berghental e Roberto Minati.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 15 de dezembro de 2010.

ROBERTO MINATI

Pres. Conselho de Administração

Extrato do Contrato Nº 015/2010

Extrato do contrato nº 015/2010

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - PLASS

Contratada: INSTITUTO DO SONO SÃO MIGUEL S/S LTDA

Data: 28/10/2010

Objeto: Prestação de serviços de polissonografia

Período: um ano podendo ser renovado automaticamente por mais quatro períodos iguais e sucessivos através de termos aditivos.

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO Nº 002/2010

CONTRATO Nº 07/2008

O PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS, autarquia do município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, com sede à Av. XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 07.146.181/0001-08, neste ato, representada pelo Diretor Executivo, Senhor Julio César Bissani, CPF nº 829.004.939-00, e pelo Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Roberto Minati, CPF nº 031.714.389-17, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa Betha Sistemas Ltda, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, neste ato representada pela Sra Ilse Cristina de Souza, portador da cédula de identidade nº 1.321.183 SSI/SC e inscrito no CPF sob nº 475.635.919-15, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 07/2008, celebrado em 29 de Fevereiro de 2008, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2008, instaurado através do Edital nº 01/2008, homologado no dia 29 de fevereiro de 2008, que tem como objeto fornecimento, pela CONTRATADA, de sistemas de Contabilidade Pública em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidades descritas no Anexo I do contrato 07/2008, no qual se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de Dezembro de 2011, a contar de 01 de Janeiro de 2011, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 26 de Novembro de 2010.

JULIO CESAR BISSANI

PLASS - PLANO DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

ILSE CRISTINA DE SOUZA

BETHA SISTEMAS LTDA

ADONES MARCIANO

ANA BRASIL SIVIERO

SIMAE**Homologação Pregão 0044/2010**

Processo 2976/2010

Pregão Presencial 0044/2010

DESPACHO:

Homologo o Julgamento da Pregoeira e encaminho ao SMT, para a emissão das Notas de Empenho para exercício 2011 das seguintes empresas vencedoras e o respectivo material a ser fornecido:

EMPRESA	ITEM	DESCRIÇÃO	Quantidade	Vlr Total
HIDROMAR IND. QUÍMICA LTDA	001	Cloro Gás	8.000 kg	R\$46.400,00
	002	Policloreto De Alumínio	140.000 kg	R\$130.200,00
AVANEX IND. E COM. LTDA	003	Acido Fluossilico	30.000 kg	R\$16.500,00
	004	Cal Hidratada	24.000 kg	R\$21.120,00
BUSCHLE & LEPPER S.A.	005	Hipoclorito de Sódio	1.200 kg	R\$1.068,00

Comunique-se.

Joaçaba-SC, 16 de dezembro de 2010.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretor Presidente do SIMAE

Resumo Contrato JHL 0094/2010

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0094/2010

PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0044/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0053/2010

PROTOCOLO Nº JHL 2976/2010

Data: 16/12/2010
Objeto: AQUISIÇÃO DE CLORO GÁS A SER UTILIZADO NO TRATAMENTO DE ÁGUA REALIZADO PELO SIMAE NO EXERCÍCIO 2011.
Contratado: HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA
Valor total do Contrato: R\$ 5,80 (Cinco reais e oitenta centavos) por Kg.
Projeto/atividade - 2061 - Técnica Água
Função/Programa: 17.512.0029
Elemento: 3390.30.11.00
Prazo de vigência: 03/01/2011 a 31/12/2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0095/2010

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0095/2010
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0044/2010
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0053/2010
PROTOCOLO Nº JHL 2976/2010

Data: 16/12/2010
Objeto: AQUISIÇÃO DE COAGULANTE INORGÂNICO CATIONICO PRÉ-POLIMERIZADO À BASE DE POLICLORETO DE ALUMÍNIO, ÁCIDO FLUOSSILÍCIO E CAL HIDRATADA A SEREM UTILIZADOS NO TRATAMENTO DE ÁGUA REALIZADO PELO SIMAE PARA O EXERCÍCIO 2011.
Contratado: AVANEX INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Valor total do Contrato: R\$ 0,93(Noventa e três centavos) por Kg de Policloreto de Alumínio.
R\$ 0,55(Cinquenta e cinco centavos) por Kg de Ácido Fluossilício.
R\$ 0,88(Oitenta e oito centavos) por Kg de Cal Hidratada.
(Projeto/atividade - 2061 - Técnica Água
Função/Programa: 17.512.0029
Elemento: 3390.30.11.00
Prazo de vigência: 03/01/2011 a 31/12/2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0096/2010

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0096/2010
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0044/2010
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0053/2010
PROTOCOLO Nº JHL 2976/2010

Data: 16/12/2010
Objeto: AQUISIÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO A SER UTILIZADO NO TRATAMENTO DE ÁGUA REALIZADO PELO SIMAE PARA O EXERCÍCIO DE 2011.
Contratado: BUSCHLE & LEPPER S.A.
Valor total do Contrato: R\$ 0,89(Oitenta e nove centavos) por Kg.
Projeto/atividade - 2061 - Técnica Água
Função/Programa: 17.512.0029
Elemento: 3390.30.11.00
Prazo de vigência: 03/01/2011 a 31/12/2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0097/2010

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0097/2010
TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº0034/2009
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0015/2009
PROCESSO Nº 0732/2009

Data: 16/12/2010
Objeto: RENOVAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE DE ÁGUA NO EXERCÍCIO 2011, CONFORME PORTARIA 0518/2004 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.
Contratado: LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - ME
Valor total do Contrato: R\$ 26.178,48 (Vinte e seis mil e cento e setenta e oito reais e quarenta e oito centavos).
PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2061
ELEMENTO: 3.3.90.39.51.00.00.00
Prazo de vigência: 01/01/2011 a 31/12/2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0098/2010

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0098/2010
TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº0113/2009
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0052/2009
PROCESSO Nº 2785/2009

Data: 16/12/2010
Objeto: RENOVAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS
Contratado: REALMAC MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA
Valor do Contrato: R\$ 0,08 (Oito centavos de real) por impressão para locação de impressoras;
R\$ 0,07 (sete centavos de real) por impressão para manutenção de impressoras de propriedade do SIMAE.
PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2060 14.01.2061
ELEMENTO: 3.3.90.39.12.00.00.00
Prazo de vigência: 01/01/2011 a 31/12/2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Homologacao Pregão presencial 47/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 47/2010 - PR**

Processo Administrativo: 56/2010
 Processo de Licitação: 56/2010
 Data do Processo: 24/11/2010

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora, Elisabet Maria Zanela Sartori, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 56/2010
- b) Licitação Nr.: 47/2010-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 17/12/2010
- e) Data da Adjudicação: 17/12/2010 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE CONJUNTO MOTOR BOMBA A SER SUBSTITUÍDO NA ELEVATÓRIA DE ESGOTO DE JOAÇABA -EEJ 002 DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

	(em Reais R\$)		
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007931 - ITT WATER & WASTEWATER BRASIL	1	0,0000	13.600,00
	1		13.600,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00 (15) Saldo: 624.581,90

Joaçaba, 17 de Dezembro de 2010.

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

José Boiteux**PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato do Contrato Nº 17/2010 - PMJB**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX - SC
CONTRATO N.º 017/2010

O MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua 16 de Junho, 13, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 79.372.553/0001-25, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício JOSÉLIO DA SILVA, que este subscreve, denominado simplesmente CONTRATANTE, a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA, com sede na cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina, na Rua Anita Garibaldi, nº 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-40, neste ato representada pelo Sr Abelardo Benvenuti, portador do CPF nº 193.965.899-34, pactuam o presente contrato pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, constitui objeto do presente contrato À CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PARA A CONSTRUÇÃO DE 2 (DUAS) SALAS DE AULA JUNTO AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BRANCA DE NEVE, TOTALIZANDO UMA ÁREA DE 143.12 M², as condições fixadas no Contrato 017/2010 da PMJB e tem como valor total a quantia de R\$ 82.062,98 (oitenta e dois mil, sessenta e dois reais e noventa e oito centavos).

José Boiteux/SC, em 17 de dezembro 2010
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal
(Em Exercício)

CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA
Contratada

Lauro Muller**PREFEITURA MUNICIPAL****Decretos nº 045/2010**

DECRETO Nº 045/2010.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa, dada pela Lei Municipal nº 1.622/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

07.00 - Fundo Municipal de Saúde
07.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.039 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde
3.3.40 - Transferência a Municípios - 0.0.0003 - R\$ 5.000,00

TOTAL - R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o crédito suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação em igual quantia das seguintes dotações orçamentárias

Anulação

07.00 - Fundo Municipal de Saúde
07.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.039 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde
3.3.50 - Transf. Inst. Privadas s/ fins lucrativos - 0.0.0003 - R\$ 5.000,00

TOTAL - R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 20 de Dezembro de 2010.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin, e Planej.

Aditivo de Contrato Nº 129/2010

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 129/2010
Processo Licitatório nº 95/2010 - Convite p/ Obras e Serv. de Engenharia. nº 95/2010

Objeto: ADITIVO DE OBRAS DE DRENAGEM NO BAIRRO SANTA BÁRBARA ALTERANDO O PRAZO DE VIGÊNCIA PARA 31/03/2011
Contratado: Pilar Empreiteira Ltda
Prazo de Vigência: 10/12/2010 à 31/03/2011

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 130/2010

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 130/2010
Processo Licitatório nº 87/2010 - Convite p/ Obras e Serv. de Engenharia. nº 87/2010

Objeto: ADITIVO DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS ALTERANDO O PRAZO DE VIGÊNCIA PARA 31/03/2011.
Contratado: Pilar Empreiteira Ltda
Prazo de Vigência: 10/12/2010 à 31/03/2011

HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Aditivo de contrato Nº 131/2010

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Lauro Müller
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 131/2010
Processo Licitatório nº 87/2010 - Tomada de Preços para compras

e Serviços. nº 87/2010

Objeto: ADITIVO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS ALTERANDO O PRAZO DE VIGÊNCIA PARA 31/03/2011

Contratado: Comercial Caciatori Ltda

Prazo de Vigência: 10/12/2010 à 31/03/2011

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 132/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 132/2010

Processo Licitatório nº 59/2010 - Tomada de Preços p/ Obras e Ser. nº 59/2010

Objeto: ADITIVO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL NO ACESSO À AVÍCOLA CATARINENSE - BAIRRO KM 107, COM EXTENSÃO DE 556,31 M ALTERANDO O PRAZO DE VIGÊNCIA PARA 31/03/2011

Contratado: Pavimentadora Alfa Ltda

Prazo de Vigência: 10/12/2010 à 31/03/2011

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 133/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 133/2010

Processo Licitatório nº 94/2010 - Convite p/ Obras e Ser. nº 94/2010

Objeto: ADITIVO DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO ALTERANDO O PRAZO DE VIGÊNCIA PARA 31/03/2011

Contratado: Pavimentadora Alfa Ltda

Prazo de Vigência: 10/12/2010 à 31/03/2011

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato Nº 134/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Lauro Müller

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 134/2010

Processo Licitatório nº 81/2010 - Convite p/ Obras e Ser. nº 81/2010

Objeto: ADITIVO SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO PARA OBRAS PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL NO ACESSO À AVÍCOLA CATARINENSE - BAIRRO KM 107, COM EXTENSÃO DE 556,31 M ALTERANDO O PRAZO DE VIGÊNCIA PARA 31/03/2011

Contratado: Pavimentadora Alfa Ltda

Prazo de Vigência: 10/12/2010 à 31/03/2011

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1293

DECRETO Nº 1293 de 13 de dezembro de 2010.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 877 de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente, na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 13.1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde R\$ 1.132,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.545,00

TOTAL ANULADO R\$ 4.677,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 13.1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde R\$ 1.132,00

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.545,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 4.677,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto 1294

DECRETO Nº 1294 de 15 de dezembro de 2010.

"ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao disposto no art 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e considerando a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira, com o objetivo de manter, o equilíbrio das contas públicas no corrente exercício,

DECRETA:

Art.1º- Fica limitado o empenhamento de despesas e movimentação financeira na Administração Direta Centralizada e nos Fundos Especiais do Município, no montante de R\$ 25.981,50 (vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos), conforme detalhamento constante no Anexo Único, que é parte integrante deste Decreto.

Parágrafo Único - Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais, as resultantes de transferências voluntárias e do Superávit Financeiro do exercício de 2009, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida, com pessoal e encargos e aquelas despesas ressalvadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art.2º- São responsáveis pela implementação das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto, o ordenador de despesas da Administração Direta Centralizada e dos Gestores dos Fundos especiais com autonomia orçamentária e financeira.

Parágrafo Único - As Unidades Orçamentárias e Administrativas adotarão as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessários à redução das despesas e à sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

Art.3º- A Secretaria da Fazenda e Administração poderá expedir instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art.4º- Revogam-se as disposições do Decreto nº 1223 de 29 de junho de 2010.

Art.5º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 15 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Demonstrativo para Limitação de Empenho
Movimentação Financeira

Demonstrativo de Déficit - Anexo Único
art. 1º, Decreto nº 1.294, de 15 de dezembro de 2010

	Valor	Execução	Déficit
Previsão até o quinto Bimestre (Setembro/Outubro)	9.124.121,00	9.098.139,50	25.981,50
TOTAIS	9.124.121,00	9.098.139,50	25.981,50

Valores a serem reduzidos da previsão de despesas e movimentação financeira para cobertura do déficit até o sexto bimestre (Decreto nº. 1.165, de 15.12.2009)

Bimestre Novembro/Dezembro	Total
25.981,50	25.981,50

Limite Máximo de Despesas para o sexto Bimestre

Bimestre Novembro/Dezembro	Total
2.164.618,50	2.164.618,50

Luzerna/SC, 15 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1295

DECRETO Nº 1295 de 16 de dezembro de 2010.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 877 DE 08/12/09 (LOA), AO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA(SC)"

NORIVAL FIORIN, Prefeito do Município de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto ao orçamento vigente CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR na importância de R\$ 86.000,00 (Oitenta e seis mil reais) por conta do superávit financeiro do exercício anterior proveniente dos recursos próprios do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, na forma do disposto no art. 43, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:

17.122.0029.2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0200.0 Pessoal e Enc. Sociais - Aplic. Diretas R\$ 44.000,00

17.272.0029.2.069 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL RPPS - SIMAE

3.1.91.00.00.00.00.00.0.3.0200.0 Pessoal e Enc. Sociais - Aplic. Diretas R\$ 42.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Extrato de Alteração do Edital Pregão pml.025.2010

AVISO DE ALTERAÇÃO

Pregão nº 0025/2010

Processo Licitatório nº 0096/2010

O Município de Luzerna torna público a alteração efetuada no Edital de Pregão Presencial 025.2010, cujo objeto é o "Registro de Preços para contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes, em conformidade com as especificações do Edital, destinados aos veículos, caminhões, ambulâncias, equipamentos rodoviários, motores e aparelho da Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais"

1) O valor máximo do item nº07 fica alterado de R\$ 2,00 (dois reais) o litro para R\$ 2,07 (dois reais vírgula sete centavos) o litro.
2) Em virtude desta mudança a data e horário do processamento do pregão do dia 17.12.2010, a partir das 08h fica alterado para o dia 30.12.2010, às 14h; A data e horário para o credenciamento dos participantes fica alterado de até as 08h do dia 17.12.2010 para até as 14h do dia 30.12.2010.

As demais disposições permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível no site www.luzerna.sc.gov.br a partir da data de publicação deste aviso

Luzerna (SC), 17 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 2118 de 14 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº. 2118 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601 - GERÊNCIA DE SAÚDE
0601.010.301.0100.2029 - Manutenção da Secretaria de Saúde
0601 - 31901100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
0601 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde
R\$ 2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) do programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601 - GERÊNCIA DE SAÚDE
0601.010.301.0100.2029 - Manutenção da Secretaria de Saúde
0601 - 44905200 - Equipamento e Material Permanente
0601 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde
R\$ 2.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 14 de Dezembro de 2010
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2119 de 14 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº. 2119 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2031 - Manutenção das atividades do PACS
0602 - 31900400 - Contratações por tempo Determinado
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde
R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) do programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2031 - Manutenção das atividades do PACS
0602 - 44905200 - Equipamento e Material Permanente
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde
R\$ 10.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 14 de Dezembro de 2010
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto n.º 081/2010.

DECRETO n.º 081/2010.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

CLAUDIO JOSE TOMAZI, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.394/2009, de 04 de Dezembro de 2009.

D E C R E T A

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 5.730,00 (Cinco mil, setecentos e trinta reais), neste termo:

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO
040112.306.2015 - Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Básico
3.3.90.00.00.00.00.00.0110.0 - Aplicações Diretas (51) R\$ 3.432,00
040112.306.2016 - Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.0120.0 - Aplicações Diretas (55) R\$ 2.298,00
Total R\$ 5.730,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Dezembro de 2010.
CLAUDIO JOSE TOMAZI
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital do Pregão Presencial Nº 29/2010

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 59/2010

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2010

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia 04/01/2011 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de GENEROS ALIMENTICIOS PARA COMPOR MERENDA ESCOLAR, E COMPOR ALIMENTAÇÃO DOS PACIENTES DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE, PROGRAMA PET, CASA LAR, IDOSOS E ADMINISTRAÇÃO, BEM COMO MATERIAIS DE LIMPEZA, AGUA E GAS DE COZINHA PARA FUNDOS E SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE MONTE CARLO.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 13:00 às 19:00HS. TELEFONE/FAX: (049) 3546- 0194. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 16 de dezembro de 2010
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº 016/2010

CONTRATO Nº 016/2010. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA. CONTRATADO: ANCS INFORMATICA LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, OBJETIVANDO MELHORIAS NO ATENDIMENTO E REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO AS FAMÍLIAS COM RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL, NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA. VIGÊNCIA 02/12/2010 A 31/12/2010. VALOR R\$ 25.390,00. PREGÃO PRESENCIAL 004/2010 FMAS.

Extrato de Contrato Nº 017/2010

CONTRATO Nº 017/2010. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MORRO

DA FUMAÇA. CONTRATADO: SCHELBI MARIA FARIAS CASA-GRANDE ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, OBJETIVANDO MELHORIAS NO ATENDIMENTO E REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO AS FAMÍLIAS COM RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL, NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA. VIGÊNCIA 02/12/2010 A 31/12/2010. VALOR R\$ 24.740,00. PREGÃO PRESENCIAL 004/2010 FMAS.

Extrato de Contrato Nº 018/2010

CONTRATO Nº 018/2010. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA. CONTRATADO: DANIEL MARIANO DOS SANTOS ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, OBJETIVANDO MELHORIAS NO ATENDIMENTO E REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO AS FAMÍLIAS COM RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL, NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA. VIGÊNCIA 02/12/2010 A 31/12/2010. VALOR R\$ 27.450,00. PREGÃO PRESENCIAL 004/2010 FMAS.

Extrato de Contrato Nº 019/2010

CONTRATO Nº 019/2010. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA. CONTRATADO: C.D RONCHI LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, OBJETIVANDO MELHORIAS NO ATENDIMENTO E REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO AS FAMÍLIAS COM RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL, NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA. VIGÊNCIA 02/12/2010 A 31/12/2010. VALOR R\$ 24.485,00. PREGÃO PRESENCIAL 004/2010 FMAS.

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 718-A/2010

PORTARIA Nº 718-A/2010

Designa Servidor para acompanhar e fiscalizar execução do Contrato nº 194/2010.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, com fundamento no que determina o Artigo 67, caput e seus §§1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do Contrato nº 198 de 29/11/2010, a senhora Rosita Sônia Valle Tridapalli, matrícula funcional nº 3061, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, lotado na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato é a Execução de serviços, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, para construção de Quadra de Esportes coberta na Escola de Ensino Fundamental da localidade de Aguti, neste município, com área total de 684,82 m², distribuídos nos lotes abaixo descritos e nas condições estabelecidas no Memorial Descritivo (Anexo I) e Planilhas Quantitativas, partes integrantes deste edital.

LOTE 2: Material e Mão de Obra - Pré-Moldado.

Art. 2º - Atribui ao senhora Rosita Sônia Valle Tridapalli anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores

em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Nova Trento, em 29 de novembro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito

Registrada e publicada a presente Portaria em 29 de novembro de 2010.

ROSITA SÔNIA VALLE TRIDAPALLI
Secretária Municipal de Educação

Contrato Nº 198/2010

CONTRATO Nº 198/2010

Origem: Processo Licitatório nº 130/2010. Modalidade: Dispensa de Licitação nº 042/2010. Homologação: 29/11/2010. Contratante: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede, hoje, a Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento, SC, CNPJ n. 82.925.025/0001-60. Contratada: CONSTRUTORA PESSOA DE CARVALHO LTDA, estabelecida na QI 13, Lotes 1/14, Galpão 01, Taguatinga, Distrito Federal/DF, CNPJ nº 029.995.549-40. Objeto do Contrato: Execução de serviços, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, para construção de Quadra de Esportes coberta na Escola de Ensino Fundamental da localidade de Aguti, neste município, com área total de 684,82 m², distribuídos nos lotes abaixo descritos e nas condições estabelecidas no Memorial Descritivo (Anexo I) e Planilhas Quantitativas, referente ao Lote 2: Material e Mão de Obra - Pré-Moldado. O Contratante pagará a Contratada, a importância total de R\$ 89.816,00 (oitenta e nove mil, oitocentos e dezesseis reais). Validade do Contrato: 120 (cento e vinte) dias a partir da emissão da Ordem de Serviço.

Nova Trento, 29 de novembro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Terceiro Termo Aditivo aos Contratos Nº 121/2010 e 122/2010 de 14/06/2010.

CONTRATO Nº 197/2010

TERCEIRO TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS Nº 121/2010 E 122/2010 DE 14/06/2010.

Origem: Processo Licitatório nº 035/2010. Modalidade: Tomada de Preço nº 001/2010. Homologação: 14/06/2010. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: CONTRUTORA KAROL INÊS, inscrita no CNPJ sob o número 06.823.358/0001-9, estabelecida na Rua Santo Inácio, nº 355, Centro, Nova Trento/SC, neste ato representado por seu Sócio-administrador Sr. Jaison Moacir Marchiori. Objeto do Contrato: O presente termo objetiva a alteração da Clausula Nona do Contrato 122/2010, para acrescer a importância de R\$ 5.180,00 (cinco mil cento e oitenta reais), correspondente a 2,67 % do contrato citado acima. Devido a sobra de recursos e a necessidade de derrubada de muro em frente a obra, bem como a limpeza do local e a colocação de lajotas, a prefeitura solicitou a empresa Construtora Karol Inês, vencedora do Processo Licitatório nº 035/2010, Modalidade Tomada de Preço nº 001/2010, que executasse este

serviço adicional (não previsto em projeto inicial). Assim, decidimos pelo termo aditivo para que a empresa contratada possa executar mais este serviço para maior qualidade da obra em comento. Segue no presente aditivo o seguinte documento: Planilha Orçamentária. Validade do Contrato: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2010, observado o caput do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Nova Trento, 10 de novembro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação - TP 58/2010

TOMADA DE PREÇOS Nº58/2010

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES torna público que realizará licitação na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço por item, objetivando a aquisição de materiais odontológicos para o ano de 2011, com abertura das propostas às 15:00 horas do dia 14 de janeiro de 2011. Edital e outras informações encontram-se à disposição na Secretaria de Administração, no prédio da Prefeitura, no horário das 13:00 às 19:00 horas, de segunda a sexta-feira, no telefone (48) 32530161 e no site www.paulolopes.sc.gov.br. Ressaltamos que do dia 22/12/2010 à 02/01/2011 a Prefeitura estará de recesso, voltando seu funcionamento normal, a partir do dia 03/01/2011.

Paulo Lopes, 20 de dezembro de 2010.
EVANDRO JOAO DOS SANTOS
Prefeito Municipal.

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO****MÊS DE NOVEMBRO DE 2010**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	114.887,50
1.2 - ITBI	125.936,36
1.3 - ISS	1.113.558,92
1.4 - FPM	3.474.604,40
1.5 - IRRF	98.969,63
1.6 - ICMS	2.192.393,44
1.7 - IPI	45.887,39
1.8 - IPVA	365.105,04
1.9 - ITR	9.157,77
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	14.203,20
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	17.615,98
1.12 - Multas e Juros	13.940,65
TOTAL	7.586.260,28

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	1.896.565,07
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	1.481.400,50
2.3 - Convênios	592.311,92
TOTAL	3.970.277,49

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	1.220.270,25	1.220.119,30	-150,95
3.2 - Professor em Efetivo Exercício	888.840,30	924.511,11	35.670,81
3.3 - Ensino	1.268.855,02	1.124.016,16	-144.838,86
3.4 - Convênio	592.311,92	475.260,24	-117.051,68
TOTAL	3.970.277,49	3.743.906,81	-226.370,68

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Paulo Lopes, 10 de dezembro de 2010.

% aplicado = 23,56

Aplicado a maior = -109.319,00

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE**MÊS NOVEMBRO DE 2010**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	114.887,50
1.2 - ITBI	125.936,36
1.3 - ISS	1.113.558,92
1.4 - FPM	3.474.604,40
1.5 - IRRF	98.969,63
1.6 - ICMS	2.192.393,44
1.7 - IPI	45.887,39
1.8 - IPVA	365.105,04
1.9 - ITR	9.157,77
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	14.203,20
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	17.615,98
1.12 - Multas e Juros	13.940,65
TOTAL	7.586.260,28

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das receitas oriundas de impostos	1.137.939,04
2.2 -	
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	891.280,95
TOTAL	2.029.219,99

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde	2.029.219,99	2.421.637,44	392.417,45
3.2 - (-) Convênios não Aplicados	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.029.219,99	2.421.637,44	392.417,45

% aplicado = 20,17

Paulo Lopes, 10 de dezembro de 2010.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA SAÚDE

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 DEZEMBRO/2009 A NOVEMBRO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.349.512,96	0,00
Pessoal Ativo	5.189.818,33	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	159.694,63	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	25.271,58	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	25.271,58	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.324.241,38	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	5.324.241,38	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	10.769.761,24	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	49,44	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	5.815.671,07	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	5.524.887,52	

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PAULO LOPES, 10/12/2010

 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

 GILDO ARCELINO DE SOUZA
 Secretario de Finanças

 ALMERY ALCIDES VIEIRA
 Diretor de Controle Interno

 NILTON BATISTA RAUPP
 Contador

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação Nº 061/2010

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 061/2010
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 10 DE JANEIRO DE 2011, licitação modalidade Pregão Presencial nº 061/2010, visando O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA A UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL - EXERCÍCIO 2011.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 10/01/2011, até às 09:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 17 de Dezembro de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 062/2010

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 062/2010
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 10 de janeiro de 2011, licitação modalidade Pregão Presencial nº 062/2010, visando O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA A UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL - EXERCÍCIO 2011.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 10/01/2011, até às 15:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 15:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 17 de Dezembro de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso PRG 01/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2011

OBJETO - Contratação de empresa(s) para fornecimento de Gasolina Comum, inclusos os serviços de frentista, e de óleo diesel, destinados ao abastecimento da frota de veículos das Secretarias Municipais no ano de 2011

TIPO DE LICITAÇÃO - Menor preço por lote.

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 14:00 do dia 03/01/2011, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213.

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou através do site www.portobelo.sc.gov.br.

AOILTO MOTTA PORTO
Secretário de Administração

MARCO AURELIO PEREIRA
Pregoeiro
Porto Belo, 20 de dezembro de 2010.

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.835/2010

LEI Nº 3.835, de 15 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre a doação de Bem Público ao Instituto de Defesa do Cidadão-IDC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao Instituto de Defesa do Cidadão-IDC, declarado de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.636, de 21 de julho de 2009, com sede na Rua Dr. Leoberto Leal - Nº 291 - Bairro São Pedro-Porto União-SC, inscrito no CNPJ sob o nº 05.499.419.0001-53, um veículo PAS/Automóvel, gasolina, modelo VW/PARATI 1.8, Prata, CAP/100CV, chassi 9BWDCO5X82TO55298, Placa MCF 3289, ano de fabricação 2001, modelo 2002, Código do Renavam nº 770466893.

Art. 2º Fica autorizado o Setor Competente da Prefeitura Municipal de Porto União a proceder baixa patrimonial, bem como a transferência dos direitos de posse ao Instituto de Defesa do Cidadão - IDC do Bem Público mencionado no artigo precedente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Lei Nº 3.836/2010

LEI Nº 3.836, de 15 de dezembro de 2010.

Inclui na grade curricular das Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio o ensino de noções de Educação Cívica e Ciência Política.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluída na grade curricular das Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio, conteúdos e atividades relativos à educação cívica e ao estudo da ciência política.

Parágrafo único. Para a inclusão de que trata o "caput" deste artigo serão obedecidos os procedimentos legais previstos pelas legislações federal e estadual vigentes.

Art. 2º Os conteúdos e atividades abrangerão obrigatoriamente os seguintes temas, sem prejuízo da inclusão de outros:

I- História da Política Brasileira;
II- Constituição Federal de 1988;
III-A Organização político-administrativa da República Federativa do Brasil: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
IV-Poder Executivo, Legislativo e Judiciário;
V- O Presidente da República - atribuições;
VI-Ministros de Estado;
VII-O Congresso Nacional: composto pela Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
VIII- Funções e Organização da Justiça;
IX- Governador de Estado;
X- Assembléia Legislativa;
XI- Prefeito;
XII- Câmara de Vereadores;
XIII-Voto, Exercício da Cidadania;
XIV- Governo e Democracia;
XV- Partidos Políticos;
XVI-Direitos Fundamentais: os direitos e deveres individuais e coletivos.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação poderá, com o objetivo de viabilizar a execução desta Lei, celebrar acordos, convênios e parcerias com entidades públicas, privadas e com a sociedade civil.

Art. 4º O Poder Executivo fica autorizado a regulamentar esta Lei mediante Decreto.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Porto União (SC), 15 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto Nº 531/2010

DECRETO Nº 531, de 16 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre procedimento para encerramento do exercício financeiro de 2010, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e com vistas ao cumprimento das normas de Direito Financeiro estabelecidas na legislação federal, estadual e municipal de regência da matéria,

DECRETA:

Art. A determinação contida neste Decreto visa dar cumprimento às normas de Direito Financeiro estabelecidas em legislação federal, estadual e municipal de regência da matéria e, possibilitar o cumprimento dos prazos legais estabelecidos para a elaboração e divulgação de demonstrativos contábeis consolidados, bem como propiciar a disponibilização de informações contábeis para os processos de tomada de decisão.

Art. 2º Fica determinado o prazo até o dia 20 (vinte) de dezembro do corrente ano, para a realização de empenhos pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta da Administração Pública Municipal, visando o encerramento do exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Portaria Nº 082/2010

PORTARIA Nº 082, de 14 de dezembro de 2010.

Constitui e nomeia os membros da Comissão Especial para os fins que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Nomear Comissão Especial, sem ônus para o Município, para assumir responsabilidade pela execução das obras, gerenciamento e aplicação dos recursos financeiros para a construção de 60 (sessenta) Unidades Habitacionais através do Programa Minha Casa Minha Vida, com base em relatórios de acompanhamento de obras da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo 1º será composta pelos seguintes membros:

I- Ricardo Dragoni - Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade;
II- Cláudio Tilgner de Souza - Secretário Municipal de Planejamento; e
III- Sofia Sydol - Contadora Geral do Município.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de 12 (doze) meses a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Art. 4º Revogam-se a Portaria nº 081, de 13 de dezembro de

2010, e as demais disposições em contrário.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 14 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Termode Recebimento de Veículo

TERMO DE RECEBIMENTO DE VEÍCULO

DECLARO, que recebi por doação da Prefeitura Municipal de Porto União (SC), autorizada pela Lei Municipal nº 3.835, de 15 de dezembro de 2010, o veículo abaixo especificado, para uso do Instituto de Defesa do Consumidor - IDC, inscrito no CNPJ sob o nº 05.499.419.0001-53, com sede na rua Dr. Leoberto Leal - Nº 291 - Bairro São Pedro - Porto União - SC:

- Veículo PAS/Automóvel, gasolina, modelo VW/PARATI 1.8, Prata, CAP/100CV, chassi 9BWDCO5X82TO55298, Placa MCF 3289, ano de fabricação 2001, modelo 2002, Código do Renavam nº 770466893.

Porto União (SC), 15 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

RG nº 581.440-SC

CPF nº 216.709.009-91

MACELO JOSÉ BOLDORI

Coordenador do IDC

RG nº 34.61252-SSP-SC

CPF nº 022.350.349-50

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar nº 214/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 214, de 06 de dezembro de 2010.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Complementar nº 163/2006 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.141

Parágrafo Único - O lote das residências geminadas, só poderá ser desmembrado quando cada unidade tiver dimensões mínimas de lote estabelecidas pelo Título IV – Normas Relativas ao Parcelamento de Solo e as residências, isoladamente, estejam de acordo com esta Lei Complementar.

....."

"Art.142

I - residências paralelas em série:

a) consideram-se as residências paralelas ao alinhamento frontal, em série, as situadas ao longo de logradouros públicos, totalmente ou parcialmente geminadas, em regime de condomínio, as quais não poderão ser em número superior a 20 (vinte) unidades de moradia ou a extensão superior a 100 (cem) metros.

II - residências transversais em série:

a) consideram-se as residências transversais em série, em série, totalmente ou parcialmente geminadas, em regime de condomínio, aquelas cuja disposição seja transversal ao alinhamento predial, que exijam a abertura de corredor de acesso, não podendo ser superior a 20 (vinte) o número de unidades contíguas no mesmo alinhamento.

b)

1 - o acesso se fará por um corredor com a largura de no mínimo: 1.1 - 5,00 m (cinco metros), quando as edificações estiverem situadas em um só lado do corredor de acesso com até 10 (dez) edificações;

1.2 - 6,00 m (seis metros), quando as edificações estiverem situadas em um só lado do corredor de acesso com mais de 10 (dez) e até 20 (vinte) edificações;

1.3 - 8,00 m (oito metros), quando as edificações estiverem situadas em ambos os lados do corredor de acesso com até 20 (vinte) edificações;

1.4 - 12,00 m (doze metros) quando as edificações estiverem situadas em ambos os lados do corredor de acesso com mais de 20 (vinte) edificações.

3 -

§ 1º - As residências de que trata o "caput" deste artigo, terão área livre mínima igual a projeção da moradia.

....."

"Art. 146 -

I - conjunto Horizontal 1: Quando tratar-se de residência com área de até 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados);

II - conjunto Horizontal 2: Quando tratar-se de residência com área superior a 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados);

Art. 147 -

I - conjunto Vertical 1: Quando tratar-se de apartamento com área unitária de até 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados);

II - conjunto Vertical 2: Quando tratar-se de apartamento com área unitária superior a 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados);

....."

Art. 150 REVOGADO.

Art.156 B -

.....

§ 4º - Os compartimentos obedecerão, no mínimo, as seguintes dimensões:

	Área Min (m²)	Dimensão Min. (m)	Altura Min. (m)
1º Dormitório	9,00	2,40	2,40
2º Dormitório/Demais	7,50	2,40	2,40
Banheiro	2,70	1,20	2,40
Sala	9,00	2,40	2,40
Circulação		0,90	2,40
Cozinha	4,00	1,60	2,40
A. Serviço	2,10	1,30	2,40

....."

"Art.278

.....

TABELA 2- Dimensões dos compartimentos provisórios

**DIMENSÕES MÍNIMAS DOS COMPARTIMENTOS
UTILIZAÇÃO TRANSITÓRIA**

Compartimentos	Área (m²)	Dimensão (m)	Altura (m)	Largura vãos (m)
Cozinha	4,00	1,60	2,40	0,80
Banheiro	2,70	1,20	2,40	0,60
Lavabo	1,20	0,80	2,40	0,60
Área de serviço	2,25	1,50	2,40	0,70
Circulações		0,90	2,40	0,80
Garagens	12,00	2,40	2,40	2,50
Closet		1,30	2,40	0,60

.....”

“Art.312

Uso	Número de vagas
Residencial Unifamiliar	01 (uma) vaga de unidade, quando tratar de edificação com mais de 100,00 m² (cem metros quadrados) de área construída.
Residencial Multifamiliar e Interesse Social	01 (uma) vaga por unidade 01 (uma) vaga para visitantes para cada 15 unidades
Conjunto Horizontal 1	01 (uma) vaga para cada unidade. 01 (uma) vaga de visitante para cada 03 (três) unidades.
Conjunto Horizontal 2	02 (duas) vagas para cada unidade 01 (uma) vaga de visitante para cada 05 (cinco) unidades.
Conjunto Vertical 1	01 (uma) vaga para cada unidade e 01 (uma) vaga para visitantes para cada 5 (cinco) unidades, sendo uma para portadores de necessidades especiais
Residencial Multifamiliar Permanente	02 (duas) vagas para cada unidade. (*1) 01 (uma) vaga para visitante para cada 05 (cinco) unidades, sendo uma destinada a portadores de necessidades especiais
Conjunto Vertical 2	01 (uma) vaga de embarque e desembarque.

	a) Hotéis, albergues e pousadas	01 (uma) vaga para cada apartamento 01 (uma) vaga para cada 03 (três) dormitórios quando não for apartamento. (*2) 01 (uma) vaga para embarque e desembarque
Residencial Multifamiliar Temporário	b) Motel	01 (uma) vaga por apartamento 01 (uma) vaga para carga e descarga.
Residencial Coletivo	Internatos, pensionatos, asilos, orfanatos ou estabelecimentos hospitalares	01 (uma) vaga para estacionamento de ônibus ou ambulância 01 (uma) vaga para embarque e desembarque 01 (uma) vaga para cada 5 (cinco) leitos

.....”

“Art. 498

DO PONTO 23 AO PONTO 24

Partindo do ponto 23, seguindo pela divisa intermunicipal, cruzando o Rio Itajaí-Açu e a Rua Conselheiro Willy Hering até encontrar o ponto 24, situado a 700,00m (setecentos metros) do eixo da Rua Conselheiro Willy Hering, pela divisa municipal com Lontras.

DO PONTO 24 AO PONTO 24 A

Partindo do ponto 24, segue uma faixa paralela de 700,00m (setecentos metros) ao eixo da Rua Conselheiro Willy Hering até o ponto 24 A, situado a 200,00m (duzentos metros) do eixo da Rua Júlio Schlupp.

DO PONTO 24 A AO PONTO 25

Partindo do ponto 24 A, seguindo por uma faixa paralela de 200,00m (duzentos metros) aos eixos das Ruas Júlio Schlupp e Gustavo Hasse até atingir o ponto 25, 500,00m (quinhentos metros) após a Rua Otto Klug.

.....”

“Art.506

RP2 (BAIRRO BELA ALIANÇA)

NORTE Pela zona MD3 da Bela Aliança até o limite com o município de Lontras.

LESTE: Pelo limite intermunicipal com Lontras, do fim da zona MD3 até o ponto P24.

SUL. Partindo do ponto 24, seguindo pelo limite do perímetro urbano até o ponto P24A. Após o P24A o limite segue sentido Oeste por uma faixa paralela de 500m (quinhentos metros) a Rua Conselheiro Willy Hering, até a intersecção da faixa de 100m (cem metros) paralela a Rua Alfredo Schwarowski, seguindo por esta faixa sentido sul até o prolongamento do eixo do Beco O.M., seguindo por este eixo (incluindo os lotes que lhe derem testada) e em seguida até o ponto P27. Após o P27 a linha segue pela divisa do perímetro urbano em direção ao P28, até o limite com o Bairro Bremer.

OESTE: Pela zona RP2 do bairro Bremer.

.....”

Art. 2º Revoga o inciso III, dos art. 146 e art. 147, da Lei Complementar nº 163/2006 e suas alterações posteriores.

Art. 3º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 06 de dezembro de 2.010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.078/2010

LEI Nº 5.078, de 09 de novembro de 2010.

“OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS A MANTER GUARDA-VOLUMES À DISPOSIÇÃO DE SEUS USUÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - Ficam os estabelecimentos bancários de Rio do Sul, dotados de porta com detector de metais, obrigados a manter unidades de guarda-volumes à disposição de seus usuários.

Art. 2o - O guarda-volumes mencionado no artigo 1o deverá:

I - estar posicionado junto ao local de acesso, anteriormente às portas de detectores de metais

II - ter chaves individuais que possam ficar com o usuário, enquanto permanecer dentro do estabelecimento;

III - corresponder ao número compatível com o fluxo de pessoas previsto para o estabelecimento em questão.

Art. 3o - Fica vedada a cobrança de qualquer tarifa, taxa ou similares para a prestação do presente serviço

Parágrafo único. A vedação de que trata o caput do presente artigo não se configura no caso dos estabelecimentos bancários efetuarem cobrança temporária para o uso do guarda-volume, devendo ser devolvido o respectivo valor, em sua totalidade, após o uso.

Art. 4o - Os estabelecimentos bancários de que trata esta lei deverão ser adaptados às suas disposições no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5o - O descumprimento ao disposto na presente lei ensejará multa diária no valor de 500 vezes a Unidade Fiscal Municipal (UFM), até a solução da desconformidade.

Art. 6o - O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de sua publicação, e ficará responsável pela fiscalização ao disposto no artigo 1o desta Lei.

Art. 7o - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8o - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal 09 de novembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.079/2010

LEI Nº 5.079, de 23 de novembro de 2010.

“CRIA O DIA MUNICIPAL DO COMERCIÁRIO.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o Fica criado o Dia Municipal do Comerciário, que ocorrerá no dia 30 de outubro cada ano.

Art. 2o Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a incluir no calendário oficial de eventos do Município, data alusiva ao “Dia do Comerciário” e a realizar parcerias com os Sindicatos do setor do Comércio, a fim de realizarem eventos comemorativos ao referido dia.

Art. 3o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal 23 de novembro de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.080/2010

LEI Nº 5.080, de 23 de novembro de 2010.

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ÁREA DE SEGURANÇA ESCOLAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o A Área de Segurança Escolar é uma área em que o município garante, através de ações adequadas, a realização dos objetivos das instituições educacionais estabelecidas no âmbito do Município de Rio do Sul, proporcionando a segurança de alunos, pais, professores e funcionários.

Art. 2o A área de que trata esta lei corresponderá a um raio de 100 m (cem metros), com centro nos portões de entrada e saída das escolas e deverá ser indicada por placas afixadas nas proximidades.

Art. 3o Compete ao município de Rio do Sul, na Área de Segurança Escolar desenvolver ações que visem:

I - intensificar a fiscalização do comércio existente, coibindo a comercialização de produtos ilícitos;

II - viabilizar, por si ou manter com o apoio da comunidade e da iniciativa privada, a adequação dos espaços circunvizinhos, de modo a não causar insegurança nas escolas devendo, para isso, providenciar, quando possível:

a) iluminação pública adequada nos acessos à instituição;

b) pavimentação de ruas e manutenção de calçadas para que fiquem em perfeitas condições de uso;

c) poda de árvores e limpeza de terrenos;

d) controle e eliminação de terrenos baldios e construções/prédios abandonados nas circunvizinhanças;

e) retirada de entulhos;

f) manutenção permanente de faixas de travessia de pedestres, semáforos e redutores de velocidade;

III - coibir, nos termos da lei, a distribuição ou exposição de escritos, desenhos, pinturas, estampas ou qualquer objeto que demonstre algo obsceno ou pornográfico;

IV - controlar, através de fiscalização intensiva do comércio em geral, o acesso de crianças e adolescentes a:

a) quaisquer produtos farmacêuticos que possam causar dependência química;

b) gasolina ou qualquer substância inflamável ou explosiva;

c) fogos de artifício;

d) bebidas alcoólicas;

e) jogos de azar e jogos eletrônicos movidos a valores pecuniários, proibidos por lei.

Art. 4o Compete à Guarda Municipal providenciar junto aos órgãos competentes, a regulamentação do uso de vias situadas no entorno dos estabelecimentos de ensino, impondo controle rígido a:

I - limites de velocidade;

II - sinalização adequada.

Art. 5o Ao Executivo Municipal caberá representar junto aos órgãos competentes no âmbito de sua jurisdição e aplicar sanções aos infratores por descumprimento ao disposto nesta lei.

Art. 6o Fica o Poder Executivo autorizado a promover convênios e parcerias com entidades, com as diretorias das escolas, as Associações de Pais e Professores, com a comunidade escolar e empresas estabelecidas no local, visando a consecução dos objetivos desta lei.

Art. 7o As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento anual do Município.

Art. 8o Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal 23 de novembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.081/2010

LEI Nº 5.081, de 14 de dezembro de 2010.
"REVOGA O ART 3º DA LEI Nº 5.000 DE 22 DE JUNHO DE 2010"

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:
Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogado o art. 3º da Lei n. 5.000 de 22 de junho de 2010, mantendo-se inalterados os demais artigos.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito municipal

Lei Municipal nº 5.082/2010

LEI Nº 5.082, de 14 de dezembro de 2010.
"REVOGA O ART 3º DA LEI Nº 4.856, DE 12 DE MAIO DE 2009"

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:
Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogado o art. 3º da Lei n. 4.856, de 12 de maio de 2009, mantendo-se inalterados os demais artigos.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito municipal

Lei Municipal nº 5.083/2010

LEI Nº 5.083, de 14 de dezembro de 2010.
" SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL"

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:
Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
10.04 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
2.040 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

TOTAL R\$ 85.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do

artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
06.03 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
2.113 Capacitação Permanentes dos Servidores Públicos Municipais
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

TOTAL R\$ 85.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.084/2010

LEI Nº 5.084, de 14 de dezembro de 2010.
"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO PROMOVER RESARCIMENTO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:
Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a pagar a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a Edson Vieira Ferreira, referente à despesas de recuperação do móveis e ferramentas danificados em virtude do entupimento de tubulação para o escoamento de água do cemitério municipal, situada na Rua Rodrigues Alvez, nº 129, Bairro Santana.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.085/2010

LEI Nº 5.085, de 14 de dezembro de 2010.
"CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS AOS EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E AOS AGENTES POLÍTICOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:
Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Em conformidade ao disposto no Art. 37, inciso X da Constituição Federal, fica concedido revisão geral anual, no percentual de 6,08% (seis, vírgula zero oito por cento) a partir de 1º de janeiro de 2.011, incidente sobre os valores das tabelas de vencimento dos servidores públicos municipais e a dos empregados públicos, do Poder Executivo Municipal (Administração direta e indireta) e do Poder Legislativo.

§ 1º - Estende-se o percentual da revisão geral anual previsto no caput, aos Agentes Políticos Municipais do Poder Executivo (Prefeito, Vice- Prefeito, Secretários Municipais) e do Poder Legislativo (Vereadores)

§ 2º - As disposições da presente Lei são extensivas a todos os proventos de aposentadoria e pensões dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, à exceção dos benefícios previdenciários concedidos sem direito a paridade.

§ 3º - O percentual fixado no caput neste artigo, é decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado no período de dezembro de 2.009 à novembro de 2.010.

Art.2º As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei, correrão à conta de dotações específicas consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2.010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 141/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 141/2010

OBJETO: Registro de preço para aquisição de grama e flores da época para manutenção de praças e jardins do município, Secretaria de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 07/01/2011, às 10:30h.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:30h do dia 07/01/2011.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 17 de dezembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N.º 1.395

LEI N.º 1.395, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo a efetuar repasse financeiro para a Fundação Médica Social Rural de Salto Veloso e dá outras providências.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 50, XII, da Lei Orgânica, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado repasse financeiro para a Fundação Médica Social Rural de Salto Veloso, no valor de até 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) mensais, durante o exercício de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária do orçamento vigente.

Art. 3º A conveniente, por intermédio de seu representante, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de cada parcela, para prestar contas ao erário público nos moldes do formulário TC-28.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de dezembro de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

ODYRLEI MEZZALIRA
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.391

LEI N. 1.391, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO A FIRMAR ACORDO COM PESSOA QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Salto Veloso a firmar acordo com o Sr. Pedro Gonçalves de Souza, brasileiro, casado, comerciante, portador da CI n. 25/R 860.891, residente à Rua Bela Vista, s/n, Centro, em Salto Veloso, SC., promovendo a indenização das benfeitorias realizadas por ele, junto ao Centro Esportivo Municipal, no valor fixo e irrevogável e R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Art. 2º. O acordo previsto no artigo 1º desta Lei, compreende todas as benfeitorias e bens incorporados ao patrimônio municipal por acessão ou disposição legal, e será pago em parcela única, em até 05 (cinco) dias contados da autorização a ser expedida pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º. Pelo adimplemento da avença e a subscrição do respectivo termo de acordo, o Sr. Pedro Gonçalves de Souza promoverá a desocupação do imóvel do Município.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso, 17 de dezembro de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

ODYRLEI MEZZALIRA
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.392

LEI N. 1.392, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROMOVER REPASSE FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover repasse financeiro à Associação de Pais e Amigos do Excepcional de Salto Veloso, no importe de R\$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte reais), em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), durante o exercício de 2011.

Parágrafo único. O repasse a que se refere a presente Lei, servirá para manutenção das atividades da Associação, em especial, para atendimento dos portadores de necessidade especial pelo Município.

Art. 2º. A Diretoria da Associação deverá prestar contas, seguindo as diretrizes da Lei Federal nº 4.320/64, dos valores que receber a título de repasse do Convênio a ser firmado nos termos desta Lei.

Art. 3º. Os valores a serem repassados pelo Município deverão ser empregados na manutenção das atividades da entidade, autorizada a remuneração de serviços correlatos à atividade prevista no parágrafo único do artigo 1º.

Parágrafo único. Para fins de recebimento dos valores, deverá a Associação promover a abertura de conta bancária em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à movimentação dos recursos, que serão debitados através de cheques nominais aos fornecedores/prestadores de serviço, mediante nota fiscal específica.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso, 17 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

ODYRLEI MEZZALIRA

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.393

LEI N. 1.393, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROMOVER REPASSE FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover

repasso financeiro à Associação de Pais e Professores da Escola Estadual Cecília Vivan, com sede neste Município, no importe de R\$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte reais), em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), durante o exercício de 2011.

Parágrafo único. O repasse a que se refere a presente Lei, servirá para manutenção das atividades da Associação, em especial, para limpeza e manutenção do Ginásio da Escola, e utilizado pelo Município.

Art. 2º. A Diretoria da Associação deverá prestar contas, seguindo as diretrizes da Lei Federal nº 4.320/64, dos valores que receber a título de repasse do Convênio a ser firmado nos termos desta Lei.

Art. 3º. Os valores a serem repassados pelo Município deverão ser empregados na manutenção das atividades da entidade, autorizada a remuneração de serviços correlatos à atividade prevista no parágrafo único do artigo 1º.

Parágrafo único. Para fins de recebimento dos valores, deverá a Associação promover a abertura de conta bancária em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à movimentação dos recursos, que serão debitados através de cheques nominais aos fornecedores/prestadores de serviço, mediante nota fiscal específica.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso, 17 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

ODYRLEI MEZZALIRA

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.394

LEI N. 1.394, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROMOVER REPASSE FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover repasse financeiro à Associação Vêneta, desta cidade, no importe de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), durante o exercício de 2011.

Parágrafo único. O repasse a que se refere a presente Lei, servirá para manutenção das atividades da Associação, em especial, para pagamento de uma coordenadora de dança para as atividades da entidade e um instrutor de músicas.

Art. 2º. A Diretoria da Associação deverá prestar contas, seguindo as diretrizes da Lei Federal nº 4.320/64, dos valores que receber a título de repasse do Convênio a ser firmado nos termos desta Lei.

Parágrafo único. O Termo de Convênio celebrado, uma vez

subscrito, será encaminhado à Câmara Municipal, para ciência daquele órgão.

Art. 3º. Os valores a serem repassados pelo Município deverão ser empregados na manutenção das atividades da entidade, autorizada a remuneração de serviços correlatos à atividade prevista no parágrafo único do artigo 1º.

Parágrafo único. Para fins de recebimento dos valores, deverá a Associação promover a abertura de conta bancária em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à movimentação dos recursos, que serão debitados através de cheques nominais aos fornecedores/prestadores de serviço, mediante nota fiscal específica.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso, 17 de dezembro de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

ODYRLEI MEZZALIRA
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.396

LEI N. 1.396, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROMOVER REPASSE FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover repasse financeiro à Associação de Terceira Idade "Amigos para Sempre", com sede neste Município, no importe de R\$ 31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais), em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 2.650,00 (dois mil e seiscentos e cinquenta reais), durante o exercício de 2011.

Parágrafo único. O repasse a que se refere a presente Lei, servirá para manutenção das atividades da Associação, em especial, na promoção de atividades voltadas à inclusão, entretenimento e lazer dos idosos do Município de Salto Veloso.

Art. 2º. A Diretoria da Associação deverá prestar contas, seguindo as diretrizes da Lei Federal nº 4.320/64, dos valores que receber a título de repasse do Convênio a ser firmado nos termos desta Lei.

Art. 3º. Os valores a serem repassados pelo Município deverão ser empregados na manutenção das atividades da entidade, autorizada a remuneração de serviços correlatos à atividade prevista no parágrafo único do artigo 1º.

Parágrafo único. Para fins de recebimento dos valores, deverá a Associação promover a abertura de conta bancária em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à movimentação dos recursos, que serão debitados através de cheques nominais aos fornecedores/prestadores de serviço, mediante nota fiscal específica.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correm à conta de dotação própria do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso, 17 de dezembro de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

ODYRLEI MEZZALIRA
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.397

LEI N. 1.397, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROMOVER REPASSE FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover repasse financeiro ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salto Veloso, com sede neste Município, no importe de R\$ 6.720,00 (seis mil e setecentos e vinte reais), em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), durante o exercício de 2011.

Parágrafo único. O repasse a que se refere a presente Lei, servirá para manutenção das atividades do Sindicato, em especial, para pagamento das despesas com a manutenção do gabinete odontológico da entidade.

Art. 2º. A Diretoria do Sindicato deverá prestar contas, seguindo as diretrizes da Lei Federal nº 4.320/64, dos valores que receber a título de repasse do Convênio a ser firmado nos termos desta Lei.

Art. 3º. Os valores a serem repassados pelo Município deverão ser empregados na manutenção das atividades da entidade, autorizada a remuneração de serviços correlatos à atividade prevista no parágrafo único do artigo 1º.

Parágrafo único. Para fins de recebimento dos valores, deverá a Associação promover a abertura de conta bancária em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à movimentação dos recursos, que serão debitados através de cheques nominais aos fornecedores/prestadores de serviço, mediante nota fiscal específica.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correm à conta de dotação própria do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso, 17 de dezembro de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

ODYRLEI MEZZALIRA
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.398

LEI N. 1.398 , DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROMOVER REPASSE FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover repasse financeiro ao Coral Municipal de Salto Veloso, no importe de R\$ 16.800,00 (dezesesse mil e oitocentos reais), em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), durante o exercício de 2011.

Parágrafo único. O repasse a que se refere a presente Lei, servirá para manutenção das atividades da Associação, em especial, para remuneração do regente do coral.

Art. 2º. A Diretoria da Associação deverá prestar contas, seguindo as diretrizes da Lei Federal nº 4.320/64, dos valores que receber a título de repasse do Convênio a ser firmado nos termos desta Lei.

Art. 3º. Os valores a serem repassados pelo Município deverão ser empregados na manutenção das atividades da entidade, autorizada a remuneração de serviços correlatos à atividade prevista no parágrafo único do artigo 1º.

Parágrafo único. Para fins de recebimento dos valores, deverá a entidade promover a abertura de conta bancária em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à movimentação dos recursos, que serão debitados através de cheques nominais aos fornecedores/prestadores de serviço, mediante nota fiscal específica.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso, 17 de dezembro de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

ODYRLEI MEZZALIRA
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 062/2010

DECRETO N. 062/2010, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Decreta Ponto Facultativo.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito de Salto Veloso (SC), no uso de suas atribuições e pelos poderes que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 24 de dezembro de 2010, (sexta-feira) e no dia 31 de dezembro de 2010 (sexta-feira),

nas repartições públicas municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC) em 17 de dezembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

ODYRLEI MEZZALIRA
Secretário de Administração e Finanças

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 127, de 16 de Dezembro de 2010.

LEI COMPLEMENTAR Nº 127, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

Altera dispositivo da Lei nº 1.101, de 09 de setembro de 1997 e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 1.101, de 09 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido dos §§ 3º, 4º e 5º com as seguintes redações:

“Art. 2º

§ 3º. O cálculo do Alvará de Licença para o Comércio Ambulante será feito de acordo com os seguintes critérios:

I - Comércio ambulante, automotor, de alimentos e refrigerantes, por dia: 01 UFRM (uma Unidade Fiscal de Referência Municipal);

II - Comércio ambulante (propulsão humana) de alimentos e refrigerantes, por dia: 55% (cinquenta e cinco por cento) da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal);

III - Comércio ambulante de refrigerantes (pessoa física) - venda através de cestas, caixas de isopor ou assemelhados, por dia: 58% (cinquenta e oito por cento) da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal);

IV - Comércio eventual de produtos não especificados nos itens anteriores, por dia: 65% (sessenta e cinco por cento) da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal);

V - comércio ambulante em eventos especiais, como shows, eventos esportivos e outros a se realizarem na cidade, por evento: 60% (sessenta por cento) da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal).” (NR)

§ 4º. →O Alvará de Licença para o Comércio Ambulante é individual, intransferível e exclusivamente para o fim o qual foi extraído, e deve ser sempre conduzido pelo seu titular ou responsável legal, sob pena de multa. (NR)

§ 5º →A pena para o vendedor ambulante que não estiver licenciado ou que for encontrado exercendo atividade irregular será o pagamento de multa no valor de 10 (dez) UFRM e a perda das mercadorias. Em caso de reincidência, a multa aplicada será de 40 (quarenta) UFRM.” (NR)

Art. 2º Fica criado o artigo 2º-A na Lei nº 1.101, de 09 de setembro de 1997, com a seguinte redação:

“Art. 2º-A. Fica vedado o comércio ambulante ou eventual:

a) quaisquer mercadorias, objetos ou correlatos não mencionados no documento de autorização (Alvará de Licença);
b) bebidas alcoólicas de qualquer natureza;
c) armas, munições e brinquedos assemelhados;
d) inflamáveis, explosivos, corrosivos e/ou assemelhados;
e) pássaros e outros animais;
f) produtos de origem alimentícia, inclusive de origem natural, como frutas e verduras, sem que haja inspeção sanitária realizada pela Vigilância Sanitária, tudo para que sejam respeitadas às exigências de higiene, segurança e outros requisitos que forem exigidos por Lei ou Norma regulamentadora;
g) quaisquer outros artigos que, a juízo da competente Secretaria Municipal, passem a apresentar quaisquer inconvenientes no bem estar público e à Saúde Pública.” (NR)

Art. 3º Fica suprimida a alínea “c”, e a alínea “a” do artigo 5º da Lei nº 1.101, de 09 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

a) Estacionar veículos em toda a zona 01, bem como montar quaisquer tipos de equipamentos de venda em calçadas.”

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de dezembro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.147, de 16 de Dezembro de 2010.

DECRETO Nº 4.147, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

Homologa o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, em virtude do requerimento de servidoras municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, os artigos 75 a 78 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010 e considerando a emissão do Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, de 10 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, expedido pela Polimedi, informando Periculosidade para a servidora municipal Neiva Esser e Insalubridade grau médio para a servidora municipal Marisa Aparecida de Carvalho Barbaresco.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de dezembro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.147, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

ANEXO ÚNICO

O Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT encontra-se arquivado junto a Gerência de Recursos Humanos.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de dezembro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 139/2010

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 05/01/2011, às 14:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2010, PREGÃO PRESENCIAL Nº76 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO CRUZEIRO. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 28/2010 FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 04/01/2011, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2010, PREGÃO PRESENCIAL Nº 21 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA E MEDICAMENTOS CONTROLADOS. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 29/2010 FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 04/01/2011, às 14:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2010, PREGÃO PRESENCIAL Nº 22 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA PACIENTES E ACOMPANHANTES, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DO DOMICÍLIO, SÃO LOURENÇO A FLORIANÓPOLIS-SC. Informações licitações@sao-lourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Extrato Dispensa de Licitações 08/2010 Processo 137/2010

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA 24 HORAS, PARA O CAC - CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

CNPJ: 071681670001-05

Contratada: INVIOSAT SEGURANÇA LTDA

CNPJ: 85.787.737/0001-59

Fundamento: Artigo 24, inciso IV, da Lei n. 8.666/93

Valor Dias: R\$ R\$ 271,68 (duzentos e setenta e um real e sessenta e oito centavos)

Valor Total 180 DIAS: R\$ 48.903,36 (quarenta e oito mil, novecentos e três reais e trinta e seis centavos).

Vigência: De 15 de dezembro de 2010 a 21 de junho de 2011.

São Lourenço do Oeste (SC), 15 de dezembro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 413/2010

DECRETO Nº 413/2010

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara".

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 605/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 359.000,00 (Trezentos e cinquenta e nove mil reais) a dotação abaixo identificada:

01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.01.1.31.1.2001 - Func. e Manutenção da Câmara Municipal R\$ 100.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4.2006 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 70.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0081.0 - Aplicações Diretas R\$ 68.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0081.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

04.01.12.365.4.2008 - Func. e Manutenção da

Educação Infantil R\$ 45.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0081.0 - Aplicações Diretas R\$ 43.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0081.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.243.9.2011 - Func. e Manutenção da Assistência Social R\$ 4.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.22.2018 - Manutenção da Iluminação Pública R\$ 40.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

08 - ENCARGOS GERAIS

08.01.28.843.24.2020 - Amortização e Encargos da Dívida R\$ 3.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicação Direta R\$ 3.000,00

08.01.28.845.24.2021 - Contribuição ao PASEP R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.01.18.541.10.2025 - Func. e Manutenção do Meio Ambiente R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicação Diretas R\$ 5.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2026 - Func. e Manutenção do PSF R\$ 48.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 48.500,00

11.01.10.301.12.2.035 - Func. e Manutenção da Coord. da Saúde R\$ 23.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 359.000,00 (Trezentos e cinquenta e nove mil reais) na dotação abaixo identificada:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.3.2038 - Aquisição de Equipamentos de Informática R\$ 8.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.27.812.7.1006 - Construção de Praças Esportivas R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.244.11.1007 - Construção de Casas Populares R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

05.02.8.243.9.2013 - Manutenção das Creches R\$ 4.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.6.1008 - Desapropriação e Rest. De Bens de Interesse Histórico R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

06.02.23.695.19.2015 - Funcionamento e manutenção do Turismo R\$ 20.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicação Direta R\$ 8.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicação Direta R\$ 2.000,00

06.02.23.695.19.1009 - Reforma de Portais R\$ 25.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.22.1010 - Construção de Abrigo de Passageiros De Ônibus R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07.01.15.451.22.1011 - Construção de Praças e Parques R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07.01.26.782.22.1013 - Construção de uma Garagem R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

07.01.15.452.22.1.015 - Construção de Passeios e Calçadas R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.01.18.541.10.1041 - Aquisição de Caminhão do Lixo R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

10.10.20.606.16.1017 - Aquisição de Equipamentos de Agricultura R\$ 90.000,00

4.4.90.00.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2050 - Programa da Qualidade da Água R\$ 22.000,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 22.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 414/2010

DECRETO Nº 414/2010

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde".

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 607/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) a dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2026 - Func. e Manutenção do PSF R\$ 15.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0008.0 - Aplicação Direta R\$ 15.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2035 - Func. e Manutenção da Coord. da Saúde R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0008.0 - Aplicação Direta R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Decreto Nº415/2010

DECRETO Nº415/2010

"Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara".

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 609/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.244.9.1061 - Aquisição de Imóvel R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.17.512.12.1018 - Saneamento Básico R\$ 8.650,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.650,00

11.01.10.301.12.1060 - Reforma e Ampliação das Unidades de Saúde

R\$ 7.200,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 7.200,00

11.01.10.301.12.2034 - Aquisição de Mobiliário - Saúde R\$ 8.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

02 - Gabinete do Prefeito E DO VICE-PREFEITO

02.01.4.122.2.2002 - Func. e Manutenção do Gabinete

do Vice-Prefeito R\$ 26.150,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 6.150,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Decreto Nº416/2010

DECRETO Nº416/2010

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara".

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 610/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) a dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4.2005 - Func. e Manutenção do

Transporte Escolar R\$ 12.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0015.0 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) na dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4.2006 - Func. e Manutenção do

Ensino Fundamental R\$ 12.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0015.0 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 3.770/2010, de 15 de dezembro de 2010.

PORTARIA Nº. 3.770/2010, de 15 de dezembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Virna Mills Salgado de Menezes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 15 de dezembro de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária da Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.772/2010, de 16 de dezembro de 2010.

PORTARIA Nº. 3.772/2010, de 16 de dezembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sra. Joice Lenhardt Rosá, a partir desta data, em virtude de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.773/2010, de 16 de dezembro de 2010.

PORTARIA Nº. 3.773/2010, de 16 de dezembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Mirian Contreira Proença Correa, do cargo de Professora A (Educação Infantil), referente ao Concurso Público nº 001/2007, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.774/2010, de 16 de dezembro de 2010.

PORTARIA Nº. 3.774/2010, de 16 de dezembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Mirian Contreira Proença Correa, do cargo de Professora A (Ensino Fundamental - Séries Iniciais), referente ao Concurso Público nº 001/2009, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PR 08/2010-FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2010

Número do Registro de Preços: 5/2010

Data do Registro: 18/03/2010

Válido até: 18/03/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de placas e banners para suprir as necessidades do Setor de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Placa em lona, no tamanho de 1,10 x 0,95 com armação em ferro devidamente pintado com fundo a base de epóxi, refletor, lâmpada, foto célula com suporte, instalado (placa CAE)	UN	SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		425,0000	1
			MARCOS ANTONIO GONÇALVES ME (11679)		432,0000	2
2	Placa em lona, no tamanho de 0,80 x 0,50 com armação em ferro devidamente pintado com fundo a base de epóxi, refletor, lâmpada, foto célula c/ suporte instalado	UN	SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		372,0000	1
			MARCOS ANTONIO GONÇALVES ME (11679)		374,0000	2
3	Faixa de TNT de 04 metros de comprimento por 0,60m de largura, pintada até 3 cores, com madeira fixada nas laterais.	M	SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		40,0000	1
			MARCOS ANTONIO GONÇALVES ME (11679)		40,7500	2
4	Faixa de TNT de 03 metros de comprimento por 0,60m de largura, pintada até 3 cores, com madeira fixada nas laterais.	M	SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		30,0000	1
			MARCOS ANTONIO GONÇALVES ME (11679)		30,7500	2
5	Banner"s em lona B. O. de 1,50x0,70m impressão digital de boa qualidade. As extremidades verticais da lona deve ser soldada sobre astes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo.	UN	SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		57,0000	1
			MARCOS ANTONIO GONÇALVES ME (11679)		57,7500	2
6	Banner"s em lona B. O. de 3,00 x1,50m impressão digital de boa qualidade. As extremidades verticais da lona deve ser soldada sobre astes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo.	UN	SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		224,0000	1
			MARCOS ANTONIO GONÇALVES ME (11679)		225,0000	2
7	Placa de chapa galvanizada medindo 0,21m de altura por 0,60 de largura com a escrita "Proibido Fumar" com o símbolo, suporte em cano galvanizado medindo 0,50m, incluindo colocação.	UN	MARCOS ANTONIO GONÇALVES ME (11679)		100,0000	1
			SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		105,0000	2
8	Placa de chapa galvanizada, madeira de lei, nas medidas de 0,42 de altura por 0,62 de largura com a escrita " estacionamento Exclusivo Veículos da Saúde". Fundo galvite com acabamento de esmalte sintético, letreiros em vinil, incluindo colocação.	UN	MARCOS ANTONIO GONÇALVES ME (11679)		112,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2010**Número do Registro de Preços: 5/2010****Data do Registro: 18/03/2010****Válido até: 18/03/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de placas e banners para suprir as necessidades do Setor de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
	SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)				113,0000	2

SCHROEDER, 18 de Março de 2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**ATA DE REGSITRO DE PREÇO 06/2010**

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2010**Número do Registro de Preços: 4/2010****Data do Registro: 18/03/2010****Válido até: 18/03/2011****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material ambulatorial para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Abaixador de língua de madeira descartável, pacote com 100 unidades	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	ESTILO	1,8500	1
2	Atadura de crepom 4cm 100% algodão 13 fios, pacote com 12 unidades	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	PEROLA	1,9900	1
3	Atadura de crepom 6cm 100% algodão 13 fios, pacote com 12 unidades	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	PEROLA	1,9600	1
4	Atadura de crepom 8cm 100% algodão 13 fios, pacote com 12 unidades	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	PEROLA	2,4700	1
5	Atadura de crepom 10cm 100% algodão 13 fios, pacote com 12 unidades	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	PEROLA	3,0600	1
6	Atadura de crepom 15cm 100% algodão 13 fios, pacote com 12 unidades	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	PEROLA	4,6000	1
7	Atadura de crepom 20cm 100% algodão 13 fios, pacote com 12 unidades	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	PEROLA	5,9900	1
8	Compressa de gaze 13 fios - 7,5 x 0,75cm com pacote com 500 unidades	PC	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (7473)	ANDREONI	8,8600	1

SCHROEDER, 18 de Março de 2010.

Timbó

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 394, de 20 de Dezembro de 2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010
Acrescenta §5º ao art.55 da Lei Complementar nº 343, de 13 dezembro de 2007.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art.55 da Lei Complementar nº 343, de 13 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a inclusão do seguinte dispositivo:

“§ 5º As áreas, destinadas exclusivamente para garagens e suas áreas de circulação, obrigatórias ou adicionais, não serão considerados no coeficiente de aproveitamento e no limite de pavimentos, devendo ser respeitados os demais índices urbanísticos.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 20 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei Complementar foi publicada na forma regulamentar.
Timbó, SC, 20 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Lei Nº 2494, de 20 de Dezembro de 2010

LEI Nº 2494, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010
Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Operacional do Fundo de Desenvolvimento Municipal do Estado de Santa Catarina PRO-FDM e tomar empréstimo junto ao Fundo de Desenvolvimento Municipal e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito de Timbó fica autorizado a aderir ao Programa Operacional do Fundo de Desenvolvimento Municipal do Estado de Santa Catarina - PRO-FDM, mediante assinatura de Convênio com a Secretaria de Estado do Planejamento e com a interveniência do BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.

Art. 2º A adesão ao PRÓ-FDM propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de projetos voltados à realização de obras de infra-estrutura para recuperação e ampliação do sistema viário do Município.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A., com recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal - FDM, até o montante de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais).

Parágrafo Único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao PRO-FDM, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes as dotações necessárias à formação do Programa, bem como, para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 9% (nove por cento) ao ano, acrescido da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, em 20 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei foi publicada na forma regulamentar.
Timbó, SC, 20 de dezembro de 2010.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Portaria No 1726, de 1º de Dezembro de 2010

PORTARIA No 1726, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010
Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea “e”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso IV do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (GA-30)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Sheila Maiara Kreusch Ewald (Ausência de cand. aprov.em Concurso Público)	08/10/89	070.686.999-01	35h	01/12/2010 a 17/12/2010

AUXILIAR OPERACIONAL I (SG-08)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Ingrid Knopp (Ausência de cand. aprov.em Concurso Público)	06/10/52	400.191.019-53	44h	08/12/2010 a 21/01/2011

AUXILIAR DE ENFERMAGEM (SP-24)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Fernanda Pereira Martins (Subst.Ivanir S.Milbratz, que se encontra em Lic.Para Trat;de Saúde)	22/11/80	215.928.348-76	30h	07/12/2010 a 17/12/2010

TÉCNICO EM ENFERMAGEM (SP-31)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Claudia Moschini Maciel (Subs.Mara Rubia Longo, que se encontra afast. do exerc.do cargo)	11/10/65	458.892.100-25	30	01/12/2010 a 10/12/2010

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de dezembro de 2010; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1730, de 02 de Dezembro de 2010

PORTARIA No 1730, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2010

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso IV do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º Contratar Temporariamente, as servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**EDUCADOR INFANTIL B-18**

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Marli Regina Leomil Junqueira Konell (Subst.Fabiana Sasse, que se encontra em Lic.Para Trat.de Saúde)	15/03/62	107.452.788-76	40h	02/12/2010 a 10/12/2010
Solange Delfino Gadotti (Subst.Ivani L.Anklan, que se encontra em Lic.Para Trat.de Saúde)	20/04/86	050.034.989-42	40h	03/12/2010 a 17/12/2010

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de dezembro de 2010; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1739, de 10 de Dezembro de 2010

PORTARIA No 1739, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso IV do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

(Fundo Municipal de Saúde)

AUXILIAR OPERACIONAL I (SG-08)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Fabiola Ales-sandra Finger Bertoldi (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc.Público/ Proc.Seletivo)	04/03/89	078.039.719-38	44h	09/12/2010 a 21/01/2011

ENFERMEIRO (GP-65)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
------	-----------	-----	-----------------	---------

Eunice Manoela de Oliveira (Subst.Sandra Buffon Biss, que se encontra em afast.do exerc.do cargo)	09/09/75	936.271.309-87	30h	20/12/2010 a 29/01/2011
TÉCNICO EM ENFERMAGEM (SP-31)				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Claudia Moschini Maciel (Subst.Alexandre Manoel Dallabrida, que se encontra em afast.do exerc.do cargo)	11/10/65	458.892.100-25	30	22/12/2010 a 11/01/2011
Sandra Paula Senem Colombo (Subst.Ingrid L.Machado, Lourena Pinotti, Dilorme Fistarol, Maria de Lourdes Linhares e Helga Teske, que se encontram em afast.do exerc.do cargo)	11/11/73	807.985.279-00	30	25/12/2010 a 21/01/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1742, de 10 de Dezembro de 2010

PORTARIA No 1742, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso V do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, LC nº 235, de 20/12/02, Decreto nº 1476, de 02/01/2009, alterado pelo decreto nº 1748, de 16/11/2009 e Decreto nº 1959, de 01/06/2010, resolve:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, o servidor abaixo relacionado:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE
(Fundo Municipal de Trânsito)

Cargo: Auxiliar Operacional (SG-8)

Nome	Data Nasc.	CPF	Período
Moacir Popeng (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Proc. Seletivo)	13/07/1967	629.562.569.04	10/12/2010 a 28/02/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1700, de 17 de Novembro de 2010

PORTARIA No 1700, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010

Designa Servidoras para exercício de Função Gratificada na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, e com base no Art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/00, as servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA	A CONTAR
Andressa Giulia Busarello	FG-3	30	Coordenação do Setor de Raio-X	01/11/2010
Angela Preuss	FG-3	30	Coordenação do Setor de Compras	01/11/2010
Vivien Muller Stolf	FG-3	30	Coordenação do Programa da Dengue	16/11/2010

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de novembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1727, de 1º de Dezembro de 2010

PORTARIA No 1727, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010

Designa profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, Decreto nº 311, de 20/06/2002, alterado pelos Decretos nº 108, de 05 de maio de 2005 e nº 767, de 23/04/2007,

RESOLVE:

Art.1º Designar profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionada:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	A CONTAR
Fernanda Pereira Martins	Auxiliar de Enfermagem	07/12/2010

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de dezembro de 2010; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1729, de 02 de Dezembro de 2010

PORTARIA No 1729, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2010

Autoriza o Servidor Público Municipal Ademir Taborda, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.",

RESOLVE:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de sua função necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Ademir Taborda	Auxiliar Operacional	00540910210 / E

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de dezembro de 2010; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1735, de 09 de Dezembro de 2010

PORTARIA No 1735, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Moacir Popeng, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, a contar desta data.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal Moacir Popeng, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1367, de 02 de junho de 2010, alterada pela Portaria nº 1565, de 02 de setembro de 2010, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 09 de dezembro de 2010; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1736, de 10 de Dezembro de 2010

PORTARIA No 1736, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Mayara Reiter, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar de 09 de dezembro de 2010.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art.49 da Lei Complementar no 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal MAYARA REITER, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, nomeada pela Portaria nº 1046, de 22 de maio de 2006, do Quadro de Servidores Públicos do Município, a contar de 09 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de dezembro 2010; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1732, de 08 de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº 1732, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Javan Moisés Girardi, ocupante de cargo em Comissão na Administração Indireta, a contar de 22 de dezembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento no art.50, Inciso II, da Lei Complementar no 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, a contar de 22 de dezembro de 2010:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Javan Moisés Girardi	Chefe de Divisão - Histórico Museológica / CC-3	Nº 1128, de 01/03/2010

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 08 de dezembro de 2010; 141o ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1737, de 10 de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº 1737, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Exonera o Servidor Público Municipal Osvaldo Roberto Brodwolf, ocupante de cargo em Comissão na Administração Direta, a contar de 14 de dezembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento no art.50, Inciso I, da Lei Complementar no 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, o Servidor Público Municipal abaixo relacionado, a contar de 14 de dezembro do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Osvaldo Roberto Brodwolf	Coordenador de Serviços - Nível I / CC-6	Nº 005, de 02/01/2009

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de dezembro de 2010; 141o ano de

Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1738, de 10 de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº 1738, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Nomeia Servidor Público Municipal para exercer Cargo em Comissão na Administração Direta, a contar de 15 de dezembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com os artigos 27 e 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, o Servidor Público Municipal abaixo relacionado, a contar de 15 de dezembro do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	REF.SALARIAL
Osvaldo Roberto Brodwolf	Assessor da Divisão de Urbanismo / CC-4	52

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de dezembro de 2010; 141o ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1740, de 10 de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº 1740, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Exonera a Servidora Pública Municipal Cristine Marla Nasato, ocupante de cargo em Comissão na Administração Direta, a contar de 31 de dezembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento no art.50, Inciso I, da Lei Complementar no 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, a contar de 31 de dezembro do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Cristine Marla Nasato	Coordenador de Serviços - Nível I / CC-6	Nº 1039, de 01/02/2010

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do

Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de dezembro de 2010; 141o ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1741, de 10 de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº 1741, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Cristiane Ferreira Almeida Nitsche, ocupante de cargo em Comissão na Administração Direta, a contar de 28 de dezembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento no art.50, Inciso II, da Lei Complementar no 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, a contar de 28 de dezembro de 2010:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Cristiane Ferreira Almeida Nitsche	Assessor de Serviços- Nível I / CC-5	Nº 303, de 20/03/2009

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de dezembro de 2010; 141o ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1728, de 1º de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº 1728, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº 2.439, de 02 de dezembro de 2009, e Decreto nº 1.959, de 1º de junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Jonathan Guilherme Menestrina	1590/2010	16/12/2010
Monica Zafanelli da Cruz Lima	1668/2010	17/12/2010

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de dezembro de 2010; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1731, de 02 de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº 1731, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2010

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores, abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Saúde)		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ADRIANA NECKEL SOARES	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
ALEXANDRA JANUARIO DA SILVA	1667 de 01/11/2010	21/01/2011
ALINE DOS SANTOS	1671 de 01/11/2010	21/01/2011
ANA CLAUDIA BARBARESCO	1629 de 01/10/2010	21/01/2011
ANA LUCIA ZEMUNER GRASSI	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
ANDIARA GEELE CRISTOFOLINI PRETTI	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
ANDRE RONCHETTI	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
ANGELA FACHINI SCHLOCBIER	1667 de 01/11/2010	21/01/2011
ANNA CAROLINA RADUENZ	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
ANNA PAULA BORCHARDT	1692 de 10/11/2010	21/01/2011
ARSENO ADRIANO	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
CANDICE DE SOUZA MUNHOZ CAZORLA	1629 de 01/10/2010	17/01/2011
CELSO BOAVENTURA DO AMARAL VELHO	1629 de 01/10/2010	21/01/2011
DAVI DA MAIA	1629 de 01/10/2010	21/01/2011
DENILSON SILVA DE SOUZA	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
DENISE APARECIDA PURIM	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
ELAINE ELIS DE SOUZA	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
ELISIANE GISELA LARGURA	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
ERICK JANDERSON DE SOUZA ALVES	1629 de 01/10/2010	21/01/2011
ERICK JANDERSON DE SOUZA ALVES	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
EWERTON LUIZ ALVES OLIVEIRA	1629 de 01/10/2010	21/01/2011
EWERTON LUIZ ALVES OLIVEIRA	1495 de 03/08/2010	21/01/2011
FAUSTO ORLI DA ROSA	1629 de 01/10/2010	21/01/2011
FERNANDA DA APARECIDA RODRIGUES GIROLA	1671 de 01/11/2010	01/02/2011
GERSON JAIR KOHLS	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
GRAZIELE MOLLER	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
ILIANE PERES DE LIMA HABOWSKI	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
IZABEL NUNES JANKE	1692 de 10/11/2010	21/01/2011
JANDERICK DE SOUZA ALVES	1629 de 01/10/2010	21/01/2011

JOICE DANIELA SANTANA MURA-OCA	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
JUCELEIA TATIANE SPINDOLA STEF	1553 de 01/09/2010	21/01/2011
JULIANA GABURRO	1004 de 11/01/2010	21/01/2011
KARINA ZOBOLI	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
KEILA REJANE ALVES MACEDO	1629 de 01/10/2010	21/01/2011
LENA MORGANA GESSNER DA SILVA	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
LUCIA ELENA CROSSA CASALI	1671 de 01/11/2010	21/01/2011
LUCIANA SCHIAVO	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
LUCILEIA MAIA	1677 de 03/11/2010	21/01/2011
MAIRA LUCIA CIPRIANI	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
MARCELA EDME GALLEGOS CAM-PUZANO	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
MARCO RAFAEL ARAUJO RODRI-GUES	1671 de 01/11/2010	21/01/2011
MARCOS ANTONIO SANCHES	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
MARIA GIROLA FELIPPI	1716 de 16/11/2010	11/02/2011
MARIA IDANIR HONES MURAOCA	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
MARILENE DE MELLO KIPPER	1619 de 01/10/2010	21/01/2011
MARIZE MICHELSON DA ROSA	1629 de 01/10/2010	21/01/2011
MARLON WILFRIED FRITZE SOARES	1629 de 01/10/2010	21/01/2011
MERE TERESINHA FAGUNDES WETZEL	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
NORBERT NEUMAYR	1629 de 01/10/2010	21/01/2011
NORBERT NEUMAYR	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
OLIVIA BRAIT	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
OSWALDO PFIFFER JUNIOR	1671 de 01/11/2010	21/01/2011
OTAVIO NICKHORN E SILVA	1495 de 03/08/2010	21/01/2011
PATRICIA SLOMP	1562 de 01/09/2010	21/01/2011
PRISCILA LENZI ODEBRECHT	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
ROBSON ANTONIO PALMA	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
ROSANA DE BAIRROS DE PAULA	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
ROSE MELI STOLF EVARISTO	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
ROSITA JANKE KROENKE	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
RUTH HERWEG JACQUES	1619 de 01/10/2010	21/01/2011
SCHEILA BERTRAM	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
SHEILA MAIARA KREUSCH EWALD	1726 de 01/12/2010	21/01/2011
SUELY ITTNER HERWEG	1699 de 16/11/2010	21/01/2011
TAIANE TAIS BALBINOT	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
TEREZINHA ELITA DANTAS LOPES	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
VERA LUCIA CAUS RIBEIRO	1671 de 01/11/2010	21/01/2011
VILMA DE FATIMA PITZ	1485 de 02/08/2010	21/01/2011
WILMAR SCOZ	1485 de 02/08/2010	21/01/2011

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉR-MINO
ADEMIR TABORDA	1613 de 30/09/2010	28/01/2011
ADOLF KRANZ	1613 de 30/09/2010	28/01/2011
AIRTON JOSÉ DALLAGNOLO	1613 de 30/09/2010	28/01/2011
AMAURI DO CARMO	1613 de 30/09/2010	28/01/2011

ELVIRA DE BORBA	1613 de 30/09/2010	28/01/2011
GILMAR PEYERL	1613 de 30/09/2010	28/01/2011
INGOMAR MARQUARDT	1613 de 30/09/2010	28/01/2011
IRIS LUCIA BELLARMINO DE BORBA	1613 de 30/09/2010	28/01/2011
IVO ANDREAZZA	1613 de 30/09/2010	28/01/2011
JURIDES LUIZ DALLABONA	1613 de 30/09/2010	28/01/2011
LIDES SOARES	1613 de 30/09/2010	28/01/2011
LUCIANE VANDERLINDE DA SIL-VEIRA	1613 de 30/09/2010	28/01/2011
LUIS DAMASCO S. DO NASCIMENTO	1613 de 30/09/2010	28/01/2011
ODIR ANTONIO SLOMSKI	1613 de 30/09/2010	28/01/2011
OLEVIR ALVES	1613 de 30/09/2010	28/01/2011
PEDRO HAMILTON CARDOSO	1613 de 30/09/2010	28/01/2011
ROLF BREHMER	1613 de 30/09/2010	28/01/2011
SEBASTIÃO CORDEIRO	1613 de 30/09/2010	28/01/2011
SERGIO KNOCH	1613 de 30/09/2010	28/01/2011
SERGIO LANDIR BECHTOLD	1391 de 14/06/2010	28/01/2011
TERESINHA VANSUIT STAACK	1613 de 30/09/2010	28/01/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1733, de 08 de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº 1733, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor, abaixo relacionado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Samir Jorge Curi Ayache	1677/2010	17/12/2010

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 08 de dezembro de 2010; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1734, de 08 de Dezembro de 2010

PORTARIA Nº 1734, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2010

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº 2.439, de 02 de dezembro de 2009, e Decreto nº 1.959, de 1º de junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Daniel A. Voigth	1295/2010	18/12/2010
Daphne Daiane Fagundes	1626/2010	18/12/2010
Everaldo P.Ferrari	1295/2010	18/12/2010
Fernanda Dalpiaz	1295/2010	18/12/2010
Greice Motzeieski	1688/2010	17/12/2010
Márcia Maria Marcelo	1626/2010	18/12/2010

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 08 de dezembro de 2010; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Errata _ Primeiro T.A. 2010_161**ERRATA:**

Município de Timbó

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Conforme Publicação realizada na edição nº 637 de 16/12/2010, na página 204, do Diário Oficial dos Municípios considerar a seguinte retificação:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº. 2010/161

CONTRATADO: Haroldo Duwe e Mariana Duwe.

PRAZO: janeiro à março 2011.

O correto é:

PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Errata _ Primeiro T.A. 2010_203**ERRATA:**

Município de Timbó

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Conforme Publicação realizada na edição nº 637 de 16/12/2010, na página 204, do Diário Oficial dos Municípios considerar a seguinte retificação:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº. 2010/203

CONTRATADO: Eduardo Antônio de Albuquerque.

PRAZO: janeiro à março 2011.

O correto é:

PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Errata _ Segundo T.A. 2009_154**ERRATA:**

Município de Timbó

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Conforme Publicação realizada na edição nº 637 de 16/12/2010, na página 204, do Diário Oficial dos Municípios considerar a seguinte retificação:

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº. 2009/154

CONTRATADO: Amarildo Dalpiaz.

PRAZO: janeiro à março 2011.

O correto é:

PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Extrato Contrato 264_2010

Município de Timbó

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/ 264

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Multi Construções Ltda.

OBJETO: pavimentação da quadra poliesportiva da escola São Roque, situada a Rod. Ralf Knaesel, 5949 São Roque e serviço de pintura do ginásio de esportes e da Escola Maurício Germer localizadas no município de Timbó/SC. VALOR TOTAL: R\$ 75.205,11 (setenta e cinco mil, duzentos e cinco reais e onze centavos) PRAZO: 60 (sessenta) dias.

Timbó, 16 de dezembro de 2010.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Extrato Contrato 268_2010

Município de Timbó

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/ 268

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Multi Construções Ltda.

OBJETO: Execução da terceira etapa de construção do Teatro Municipal situado a Rua Sete de Setembro localizado no município de Timbó/SC. VALOR TOTAL: 569.453,15 (Quinhentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quinze centavos) PRAZO: 150 (cento e cinquenta) dias.

Timbó, 16 de dezembro de 2010.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Extrato Contrato 270_2010

Município de Timbó

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/ 270

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Detonação e Perfuração PHD Ltda

OBJETO: prestação de serviços ref. Perfuração e detonação de rochas no período de 17/12/2010 a 17/03/2011.

VALOR TOTAL: R\$ 74.800,00 (setenta e quatro mil oitocentos reais).

Timbó, 17 de dezembro de 2010.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito de Timbó

Extrato Primeiro T.A. 2010_101

Município de Timbó

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOPRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº. 2010/101

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Gilbert Serpa - ME

OBJETO: prorrogação do contrato de prestação de serviços médicos para execução de até 500 consultas ou procedimentos ortopédicos por mês. PRAZO: janeiro à fevereiro 2011.

Timbó, 16 de dezembro de 2010.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Extrato Primeiro T.A. 2010_102

Município de Timbó

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOPRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº. 2010/102

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Gilbert Serpa - ME

OBJETO: prorrogação do contrato de prestação de serviços médicos de sobreaviso na especialidade de ortopedia.

PRAZO: janeiro à fevereiro 2011.

Timbó, 16 de dezembro de 2010.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Extrato Primeiro T.A. 2010_149

Município de Timbó

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOPRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº. 2010/149

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: GTA Gestão Ambiental Ltda

OBJETO: prorrogação do contrato de prestação de serviços de coleta, transporte e destino final de resíduos sólidos hospitalares.

PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Timbó, 16 de dezembro de 2010.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Extrato Primeiro T.A. 2010_158

Município de Timbó

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOTERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº. 2010/158

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Sociedade Hospitalar Benedito Timbó

OBJETO: prorrogação do contrato de locação do imóvel sede do antigo Hospital de Caridade Timbó, localizado na Rua Germano Brandes Sênior, nº. 436, Centro, cidade de Timbó/SC, juntamente com todo o mobiliário, materiais e equipamentos, leitos hospitalares, macas, instrumentais cirúrgicos, um aparelho de raio "X"

e um autoclave, para fins de atendimento ao Serviço Público de Saúde, compreendendo a Urgência e Emergência e a Policlínica de Referência para usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, Centro de Imagens, Centro Cirúrgico, Internação, bem como para as Atividades Administrativas da Secretaria de Saúde, dentre outros afins. PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Timbó, 15 de dezembro de 2010.

CINTIA APARECIDA MARCHI

Secretária de Saúde e Assistência Social

Extrato Primeiro T.A. 2010_193

Município de Timbó

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOPRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº. 2010/193

CONTRATANTE: Fundação Municipal de Esportes.

CONTRATADO: AAVRTL - Associação de Árbitros do Vale do Rio Tijucas e Litoral Catarinense

OBJETO: Aditamento dos serviços de arbitragem para os campeonatos municipais do ano de 2010 da Fundação Municipal de Esportes, correspondente aos itens 01 e 05. VALOR TOTAL: R\$ 5.910,39 (cinco mil novecentos e dez reais e trinta e nove centavos).

Timbó, 15 de dezembro de 2010.

CLOVIS NAGEL GUTZ

Diretor Presidente Fundação Municipal de Esporte

Extrato Primeiro T.A. 2010_200

Município de Timbó

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOPRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº. 2010/200

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: José Nei Koch - ME

OBJETO: Aditamento do fornecimento de verduras, frutas e legumes destinados aos Núcleos de Educação Infantil. VALOR TOTAL: R\$ 2.115,00 (Dois mil cento e quinze reais).

Timbó, 15 de dezembro de 2010.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Extrato Primeiro T.A. 2010_207

Município de Timbó

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOPRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº. 2010/207

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: IPM Automação E Consultoria Ltda

OBJETO: prorrogação do contrato de implantação do novo software de nota fiscal de serviços eletrônica e ao software denominado "governo eletrônico", cessão de direito de uso, prestação de serviços de manutenção e assistência técnica.

PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Timbó, 16 de dezembro de 2010.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Extrato Primeiro T.A. 2010_80

Município de Timbó
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº. 2010/80

CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Stelca Qualidade de Vida Ltda
OBJETO: prorrogação do contrato de serviços de lavanderia (quantidade mensal aproximada de 1.400 kg).
PRAZO: janeiro à fevereiro 2011.

Timbó, 16 de dezembro de 2010.
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato Segundo T.A. 2009_36

Município de Timbó
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.
2009/36

CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Caixa Econômica Federal
OBJETO: Prorrogação do contrato de serviços de cobrança de tributos municipais.
PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Timbó, 16 de dezembro de 2010.
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato Segundo T.A. 2010_209

Município de Timbó
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.
2010/209

CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: GTA Gestão Ambiental Ltda
OBJETO: prorrogação do contrato de prestação de serviços de coleta, transporte e destino final de medicamentos junto ao CEMUR, Policlínica de Referência e de todas as Unidades de Saúde do Município.
PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Timbó, 16 de dezembro de 2010.
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato Terceiro T.A. 2008_97

Município de Timbó
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº. 2008/97

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADO: Ademir Ladehoff
OBJETO: prorrogação do contrato de locação do imóvel situado na Rua Equador, nº 147, bairro Imigrantes -Timbó, para instalação e funcionamento da Unidade de Saúde da Família Integrada.
PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Timbó, 15 de dezembro de 2010.
CINTIA APARECIDA MARCHI
Secretária de Saúde e Assistência Social

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº. 2010/13

Município de Timbó
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº. 2010/13

LOCATÁRIO: Município de Timbó.
LOCADOR: Horácio Cristofolini.
OBJETO: prorrogação do contrato de locação do imóvel situado na Rua Germano Brandes Sênior, nº. 478, Centro, cidade de Timbó/SC, que tem por finalidade a instalação e funcionamento do SINE.
PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Timbó, 16 de dezembro de 2010.
MARIO VIEIRA
Secretário de Desenvolvimento Econômico

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº. 2010/77

Município de Timbó
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº. 2010/77

CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Liz Serviços Online Ltda
OBJETO: prorrogação do contrato de cessão de uso de software para divulgação, publicação e gerenciamento dos atos oficiais do Município, no site www.LeisMunicipais.com.br
PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Timbó, 16 de dezembro de 2010.
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução MD Nº 10/2010

Resolução MD Nº 10/2010
Estabelece ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Timbó.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ no uso das suas atribuições RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer ponto facultativo para os servidores da Câmara Municipal de Timbó, por ocasião das festas de fim de ano.
Art. 2º Será facultativo o ponto na Câmara Municipal de Timbó nos dias 23, 24, 27, 28, 29, 30 e 31 de Dezembro de 2010.
Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 09 de Dezembro de 2010.
WIEGOLD STARKE
Presidente

RUBENS BORCHARDT
Vice-Presidente

ISMAEL MAAS
Secretário

Esta Resolução MD foi publicada na forma regulamentar.
Timbó, 16 de Dezembro de 2010.

GIANI ZAIRA SEIDEL
Analista Legislativa

Resolução MD Nº 11/2010

Resolução MD Nº 11/2010

Antecipa o pagamento dos subsídios aos vereadores e da remuneração aos servidores da Câmara Municipal de Timbó.

A Mesa da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição conferida pelo art. 48, I, do Regimento Interno e art. 18. Parágrafo único, da Lei Orgânica,

Considerando que o dia previsto para pagamento dos subsídios aos vereadores e a remuneração dos servidores da Câmara Municipal - 25 de Dezembro de 2010 - Feriado de Natal, RESOLVE:
Art. 1º Determinar que o pagamento do subsídio aos vereadores e a remuneração dos servidores da Câmara Municipal, referente ao mês de Dezembro de 2010, realize-se no dia 22 de Dezembro de 2010, quarta-feira.

Art. 2º Esta Resolução MD entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 14 de Dezembro de 2010.
WIEGOLD STARKE
Presidente

RUBENS BORCHARDT
Vice-Presidente

ISMAEL MAAS
Secretário

Esta Resolução MD foi publicada na forma regulamentar.
Timbó, 16 de Dezembro de 2010.

GIANI ZAIRA SEIDEL
Analista Legislativa

Resolução Nº01/2010

RESOLUÇÃO Nº 01/2010

Institui o Diário dos Municípios como órgão de publicação legal da Câmara Municipal de Timbó.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIMBÓ

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Institui o Diário Oficial dos Municípios como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Legislativo do Município de Timbó.
Parágrafo único. A partir da publicação desta Resolução, o Diário Oficial dos Municípios substitui as demais formas de publicação e será veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Parágrafo único. A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de

Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

Art. 3º Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.
Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 25 de novembro de 2010.
WIEGOLD STARKE
Presidente da Câmara

Esta Resolução foi publicada na forma regulamentar.
Timbó, 25 de novembro de 2010.

GIANI ZAIRA SEIDEL
Analista Legislativa

Dispensa de Licitação Nº 11/2010

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2010.

CAUSA ENSEJADORA:

Dispensa de licitação com base no artigo 24, X, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

Licitação dispensada em razão da necessidade das salas para abrigar a sede da Câmara Municipal, com espaço para as secretarias e plenário. Ressalta-se que os imóveis objetos desta dispensa já são ocupados pela Câmara Municipal neste ano de 2010 e estão dotados de instalações efetuadas pela Câmara, tais como divisórias, sistema de ar condicionado, rede de lógica que, em caso de mudança para outro imóvel acarretariam gastos desnecessários aos cofres públicos, tendo em vista que está em construção a sede própria da Câmara Municipal e a mudança de endereço por curto período implicaria em despesas com instalações que podem e devem ser evitadas.

RAZÃO DA ESCOLHA:

Os imóveis foram escolhidos em razão da sua localização central e dos preços - R\$ 1.450,00 para a sala 10 e R\$ 2.300,00 para a sala 11 - ofertados estarem em conformidade com os praticados no mercado, como se observa da avaliação anexa.

OBJETO DO CONTRATO:

Locação de duas salas comerciais localizadas na Rua Germano Brandes Sênior, 711, no Edifício D'Momm, Centro, Timbó(SC), sendo a sala 10 com 110m², no valor de R\$ 1.450,00 mensais e a sala 11 com 228,5m² no valor de R\$ 2.300,00 mensais, pelo período de 1º de Janeiro a 31 de dezembro de 2011.

CONTRATADO:

ADMINISTRADORA DE BENS SJM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.474.629/0001-12, com sede na Rua Germano Brandes Sênior, nº 711, sala 03-A, Centro, Timbó (SC).

VALOR:

O valor do contrato é de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Timbó (SC), 16 de dezembro de 2010.
WIEGOLD STARKE
Presidente

Contrato de Locação Nº 16/2010

CONTRATO DE LOCAÇÃO nº 16/2010.

PARTES:

ADMINISTRADORA DE BENS SJM LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.474.629/0001-12, com sede na Rua Germano Brandes Sênior, nº 711, Sala 03-A, Centro, Timbó

(SC), neste ato representada pelo Sr. Sérgio Momm, brasileiro, casado, comerciante, Inscrição no CPF sob nº 487.793.699-87, portador da RG nº 725.674, domiciliado e residente na Rua Prefeito Erich Klein, nº 255, Bairro do Sol, Indaial (SC), denominada LOCADORA.

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, órgão público municipal, dotado de autonomia financeira e independência organizacional, inscrito no CNPJ sob nº 83.497.594/0001-15, com sede na Rua Germano Brandes Sênior, nº 711, salas 10 e 11, denominado LOCATÁRIO, representado pelo seu presidente, vereador Wiegold Starke, CPF nº 351.051.519-68.

CLÁUSULAS:

1ª DO OBJETO: Locação de duas salas comerciais localizadas na Rua Germano Brandes Sênior, 711, no Edifício D'Momm, Centro, Timbó(SC), sendo a sala 10 com 110m² e a sala 11 com 228,5m².

2ª DO PRAZO: A locação objeto deste contrato será pelo prazo de um ano, com início no dia 01/01/2011 e término no dia 31/12/2011.

Não havendo prorrogação da locação o LOCATÁRIO devolverá o imóvel nas mesmas condições em que recebeu.

3ª DO PREÇO: O valor do aluguel é de R\$ 1.450,00 (um mil e quatrocentos e cinquenta reais) mensais para a sala 10 com 110m², e de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) mensais para a sala 11 com 228,5 m², totalizando R\$ 3.750,00 (três mil e setecentos e cinquenta reais) mensais.

No valor do aluguel estão compreendidas as despesas de condomínio.

O pagamento do aluguel será feito até o dia dez do mês subsequente, mediante apresentação de boleto bancário no setor Contábil da Câmara Municipal no último dia do mês correspondente ao aluguel.

4ª REAJUSTE: O valor do aluguel não será reajustado durante a vigência deste contrato.

Em caso de renovação da locação fica estabelecido pelas partes o índice IGP-M (FGV) para a correção do valor do aluguel, como faculta o art. 18 da Lei 8.245/91.

5ª DESPESAS COM SERVIÇOS PÚBLICOS: as despesas decorrentes do fornecimento de serviços públicos, tais como, energia elétrica, telefone, bem como eventuais multas pecuniárias decorrentes do atraso ou falta de pagamento ficarão sob a responsabilidade do LOCATÁRIO.

6ª RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Os recursos relativos a presente contratação encontram-se na seguinte dotação orçamentária:

01.01.01.031.0001.2.000.33.90.39.10 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

7ª DA SUBLOCAÇÃO: O LOCATÁRIO não poderá sublocar emprestar ou ceder o imóvel, no todo ou em parte, sem prévio consentimento por escrito do LOCADOR devendo, no caso do consentimento ser dado, agir oportunamente junto aos ocupantes afim de que o imóvel esteja desimpedido no término do presente contrato de locação.

8ª DA VISTORIA: O LOCATÁRIO declara ter recebido, juntamente com o presente contrato, relação escrita do imóvel ora locado (termo de vistoria), obrigando-se a manter tudo conforme recebeu a sua própria custa, de forma a tudo restituir na sua mais perfeita ordem, conservação e higiene, e no mesmo estado em que recebeu, sendo que seus acessórios deverão estar em perfeito funcionamento, quando findo ou rescindido o presente contrato, de modo que possa ser imediatamente ocupado, sem que isso dependa de qualquer tipo de conserto, reparação ou pintura.

9ª DAS INSTALAÇÕES: O LOCATÁRIO está autorizada pelo LOCADOR a realizar a instalação de divisórias e mobiliários necessários à execução de sua atividade fim, da forma que melhor atender suas necessidades.

As instalações e o mobiliário pertencerão ao LOCATÁRIO, desde já autorizada a removê-los quando de sua saída do imóvel.

10. DA RESCISÃO: Ocorrerá a rescisão deste contrato em caso de desapropriação, incêndio ou acidente que exija a realização de obras que impeçam o uso do mesmo por mais de 30 (trinta) dias.

Poderá ainda ser rescindido nas hipóteses dos art. 78 e 79 da Lei 8666/93.

No caso de desapropriação do imóvel ora locado, ficará o LOCADOR desobrigado por todas as cláusulas deste contrato, ressalvado ao LOCATÁRIO o direito de haver do poder expropriante a indenização que eventualmente lhe for devida.

A rescisão contratual pelo LOCATÁRIO dar-se-á mediante notificação por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias da desocupação.

11. DA VENDA DO IMÓVEL: No caso do imóvel ser posto à venda, o LOCATÁRIO compromete-se a desocupar o imóvel no prazo de 90 (noventa), mesmo se dentro do prazo de vigência da locação, sem direito a qualquer indenização, devendo para tanto ser notificada expressamente.

O LOCATÁRIO não impedirá que os interessados na aquisição visitem o imóvel, podendo, entretanto, estabelecer horário para que se realizem as visitas. O horário não será anterior às 9 horas, nem posterior às 17 horas.

12. DA MANUTENÇÃO: A manutenção do imóvel é de responsabilidade exclusiva do LOCADOR, devendo tomar de imediato as medidas necessárias para eventuais consertos ou reparos no imóvel locado, ficando o LOCATÁRIO desobrigado de tomar qualquer providência neste sentido.

Se o LOCADOR não promover os reparos necessários no prazo de quinze dias contados de notificação expressa, o LOCATÁRIO poderá suspender o pagamento do aluguel até a realização dos reparos.

13. DA DESOCUPAÇÃO: Trinta dias antes de desocupar o imóvel locado, o LOCATÁRIO solicitará, por escrito ao LOCADOR, ou seu representante, que efetue uma vistoria no mesmo, a fim de ficar constatado o estado em que se encontra o imóvel, para a entrega das chaves, exibindo ao LOCADOR, o comprovante da quitação das despesas com o consumo de energia elétrica, água e esgoto que venham a incidir sobre o referido imóvel.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS: Este contrato passa a vigorar entre as partes a partir do dia 1º de Janeiro de 2011.

Fica estabelecido o foro da comarca de Timbó(SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, conforme determina o art. 55, § 2º, da Lei 8666/93.

Assim ajustados, as partes assinam o presente instrumento de contrato de locação em três vias, de igual teor e forma para um só efeito sem nenhum constrangimento ou vício de vontade, com inteira liberdade e com conhecimento de causa, isso depois de terem lido, conferido e achado conforme as condições aqui estabelecidas, sendo os atos praticados perante as testemunhas que abaixo também assinam.

Timbó (SC), 16 de Dezembro de 2010.

Câmara Municipal de Timbó

WIEGOLD STARKE

Presidente

Administradora de Bens SJM Ltda.

SÉRGIO MOMM

Sócio

Testemunhas:

RUBEN PARNO

CPF: 813.401.769-04

AILTON BERTOLDI

CPF: 004.232.719-97

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 22/2009.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 22/2009.

Processo Licitatório nº 007/2009.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, inscrita no CNPJ nº

83.497.594/0001-15, com sede na Rua Germano Brandes Sênior, nº 711, sala, 11, Edifício D'Momm, Centro, Timbó (SC), neste ato representada pelo presidente, vereador WIEGOLD STARKE, denominada de CONTRATANTE; e, ADSERVI SERVIÇOS LTDA., com sede na Rua Domingos Pedro Hermes, nº 1.109, Jardim Cidade de Florianópolis, São José(SC), inscrita no CNPJ sob nº 08.190.855/0001-34, denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo sócio, Sra. Luciana O. C. Fleischmann, inscrito sob CPF. nº 016.639.129-80, fundamentado no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e Cláusula Quarta, item 4.1, do Contrato nº 22/2009, resolvem prorrogar a duração do Contrato nº 22/2009, celebrado em 22/12/2010 e publicado em 04/01/2010.

Cláusula Primeira - Do Objeto

O objeto deste Aditivo é a prorrogação do prazo de vigência do Contrato 22/2009, por 12 meses, de 1º de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Cláusula Segunda - Da Dotação Orçamentária

As despesas provenientes deste Termo Aditivo correrão por conta de recursos financeiros da Câmara Municipal de Timbó consignados em dotações próprias, conforme segue:

0001.0001 - Câmara de Vereadores

0001.0001 - Atividades Legislativas

001.031.0001.2000 - manutenção das Atividades Legislativas

3.1.90.34.011 - Outras Despesas de Pessoal decorrente de contratos de Terceirização - substituição de mão-de-obra (LRF, art. 18, § 1º)

Cláusula Terceira - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

Cláusula Quarta - Da Publicação

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

Timbó, 16 de Dezembro de 2010.

Câmara Municipal de Timbó

WIEGOLD STARKE

Presidente

ADSERVI SERVIÇOS LTDA.

Luciana O. C. Fleischmann

Sócia

Testemunhas:

RUBEN PARNO

CPF: 813.401.769-04

VIDAL J. M. DA LUZ JÚNIOR

CPF: 031.192.169-84

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 23/2009

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 23/2009.

Processo Licitatório nº 008/2009.

Cláusula Primeira - Das Partes

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, órgão público municipal, dotado de autonomia financeira e independência organizacional, inscrito no CNPJ sob nº 83.497.594/0001-15, com sede na Rua Germano Brandes Sênior, nº 711, sala, 11, Edifício D'Momm, Centro, Timbó (SC), neste ato representada pelo presidente, vereador WIEGOLD STARKE, CPF nº 351.051.519-68 denominada de CONTRATANTE;

e, TPA INFORMÁTICA LTDA., com sede na Rua General Osório, nº 311, Sala 604, Centro, Timbó (SC), inscrita no CNPJ sob nº 02.255.187/0001-08, denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo sócio, Sr. FABIANO BUSNARDO, inscrito sob CPF. nº 777.742.219-72, e R.G. sob nº 2.621.657-4, domiciliado e residente na Rua Campo Grande, nº 66, Bairro das Capitais, Timbó (SC), fundamentado no art. 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, resolvem aditar o Contrato nº 23/2009, celebrado em 22/12/2009, publicado no dia 05/01/2010.

Cláusula Segunda - Do Objeto

Este Termo Aditivo prorroga a vigência do contrato nº 23/2009, por doze meses, até 31 de dezembro de 2011.

Cláusula Terceira - Da Dotação Orçamentária

A despesa de que trata este aditivo, correrá à conta da seguinte dotação:

Serviços de publicidade e propaganda, incluindo a geração e a divulgação por meio dos veículos de comunicação:

0001.0001 - Câmara de Vereadores

0001.0001 - Atividades legislativas

001.031.0001.2000 - Manutenção Secretaria Administrativa

33.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa jurídica

33.90.39.97.010000 - Despesas de teleprocessamento

Cláusula Quarta - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo, em especial o preço, que não sofrerá reajuste, por decisão expressa da Contratada.

Cláusula Quinta - Da Publicação

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

Timbó, 16 de Dezembro de 2010.

Câmara Municipal de Timbó

WIEGOLD STARKE

Presidente

TPA INFORMÁTICA LTDA

Fabiano Busnardo

Sócio

Testemunhas:

Ruben Parno

CPF: 813.401.769-04

Vidal J. M. da Luz Júnior

CPF: 031.192.169-84

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo de Licitação Nº 124/2010 Contatação de Serviços Veteriários

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 124/2010

Convite para Compras e Serviços nº 33/2010



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Convite para compras e serviços, que tem por objeto a Contratação de serviços veterinários, a serem prestados nas propriedades rurais do município de Tunápolis, por veterinário habilitado, durante o exercício de 2011.

Entrega das propostas até às 15h00min do dia 30/12/2010
Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22.
Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 17 de dezembro de 2010.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Tomada de Preços 125/2010

Aviso de Licitação
Processo de Licitação nº 125/2010 - Tomada de Preço nº 125/2010

Objeto: Objetivando a revitalização da praça municipal no Município de Turvo - SC.

Entrega dos envelopes: até as 17:00hs do dia 05/01/2011

Abertura da Sessão: a partir das 14:30 horas do dia 06/01/2011

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186 ou pelo e-mail: compraspmturvo@netvale.net

Turvo - SC - 17 de Dezembro de 2010
ROBERTO CARLOS PATEL
Presidente do C.J.L.

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 2.458/10

LEI Nº 2.458/10, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio com a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV, nos termos da minuta anexa e que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente Convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção do SINE e a parceria entre a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV e o

SEBRAE.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse anual de até R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do exercício de 2.011.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64, os seguintes documentos:

I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;

II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;

III - Extrato bancário da conta especial, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;

IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;

V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do Orçamento Municipal de 2011.

Art 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2.011, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de dezembro de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
LEI Nº 2.458/2010

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE VIDEIRA - ACIAV, entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 34/77, com sede na Rua XV de Novembro, na cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 86.554.672/0001-64, neste ato representada pelo seu Presidente, visando a manutenção do SINE e a parceria entre a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV e o SEBRAE.

Aos dias do mês de de , o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE VIDEIRA - ACIAV, resolvem, nos termos da Lei nº 2.458/10, celebrar o presente Convênio, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a manutenção do SINE e a parceria entre a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de

Videira - ACIAV e o SEBRAE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I- divulgar o presente convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
II- efetuar o repasse anual de até R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do presente exercício.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE VIDEIRA - ACIAV

I- realizar, através do SINE e SEBRAE, cursos profissionalizantes e capacitação empresarial;
II- assessorar o encaminhamento de interessados para empregos e colocação dos mesmos, dentro de suas possibilidades;
III - prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, sendo que, o prazo máximo para a prestação de contas da última parcela será até o dia 15 de dezembro de 2011;
IV- não utilizar os recursos deste Convênio com as despesas de folha de pagamento ou qualquer espécie de remuneração de servidores ou empregados diretos ou indiretos desta Associação.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2011, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de .

Município de Videira Assoc. Com. Ind. Agríc. de Videira
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF: CPF:

Lei Nº 2.459/10

LEI Nº 2.459/10, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010

Altera o Anexo Único, da Lei nº 257/92, que "Dispõe sobre as normas de saúde em Vigilância Sanitária, estabelece penalidades e dá outras providências", e Revoga o artigo 8º da Lei nº 160/93, de 30 de dezembro 1993, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o Anexo Único da Lei nº 257/92, passando a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO ÚNICO"

TABELA I - ATOS DA SAÚDE PÚBLICA

CÓDIGO	ATIVIDADES	UFM
	ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL (Validade um ano a partir da emissão)	
Grupo I	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	
	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
01-1	Conserva de produtos de origem vegetal	10,0
01-2	Doces/produtos de confeitaria(c/creme)	5,2
01-3	Massas frescas	3,6
01-4	Panificação (fab./distrib).	5,2
01-5	Produtos alimentícios infantis	5,2
01-6	Produtos congelados	3,6
01-7	Produtos dietéticos	4,0
01-8	Refeição industriais	10,0
01-9	Sorvetes e similares	5,2
01-10	Congêneres	5,2
	A cada grupo de produtos secundários industrializados pela empresa será acrescido o valor de	0,5
	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
01-11	Aditivos	3,6
01-12	Água mineral	3,6
01-13	Amido e derivados	3,6
01-14	Bebidas alcoólicas,sucos e outras	3,6
01-15	Biscoito e bolachas	3,6
01-16	Cacau,chocolates e sucedâneos	3,6
01-17	Cerealista,depósito e beneficiamento de grãos	3,6
01-18	Condimentos, molhos e especiarias	3,6
01-19	Confeitos,caramelos,bombons e similares	3,6
01-20	Desidratadora de frutas(uvas-passa,banana,etc)	3,6
01-21	Desidratadora de vegetais e ervateiras	3,6
01-22	Farinhas(moinhos) e similares	6,0
01-23	Gelatinas,pudins,pós para sobremesas e sorvetes	3,6
01-24	Gelo	3,6
01-25	Gorduras,óleos,azeites,cremes(fab./envasadoras)	3,6
01-26	Marmeladas,doces e xaropes	3,6
01-27	Massas secas	3,6
01-28	Refinadora e envasadora de açúcar	3,6
01-29	Refinadora e envasadora de sal	3,6
01-30	Salgadinhos/batata frita(empacotado)	3,6
01-31	Salgadinhos e frituras	3,6
01-32	Suplemento alimentares enriquecidos	3,6
01-33	Tempero à base de sal	3,6
01-34	Torrefadora de café	3,6
01-35	Congêneres	3,6
	A cada grupo de produtos secundários industrializados pela empresa será acrescido o valor de	0,5
Grupo II	LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS	
	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
02-1	Açougue	5,2

02-2	Assadora de aves e outros tipos de carne	3
02-3	Cantina escolar	3
02-4	Casa de carnes	5,2
02-5	Casa de frios(laticínios e embutidos)	4
02-6	Casa de sucos/caldo de cana e similares	3
02-7	Comércio atacadista/depósito de produtos perecíveis	5,5
02-8	Confeitaria	5,2
02-9	Cozinha de escolas	3
02-10	Cozinha clube/hotel,/motel/creche/boate/similares	3
02-11	Cozinha de lactários/hosp/mater/casas de saúde	5
02-12	Feira livre amb.(c/venda carne/pescados,outros	3
02-13	Bar/Lanchonete/café colonial e petiscarias	3,6
02-14	Mercado/super/Hiper	5,5
02-15	Mini mercado(única atividade)	4
02-16	Padaria/panificadora (sem industrialização e sem distribuição)	3,6
02-17	Pastelaria	3
02-18	Peixaria(pescados e frutos do mar)	3,6
02-19	Pizzaria	3,6
02-20	Produtos congelados (revenda)	3,6
02-21	Restaurante/buffet/churrascaria	4
02-22	Rotisserie	4
02-23	Serviços carro/drive-in/quiosques e similares	3,6
02-24	Sorveteria e/ou posto de venda	3,6
02-25	Congêneres	3
Em estabelecimento com mais de uma atividade, será acrescido o valor correspondente a		0,5
MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO		
02-26	Bomboniere	3
02-27	Café	3
02-28	Depósito de bebidas	5
02-29	Depósito de frutas e verduras	3
02-30	Depósito de produtos não perecíveis e secagem de madeiras	5
02-31	Envassadora de chás/café/condimentos/especiarias	4
02-32	Feira-livre/comércio amb.Alimentos não perecíveis	3
02-33	Quitanda frutas e verduras	3
02-34	Venda ambulante(carrinho pipoca/milho/sanduíche etc)	3
02-35	Comércio atacadista de produtos não perecíveis	5
02-36	Congêneres	3
Em estabelecimento com mais de uma atividade, será acrescido o valor correspondente a		0,5
Grupo III INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE		
MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO		
03-01	Produtos tóxicos e/ou faz uso	5
03-02	Cosméticos,perfumes e produtos de higiene	5
03-03	insumos farmacêuticos	5
03-04	produtos farmacêuticos	5
03-05	Produtos biológicos	5
03-06	Produtos de uso laboratorial	5
03-07	produtos de uso médico/hospitalar	5

03-08	Produtos odontológicos de uso odontológico	5
03-09	Próteses (ortp./estética/auditiva,etc)	5
03-10	Saneantes domissanitários	5
03-11	Congêneres	5
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de		0,5
MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO		
03-12	Embalagens	4
03-13	Equip./instrumentos laboratoriais	4
03-14	Equip./instrumentos médico/hospitalares	4
03-15	Equip./instrumentos odontológicos	4
03-16	Produtos veterinários	4
03-17	Congêneres	4
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de		0,5
Grupo IV COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE		
MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO		
04-01	Agrotóxicos	3
04-02	Com/distrib.de medicamentos	3
04-03	Com./distrib. De produtos laboratoriais	3
04-04	Com./distrib.de produtos médicos/hospitalares	3
04-05	Com./distrib. De produtos odontológicos	3
04-06	com/distrib. De produtos veterinários	3
04-07	Com/distrib. De saneantes/domissanitários	3
04-08	Produtos químicos	3
04-09	Congêneres	3
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de		0,5
MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO		
04-10	Alimentação animal(ração/supletivos)	3
04-11	Com/distb. De cosméticos,perfumes,prod.de higiene	3
04-12	Embalagens	3
04-13	Equip. / instrumentos agrícolas,ferragens,etc	3
04-14	Equip./instrumentos/laboratoriais	3
04-15	Equip. / instrumentos médico/hospitalares	3
04-16	Equip./instrumentos odontológicos	3
04-17	Fertilizantes corretivos	3
04-18	Prótese (ortp./estética/auditiva,etc)	3
04-19	Sementes/selecionadas/mudas	3
04-20	Congêneres	3
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de		0,5
Grupo V PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE		
MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO		
05-01	Ambulatório médico	3,2
05-02	Ambulatório odontológico	4
05-03	Ambulatório veterinário	4
05-04	Ambulatório de enfermagem	3,2
05-05	Banco de leite humano	3,2

05-06	Banco de órgãos (olhos, rins, fígado, etc.)	3,2
05-07	Clínica médica	3,2
05-08	Clínica veterinária	3,2
05-09	Hemodiálise	3,2
05-10	Policlínica	4
05-11	Pronto socorro	3,2
05-12	Serviço de nutrição e dietética	3,2
05-13	Unidade sanitária	isento
05-14	Medicina nuclear	3,2
05-15	Radioimunoensaio	3,2
05-16	Radioterapia, cobaltoterapia, etc. (por equipamento)	1
05-17	Radiologia médica	3,2
05-18	Radiologia odontológica	3,2
05-19	Farmácia (alopática)	4
05-20	Farmácia (homeopática)	4
05-21	Drogaria	3,2
05-22	Posto de medicamento	1
05-23	Dispensário de medicamentos	3,2
05-24	Ervaria	3,2
05-25	Unidade volante de comércio farmacêutico	3,2
05-26	Farmácia privativa (hosp. / clínicas / assoc. etc.)	3,2
05-27	Hospital especializado	5,5
05-28	Hospital geral	5,5
05-29	Hospital infantil	5,5
05-30	Maternidade	5,5
05-31	Unidade Integrada de saúde / unidade mista	3,2
05-32	Laboratório de análises clínicas	4
05-33	Laboratório de análises bromatológicas	3,2
05-34	Laboratório de anatomia e patologia	3,2
05-35	Laboratório de controle qualidade ind. Farmacêutica	3,2
05-36	Laboratório químico - toxicológico	3,2
05-37	Laboratório cito / genético	3,2
05-38	Posto de coleta de material de laboratório	1,6
05-39	Agência transfusional de sangue	1
05-40	Banco de sangue	1,6
05-41	Posto de coleta de sangue	1,6
05-42	Serviço de homoterapia	3,2
05-43	Serviço industrial de derivados do sangue	3,2
05-44	Unidade volante de assistência médica pré-hospitalar(p/ um. Móvel)	1,6
05-45	Unidade volante de assistência de enfermagem (p/ um. Móvel)	1,6
05-46	Unidade volante laboratorial de análises clínicas	1,6
05-47	Unidade volante de coleta de sangue	1,6
05-48	Clínicas e institutos de beleza sob responsabilidade médica	3,2
05-49	Quimioterapia	3,2
05-50	Clínica de diagnóstico por imagem	3,6
05-51	Unidade volante de assistência odontológica	3,2
05-52	Congêneres	3,2
MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO		

05-53	Clínica de fisioterapia e/ou reabilitação	3,2
05-54	Clínica de psicoterapia / desintoxicação	1,6
05-55	Clínica de psicanálise	3,2
05-56	Clínica de odontologia	4
05-57	Clínica de tratamento e repouso	1,6
05-58	Clínica de ortopedia	4
05-59	Ultrassonografia	3,2
05-60	Clínica de fonoaudiologia	3,2
05-61	Consultório médico	3,2
05-62	Consultório nutricional	3,2
05-63	Consultório odontológico	3,2
05-64	Consultório de psicanálise / psicologia	3,2
05-65	consultório veterinário	3,2
05-66	Estabelecimento de massagem	3,2
05-67	laboratório de prótese dentária	3,2
05-68	laboratório de prótese auditiva	3,2
05-69	Laboratório de prótese ortopédica	3,2
05-70	Laboratório de ótica	4
05-71	Ótica	3,2
05-72	Serviços eventuais(pressão arterial,coleta de tipo de sangue)	1
05-73	Estb.Saúde de propriedade da União,Estado e Município	isento
05-74	Clínicapsico-pedagógico	3,2
05-75	Congêneres	3,2
Grupo VI PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE		
MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO		
06-01	Asilo e Similares	4
06-02	Boite/Casa Noturna	8
06-03	Desinsetizadora ou desratizadora	10
06-04	Escola de natação e similares	5,5
06-05	Estação hidromineral/termal/climatério	3,2
06-06	Estabelecimento de ensino pré-escolar maternal, pré-escolar creche e pré-escolar jardim de infância	3,2
06-07	Estabelecimento de ensino 1º,2º,3º graus e similares	3,2
06-08	Estabelecimento de ensino (todos os graus) regime internato	3,2
06-09	Piscina Coletiva	5,5
06-10	Radiologia industrial	3,2
06-11	Sauna	3,2
06-12	Zoológico	3,2
06-13	Estabelecimentos de propriedade da união, estado, município	isento
06-14	Congêneres	3,2
MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO		
06-15	Aviário/pequenos animais/peixes ornamentais/aquários	3,2
06-16	Academia de ginástica/dança/artes marciais e similares	4
06-17	Agências bancárias e similares	6
06-18	Barbearia	3
06-19	Camping	3
06-20	Cárcere/penitenciária e similares	isento
06-21	Casa de espetáculos (discotec/baile,similares)	4

06-22	Casa de diversões(jogos eletrônicos,boliche,similares)	4
06-23	Cemitério/necrotério/serviços funerários	3,6
06-24	Cinema/auditório/teatro	4
06-25	Circo/rodeio/hípica/parque de diversão	4
06-26	Com. Geral(eletrodom,calçado,tecido,vest, etc) (A pedido)	2
06-27	Dormitório (por cômodo)	0,5
06-28	Estação de tratamento de água para abastec. público	3,2
06-29	Estação de tratamento de esgoto	4
06-30	Estética facial/maquiagem	3,2
06-31	Floricultura/plantas/mudas	2
06-32	Garagem/estacionamento coberto	1,6
06-33	Hotel (hospedagem) (por cômodo)	0,5
06-34	Igrejas e similares	1,6
06-35	Lavanderia	3,2
06-36	Motel (hospedagem) (por cômodo)	0,5
06-37	Oficina/consertos em geral	1,6
06-38	orfanato/patronato	3,2
06-39	Parque natural/campo de naturismo	1,6
06-40	Pensão (por cômodo)	0,5
06-41	Posto combustível/lubrificante	4,2
06-42	Quartel	isento
06-43	Salão de beleza/manicure/cabeleireiro	3
06-44	Shopping(área comum) exceto estabelecimentos	5
06-45	Serviço para transporte de alimentos	3
06-46	Pet Shop	2,5
06-47	Serviço de lavagem de veículos	2,5
06-48	Serviço de limpeza de fossa	5
06-49	Serviço de limpeza/desinf.de poço/caixa d'água	3,2
06-50	Tabacaria	3,2
06-51	Transportadora de produtos perecíveis (por veículo)	0,7
06-52	Transporte coletivo (terrestre, marítimo e aéreo)	3
06-53	Transporte coletivo (por veículo)	0,7
06-54	Empresa produtora de módulos sanitários	3,2
06-55	Estab. De propriedade da União,Estado ou Município	isento
06-56	Estab. De Secagem de Madeiras	3,2
06-57	Congêneres	3,2
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de		0,5
Grupo VII	ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO	
07-01	Residência (p/m2)	0,007
07-02	Ampliação (p/m2)	0,007
07-03	Habitação popular até 70 m²	isenta
07-04	Apartamento (prédio) (p/m2)	0,007
07-05	Sala comercial (p/m2)	0,007
07-06	Ginásio/estádio e similares (p/m2)	0,007
07-07	Galpão/depósito e similares (pm2)	0,007
07-09	Estabelecimento de saúde (pm2)	0,007
07-10	Estabelecimento de ensino (p/m2)	0,007

07-11	Estabelecimento de ginástica / natação e lazer (p/m2)	0,007
07-12	Maternal /creche /jardim de infancia /asilo (pm2)	0,007
07-13	Habitação coletiva-internato e similares (p/m2)	0,007
07-14	Cemitérios e afins (p/m2)	0,007
07-15	Congeneres (p/m2)	0,007
Grupo IXSERVIÇOS DIVERSOS		
09-01	Vistoria a pedido do interessado	30% do alvará
09-02	Certidões de qualquer natureza	
	•Abaixo de 50 linhas	0,05
09-02	•Acima de 50 linhas	0,1
09-03	Autenticação	
	•Livro farmácia, drogaria, laboratório, prótese e similares(por folha)	0,0007
09-03	•Transferência de resp. técnico	0,2
09-03	Segunda via do alvará sanitário	0,2

Art. 2º Fica revogado o artigo 8º da Lei nº 160/93, de 30 de dezembro de 1993.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.460/10

LEI N.º 2.460/10, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2.010.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Contrato de Prestação de Serviços Técnicos de Informática com o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina, para os fins que especifica.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Contrato de Prestação de Serviços Técnicos de Informática com o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - CIASC, nos termos do contrato anexo e que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Constitui objeto do presente convênio a parceria entre o Município de Videira e o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - CIASC, visando: os serviços técnicos de informática através da Cessão de Direito de Uso do Sistema Integrado de Multas do Estado de Santa Catarina; os Serviços terceirizados de Postagem, executados por meios da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; os serviços de AR - DIGITAL, os Serviços de emissão de pareceres exarados pela Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, , condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.598/10

DECRETO Nº 9.598/10, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.
Designa servidor para exercer as funções de Pregoeiro, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica designada a servidora RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA, ocupante do cargo efetivo de Agente Técnico Administrativo, para exercer as funções de Pregoeira, em substituição a servidora PATRICIA MARQUES, que se encontra em férias, durante o período de 10 de dezembro de 2010 a 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Fica designada a servidora KALYNE DANIELEWICZ, admitida para exercer as funções de Agente Técnico Administrativo, para ser membro da Equipe de Apoio, em substituição a servidora RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA, designada para exercer as funções de Pregoeira, nos termos do artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 10 de dezembro de 2010.

Videira, 15 de dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.599/10

DECRETO Nº 9.599/10 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09 de 10 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 27.750,00 (Vinte e sete mil, setecentos e cinquenta reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 - Secretaria Municipal de Administração
02 - Encargos Especiais

2.014 - Contribuição ao PASEP
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 13.100,00

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.047 - Manutenção da Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 14.650,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 27.750,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1442/10

PORTARIA nº 1442/10
Nomeia Comissão de Inquérito para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 5701/10

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, no art. 186 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores SÔNIA MARIA CARDOZO DOS SANTOS, VILSO VANZ e MIRIAM ESTER WUNSCH ROSTIROLLA, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Inquérito, a fim de apurarem, no prazo de 60 (sessenta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 5701/10.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 1435/10.

Videira, 15 de dezembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1443/10

PORTARIA nº 1443/10
Nomeia Assessor de Projetos para a Criança e Adolescente

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09, resolve;

NOMEAR

IDACIANE RAQUEL FERRAZZO, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Projetos para a Criança e Adolescente, símbolo DAS-6, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Videira, 15 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1444/10

PORTARIA nº 1444/10

Designa Servidor para exercer as funções de Presidente da Comissão Permanente de Licitações durante o afastamento, em razão de férias, da servidora Patrícia Marques

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar a servidora RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA, ocupante do cargo efetivo de Agente Técnico Administrativo, para exercer as funções de Presidente da Comissão Permanente de Licitações, durante as férias da atual titular, Patrícia Marques, no período correspondente a 10 de dezembro de 2010 a 03 de janeiro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de dezembro de 2010.

Videira, 15 de dezembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de dezembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Edital de Notificação Nº 019/2010

SECRETARIA DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 019/2010

O Município de Videira, através do senhor Secretário de Finanças, no uso de sua competência e atribuições legais, considerando que estes contribuintes não foram localizados ou recusaram o recebimento no endereço constante do cadastro municipal para entrega dos DAM´s do lançamento de contribuição de melhoria notificado através do Edital de Notificação 017/2010 de 19 de novembro de 2010

NOTIFICA os contribuintes relacionados do lançamento da contribuição de melhoria de seus imóveis situados na Rua São Francisco de Assis no Município de Videira, para a retirada dos respectivos DAM´s para pagamento do tributo, no Departamento de Tributação ou através do site do município www.videira.sc.gov.br, link Serviços On Line - Portal Tributário.

Imobiliária Perdizes Ltda	CNPJ 75.275.784/0001-60
Marcio Altair Zago	CPF 023.376.049-00
Margarete Aparecida Moraes Salvadori	CPF 733.606.199-00
Nilse Maria Lorenci	CPF 346.597.069-15
Vagner Valter Laurindo	CPF 008.868.009-60

E, para que produza os efeitos legais, foi lavrado o presente edital.

Videira-SC, 15 de dezembro de 2010.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Finanças

ANEXO IV GASTOS COM SAÚDE

DECRETO 8.766/07

ANEXO IV

CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE NOVEMBRO DE 2010

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE	
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO	
1.1 - IPTU	2.719.312,29
1.2 - ITBI	945.552,49
1.3 - ISS	4.406.843,03
1.4 - IRRF	894.546,00
1.5 - FPM	11.582.014,73
1.6 - ITR	16.405,69
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO	183.782,50
1.8 - ICMS	28.020.081,38
1.9 - IPVA	4.094.873,20
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO	591.775,31
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS	323.863,30
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS	369.383,60
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS	54.148.433,52

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	ACUMULADO ATÉ O MÊS
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)	8.122.265,03
2.2 - RECURSOS PAB	792.232,50
2.3 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS - PAB	30.250,41
2.4 - SUPERÁVIT FINANCEIRO DO PAB	308.776,27
2.5 - CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	1.915.038,14
2.6 SUPERÁVIT FINANCEIRO DE CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	1.669.634,67
TOTAL	12.838.197,02

3. APLICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	LIQUIDADADA	DIFERENÇA
3.1 - Ações básicas de Saúde - Próprios	8.122.265,03	8.440.995,64	318.730,61
3.2 - Ações básicas de Saúde - PAB/Convênios (2.2+2.5)	4.715.931,99	2.413.105,64	-2.302.826,35
TOTAL	12.838.197,02	10.854.101,28	-1.984.095,74

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 15 de dezembro de 2.010.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Sandro Antonio Caregnato
Secretária Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Anexo V Educação 11/2010

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS NOVEMBRO/2010

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	2.719.312,29
1.2 - ITBI	945.552,49
1.3 - ISS	4.406.843,03
1.5 - IRRF	894.546,00
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	323.863,30
1.7 - Multas e Juros de Impostos	369.383,60
1.8 SOMA	9.659.500,71
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	11.582.014,73
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	183.782,50
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	28.020.081,38
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	591.775,31
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%	16.405,69
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%	4.094.873,20
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%	0,00
1.17 SOMA	44.488.932,81
1.18 TOTAL	54.148.433,52

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	13.537.108,38
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	10.716.898,93
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	104.063,56
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	12.938,56
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	945.190,18
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	79.619,58
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	774.459,45
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	752.398,60
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	-17.619,17

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	13.537.108,38	14.457.752,76	920.644,38
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		6.531.163,63	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		7.926.589,13	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	10.833.901,05	9.712.140,39	-1.121.760,66
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	6.500.340,63	7.524.316,90	1.023.976,27
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	4.333.560,42	2.187.823,49	-2.145.736,93
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	1.799.269,21	426.834,63	-1.372.434,58
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	734.779,43	284.956,09	-449.823,34

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	23,15%	-1,85%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1)	60,00%	70,21%	10,21%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	20,41%	-19,99%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	10.716.898,93	8.897.760,47	1.819.138,46

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 15 de dezembro de 2010.

Maria Angélica Vanz Balestieri
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberto Maraschin Primo
Secretário Municipal de Educação

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal



Associações

AMOSC

Resolução Nº 04/2010

Fabiano da Luz, Prefeito de Pinhalzinho e Presidente da AMOSC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 26, inciso VIII do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Abrir um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2010 da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, no valor de R\$ 233.000,00 (duzentos e trinta e três mil reais), conforme descrição a seguir:

2.001 - Manutenção das Atividades da Secretaria Executiva

3.1.90 - Aplicação Direta R\$ 92.000,00

3.3.90 - Aplicação Direta R\$ 60.000,00

4.6.90 - Aplicação Direta R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 153.000,00

2.002 - Manutenção do Departamento Técnico

3.1.90 - Aplicação Direta R\$ 73.000,00

TOTAL R\$ 73.000,00

2.003 - Manutenção do Departamento Administrativo

3.1.90 - Aplicação Direta R\$ 7.000,00

TOTAL R\$ 7.000,00

Art. 2º - Para fazer frente a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação de dotação orçamentária e do Excesso de Arrecadação, conforme descrição a seguir:

2.001 - Manutenção das Atividades da Secretaria Executiva

3.2.90 - Aplicação Direta R\$ 5.000,00

4.4.90 - Aplicação Direta R\$ 93.000,00

TOTAL R\$ 98.000,00

Excesso de Arrecadação do Exercício de 2010 R\$ 135.000,00

Art. 3º Esta Resolução passa a vigorar a partir da sua publicação.

Chapecó, SC, 01 de novembro de 2010.

FABIANO DA LUZ,
Prefeito de Pinhalzinho,
Presidente da AMOSC.

Consórcios

AGIR

Convênio com AMMVI

TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO E CESSÃO DE PESSOAL E SERVIÇOS QUE ENTRE SI ESTABELECEM A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI - AGIR E A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI - AMMVI NA ÁREA DE SERVIÇOS E ESPAÇOS FÍSICOS.

A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO

VALE DO ITAJAI - AGIR - é pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de associação pública, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, inscrito no CNPJ sob n.º 11.762.843/0001-41 constituída pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto 6.017/07 com sede na Rua Alberto Stein, 466, Velha, CEP 89036-200, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina simplesmente denominada "AGIR", representada neste ato pelo Presidente da Diretoria Executiva, Sr. JOÃO PAULO KARAM KLEINUBING, brasileiro, casado, administrador, CPF nº. 901.403.629-91, RG 1.577.929-7 - SSP/ domiciliado e residente na Rua Doutor Luis de Freitas Melro, nº. 202, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI - AMMVI - é uma entidade com personalidade jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos e com duração indeterminada, CNPJ 83.779.413/0001-43, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Velha, CEP 89036-200, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, representada pelo Presidente, senhor JAMIR MARCELO SCHMIDT, brasileiro, casado, empresário, CPF nº. 834.515.019-53, C. Id. 3R/3.063.060 - SSP/ SC, domiciliado e residente na Rua Camboriú, nº. 93, na cidade de Apiúna, Estado de Santa Catarina, simplesmente denominada "AMMVI" firmam o presente Convênio, com amparo na legislação em vigor e mediante adoção das Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer, em regime de cooperação mútua entre os partícipes, o desenvolvimento de ações e serviços com cessão de pessoas para atuação na área do saneamento básico das entidades consorciadas e nos termos dos respectivos estatutos.

Parágrafo único: A AMMVI cede, sem qualquer ônus, pessoal para a execução dos trabalhos contábeis, administrativos em geral e de apoio necessárias para a AGIR executar e seus objetivos como o controle, a regulação e a fiscalização dos serviços públicos municipais do setor de saneamento básico

Cláusula Segunda - DO COMPROMISSO DAS PARTES

Comprometem-se os signatários:

I - A AMMVI:

- Cessão de pessoa(s) habilitada(s) para elaboração dos controles contábeis, administrativos, de pessoal, limpeza e manutenção, diretamente e ou através de empresas contratadas;
- Todos os serviços e pessoas cedidas executarão as tarefas e serviços em seus locais e horários habituais de trabalho;
- Os empregados ficarão subordinados diretamente ao Secretário Executivo da AMMVI em conjunto com o Diretor Executivo da AGIR, sem prejuízo das atividades normais e sem disponibilidade exclusiva;
- Os empregados cedidos, sem exclusividade, tem o seu contrato de trabalho inalterado, cabendo a AMMVI todas as responsabilidades legais, sociais e trabalhistas;
- A AMMVI fica responsável pelo controle de pessoal contratado pela AGIR, a qualquer título, quanto à organização documental e trabalhista;
- Ao final de cada bimestre, a AMMVI emitirá um relatório sobre a cessão dos empregados para a execução dos serviços e este deverá ser aprovado pela Assembleia Geral dos conveniados.

II - A AGIR

- Deverá, nos termos de seu Estatuto, remunerar os empregados cedidos que, por força deste convenio irão aumentar a sua carga horária semanal/mensal;
- Aos empregados cedidos aplicar-se-á o Regulamento de Pessoal originário, no que couber e na falta de regras específicas, as situações verificadas serão disciplinadas através de Resolução, após aprovação pela Diretoria;

c) Os empregados cedidos e ou executando os serviços para a AGIR, devem cumprir as determinações gerais expedidas pela AMMVI e pela AGIR quando não conflitantes;

d) Aceitar e utilizar equipamentos, bens e veículos de acordo com as orientações e recomendações gerais aplicáveis a AMMVI;

Cláusula Terceira - DO PRAZO

O presente Convênio vigorará pelo prazo de um (01) ano, tendo como termo inicial a data de sua assinatura, podendo ser renovado no interesse dos partícipes por novos prazos.

Parágrafo único - Se um dos convenientes não se interessar pela prorrogação, deverá comunicar o fato ao outro, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, por escrito.

Cláusula Quarta - DA DENUNCIAÇÃO DO CONVÊNIO

O presente convênio poderá ser denunciado pelos convenientes, a qualquer tempo desde que fiquem ressalvadas as atividades em andamento e que não podem ser interrompidas antes do término do prazo previsto no parágrafo único desta cláusula.

Parágrafo único. O conveniente que pretender denunciar este convênio deverá comunicar o outro conveniente, por escrito, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias, devendo respeitar as atividades em andamento neste período.

Cláusula Quarta - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Blumenau, S.C. para dirimir as dúvidas que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos convenientes, ficando estabelecido ainda, que antes disso, todas as medidas de conciliação deverão ser esgotadas.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste convênio, firmam o presente termo em três vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Blumenau, 10 de outubro de 2010.

JOÃO PAULO KARAM KLEINUBING

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

JAMIR MARCELO SCHMIDT

Presidente da AMMVI

Testemunhas:

JOSÉ RAFAEL CORREA

VALDETE KORZ

CIGA

Extrato Contrato 88

Extrato de Contrato nº 88/2010

Contrato de Rateio - Schroeder

CONTRATANTE: Município de Schroeder

CNPJ: 83.102.491/0001-09

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 267/2010

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Schroeder e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 44/2009.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05,

a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 336,00 (TREZENTOS E TRINTA E SEIS REAIS) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2010.

Florianópolis, 01 de Janeiro de 2011.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

Contrato Nº 015/2010 - Rateio Exercício 2011 - Apiúna

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE RATEIO Nº 015/2010

PARTES: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI e o Município de Apiúna.

OBJETO: Rateio de recursos para o exercício de 2011

VALOR: R\$83.076,00 (oitenta e três mil, setenta e seis reais)

PRAZO: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011.

Timbó, 15 de dezembro de 2010.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

Contrato Nº 016/2010 - Rateio Exercício 2011 - Ascurra

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE RATEIO Nº 016/2010

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Município de Ascurra

OBJETO: Rateio de recursos para o exercício de 2011

VALOR: R\$64.500,00 (sessenta e quatro mil, e quinhentos reais)

PRAZO: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011.

Timbó, 15 de dezembro de 2010.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

Contrato Nº 017/2010 - Rateio Exercício 2011 - Benedito Novo

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE RATEIO Nº 017/2010

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Município de Benedito Novo

OBJETO: Rateio de recursos para o exercício de 2011

VALOR: R\$75.600,00 (setenta e cinco mil, e seiscentos reais)

PRAZO: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011.

Timbó, 15 de dezembro de 2010.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

Contrato Nº 018/2010 - Rateio Exercício 2011 - Doutor Pedrinho

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE RATEIO Nº 018/2010

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Município de Doutor Pedrinho

OBJETO: Rateio de recursos para o exercício de 2011

VALOR: R\$23.592,00 (vinte e três mil, quinhentos e noventa e dois reais)

PRAZO: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011.

Timbó, 15 de dezembro de 2010.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

Contrato Nº 019/2010 - Rateio Exercício 2011 - Indaial

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE RATEIO Nº 019/2010

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Município de Indaial

OBJETO: Rateio de recursos para o exercício de 2011

VALOR: R\$498.228,00 (quatrocentos e noventa e oito mil, duzentos e vinte e oito reais)

PRAZO: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011.

Timbó, 15 de dezembro de 2010.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

Contrato Nº 020/2010 - Rateio Exercício 2011 - Pomerode

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE RATEIO Nº 020/2010

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Município de Pomerode

OBJETO: Rateio de recursos para o exercício de 2011

VALOR: R\$222.648,00 (duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e oito reais)

PRAZO: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011.

Timbó, 15 de dezembro de 2010.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

Contrato Nº 021/2010 - Rateio Exercício 2011 - Rio dos Cedros

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE RATEIO Nº 021/2010

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

- CIMVI

CONTRATADO: Município de Rio dos Cedros

OBJETO: Rateio de recursos para o exercício de 2011

VALOR: R\$85.212,00 (oitenta e cinco mil, duzentos e doze reais)

PRAZO: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011.

Timbó, 15 de dezembro de 2010.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

Contrato Nº 022/2010 - Rateio Exercício 2011 - Rodeio

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE RATEIO Nº 022/2010

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Município de Rodeio

OBJETO: Rateio de recursos para o exercício de 2011

VALOR: R\$97.500,00 (noventa e sete mil, e quinhentos reais)

PRAZO: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011.

Timbó, 15 de dezembro de 2010.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

Contrato Nº 023/2010 - Rateio Exercício 2011 - Timbó

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE RATEIO Nº 023/2010

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Município de Timbó

OBJETO: Rateio de recursos para o exercício de 2011

VALOR: R\$364.128,00 (trezentos e sessenta e quatro mil, cento e vinte e oito reais)

PRAZO: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011.

Timbó, 15 de dezembro de 2010.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

14ª Assembléia Geral Extraordinária

Ata da 14ª Assembléia Geral Extraordinária do CIMVI - Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina. Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dez, no auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, situado na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, Município de Blumenau, às dezesseis horas e quinze minutos, conforme Registro de Presença, reuniram-se os Prefeitos para a 14ª Assembléia Geral Extraordinária do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, com a seguinte Ordem do Dia: Eleição do Presidente, Vice-Presidente e membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2011. O Presidente, Sr. Carlos Alberto Pegoretti, saudou os presentes e, constatando quorum legal, deu por aberta a Assembléia. Ato contínuo passou-se diretamente a ordem do dia: Eleição do Presidente, Vice-Presidente e do Conselho Fiscal para o exercício de 2010 - em conformidade com os artigos 21, IV e

26 do Estatuto do CIMVI, procederam-se as eleições do Presidente, do Vice-Presidente e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2010. Foram eleitos por unanimidade os Prefeitos dos seguintes Municípios: para o cargo de Presidente: Laurino Dalke - Município de Benedito Novo; para o cargo de Vice-Presidente: Hartwig Persuhn - Município de Doutor Pedrinho; e para o Conselho Fiscal: Jamir Marcelo Schmidt - Município de Apiúna, Sergio Almir dos Santos - Município de Indaial, e Paulo Maurício Pizzolatti - Município de Pomerode. Os Prefeitos dos Municípios de Benedito Novo e Doutor Pedrinho, eleitos respectivamente para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI no exercício de 2011 assumirão suas funções no primeiro dia de janeiro de 2011, mediante Termo de Posse e Compromisso, assinado junto à Secretaria Executiva. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Sr. Carlos Alberto Pegoretti, deu por encerrada a Assembléia, da qual eu, Valter Conrado de Araújo, lavrei a presente ata que, após lida foi aprovada, e vai assinada por quem de direito.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI
Presidente

VALTER CONRADO DE ARAÚJO
Secretário Executivo

7ª Assembléia Geral Ordinária

Ata da 7ª Assembléia Geral Ordinária do CIMVI - Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina. Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dez, no auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, situado na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, Município de Blumenau, às quinze horas e trinta minutos, conforme Registro de Presença, reuniram-se os Prefeitos para a 7ª Assembléia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Informes; 2) Contratos de Rateio do exercício de 2011; e 3) Assuntos Gerais. O Presidente, Sr. Carlos Alberto Pegoretti, saudou os presentes e, constatando quorum legal, deu por aberta a Assembléia. Ato contínuo passou-se a ordem do dia, item 1) Informes - a) Recursos - apresentadas planilhas de controle das obrigações financeiras dos municípios para com o Consórcio, de controle de repasses e inadimplência, quadro comparativo de despesas previstas e realizadas de janeiro a novembro, por área de atuação, e os saldos em contas correntes e de aplicações; b) Aterro sanitário - apresentado planilha de controle mensal e anual de disposição de resíduos no aterro sanitário; c) Mineração - relatado que nas vistorias realizadas em minas utilizadas pelos municípios, realizadas com acompanhamento técnico de geólogo e engenheiro de minas, foi constatado que na maioria delas, a execução de lavra não está em conformidade com o recomendado, e que há falta de sistemas de controle ambiental; d) Cessão de uso de imóvel - o Município de Timbó cedeu ao Consórcio imóvel para funcionamento do escritório da gestão de turismo; o Contrato de Cessão de Uso do bem público finda em dezembro de 2015. Em sequência à pauta, item 2) Contratos de Rateio do Exercício de 2011 - aprovadas as contribuições mensais dos municípios e assinados os Contratos de Rateio para o exercício de 2011, em conformidade com o orçamento do CIMVI aprovado na 6ª Assembléia Geral Ordinária. Finalizando a pauta, item 3) Assuntos Gerais - Palestras sobre Consórcio Público - em razão do desconhecimento da instituição Consórcio Público, foi apresentada proposta para realização de palestras nos municípios sobre o assunto; deliberado que o Secretário Executivo entrará em contato com as administrações municipais para agendamento das palestras. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Sr. Carlos Alberto Pegoretti, deu por encerrada a Assembléia, da qual eu, Valter Conrado de Araújo, lavrei a presente ata que, após lida foi aprovada,

e vai assinada por quem de direito.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI
Presidente

VALTER CONRADO DE ARAÚJO
Secretário Executivo

